

R E V I S T A **SETREM**

O CONHECIMENTO FAZ A DIFERENÇA!

Ano XVII nº 32 JAN/JUN 2018 - ISSN 1678-1252



INSTITUCIONAL**DIREÇÃO DA MANTENEDORA**

Diretoria Gestão 2017 - 2019

Presidente: Dalva Mirian Lenz

Vice-presidente: Hordi Núbio Felten

Secretário: Mário Studt

Vice-secretário: Dalziro Valdameri

Tesoureiro: Nelson Moura de Oliveira

Vice-tesoureiro: Ronaldo Fredolino Wendland

Conselho Fiscal:

Waldemar Blum

Flávio Jorge Huber

Mário Paulinho Kleinert

Ernani Carlos Boeck

Lorita Baisch Korb

Conselho Deliberativo:

Marisa Sandra Allebrandt

Fabio Rogério Tesche

Kedi Meuer Lopes

Diretor Geral da SETREM: Sandro Ergang**Vice-diretor Ensino Superior:** Mauro Alberto Nüske**Vice-diretora Administrativa:** Quedi Sônia Schmidt

Conselho Editorial: Ms Alexandre Chapoval Neto; Ms Douglas Faoro; Dr Fauzi de Moraes Shubeita; Ms Gilberto Souto Caramão; Ms Jorge Antonio Rambo; Ms Márcia Stein; Ms Marcos Caraffa; Ms Mauro Alberto Nüske; Ms Paulo Vitor Daniel; Ms Sandro Ergang; Ms Vera Lúcia Lorenset Benedetti.

Comissão Científica Interna (avaliadores - sistema blind review):

Ms Alexandre Chapoval Neto; Dra Angélica Reolon da Costa; Dra Ana Paula Cecatto; Dra Cinei Teresinha Riffel; Dra Cléia dos Santos Moraes; Ms Douglas Faoro; Ms Evandir Bueno Barasuol; Dr Fauzi Shubeita; Ms Gilberto Souto Caramão; Ms Jorge Antonio Rambo; Dra Leticia dos Santos Holbig Harter; Ms Loana Wollmann Taborda; Ms Márcia Stein; Ms Marcos Caraffa; Ms Mauro Alberto Nüske; Ms Paulo Vitor Daniel; Ms Priscila Barth; Dra Regina Zanon; Ms Renati Fronza Chitolina; Ms Sandro Ergang; Ms Tiago Luis Cesa Seibel; Dra Vanessa Gass da Silveira; Ms Vera Lúcia Lorenset Benedetti; Ms Vera Pinto Zimmermann Weber.

Comissão Científica Externa (avaliadores - sistema blind review):

Dr Claudio Schepke – UNIPAMPA (RS); Dr Cristiano Henrique da Veiga – UFU (MG); Ms Gustavo Griebler – IFF (Uruguaiana – RS); Dr João Bosco Sobral – UFSC (SC); Dr João Leonardo Pires – EMBRAPA (RS); Dr José Antonio Martinelli – UFRGS (RS); Ms Lilian Winter – FISMA (RS); Dr Luciano Bedin da Costa – UFRGS (RS); Dr Luis Carlos Zucatto – UFSM (RS); Dra Márcia Soares Chaves – EMBRAPA(RS); Dr Márcio Luis Santos Evangelista – UFSM (RS); Dra Marlene Gomes Terra – UFSM (RS); Dr Miguel Vicente Sellitto – UNISINOS (RS); Dr Rafael Marcelo Soder – UFFS (SC); Dr Roque da Costa Güllich – UFFS (RS); Dr Sedinei Nardelli Beber – PUC (RS); Dra Soraia Napoleão Freitas – UFSM (RS); Dr Valmir Heckler – FURG (RS).

Editor-chefe: Ms Alexandre Chapoval Neto**Revisão:** Carla Matzembacher**Capa:** Assessoria de Comunicação SETREM**Diagramação:** Assessoria de Comunicação SETREM**Ano XVII nº32 JAN/JUN 2018 - ISSN1678-1252****Revista SETREM:** Revista de Ensino e Pesquisa**Sociedade Educacional Três de Maio Três de Maio:**

SETREM Publicação Semestral

EDITORIAL**Editorial!**

A REVISTA SETREM, tem como objetivo estimular a produção científica e o debate acadêmico visando fomentar a disseminação e o aprimoramento de conhecimento nas várias áreas da ciência.

A REVISTA SETREM, com periodicidade semestral, esta comprometida em divulgar os resultados das pesquisas desenvolvidas por discentes, docentes e profissionais da área, desta instituição bem como de outras instituições de ensino e pesquisa, estimulando uma das experiências necessárias à formação de futuros pesquisadores e de profissionais habilitados para atuarem em suas respectivas áreas.

Acreditamos que a publicação científica quando da apresentação de referencial bibliográfico, métodos de pesquisa e resultados (teóricos e práticos) contribuem não apenas para o amadurecimento intelectual dos autores, mas também para o desenvolvimento profissional, das organizações e da sociedade em geral.

Nossos leitores, constituídos por pesquisadores, professores, acadêmicos de graduação, programas de pós-graduação, empresários e profissionais atuantes nas áreas supramencionadas e em outras correlatas, tem a sua disposição esta revista que permite a difusão do saber científico, tecnológico e cultural.

É com imensa satisfação que apresentamos a REVISTA SETREM, N° 32. Nesta edição, contamos com 15 publicações, frutos de um trabalho conjunto entre professores e acadêmicos, envolvendo as áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Esperamos que a confiança depositada na REVISTA SETREM, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica.

Gostaríamos de agradecer a contribuição da comissão científica interna e externa que contribuem para a consolidação desta revista.

Agradecemos, em especial, aos nossos leitores e leitoras. Afinal, sem esta interação, nosso trabalho não teria razão de ser.

Uma boa leitura a todos!

Prof Msc Mauro Alberto Nüske
Vice-Diretor de Ensino Superior

SUMÁRIO

PROPOSTA DE ESTRUTURA FUNCIONAL PARA A GESTÃO DE PROJETOS: O CASO DOS MUNICÍPIOS DA AMGSR.....04

Emerson Fernando Bernardi

ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE ESTRATÉGICA EM INDÚSTRIA DE MÓVEIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....10

Alexandre Chapoval Neto

Maria Margarete Baccin Brizolla

Jorge Oneide Sausen

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES DE LÁCTEOS.....21

Caroline Regina Alflen

Patrícia de Fátima Lacks

Jesildo Moura de Lima

David Basso

AValiação DO POTENCIAL FISIOLÓGICO DE SEMENTES DE PAINÇO PELO TESTE DE ENVELHECIMENTO ACELERADO.....32

Aline Beling

Jaqueline Rodrigues

Letícia dos Santos Holbig Harter

EFEITO DO VIGOR DE SEMENTES SOBRE O RENDIMENTO DE FORRAGEM E GRÃOS DE DIFERENTES CULTIVARES DE AVEIA PRETA NAS CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS DO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO, RS, SAFRA 2017.....40

Gislaine Elis Rutsatz

Jaqueline Inês Rosso

Letícia dos Santos Holbig Harter

A POSIÇÃO DE DESTAQUE DO PODER JUDICIÁRIO E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....51

Joici Antonia Ziegler

Paula Vanessa Fernandes

Lessandra Bertolazi Gauer

A HIBRIDAÇÃO CULTURAL NO BRASIL: O RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA E DA IDENTIDADE DE IMIGRANTES.....59

Angelita Maria Maders

Rosângela Angelin

Thaís Kerber de Marco

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A DIDÁTICA DA MATEMÁTICA.....70

Sabrina Gabriela Marholt

Sabrina Rossato

Sílvia Natália de Mello

EDUCAÇÃO INFANTIL: LUGAR DE CRESCER, EXPERIENCIAR E INCLUIR.....76

Giulia Joanessa Wommar Pase

ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM PLANO DE APOIO COM ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....84

César Augusto Robaina Filho
Anelise Costa

CARACTERIZAÇÃO LABORATORIAL DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO COMO AGREGADO ALTERNATIVO PARA BASES E SUB-BASES DE PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS.....91

Leonardo Soares
Ivando Stein
Mauricio Livinali
André Luiz Böck

POTENCIAL ENERGÉTICO PARA USO DE BIODIGESTORES NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E COMPARAÇÃO COM INVESTIMENTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE PANAMBI.....99

Gabriel Henrique Danielsson
Natália Krein
Silvana Zauza
Gracieli Cristina Scherer
Mauro Fonseca Rodrigues
Giuliano Crauss Daronco

PERCEPÇÃO DOS HOMENS UNIVERSITÁRIOS SOBRE A EMANCIPAÇÃO DA MULHER CONTEMPORÂNEA¹107

Jéssica Thaise Baumgarten
Lizete Diegues Piber

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: OUVINDO OS HOMENS AGRESSORES.....116

Adriano Silva da Rosa
Lizete Diegues Piber

DEPRESSÃO: SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS E CLÍNICAS.....124

Emilly Feil Zimmermann
Renée Angel de Leão
Renan João Loureiro
Carlice Maria Scherer
Fauzi Shubeita
Gilberto Caramão
Gilberto Lunkes
Paulo Pereira
Angelica Reolon da Costa

PROPOSTA DE ESTRUTURA FUNCIONAL PARA A GESTÃO DE PROJETOS: O CASO DOS MUNICÍPIOS DA AMGSR¹

Emerson Fernando Bernardi²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo propor alternativas que ajudem assessorar e subsidiar os gestores públicos municipais, na busca de maior eficiência e eficácia na gestão de recursos públicos, por meio do gerenciamento de projetos. Trata-se de um estudo de caso que buscou investigar como se configura a estrutura funcional da gestão de projetos nos municípios da Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa (AMGSR). Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória e, quanto aos procedimentos técnicos utilizados, é um levantamento com base em entrevistas com funcionários responsáveis pela área de planejamento municipal. Os principais resultados obtidos foram a criação de uma estrutura mínima para o setor de projetos e a criação de uma ferramenta de mensuração dos resultados na gestão de projetos.

Palavras-chave: Gerenciamento. Projetos. Público. Municipal.

ABSTRACT

This article aims to propose alternatives that help advise and support the municipal administrators in the search for greater efficiency and effectiveness in the management of public resources, through project management. This is a case study that investigated how to set up the organizational structure of project management in the municipalities of the Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa (AMGSR). As to the objectives, the research is exploratory and, on the technical procedures used, is a survey based on interviews with officials responsible for municipal planning area. The main results were the creation of a minimal structure for sector projects and the creation of a tool for measuring results in project management.

Keywords: Management. Projects. Public. Municipal.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, aumentou significativamente a necessidade de o setor público municipal superar os desafios e qualificar a sua gestão para otimização dos recursos financeiros para atender as demandas da população.

A maior parte da arrecadação dos municípios é proveniente das transferências constitucionais e obrigatórias da União e do Estado, e de recursos oriundos de convênios e repasses com Governo Federal, além de uma pequena parcela de receita própria da arrecadação de tributos municipais, tais como IPTU, ITBI, ISSQN, entre outros. Assim, a implantação de projetos que atendam grande parte das demandas da população é viabilizada, apenas, se captados recursos externos, pois, só com recursos próprios do orçamento do município, não são possíveis de serem executados. Por outro lado, a autonomia financeira dos municípios fica ainda mais engessada, em razão dos investimentos constitucionais e

legais obrigatórios: 25% do orçamento devem ser investidos na educação (em alguns municípios da região, a Lei Orgânica determina 30% de investimentos na educação), 15% em saúde e em torno de 50% em folha de pagamento e manutenção da máquina administrativa, restando cerca de 5% a 10% para obras e investimentos. Na estrutura federativa brasileira, os municípios são dependentes de recursos externos, provenientes de múltiplas fontes de financiamento, principalmente de transferências intergovernamentais, mas também de instituições públicas e privadas. Ocorre que tais recursos só são acessíveis mediante projetos específicos, com rígidos controles de sua gestão. Neste contexto, os pequenos municípios, sentindo-se desaparelhados para o cumprimento de tais exigências (interpretadas apenas como um ônus adicional), minimizam os esforços de captação de tais recursos, principalmente em termos de formação de equipes especializadas em gestão de projetos.

As políticas públicas são estruturadas em planos e estes em programas, cuja execução é realizada mediante projetos. É conhecida a expressão

¹Este texto se constitui a partir do Artigo defendido no ano de 2014, apresentado ao Curso de Pós Graduação Latu Sensu em nível de Especialização em Gestão Pública Municipal na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS).

² Graduado em Gestão de Marketing pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR - PR (2008). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria - RS (2014). Especialista em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP - SP (2015). Experiência na área de gestão pública, como Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Prefeitura Municipal de Santo Cristo. Mais de 12 anos de experiência em gestão pública com ênfase nas áreas de coordenação administrativa financeira e planejamento estratégico. Supervisor Comercial na Empresa Pet Food Alôncio de Porto Lucena (Atual). Auxiliar Administrativo na Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste - Cooperluz. Diretor da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra - Regional Fronteira Noroeste. E-mail: emerson.fernando.bernardi@gmail.com

“dinheiro existe, o que falta são bons projetos”. Os pequenos municípios, por não se estruturarem para a captação de recursos externos, perdem a condição de aumentar seus orçamentos e de contribuir com o desenvolvimento econômico e social.

A problemática a ser investigada é como se configura a estrutura funcional da gestão de projetos nos municípios, da Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa (AMGSR), assinalados na Figura 1, com o objetivo geral de propor uma estrutura funcional adequada, com alternativas que ajudem a assessorar e a subsidiar os gestores públicos municipais, na busca de maior eficiência e eficácia na gestão de recursos públicos, por meio do gerenciamento de projetos.

Como hipótese guia da pesquisa, assume-se que uma estrutura de equipe especializada em gestão de projetos, ao contrário de ser um ônus, não só é indispensável à captação de recursos externos (extras ou adicionais aos recursos próprios), como também é viável técnica e financeiramente, mesmo para os pequenos municípios.

Especialmente, será investigada a configuração da respectiva estrutura funcional da área responsável pela gestão de projetos e sugerir a criação de uma estrutura organizacional mínima e uma ferramenta de mensuração de resultados para o setor.

2. Desenvolvimento

2.1. MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para realização deste estudo fez-se uma pesquisa exploratória, tendo como unidade de análise os vinte municípios da AMGSR.

A associação dos municípios da Grande Santa Rosa, uma das primeiras do estado, foi fundada em 30 de junho de 1964, por onze unidades municipais, objetivando sistematizar os pontos fundamentais de uma política municipalista, de âmbito regional, mediante soluções adequadas para estimular o desenvolvimento econômico e social e equacionar os problemas essenciais de organização, administração e governo dos Municípios.

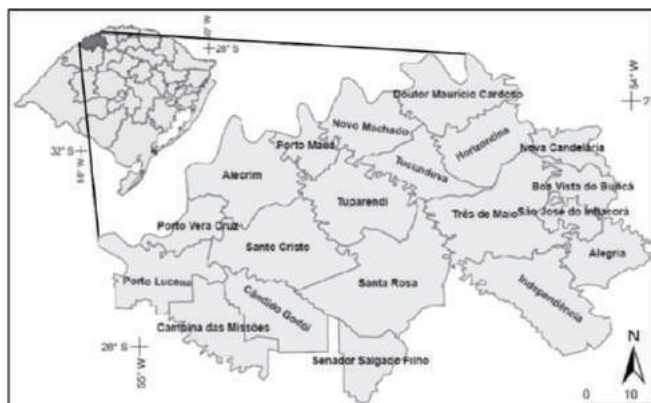


FIGURA 1 - Mapa dos municípios pertencentes à Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa
Fonte: Cartografia IBGE - Ano 2000

A pesquisa abrange a estrutura funcional dos órgãos municipais responsáveis pela gestão de projetos e os indicadores de resultados relacionados à captação de recursos de convênios e repasses do Governo Federal aos municípios, no período compreendido entre os anos 2009 e 2013. A pesquisa foi realizada em dezembro de 2013.

O instrumento de coleta de dados primários foi realizado através de entrevistas pessoais e por telefone com os responsáveis pelos órgãos gestores no setor de projetos de cada município. Quanto à estrutura funcional da gestão de projetos existente nos municípios, as perguntas realizadas foram:

- O órgão gestor responsável pela gestão de projetos no município é uma secretaria, assessoria, e/ou setor ou departamento?
- Quantos servidores são CC's (cargos de confiança) e quantos são efetivos (concursados), que atuam no órgão de gestão de projetos no município?
- Quantos servidores atuam na gestão de projetos no município (número total)?

Quanto à pesquisa com dados secundários, buscou-se a estimativa populacional atualizada de cada município, junto ao portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em informações municipais sobre a respectiva população estimada de 2013. Também foram pesquisadas informações junto ao portal da transparência do governo federal, por Estado e Município, o montante de recursos captados nos últimos 05 (cinco) anos, de fontes de recursos através de convênios e repasses, exceto as transferências constitucionais e obrigatórias. Foi pesquisado junto ao portal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), o orçamento de cada município no período de 2009 a 2013.

2.2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para melhor entender o complexo processo da gestão de projetos na esfera pública municipal, é necessário buscar referências conceituais que esclareçam os seguintes principais conceitos: gestão pública, projetos, gestão de projetos, estrutura organizacional e indicadores de resultados.

2.2.1. Gestão Pública

A gestão pública é, na atualidade, responsável para dar respostas eficientes às demandas da população, de forma ágil, integrada, que busca, dentro do conjunto de estruturas e servidores públicos, responsáveis para atender e prestar serviços públicos de qualidade e buscando uma gestão moderna e organizada.

O foco nos projetos caracteriza uma moderna ferramenta de gestão para os municípios. A gestão pública municipal necessita ter foco na gestão dos seus projetos para conseguir ter agilidade na implementação e execução dos projetos, programas e planos dos municípios.

Segundo Martins (2005),

Gestão pública é o termo que designa um campo de conhecimento (ou que integra um campo de conhecimento) e de trabalho relacionados às organizações cuja missão seja de interesse público ou afete este. Abrange áreas como recursos humanos, finanças públicas e políticas públicas, entre outras.

2.2.2. Projetos

Os projetos possuem função estratégica nas administrações municipais, com a incumbência de implementar as políticas públicas, desde o seu planejamento até a sua implantação, para atender as demandas da população.

Para Molinari (2004),

Projeto é um empreendimento em que recursos humanos, materiais e financeiros são organizados de uma maneira distinta, para atingir um único escopo de trabalho de uma dada especificação, dentro de limitações de custo e tempo, para obter uma mudança única e benéfica pela entrega de objetivos quantitativos e qualitativos.

O PMI (*Project Management Institute*, 2004)

Define projeto como sendo o processo através do qual se aplicam conhecimentos, capacidades, instrumentos e técnicas às atividades de forma a satisfazer as necessidades e expectativas dos diversos *stakeholders* que são indivíduos ativamente envolvidos no projeto ou cujo resultado do mesmo poderá afetá-los positiva ou negativamente.

2.2.3. Gestão de projetos

Tanto na gestão pública quanto na empresarial, as funções gerenciais relacionadas a projetos têm diferentes designações. A gestão de projetos deriva de gerência de projetos, gerenciamento de projetos ou ainda administração de projetos; é a área da administração aplicada de conhecimentos, habilidades e técnicas na elaboração de atividades relacionadas para atingir um conjunto de objetivos pré-definidos, num certo prazo, com um certo custo e qualidade, através da mobilização de recursos técnicos e humanos.

O papel do gestor de projetos é gerenciar as fases do gerenciamento de projetos, para enfrentar a burocracia e a elevada carga de trabalho no setor, necessitando de estruturas eficazes e eficientes na busca da melhoria dos processos e dos sistemas de gestão.

Para o PMBOK (2004), “O gerenciamento de projetos é realizado através da aplicação e da integração dos seguintes processos: iniciação, planejamento, execução, controle e encerramento”.

2.2.4. Estrutura Organizacional do Setor de Projetos

A estrutura organizacional responsável pela

gestão dos projetos nos municípios são os atores que compõem a força de trabalho da organização, responsáveis, portanto, pela execução das tarefas e dispostas hierarquicamente, com base em uma estrutura composta e normalmente controlada por: canais formais de comunicação, critérios de autoridade e responsabilidade e pelos próprios fluxos de trabalhos.

Revisitando os escritos de Nadler (1993), é possível perceber que o conceito de interdependência está diretamente relacionado ao entendimento sobre os chamados critérios de departamentalização, dos quais as organizações compõem os níveis de relacionamento desejados e perceptíveis entre os elementos dispostos nas suas respectivas estruturas organizacionais.

A estrutura funcional nos órgãos municipais de gestão de projetos é limitada por questões orçamentárias e carência de pessoal especializado, além de recaírem cada vez mais para as unidades da federação a execução de programas e projetos desenvolvidos pelas esferas estadual e federal.

A estrutura funcional na gestão de projetos e na gestão pública municipal é de extrema importância para os municípios organizarem os seus processos internos e melhorar sua estrutura para atender os munícipes com qualidade, além de buscar ampliar a captação de recursos externos ampliando os seus orçamentos. Nos municípios da AMGSR é evidente a carência de pessoas no setor de gestão de projetos, com uma estrutura insuficiente para atender a demanda das atividades a serem desenvolvidas.

2.2.5. Indicadores de Resultados

Para Edwards W. Deming (1990), “não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, não há sucesso no que não se gerencia”.

Cabe destacar ainda que não basta projetar. É necessário saber se o projeto está dando certo ou se deu certo quando terminou. Uma das formas de saber se as fases estão caminhando, ou se estão dando certo, é acompanhá-las e medi-las.

Para os municípios, um dos desafios enfrentados é mudar o eixo de uma avaliação centrada no controle de meios, de recursos para uma avaliação de resultados do impacto da política pública, do programa ou do projeto. Isto é, uma avaliação que esteja orientada pela análise do que foi efetivamente prestado ou realizado, através da mensuração da captação de recursos externos.

2.3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Ao apresentar os resultados e análises da pesquisa foram identificados dois itens a serem destacados que são a estrutura funcional e os indicadores de resultados.

2.4. RESULTADOS E ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNCIONAL

Após a realização de entrevistas pessoais e por telefone com os responsáveis pelos órgãos gestores do setor de projetos dos municípios da AMGR, obtiveram-se os dados apresentados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Quadro Funcional das Secretarias de Planejamento dos municípios da AMGR: 2013

Município	Órgão Responsável	CCs	Efetivos	Total
Santa Rosa	S de Planejamento e Captação de Recursos	8	22	30
Três de Maio	Secretaria de Planejamento	3	0	3
Santo Cristo	Secretaria de Planejamento	3	0	3
Alecrim	Secretaria Geral de Governo (Ass. de Planej.)	1	1	2
Horizontina	Secretaria de Coordenação e Planejamento	2	0	2
Cândido Godói	Secretaria de Planejamento	2	0	2
Doutor M. Cardoso	Sector de Planejamento (S. de Adm. e Fazenda)	0	2	2
Porto Mauá	Assessoria de Planejamento	2	0	2
Senador Salgado Filho	Assessoria de Planejamento	1	1	2
Tuparendi	Secretaria de Planejamento	1	1	2
Nova Candelária	Secretaria de Administração e Planejamento	1	1	2
Boa Vista do Buricá	Secretaria de Planejamento	1	0	1
Campina das Missões	Assessoria de Planejamento	1	0	1
Independência	Assessoria de Coordenação e Planejamento	1	0	1
Novo Machado	Secretaria de Planejamento	1	0	1
Porto Lucena	Secretaria de Planejamento e Projetos	1	0	1
Porto Vera Cruz	Assessoria de Planejamento	1	0	1
Alegria	Secretaria de Planejamento	1	0	1
Tucunduva	Assessoria de Planejamento	1	0	1
São José do Inhamitá	Sector de Planejamento (S. de Administração)	0	1	1
SOMA		32	29	61

Fonte: Órgãos de planejamento dos municípios da AMGR

Analisando a tabela, fica evidente o problema de falta de pessoal no gerenciamento de projetos nos municípios da região: de um total de 61 pessoas trabalhando, 32 são cargos de confiança (CC's), 29 são servidores concursados (efetivos). Dos 20 municípios, apenas 11 possuem secretaria municipal de planejamento, outros 07 municípios possuem assessoria de planejamento e 02 municípios possuem setor ou departamento de planejamento. Outro fator importante é que apenas 07 municípios possuem pelo menos um servidor efetivo concursado e os demais 13 municípios possuem somente CC's.

Cabe destacar, também, que o quadro funcional no setor de projetos em 9 municípios é apenas 1 servidor; em 8 municípios são 2 servidores; em 2 municípios são 3 servidores e apenas um município, que é Santa Rosa, que é um município de porte médio, possui 30 servidores.

Outro indicador da carência de quadros é dado pela relação entre a população de cada município e o respectivo número de servidores no setor de projetos, como demonstra a Tabela 2, a seguir.

Este indicador demonstra a média de servidores por habitante que trabalham na gestão de projetos com relação aos 20 (vinte) municípios da região. Evidenciando a importância de ter estruturas com equipes técnicas adequadas para desempenhar as atividades de captação de recursos na gestão de projetos nos municípios.

Tabela 2 - Relação entre número de servidores do setor de projetos e população dos municípios da AMGR

Município	População (2013)*	Servidores**	População/Servidores
Porto Mauá	2.579	2	1.290
Nova Candelária	2.822	2	1.411
Senador Salgado Filho	2.890	2	1.445
Porto Vera Cruz	1.797	1	1.797
São José do Inhamitá	2.237	1	2.237
Santa Rosa	71.665	30	2.389
Dr. Maurício Cardoso	5.301	2	2.651
Cândido Godói	6.654	2	3.327
Alecrim	7.010	2	3.505
Novo Machado	3.907	1	3.907
Alegria	4.244	1	4.244
Tuparendi	8.663	2	4.332
Santo Cristo	14.778	3	4.926
Porto Lucena	5.410	1	5.410
Tucunduva	6.024	1	6.024
Campina das Missões	6.156	1	6.156
Independência	6.714	1	6.714
Boa Vista do Buricá	6.800	1	6.800
Três de Maio	24.471	3	8.157
Horizontina	19.112	2	9.556
Total da Região AMGR	209.234	61	3.430

Fontes: (*) IBG

(**) Órgãos municipais de planejamento

A Tabela 2 evidencia o número de servidores por habitante em cada município. A secretaria municipal de planejamento, ou órgãos ligados à gestão de projetos, em cada município, possui, em média, 1 (um) servidor para cada 3.430 habitantes; comprova ainda que mesmo os municípios com maior população e maior volume de recursos captados do Governo Federal a ser destacado na Tabela 3, possuem uma estrutura insuficiente, para atender a demanda de atividades associadas aos processos no gerenciamento de projetos nos municípios, além de desenvolverem diversas outras atividades ligadas ao planejamento no município.

A estrutura funcional adequada à realidade de cada município pode otimizar os resultados, buscando ampliar a captação de recursos externos, atendendo as demandas da população, melhorando e qualificando a gestão pública municipal.

Os municípios que implementarem uma estrutura funcional adequada, em alguns casos com a contratação de mais servidores, terão mais condições de melhorar a gestão de projetos e, conseqüentemente, maior capacidade de ampliar a captação de recursos do Governo Federal, atender as demandas da população, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social.

No entanto, é evidente que, por menor que seja o município, é quase impossível apenas uma pessoa trabalhar no setor de projetos e captar recursos, acompanhar, planejar, executar, atender as diligências e documentação necessária, junto ao sistema de gestão de convênios (SICONV) do Governo Federal, e prestar contas, além das atividades de planejamento de diversas outras atividades a serem realizadas em um município.

Ao discutir a estrutura funcional dos órgãos municipais de gestão de projetos nos municípios da AMGR, percebe-se uma estrutura muito aquém da necessidade dos municípios, pois em 45% dos municípios existe apenas um servidor atuando na área e em 40% dos municípios apenas dois servidores, o que notadamente, está muito aquém da necessidade para atender a demanda dos projetos nos municípios da região.

O plano de ação proposto sugere a reestruturação administrativa funcional do

gerenciamento de projetos de acordo com a realidade de cada município. O plano de ação está direcionado à criação de uma estrutura mínima para o gerenciamento de projetos que não necessariamente exija contratação de pessoal, mas a reestruturação e reorganização de servidores para otimizar os resultados.

Independente do porte ou tamanho do município é necessário que todos tenham em sua estrutura mínima um gerente de projetos, hoje identificado na pessoa do secretário municipal do planejamento e captação de recursos, que deve obrigatoriamente reunir mais características técnicas do que políticas, além de um assessor ou diretor que possua atribuições técnicas em gestão de projetos. Além de possuir um servidor público com amplo conhecimento de informática e treinado para atender à demanda da movimentação documental dos projetos, nos diversos sistemas e requisitos estabelecidos pelo Governo Estadual e Governo Federal. Deve possuir amplo conhecimento do sistema de gestão de convênios - SICONV, sendo um agente administrativo ou servidor efetivo que possa desempenhar esta função. Ainda é necessário ter um engenheiro civil ou arquiteto em regime de 20 horas semanais, exclusivo para a elaboração de projetos técnicos de engenharia, que atendam a plataforma de governo e as demandas da população.

É importante cada município realizar um banco de projetos técnicos como creches, ginásios de esportes, pavimentação asfáltica, pavimentação com pedras irregulares, praças, postos de saúde, pontes, dentre outras obras públicas. Já os demais tipos de projetos técnicos podem ser assessorados e elaborados pelos demais servidores do quadro da prefeitura como engenheiro agrônomo, assistente social, pedagogo, dentre outros. Sugere-se, uma estrutura mínima para o órgão gestor de cada município, embasado na necessidade do planejamento, execução e prestação de contas dos projetos nos municípios, sugerindo a construção de um organograma da estrutura funcional para o setor de planejamento e projetos, podendo ser adequada e ampliada, de acordo com o porte, realidade e necessidade de cada município.

A Figura 2 sugere o organograma da estrutura funcional mínima para o órgão municipal de gestão de projetos, sendo adequada em cada município.

Figura 2 - Organograma da estrutura funcional mínima para o órgão municipal de gestão de projetos



Fonte: Organograma criado pelo Autor

É importante observar que o setor de projetos

necessariamente tenha gestão através de um secretário e um diretor e possua um quadro mínimo de servidores efetivos que irá permanecer no setor, mesmo com a mudança de governo, que ocorre a cada 04 (quatro) anos com as eleições municipais.

Cabe destacar, ainda, que para estas funções de gestão e coordenação, os gestores municipais devem abdicar de colocar cargos estritamente políticos, e sim, pessoas que possuem conhecimento e habilidades técnicas de administração e gerenciamento de projetos, com conhecimento de gestão pública. Os profissionais indicados para a área de gestão de projetos devem ser profissionais com formação em gestão pública ou administração. Quanto à estrutura organizacional mínima para o setor de gestão de projetos propõe-se ter dois agentes políticos e dois servidores de carreira que permanecerão, independentemente da troca de governos.

Além de propor uma estrutura funcional de gestão de projetos nos municípios, a pesquisa visou sugerir alternativas de mensuração de resultados referente à captação de recursos do Governo Federal.

2.5. RESULTADOS E ANALISE DOS INDICADORES

Os resultados obtidos com relação à captação de recursos oriundos de convênios e repasses do Governo Federal pelos municípios nos últimos 05 anos, apresentam um panorama da deficiência da estrutura funcional, anteriormente discutida.

Tabela 3 - Recursos captados de projetos através de convênios e repasses do Governo Federal nos municípios da AMGSR: 2009 a 2013 e 2013 - (Em R\$ 1,00)

Município	Orçamento Municipal		Captação de Recursos 2009 a 2013			
	2013* (1)	2009 a 2013* (2)	VI captado** (3)	(%) (4)	Pop. 2013 (5)	Med hab/ano (6)
Santa Rosa	121.649.765	492.141.203	44.253.414	8,99	71.655	123,52
Alegria	13.134.500	58.823.088	3.802.165	6,46	4.244	179,18
Porto Lucena	11.611.812	55.796.248	3.084.448	5,53	5.410	114,03
Santo Cristo	34.634.706	140.760.274	7.392.265	5,25	14.778	100,04
Dr. M. Cardoso	17.810.340	72.936.026	3.468.684	4,76	5.301	130,87
Porto Mauá	10.632.518	45.440.999	2.020.289	4,45	2.579	156,67
Nova Candelária	13.116.929	55.502.078	2.355.960	4,24	2.822	166,97
Boa Vista de Buticá	17.943.125	77.789.064	3.236.216	4,16	6.800	95,18
Alecrim	13.968.648	63.574.530	2.555.551	4,02	7.010	72,91
São José do Inhamorá	11.239.957	47.792.006	1.889.178	3,95	2.237	168,90
Tucunduva	14.131.065	66.757.218	2.633.300	3,94	6.024	87,43
Tuparendi	20.595.284	82.848.405	3.101.735	3,74	8.663	71,61
Senador Salgado Filho	10.192.048	42.051.020	1.335.742	3,18	2.890	92,44
Porto Vera Cruz	9.360.958	39.663.152	1.127.055	2,84	1.797	125,44
Novo Machado	11.015.432	52.858.408	1.477.018	2,79	3.907	75,61
Três de Maio	44.944.300	191.454.419	5.345.234	2,79	24.471	43,69
Cândido Godói	17.273.585	69.786.154	1.671.950	2,40	6.654	50,25
Campina das Missões	16.051.979	65.300.296	1.543.950	2,36	6.156	50,16
Horizontina	54.279.379	231.501.330	4.850.520	2,10	19.112	50,76
Independência	17.157.797	70.972.845	963.570	1,36	6.714	28,70
Total	480.744.127	2.023.748.763	98.108.244	4,85	209.224	93,78

(*) Portal Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS)

(**) Portal da Transparência do Governo Federal

Ao analisarmos a Tabela 3, com relação aos recursos captados pelos municípios da AMGSR, através de convênios e repasses do Orçamento Geral da União (OGU), do Governo Federal, exceto, os recursos de transferências constitucionais e obrigatórias que são as definidas pela legislação, com maior ênfase aos recursos destinados para a educação e à saúde que são recursos vinculados, tem uma média de R\$ 93,78 por ano habitante de recursos captados junto ao Governo Federal.

Pode-se perceber, ainda, que mais de 98

milhões de reais foram captados em 05 anos, beneficiando diretamente uma população de 209.234 habitantes dos 20 municípios da região da AMGSR, descrito na Tabela 2. Na Tabela 3, percebe-se que 4,85% dos orçamentos municipais são compostos por recursos de projetos oriundos de convênios e repasses do Governo Federal, com recursos de emendas parlamentares e editais de convênios de repasse voluntário para os municípios que se habilitam e possuem projetos de acordo com os critérios dos programas governamentais.

Ao propor uma ferramenta de mensuração de resultados, é importante que cada município crie um sistema ou uma planilha no Excel, conforme Tabela 3, para mensurar o valor de projetos executados anualmente por habitante e o percentual que representa no orçamento municipal para ter um parâmetro com indicadores de resultados voltados para a gestão de projetos. Para chegar a este resultado basta somar os valores dos projetos e dividir pelo número de habitantes do município e calcular o percentual do orçamento.

A construção de um sistema de indicadores de resultados de gestão de projetos é simples e fácil, conforme descrito na Tabela 3. Os indicadores para mensurar os resultados dos projetos poderão ser divulgados periodicamente, pelos municípios, através de um canal de comunicação a ser criado nas redes sociais, como forma de interação e intercâmbio de informações e de resultados entre os 20 (vinte), municípios da AMGSR.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi propor alternativas que ajudem assessorar e subsidiar os gestores públicos municipais, na busca de maior eficiência e eficácia na gestão de recursos públicos, por meio do gerenciamento de projetos. Trata-se de um estudo de caso que buscou investigar como se configura a estrutura funcional da gestão de projetos nos municípios da Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa (AMGSR), visando sugerir uma estrutura funcional mínima e a criação de indicadores de resultados.

Não se pretendeu esgotar as discussões sobre esse complexo tema. No entanto, foi possível trazer à luz algumas conclusões, referentes ao processo de se avaliar a estrutura funcional do setor de projetos e avaliar os indicadores de resultados na captação de recursos externos.

Estas propostas, se implementadas pelos gestores públicos dos municípios da AMGSR, poderão mudar o contexto da realidade dos municípios e da região, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

A criação de mecanismos e ferramentas de mensuração de resultados relacionados ao trabalho desempenhado pelas equipes dos setores de gestão de projetos de cada município possibilitará uma análise mais crítica da real necessidade de investimentos e estruturas neste importante setor, buscando maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

- AREZZO, D. C. de. **Introdução à administração pública**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. LOPES, J. R. de L.
- ARMANI, D. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- BOENTE, A. **Gerenciamento & Controle de Projetos**. 1ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2003.
- BRUM, A. de M. **Endomarketing com Estratégia de Gestão**. Porto Alegre: LePM, 1998.
- CARNEIRO, M. PMO - Project Management Office. Por que implantar? Revista Mundo PM. Disponível em: www.mundopm.com.br/sumarioartigosonline.shtml. Acesso em: 10/04/2014.
- CHIAVENATTO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campos, 2005.
- DAFT, R. L. **Organizações: teoria e projetos**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- DEMING, W. E. **Qualidade: a revolução da administração**. Rio de Janeiro, Editora Marques Saraiva, 1990.
- LOTTA, G. S. **Avaliação de desempenho na área pública: perspectivas e propostas frente a dois casos práticos**. RAE-eletrônica. V. 1 – n. 2, jul/dez. 2002.
- MARTINS, M. R. **O que é gestão pública?** Disponível em: <http://www.gestaopublica.net/blog/?p=50>. Acesso em: 25/05/2014.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução a Administração**. São Paulo: Atlas, 1995.
- MOLINARI, L. **Gestão de Projetos**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Érica Ltda, 2004.
- OBBERG, W. **Gestão de pessoas, não de pessoal**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- PMBOK - Project Management Body of Knowledge. - ed. 2002.
- PMI - Project Management Institute. **Quem são os gerentes de projetos?** Disponível em: <http://brasil.pmi.org/brazil/AboutUS/WhoareProjectManagers.aspx>. Acesso em: 10/04/2014.
- SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: A Construção do Conhecimento**. 5.ed. São Paulo: DP&A, 2000.
- VARGAS, R. V. **Gerenciamento de Projetos: Estratégia, Planejamento e Controle com o MS Project 98**, 6 ed. Atual. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE ESTRATÉGICA EM INDÚSTRIA DE MÓVEIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Alexandre Chapoval Neto¹
 Maria Margarete Baccin Brizolla²
 Jorge Oneide Sausen³

RESUMO

Esta pesquisa objetivou estudar o processo de adaptação estratégica em indústria de móveis instalada em Nova Candelária, região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do modelo de adaptação estratégica proposto por Hrebiniak e Joyce. Utilizou-se como método uma abordagem qualitativa, com procedimento de estudo de caso descritivo. Com a finalidade de coletar os dados, foram realizadas reuniões e entrevistas com gestores, consulta a registros documentais e pesquisa bibliográfica. Para alicerçar esta pesquisa em termos teórico-conceituais, utilizou-se como autores-chave Ansoff (1983), Hrebiniak e Joyce (1985), Pettigrew (2007), Richardson (2008), Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010), Sausen (2012), Prado (2014), com aporte teórico sobre Estratégia e Mudança Organizacional, adaptação estratégica. Ainda, tratou-se de destacar a importância do setor moveleiro na economia e desenvolvimento regional. Através da pesquisa realizada observa-se que houve 37 eventos críticos classificados em 4 períodos estratégicos. No primeiro e segundo período estratégico teve-se baixa escolha estratégica e de alto determinismo ambiental, localizado no Quadrante da seleção Natural. O terceiro e quarto períodos caracterizam-se como de alta escolha estratégica e de alto determinismo ambiental, localizado no Quadrante II da diferenciação e foco. Por meio do estudo percebeu-se a preocupação dos diretores em estarem atentos às exigências do mercado e às necessidades internas da empresa. O estudo contribui para evidenciar uma mudança na trajetória da empresa, que passou a se antecipar às necessidades do mercado, além de investir na melhoria de seus equipamentos e processos internos, na busca pela qualidade e na constante melhoria dos processos de fabricação.

Palavras-chave: Adaptação estratégica. Estratégia. Indústria.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças têm sido um dos principais diferenciais para que as organizações permaneçam em um mercado cada vez mais competitivo. Mudanças essas, podendo trazer, inclusive, reflexos no desenvolvimento econômico e social de uma região.

As mudanças ocorrem em resposta às fases do ciclo de vida de uma organização (ADIZES, 1990).

ABSTRACT

This research aimed to study the strategic adaptation process in the furniture industry in Nova Candelária, in the Northwest region of the State of Rio Grande do Sul, based on the strategic adaptation model proposed by Hrebiniak and Joyce. A qualitative approach was used as method, with a descriptive case study procedure. In order to collect the data, meetings and interviews with managers were carried out, consultation of documentary records and bibliographic research. In order to base this research in theoretical-conceptual terms, Pettigrew (2007), Richardson (2008), Mintzberg, Ahlstrand and Lampel (2010), Sausen (2007), and Hrebiniak and Joyce (2012), Prado (2014), with theoretical contribution on Strategy and Organizational Change, strategic adaptation. Also, it was emphasized the importance of the furniture sector in the economy and regional development. Through the realized research it is observed that there were 37 critical events classified in 4 strategic periods. In the first and second strategic period there was low strategic choice and high environmental determinism, located in the Natural Selection Quadrant. The third and fourth periods are characterized as high strategic choice and high environmental determinism, located in the Quadrant II of differentiation and focus. Through the study the directors' concern was observed to be attentive to the demands of the market and the internal needs of the company. The study contributes to evidence a change in the company's trajectory, which started to anticipate the needs of the market, besides investing in the improvement of its internal equipment and processes, in the search for quality and in the constant improvement of the manufacturing processes.

Keyword: Strategic adaptation. Strategy. Industry.

Assim como as pessoas e os organismos vivos, as organizações também passam por um fenômeno chamado "ciclo de vida". Ao longo desse ciclo, as organizações vão passando por mudanças e revelando padrões de comportamento. Manter, mudar e inovar são ações que resultam de tomadas de decisões estratégicas dos gestores na busca de atingir os objetivos organizacionais.

Constantemente as empresas buscam elevar seu grau de competitividade frente a mercados incertos e dinâmicos, com o objetivo não somente de manter-se

¹Bacharel em Administração, Professor do curso de Bacharelado em Administração e Engenharia de Produção (SETREM), Mestre em Engenharia de Produção (UFSM), Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNIJUI). E-mail: chapoval_alex@yahoo.com.br

²Bacharel em Administração e Ciências Contábeis, Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional (UNIJUI).

³Doutor; Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional

no mercado em que atuam.

Nesse contexto, para atingir seus objetivos, torna-se vital que as organizações, ao estudar o ambiente no qual estão inseridas, identifiquem as ameaças e aproveitem as oportunidades, ou seja, desenvolvam capacidade de elaborar estratégias que possibilitem diferenciar seus produtos, inovar processos ou fazer parcerias.

A estratégia cumpre a função de orientar a busca por oportunidades, mercados e a própria sobrevivência organizacional. A estratégia refere-se à organização como um todo, pois busca orientar esforços organizacionais diretamente da realidade ambiental. Considera a realidade presente do ambiente e sua dinâmica evolutiva, lidando ainda, com decisão em geral, não estruturada, não rotineira e não repetitiva. A estratégia é, pois, um conjunto coerente de decisões e ações organizacionais que vão se adaptando ao longo do tempo.

A adaptação, sendo um processo dinâmico, é o resultado da força relativa e do tipo de poder ou dependência entre organização e meio ambiente. A adaptação estratégica é essencial à sobrevivência organizacional, sobretudo pelo descomedido grau de inquietação, complexidade e competitividade que o ambiente se apresenta (SAUSEN, 2012).

Uma vez que adaptação é contínua, as empresas garantem vantagens competitivas cada vez mais agressivas e sustentáveis formando um conhecimento em espiral (WHITTINGTON, 2002). Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010) reiteram que é primordial observar o caráter descontínuo e mutável do ambiente na análise das mudanças organizacionais. Pettigrew (1987) salienta que, apesar da pressão do ambiente, as empresas podem decidir quanto a suas estratégias, ainda que sejam limitadas de alguma forma pelo cenário.

O tema da mudança e da adaptação estratégica se constitui num imperativo estratégico para as organizações. Neste sentido, destaca-se o segmento da indústria moveleira que, conforme Prado (2014), *apud* Santiago e Miranda (2014, s/p), “a indústria de móveis no Brasil exerce um papel com destacada relevância na cadeira produtiva da madeira. Tem no suprimento de uma enorme rede de varejistas especializados e lojas de departamento uma de suas principais fontes de receita”. Ainda, Prado, o segmento de produção de móveis é muito importante na economia do mercado e isso pode ser evidenciado através dos indicadores da indústria de transformação, tanto no valor produzido como na quantidade de empregos gerados.

Segundo a Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul (2016), o estado do RS tem 2.750 empresas na área moveleira, e isso representa 13,3% das empresas do Brasil. Elas respondem pela produção de 18,4% do total de móveis fabricados no país e por 31,1% das exportações. Essa participação confere ao Estado posição de liderança como maior produtor do país. Em 2015, as indústrias gaúchas do ramo moveleiro produziram perto de 85,3 milhões de peças, faturaram R\$ 6,73 bilhões e exportaram mais de U\$ 183 milhões. Obteve-se,

também, a geração de mais de 35 mil postos de emprego. Esses indicadores apresentam o quão representativo é o segmento no contexto da economia gaúcha, tanto pela geração de renda quanto pela geração de tributos.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa foi estudar o processo de adaptação estratégica em uma indústria de móveis, instalada no município de Nova Candelária, região Noroeste do Estado do Rio Grande de Sul, a partir do modelo de adaptação estratégica proposto por Hrebiniak e Joyce (1985).

O estudo está estruturado em quatro seções, além da introdução. Na primeira, apresenta-se a fundamentação teórica que aborda estratégia, mudança organizacional e adaptação estratégica. Na segunda seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na investigação empírica. Na sequência a apresentação, análise e discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais do estudo.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ESTRATÉGIA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL

Porter (1986) define estratégia como a maneira de uma empresa desenvolver atividades de forma diferente de seus concorrentes, entregando um valor maior a seus clientes quando comparado aos concorrentes. Para Ansoff (1983) estratégia é um conjunto de regras de tomada de decisão. As decisões estratégicas dizem respeito à relação entre a empresa e o seu ecossistema. Para Porter e Montgomery (1986), estratégia é a busca de um plano de ação para desenvolver e ajustar a vantagem competitiva de uma empresa.

Whittington (2002) em “O que é estratégia” apresenta quatro abordagens sobre estratégia: Clássica, Evolucionária, Processualista e Sistêmica. Tais perspectivas genéricas sobre estratégia derivam de uma matriz, (Figura 1). No eixo i) eixo vertical (Resultados) tem nas extremidades as dimensões “Maximização dos lucros” e “Plural” (busca por resultados diversos) e ii) eixo horizontal (Processos) representado pelos extremos “Deliberados” e “Emergentes”. O eixo vertical responde à pergunta “para que serve a estratégia” e se refere à capacidade da estratégia de maximizar lucros ou atingir outros resultados advindos de possibilidades diversas. Já o eixo horizontal responde a questão “como a estratégia é desenvolvida” e reflete o quanto a estratégia deriva de cálculos deliberados ou surge da casualidade.

Figura 1: Perspectivas genéricas sobre estratégia



Fonte: Whittington (2002)

A Abordagem Clássica considera a estratégia como um processo consciente, controlado, explícito, articulado e liderado pelo principal representante da organização. Segundo Whittington (2002, p. 13), “para os clássicos, a lucratividade é o objetivo supremo das empresas, e o planejamento racional é o meio de obtê-la”.

Já a Abordagem Evolucionária apresenta uma concepção oposta, pois acredita que o ambiente, implacável e imprevisível, faz emergir as estratégias que permanecerão ao longo do tempo. Neste sentido, para Whittington (2002, p. 4), “as empresas são como as espécies da evolução biológica: os processos competitivos cruelmente selecionam as mais aptas a sobreviver; as outras não têm força para ajustar-se rapidamente e evitar a extinção”. Assim, cabe aos gestores garantir que as empresas realizem ajustes eficazes para adequações ao ambiente em que atuam.

A Abordagem Processualista é cética quanto à racionalização da estratégia defendida pela Abordagem Clássica e também em relação à confiança na soberania do mercado evidenciada pela Abordagem Evolucionária. De acordo com Whittington (2002, p. 25), “para os processualistas, tanto as organizações quanto os mercados são com frequência um fenômeno desordenado, do qual a estratégia emerge com muita confusão e a passos pequenos”. Esse pressuposto fortalece a concepção de inacessibilidade a um mundo ideal e refuta a possibilidade do homem racional econômico e a perfeição dos mercados competitivos.

A Abordagem Sistêmica mantém a fé na capacidade de as organizações planejarem e agirem efetivamente dentro de seus ambientes (WHITTINGTON, 2002, p. 31). Refuta a crença dos classicistas quanto à racionalidade dos fenômenos específicos no âmbito histórico e cultural: “aqueles que tomam decisões não são simplesmente indivíduos imparciais, calculistas, interagindo em transações puramente econômicas, mas pessoas profundamente enraizadas em sistemas sociais densamente entrelaçados (WHITTINGTON, 2002, p. 32)”.

Cada abordagem tem, portanto, a própria visão sobre a estratégia e o quanto ela importa para as práticas de gerenciamento. Os clássicos, de modo geral, veem a estratégia como um processo racional de planejamento a longo prazo, vital para garantir o futuro. Os evolucionistas consideram o futuro algo muito volátil e imprevisível para ser planejado e aconselham que a melhor estratégia é concentrar-se na maximização das chances de sobrevivência hoje. Os processualistas também questionam o valor do planejamento racional no longo prazo, enxergando a estratégia como um processo emergente de aprendizado e adaptação. Já os teóricos sistêmicos assumem a posição relativista, argumentando que formas e metas do desenvolvimento de estratégias dependem particularmente do contexto social, e que, portanto, a estratégia deve ser compreendida como sensibilidade sociológica.

Mintzberg (2010) argumenta que é inevitável pensar a respeito de estratégia sem atrelar a organização e seu ambiente. A organização utiliza-se da estratégia como recurso para lidar com as mudanças no ambiente. Sausen (2003) refere que se faz necessário

entender o conceito de estratégia para alcançar o entendimento sobre mudança estratégica. A mudança organizacional representa as alterações da estrutura, dos meios tecnológicos, do envolvimento das pessoas, do espaço físico e estrutural, dos aspectos de interação no modo a sobreviver melhor no seu ambiente (PETTIGREW, 1987).

Para Pettigrew (2007, p.145) “a mudança estratégica deve ser vista agora como um processo humano complexo”, em razão de envolver mudanças que se estendem para além dos processos administrativos. As mudanças organizacionais revelam-se como uma dimensão natural e já incorporada à vida das organizações. A mudança estratégica não deve ser vista apenas como um evento isolado, mas de toda forma, como um processo que envolve percepções dos agentes envolvidos, avaliação das condições do ambiente e a escolha das novas estratégias (HERMES; GOMES e SAUSEN, 2014).

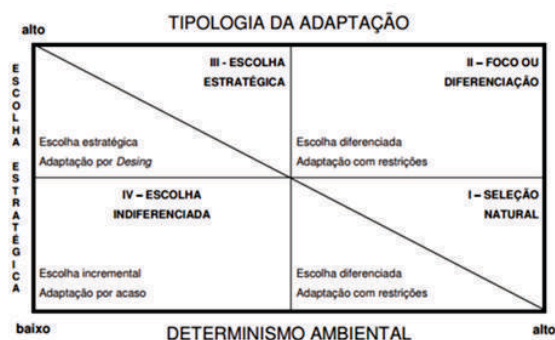
Pettigrew (1987) afirma que o ponto de partida para a análise da mudança estratégica é a noção de que a formulação do conteúdo, de qualquer estratégia nova, influencia na gestão de seu contexto e processo. O contexto externo refere-se ao ambiente social, econômico, político e competitivo; o contexto interno refere-se à estrutura, cultura corporativa e contexto político. O conteúdo refere-se às áreas particulares de transformação que estão sendo examinadas, enquanto o processo de mudança refere-se às ações, reações e interações das várias partes interessadas. Ainda baseado em Pettigrew (1987), o conteúdo da mudança estratégica é o produto de um processo de legitimação formado por considerações políticas e culturais, expresso em termos racionais e analíticos.

Difícilmente explica-se uma decisão estratégica sem se conhecer as decisões e eventos ocorridos. Geralmente, são sentidos por um prazo mais longo, atingindo um número maior de setores da organização. Pela análise longitudinal, pode-se descrever o processo de mudança estratégica, resgatando a frequência do processo de mudança da organização (ROSSETTO; CUNHA; ORSSATTO, 1997).

2.2. ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA

Hrebiniak e Joyce (1985) desenvolveram uma nova abordagem para a adaptação estratégica organizacional. Argumentam que escolha estratégica e determinismo ambiental são variáveis independentes, ou seja, os indivíduos, nas suas organizações, podem fazer escolhas na tomada de decisão e também podem sofrer influências do ambiente. Os autores sugerem uma tipologia de adaptação organizacional dividida em quatro tipos: (1) Seleção Natural, em que não há escolha, ou seja, as escolhas são determinadas pelo ambiente; (2) Diferenciação ou foco, em que há a adaptação com restrições; (3) Escolha estratégica, em que a escolha é máxima e (4) Escolha não diferenciada, em que a adaptação é por acaso. Os quadrantes apresentados na Figura 2 definem o domínio e o alcance do poder na relação entre organização e ambiente e a vulnerabilidade relativa de cada um, em um ambiente interativo.

Figura 2: Relação entre escolha estratégica e determinismo ambiental



Fonte: Adaptado de Hrebiniak e Joyce (1985)

O Quadrante I mostra as condições ou pressupostos da ecologia populacional, a abordagem da seleção natural para adaptação, com baixa escolha estratégica e alto determinismo ambiental. Nesse quadrante, Hrebiniak e Joyce (1985) esclarecem que as escolhas são possíveis, mas limitadas devido à falta da organização de recursos e poder; a adaptação é determinada pelo ambiente e não pela empresa. Empresas que se encontram neste quadrante e não acompanham as mudanças tecnológicas e de mercado, mantendo custos crescentes, acima de uma curva de demanda horizontal, estarão com sua sobrevivência ameaçada, pois os preços são ditados por um mercado em que a demanda é perfeitamente elástica. Segundo Hrebiniak e Joyce (1985), empresas de pequeno porte, empresas que vendem *commodities* e grandes organizações que não conseguiriam atingir vantagem competitiva duradoura fariam parte desse quadrante.

No Quadrante II, a escolha estratégica e determinismo ambiental são altos, o que define um contexto turbulento para adaptação. A escolha é alta, mas seletiva ou diferenciada, devido à elevada potência de compensação e recursos do meio ambiente. Para Hrebiniak e Joyce (1985), tais organizações são capazes de seguir estratégias de diferenciação ou foco, escolhendo nichos de mercado ou segmentos dentro dos limites estabelecidos pelo ambiente. São exemplos de organizações, no Quadrante II, organizações que fazem parte de múltiplos nichos, sendo cada nicho caracterizado por um conjunto diferente de restrições, oportunidades; e também as organizações concorrentes (HREBINIAK; JOYCE, 1985). O ponto essencial é que as restrições externas e ambientais de alto determinismo não impedem necessariamente a escolha individual e o impacto sobre a adaptação estratégica. Embora a adaptação e escolha ocorram dentro das restrições, as organizações no Quadrante II, no entanto, podem desenvolver várias opções estratégicas (HREBINIAK; JOYCE, 1985).

No Quadrante III, oposto do Quadrante I, a escolha estratégica é alta, e determina o domínio organizacional ou ambiente de tarefa, enquanto o determinismo ambiental é baixo. Segundo Hrebiniak e Joyce (1985), devido à falta de dependências problemáticas de recursos escassos e poucas limitações políticas, a organização pode promulgar, propositadamente, definir, ou afetar o seu domínio e as condições exógenas sob as quais ela deseja competir. Essas empresas enfrentam um ambiente pluralista, em

que o movimento dentro e entre os segmentos de mercado não está muito limitado por barreiras de saída ou entrada (HREBINIAK; JOYCE, 1985). Controle é regra e não exceção.

O Quadrante IV é caracterizado por baixa escolha estratégica e baixo determinismo ambiental. As opções organizativas são incrementais devido à falta dos recursos necessários. A mudança pode ser rotulada de adaptação por acaso, já que não apresenta uma estratégia coerente para aproveitar as condições ambientais.

Organizações incluídas aqui tendem a ter falta de escolha estratégica, apesar de escassez de restrições externas. Mas a explicação mais provável e lógica das organizações do Quadrante IV pode ser, simplesmente, que elas têm um conjunto de forças internas e competências que são inadequadas para as oportunidades e condições externas (HREBINIAK; JOYCE, 1985). A interdependência e as interações entre escolha estratégica e determinismo ambiental definem adaptação. Cada um é insuficiente e ambos são necessários para uma explicação satisfatória da adaptação organizacional. Considera-se adaptação um processo dinâmico, resultado da força e tipo de poder ou de dependência entre a organização e o ambiente. A escolha estratégica e determinismo ambiental fornecem impulsos para a mudança. Cada um é uma causa e uma consequência do outro, no processo de adaptação. A discussão sugere a complexidade e interdependência das variáveis e processos de decisão, como uma função tanto da escolha quanto do determinismo (HREBINIAK; JOYCE, 1985).

A partir do modelo proposto, Hrebiniak e Joyce (1985) chegam a duas conclusões: a primeira é a constatação de que adaptação se define pela interdependência e interação entre escolha estratégica e determinismo ambiental; e a segunda conclusão é de que a adaptação é um processo dinâmico, o resultado da força relativa e tipo de poder ou dependência entre organização e ambiente.

A escolha pelo modelo proposto por Hrebiniak e Joyce (1985), para análise do processo de adaptação estratégica de uma indústria de móveis, foi por representar mais facilmente os fatores internos e externos que influenciam o processo de adaptação estratégica de uma organização. O modelo é de fácil compreensão e possibilita uma análise clara sobre os eventos vividos pelas organizações e as decisões estratégicas tomadas em cada período.

3. ASPECTOS METODOLOGICOS

Burrell e Morgan (1979) apontam para a importância do posicionamento dos pesquisadores quanto às bases que dão sustentação às investigações no campo das Ciências Sociais. Afirmam que a concepção adotada em termos da visão de mundo leva o pesquisador a inclinar-se para uma determinada opção metodológica.

Neste presente estudo, a abordagem metodológica utilizada é caracterizada, quanto à sua natureza, como qualitativa e foi escolhida em virtude da opção metodológica pela perspectiva humanista das

ciências sociais, que é mais apropriada para trabalhar com fenômenos sociais interpretados a partir da linguagem dos atores envolvidos nos processos.

Com relação aos seus objetivos, a presente pesquisa é descritiva, uma vez que descreve os fenômenos da mudança na sua totalidade, contextualizando-os e relacionando-os aos significados que o ambiente lhes outorga (TRIVIÑOS, 1987).

A presente pesquisa também envolveu a análise longitudinal (PETTIGREW, 1992) em virtude de seu caráter temporal e histórico que ela abrangeu do ano de 2000 a 2017. Segundo Salama (1994), a abordagem histórica da pesquisa representa um modo alternativo de compreender as organizações.

Para Minstzberg (1985), os fenômenos imensuráveis, como a história e a ideologia são, na verdade, os mais relevantes para o estudo das organizações. Para este autor, ignorar esses fatos em uma pesquisa é ignorar a própria alma da organização.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foram empregadas técnicas de entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Richardson (2008) comenta que a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores, ou seja, membros da *coalizão dominante*, que, segundo Miles e Snow (1978), é entendido como o grupo de tomadores de decisão existente em cada organização e que exerce grande influência sobre o sistema.

A pesquisa documental constitui-se numa importante técnica de coleta de dados, podendo ser utilizada para complementar as informações obtidas em outras fontes. Com relação a esta técnica, informações complementares em alguns documentos internos e registros das empresas foram analisados.

Como método para coleta e análise dos dados da presente pesquisa, foram adotados os procedimentos propostos pela *direct research*, concebida por Mintzberg e Mc Hugh (1985). A *direct research* constitui-se em um tipo de pesquisa qualitativa baseada na descrição e na indução, ao invés de prescrição e dedução implícita e explícita. É caracterizada por uma forma simples e direta de investigação, na qual o pesquisador observa situações e traça o fluxo de decisões de uma organização.

A *direct resarch* utiliza um modo longitudinal de análise, isto é, aborda a evolução da organização em um determinado período histórico (MINTZBERG *apud* SAUSEN, 2003).

Seguindo esta metodologia, o presente estudo cumpriu as seguintes etapas: 1) Coleta de dados básicos, identificando as ações e decisões importantes ocorridas dentro de determinados períodos históricos da organização, como também os eventos e tendências do ambiente que tiveram influências; etapa realizada através de entrevistas, pesquisa documental e registros da organização. 2) Inferência dos períodos e estratégias de mudança. Os dados, decisões e ações são

colocados em ordem cronológica. São analisados para que se possa inferir os padrões e consistências ao longo do tempo; isto é, as estratégias. Etapa realizada através da elaboração de uma lista de eventos considerados relevantes do ponto de vista estratégico. 3) Análise intensiva dos períodos de mudança, interpretando as percepções dos padrões surgidos neste período, a partir dos relatos e entrevistas com os tomadores de decisão para identificação das principais mudanças estratégicas; etapa realizada conforme a definição dos períodos estratégicos históricos da organização. 4) Análise teórica do estudo, procurando explicar, à luz de referenciais teóricos, as descobertas realizadas em cada período histórico, tanto quanto o estudo completo; etapa para a análise individual dos períodos estratégicos da organização.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo foi realizado em uma indústria de móveis localizada na região noroeste do Rio Grande do Sul, denominada com nome de fantasia JAEI MÓVEIS.

A proposta do estudo foi apresentada a um dos gestores da organização, que considerou a proposta interessante para a empresa, pois nos 17 anos de atuação no mercado, nenhum estudo dessa natureza havia sido realizado na mesma.

Apresentada a proposta, foi realizada uma reunião estando presente os autores e diretores da organização. Utilizando de um roteiro de perguntas previamente elaboradas visando conhecer a história e os principais eventos estratégicos ao longo da história da empresa foi possível entender a evolução da organização.

Durante a entrevista foi-se montando uma linha longitudinal da história e os eventos estratégicos mais importantes. Foram pesquisados, junto aos registros históricos e documentos, as informações necessárias para a construção da linha dos eventos críticos, também, através da pesquisa documental nos registros históricos da empresa, foram pesquisadas as informações e os dados precisos para garantir a maior fidelidade dos dados possíveis.

Foram necessários vários contatos, em momentos diferentes, com os diretores, para enumerar a sequência dos eventos. Assim, com base nas reuniões, foi possível identificar um total de 37 eventos críticos, em 17 anos de história, que foram agrupados em 4 períodos estratégicos.

Depois de determinar quais eventos que deveriam fazer parte da compreensão histórica e evolutiva da empresa, uma análise mais abrangente em torno do ambiente interno e externo foi realizado. Com essa análise, foram definidos os eventos com relevância decisiva para a compreensão do processo de adaptação estratégica da organização. Os eventos relevantes selecionados estão compreendidos no período de 2000 a 2017. O Quadro 1 apresenta os eventos estratégicos críticos levantados no estudo.

Quadro 1: Eventos críticos – Jaeli Móveis

Eventos Críticos	Ano
1. Fundação da empresa – São José do Inhacorá	2.000
2. Aquisição de maquinário usado.	
3. Venda ao consumidor.	
4. Produto – móveis para cozinha – móveis sereniados.	
5. 1ª linha de cozinha MDF desenvolvida pela empresa.	2001
6. Lançamento catálogo de produtos.	
7. Parceria de negócio com redes de varejo.	
8. Mudança de endereço para estrutura maior – São José do Inhacorá.	
9. Alteração do nome de fantasia.	
10. Convite da Prefeitura de Nova Candelária para conhecer espaço que a prefeitura municipal estava construindo para instalação de empresas.	
11. Mudança de endereço para estrutura maior – área nova – área fabril com 800m² - Nova Candelária – Contrato de comodato com a prefeitura.	2002
12. 1ª Participação como expositor na feira MOVESUL BRASIL – maior feira moveleira da América Latina.	
13. Prospeção de novos clientes e redes no RS, SC e São Paulo.	
14. Ampliação da área fabril – 1020,40m²	2003
15. Aquisição de novos equipamentos industriais.	
16. Ampliação da área fabril – 1512,44m²	2004
17. Aquisição de maquinários.	2005
18. Diversificação de produtos – móveis para cozinha e quartos.	
19. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2008
20. Produção de móveis sereniados e planejados.	
21. Substituição de representantes comerciais para vendedores – equipe da empresa.	2007
22. Fabricação de móveis planejados para todos os ambientes.	2008
23. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2009
24. Ampliação da área fabril – 2061,04m²	
25. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2010
26. Elaboração do Planejamento Estratégico.	
27. Ampliação da área fabril – 2729,70m²	
28. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2011
29. Aquisição de novos equipamentos industriais.	
30. Empresa Prêmio Destaque Gaúcho na fabricação de móveis sereniados e planejados - FENAC, em Novo Hamburgo - RS.	2012
31. Empresa recebeu o Prêmio Excelência MOVEVERGS.	2013
32. Ampliação da área fabril – 3.293,70m²	
33. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2014
34. Recessão econômica – lançamento de móveis modulados.	2015
35. Desenvolvimento de parceria com empresa de arquitetura para criação de produtos.	2016
36. Aquisição de novos equipamentos industriais.	
37. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2017

Fontes: dados da pesquisa (2018)

A partir da análise do processo de adaptação estratégica da organização, no período de 2000 a 2017, identificaram-se 37 eventos críticos ou decisões estratégicas, os quais foram agrupados em quatro períodos estratégicos, conforme apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Períodos Estratégicos – Jaeli Móveis

Eventos Críticos	Ano	Período Estratégico
1. Fundação da empresa – São José do Inhacorá.	2.000	1º Período Estratégico – CONCEPÇÃO E FUNDAÇÃO DO NEGÓCIO
2. Aquisição de maquinário usado.		
3. Venda ao consumidor.		
4. Produto – móveis para cozinha – móveis sereniados.	2001	
5. 1ª linha de cozinha MDF desenvolvida pela empresa.		
6. Lançamento catálogo de produtos.		2º Período Estratégico – POSICIONAMENTO DE MERCADO (Inserção nas redes de varejo)
7. Parceria de negócio com redes de varejo.		
8. Mudança de endereço para estrutura maior – São José do Inhacorá.	2001	
9. Alteração do nome de fantasia.		
10. Convite da Prefeitura de Nova Candelária para conhecer espaço que a prefeitura municipal estava construindo para instalação de empresas.		
11. Mudança de endereço para estrutura maior – área nova – área fabril com 800m² - Nova Candelária – Contrato de comodato com a prefeitura.	2002	3º Período Estratégico – CRESCIMENTO E EXPANSÃO (Diversificação de produtos e ampliação de mercado)
12. 1ª Participação como expositor na feira MOVESUL BRASIL – maior feira moveleira da América Latina.		
13. Prospeção de novos clientes e redes no RS, SC e São Paulo.		
14. Ampliação da área fabril – 1020,40m²	2003	
15. Aquisição de novos equipamentos industriais.		
16. Ampliação da área fabril – 1512,44m²	2004	4º Período Estratégico – PLANEJAMENTO DA GESTÃO E REESTRUTURAÇÃO (Planejamento da gestão e reestruturação)
17. Aquisição de maquinários.	2005	
18. Diversificação de produtos – móveis para cozinha e quartos.	2006	
19. Aquisição de novos equipamentos industriais.		
20. Produção de móveis sereniados e planejados.		
21. Substituição de representantes comerciais para vendedores – equipe da empresa.	2007	
22. Fabricação de móveis planejados para todos os ambientes.	2008	
23. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2009	
24. Ampliação da área fabril – 2061,04m²	2010	
25. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2011	
26. Elaboração do Planejamento Estratégico.		
27. Ampliação da área fabril – 2729,70m²		
28. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2012	
29. Aquisição de novos equipamentos industriais.		
30. Empresa Prêmio Destaque Gaúcho na fabricação de móveis sereniados e planejados - FENAC, em Novo Hamburgo - RS.	2013	
31. Empresa recebeu o Prêmio Excelência MOVEVERGS.	2014	
32. Ampliação da área fabril – 3.293,70m²		
33. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2015	
34. Recessão econômica – lançamento de móveis modulados.		
35. Desenvolvimento de parceria com empresa de arquitetura para criação de produtos.	2016	
36. Aquisição de novos equipamentos industriais.		
37. Aquisição de novos equipamentos industriais.	2017	

Fontes: dados da pesquisa (2018)

1º Período Estratégico – CONCEPÇÃO E FUNDAÇÃO DO NEGÓCIO

Ano 2000 a 2001

Inicialmente, a empresa se instalou em um antigo salão de bailes em que fabricava móveis para cozinhas em fibra de média densidade. No início das atividades, a empresa utilizava equipamentos de pouca tecnologia, inclusive sendo alguns artesanais, pois na época não havia disponibilidade financeira de adquirir equipamentos novos.

A empresa foi fundada no dia 15 de junho de 2000, com o nome fantasia de “FAIN MÖBEL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS”. A abertura da empresa se deu a partir da visão profissional dos dois sócios, dois irmãos, que almejavam ter o próprio negócio. Ambos os sócios, jovens empreendedores, tinham experiência no ramo moveleiro. A profissão da marcenaria estava já no histórico familiar dos mesmos.

Como forma de divulgar os produtos e captar clientes, criou seus próprios *folders* e catálogos de produtos. Os móveis fabricados eram cozinhas em MDF.

Contava em seu quadro pessoal com 7 colaboradores, tendo um faturamento anual de R\$284.793,51. Tinha como clientes os consumidores em geral e estavam buscando a inserção de seus produtos junto a lojas e redes de varejo. Seu primeiro parque fabril era composto de 1 seccionadora, 1 lixadeira cinta, 1 plaina desempenadeira, 1 plaina desengrossadeira, 1 tupia superior, 1 pistola de pintura, 1 grampeadeira, 2 furadeira-parafusadeira, 1 serra circular e 1 prensa de portas.

2º Período Estratégico – POSICIONAMENTO DE MERCADO

(Inserção nas redes de varejo)

Ano 2001

Em 29 de maio de 2001 a empresa mudou-se para outro endereço, ainda, no município de São José do Inhacorá. Esta mudança de estrutura foi necessária para a ampliação do processo fabril. A empresa buscou um posicionamento de comercializar seus produtos nas lojas e redes de varejo e não mais diretamente ao consumidor final.

Em 10 julho de 2001, a empresa passa a ter a denominação de Jaeli Móveis LTDA, tendo como nome fantasia Jaeli Móveis. A razão para a alteração foi que muitos clientes tinham dificuldade na pronunciar o nome “Fain Möbel”, de origem da língua alemã.

Em 2001 foi firmada uma das primeiras parcerias com a rede das Lojas Becker. Ainda no mesmo ano, após muitas visitas, reuniões de negócios, a empresa conseguiu firmar contrato com a rede de lojas Quero-Quero. Contrato que permaneceu em vigor até o ano de 2010, quando a rede teve troca de donos.

Para o fechamento do contrato a empresa se prontificou a enviar os mostruários para as lojas da rede. Lojas que a rede fosse abrir de forma consignada (o que significa que são colocadas nas lojas para exposição, apesar do seu dono original (fornecedor) não perder a sua propriedade). Sendo modelo concedido de forma exclusiva, ou seja, que este modelo não poderia ser fornecido a outra rede de lojas.

No ano de 2001 a organização se inseriu nas redes de varejo, ampliou o seu mix de modelos de cozinhas e teve um faturamento de R\$1.018.033,63, contando com 20 funcionários.

3º Período Estratégico – CRESCIMENTO E EXPANSÃO

(Diversificação de produtos e ampliação de mercado)

Ano 2002 a 2009

Em março de 2002 a Jaeli participou da sua primeira Movelsul, levando uma cozinha modelo 2000 completa (com toda modulação disponível) e duas composições menores nos modelos da linha 2000 e da linha 5000. Este evento se tornou um divisor de águas em que a empresa prospectou clientes de todo o estado e alguns clientes de Santa Catarina e de São Paulo. A partir desta edição da feira, a Jaeli se fez presente em todas as demais edições, sendo que é considerada a maior feira moveleira da América Latina.

Importante destacar que a Jaeli Móveis estava instalada no perímetro urbano da cidade de São José do Inhacorá, gerando várias queixas por parte dos vizinhos, ocasionando uma ação da promotoria pública, que notificou a empresa a buscar outra estrutura para sua instalação.

Assim, os diretores da organização foram em busca de novas alternativas para a instalação da empresa. Enquanto visitavam algumas estruturas nas cidades próximas, receberam o convite da Prefeitura Municipal de Nova Candelária para que fossem conhecer o espaço que a mesma estava construindo para instalação de empresas. Após visita aos pavilhões da estrutura e reuniões, os diretores firmaram um contrato de comodato para a instalação da empresa.

No dia 20 de setembro de 2002 iniciou-se a transferência dos maquinários para as novas instalações no município de Nova Candelária – RS, contando agora com uma estrutura fabril totalmente nova de 800m².

Com aumento na demanda da produção e para melhorar a qualidade, a empresa constantemente investe em aquisição e substituição de máquina e equipamentos com melhor tecnologia, modernizando continuamente seus processos produtivos.

Em 2003, após solicitação de ampliação junto à Prefeitura Municipal e com a saída da empresa que ocupava a outra parte da estrutura do prédio, houve a ampliação da concessão para mais 220,04m², contando agora com 1020,40m².

Em 2004, obteve-se a ampliação de mais 492,04m², somando agora um total de 1512,44m² de estrutura fabril, tendo os mesmos motivos da ampliação anterior (aumento da produção, sendo, consequentemente, necessário o aumento do espaço físico).

No ano de 2005 a empresa novamente investiu em equipamentos para reduzir o custo dos processos, minimizar a poluição ambiental e aumentar a produção e ter um processo mais padronizado.

Em 2006 a empresa lança no mercado novos produtos, seguindo uma tendência do mercado interno brasileiro. Fortaleceu-se, nesse ano, o uso do sistema de elaboração de projetos de ambientes planejados (PROMOB).

Já em 2007, com a continuidade de parcerias duradouras entre a fábrica e os representantes comerciais, a empresa adotou uma nova postura indo na contramão do mercado. A empresa deixou de ter

representantes comerciais e contratou vendedores (funcionários) para atender todo o Rio Grande do Sul e ainda fazendo trabalho de promotor de vendas nas lojas dos magazines Lojas Becker e Quero-Quero.

Em 2008, com a intenção de ter uma linha completa de móveis planejados (para todos ambientes do lar), a Jaeli deu o primeiro passo com a introdução da linha dos *Home* (gavetas avulsas e painéis editáveis), utilizados principalmente nas salas e também podendo ser usados na modulação dos lavabos, dentro do programa de projetos PROMOB. Ainda, neste ano, a empresa teve sua primeira contratação feminina para a produção após a vinda a Nova Candelária.

Em 2009 a empresa continuou o lançamento de novos produtos no mercado e a aquisição de equipamentos e máquinas mais tecnológicas para garantir a qualidade dos produtos e ampliar a escala de produção.

4º Período Estratégico – PLANEJAMENTO DA GESTÃO

(Planejamento da gestão e reestruturação)

Ano 2010 a 2017

Em 2010, com a introdução de novos produtos (que estavam tendo boa aceitação de mercado) e aquisição de novas máquinas, foi solicitada junto à Prefeitura Municipal a ampliação de mais 549,60m². Essa ampliação permitiu que a empresa melhorasse seu *layout* de produção, aumentando a produtividade. Nesse mesmo ano, junto com o programa de redes de cooperação, elaborou-se o planejamento estratégico da organização. A Figura 3 apresenta alguns dos produtos do portfólio produzidos pela empresa.

Figura 3: Produtos fabricados pela empresa



Fonte: dados da empresa (2018)

Ainda, em 2010, com a venda da empresa Quero-Quero para uma *adventure* americana, passou a ser exigido várias contribuições financeiras para a

empresa, que não estavam no contrato anterior e não sendo permitido o reajuste de preços dos produtos de forma adequada. Quando a Quero-Quero passou a exigir ajuda financeira para o mostruário de lojas reformadas, a Jaeli decidiu que era hora de romper a parceria que já duravam vários anos.

No primeiro momento teve um impacto negativo, pois o faturamento caiu bruscamente, mas em compensação a lucratividade acabou melhorando para a empresa.

No ano de 2011 teve-se a ampliação de 668,66m². As vendas da empresa cresciam consideravelmente, deixando o espaço fabril pequeno.

Em 2012 a empresa fez um novo catálogo na linha de planejados, disponibilizando a linha completa de planejados (ambientes de cozinhas, salas, lavabos, dormitório, corporativos, entre outros).

Em 2012 a empresa foi contemplada com o Prêmio Destaque Gaúcho, consagrando-se na fabricação de produtos seriados e planejados. O evento, organizado há mais de duas décadas pela Revista Destaque Gaúcho, é considerado um importante prêmio empresarial do Rio Grande do Sul.

Em 2013 a empresa recebeu o Prêmio Excelência MOVERGS, que destaca reconhecimento a esse talento empreendedor o mérito de empresas diferenciadas, que sintetizam a representatividade do setor moveleiro gaúcho e é concedido pela Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul. Esse é o mais importante prêmio concedido às indústrias moveleiras do RS. Ele leva em consideração o crescimento anual do faturamento e a produtiva média por colaborador. A figura 4 apresenta alguns equipamentos ao longo da evolução tecnológica da empresa.

Em 2014 obteve-se nova ampliação de 563,00m² totalizando em 3.293,70m² de área construída. Permitiu melhor adequação do processo de embalagem, estoque, separação e expedição dos produtos. Na Figura 5, é possível perceber a ampliação física na empresa ao longo dos anos.

No ano de 2015 percebendo a diminuição da venda de móveis planejados, devido à crise econômica que se instalava no país, lançou uma linha de móveis modulares, sendo composta por cozinhas e dormitórios. Esta modulação foi disponibilizada no programa de projetos PROMOB. Essa linha de produtos se transformou na linha Maxim que está disponível até os dias de hoje (2018) representando mais de 30% do faturamento da linha de planejados.

Figura 4: Evolução tecnológica dos equipamentos da empresa



Evolução tecnológica da empresa - 2000



Evolução tecnológica da empresa - 2006



Evolução tecnológica da empresa - 2007



Evolução tecnológica da empresa - 2009



Evolução tecnológica da empresa - 2010



Evolução tecnológica da empresa - 2016

Fonte: dados da empresa (2018)

No de 2016 a empresa ampliou o mix de produtos e continuou modernizando o processo tecnológico de produção. Como forma de visualizar a evolução do seu mercado de atuação, elaborou-se uma figura para melhor representar onde a empresa está atuando, bem como onde se encontram seus principais fornecedores (Figura 6).

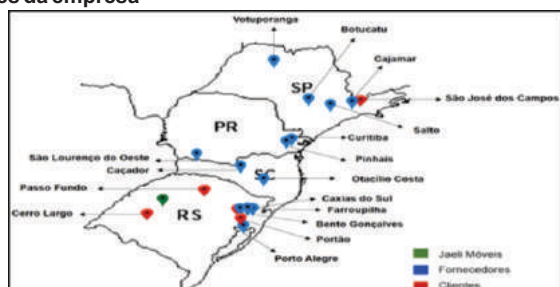
Já na Figura 7 será possível visualizar o número de colaboradores anual da empresa ao longo dos 17 anos de análise.

Figura 5: Ampliação física da empresa

Estrutura fabril em 2002 - 800m²Estrutura fabril em 2004 - 1512,44m²Estrutura fabril em 2010 - 2061,04m²Estrutura fabril em 2011 - 2729,70m²Estrutura fabril em 2014 - 3.293,70m²

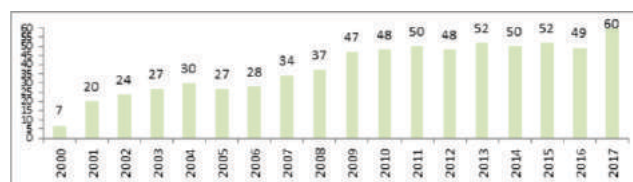
Fonte: dados da empresa (2018)

Figura 6: Localização geográfica dos principais fornecedores e clientes da empresa



Fonte: autores da pesquisa (2018)

Figura 7 – Número de colaboradores de 2000 a 2017



Fonte: dados da empresa (2018)

4.1. O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DA EMPRESA, SEGUNDO O MODELO DE HREBINIAK E JOYCE (1985)

Para melhor visualizar o processo de mudança estratégica vivido pela organização, no período dos 17 anos analisados, apresenta-se a Figura 9, com os períodos estratégicos a partir do modelo dos quadrantes proposto por Hrebiniak e Joyce (1985). Os dados apresentam uma organização voltada para o mercado, ora com mudanças motivadas pelo ambiente, ora com mudanças motivadas por iniciativa interna.

FIGURA 9 - Escolha estratégica e determinismo ambiental no período de 2000 a 2017



Fonte: Adaptado de Hrebiniak e Joyce (1985, p. 339).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo estudar o processo de adaptação estratégica em uma indústria de móveis, instalada no município de Nova Candelária, região Noroeste do Estado do Rio Grande de Sul, englobando o período da sua fundação, de 2000 até o ano de 2017.

Após as entrevistas com os diretores e pesquisas documentais nos registros históricos para a coleta dos dados, foi possível fazer uma relação identificando os principais eventos críticos estratégicos, num primeiro momento, através do modelo de Hrebiniak e Joyce (1985).

A construção de um quadro com os principais eventos ocorridos na história da organização permitiu a visualização do processo histórico e uma melhor análise dos períodos estratégicos, bem como dos eventos motivadores dessas mudanças, observando o contexto, o conteúdo e o processo, conforme sugere Pettigrew (1987).

Por meio da análise dos eventos, foi possível definir quatro períodos estratégicos. No primeiro ano e no segundo de operação da empresa a instalação se deu em uma infraestrutura não apropriada e a fabricação e venda de móveis era direto ao consumidor caracterizando esse primeiro período como de baixa escolha estratégica e de alto determinismo ambiental, localizado no Quadrante I - Seleção Natural -, do modelo de Hrebiniak e Joyce (1985).

No segundo período, com a o foco na busca de

parceria com redes de varejo para a comercialização dos produtos fabricados, juntamente com a mudança do nome de fantasia com a mudança de instalações, houve um olhar mais estratégico para o mercado, na perspectiva de ampliar a participação dos produtos em redes de maior volume de venda caracterizando ainda esse período como de baixa escolha estratégica e de alto determinismo ambiental, localizado no Quadrante I - Seleção Natural.

A partir do terceiro período, a organização buscou nova localização geográfica da planta industrial, teve uma sequência de ampliação de área fabril, investimentos em máquinas e equipamentos de alta tecnologia, firmou parcerias com redes de varejo, buscou atender e se antecipar às necessidades do mercado buscando ampliar o mix de produtos com alto padrão de qualidade. A organização se estabeleceu num período de crescimento e expansão.

No quarto período de planejamento da gestão a organização elaborou seu planejamento estratégico para definir a missão, visão, valores e objetivos estratégicos, ampliando novamente a área fabril, diversificando o mix e continuamente adquirindo novas tecnologias. Recebeu dois reconhecimentos importantes no seu segmento de atuação em nível estadual, resultado do trabalho ao longo dos anos desenvolvido pela empresa.

Dessa forma, o terceiro e quarto períodos caracterizam-se como de alta escolha estratégica e de alto determinismo ambiental, localizado no Quadrante II do modelo.

Observou-se, após análise dos períodos, a predominância de eventos críticos mais significativos nos períodos estratégicos 3 e 4, com alta escolha estratégica e alto determinismo ambiental (Quadrante II), conforme observado na Figura 9.

Por meio do estudo na organização, percebeu-se a preocupação dos diretores em estarem atentos às exigências do mercado e às necessidades internas da empresa.

O estudo contribui para evidenciar uma mudança na trajetória da Jaeli Móveis, que passou a se antecipar às necessidades do mercado acompanhando a tendência do mesmo, além de investir na melhoria de seus equipamentos e processos internos, na busca pela qualidade e na constante melhoria dos processos de fabricação.

REFERÊNCIAS

ADIZES, Ichak. **Os Ciclos de Vida das Organizações**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1990.

ANSOFF, H. I. (1983). **Administração estratégica**. São Paulo: Atlas.

BLAIKIE, Norman. **Approaches to Social Enquiry**. Cambridge, UK: Polity Press, 1995.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann, 1979.

HERMES, Lisiane Caroline Rodrigues; GOMES, Fabiana Baptista Maurer; SAUSEN, Jorge Oneide. **O Processo de Mudança e Adaptação Estratégica de Uma Empresa Gráfica: Uma Análise Biográfica**; XXXVIII Encontro da ANPAD, EnANPAD, 2014.

HUGHES, J. A. A filosofia da pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MILES, R. G.; SNOW, C. C. **Organizational Strategy, Structure and Process**. New York: McGraw-Hill, 1978.

MINTZBERG, H.; McHUGH, A. **Strategy Formation in an Adhocracy**. *Administrative Science Quarterly*, v. 30, 1985, p. 160-197.

MINTZBERG, H. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Porto Alegre: Bookman 2010.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

MOVERGS, 2016. **Dados do setor moveleiro**. [online]. Disponível em: <http://www.movergs.com.br/dados-setor-moveleiro>. Acesso em: 15 de nov de 2016.

PETTIGREW, A. M. *Context and action in the transformation of the firm*. **Journal of Management Studies**. p. 649-670, nov, 1987.

PETTIGREW, A; FERLIE, E; e McKEE, L. **Shaping strategic change**. London: Sage, 1992.p.1-30.

PETTIGREW, A. **A Cultura das Organizações é Administrável?**. In: Fleury, M.T.L. e Fischer, R. M. (Org.). *Cultura e Poder nas Organizações*. 2a Ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 143-152.

PORTER, M. E; MONTGOMERY, C. A. (1986). **Estratégia: a busca da vantagem competitiva** (5a ed. Bazán Trad.). Rio de Janeiro: Campus.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSSETTO, C. R.; CUNHA, C. J. C. A.; ORSSATTO, C. H. **Os Stakeholders no processo de adaptação estratégica: um estudo longitudinal**. *Teor. Evid. Econ.*, Passo Fundo, v. 5, n. 9, p. 107-126, maio 1997.

SALAMA, A. O uso da biografia de uma organização como método de pesquisa para a investigação do desenvolvimento organizacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 28(1):34-42, jan./mar. 1994.

SANTIAGO, Vera; MIRANDA, Jacqueline. 2014. **Press Release. IEMI lança relatório setorial da Indústria de Moveis no Brasil**. [Online] [Acesso em: 17 nov 2016] <http://www.iemi.com.br/press-release-iemi-lanca-relatorio-setorial-da-industria-de-moveis-no-brasil/>.

SAUSEN, Jorge O. **Adaptação Estratégia Organizacional**: O Caso Kepler Weber. Ijuí: Unijuí, 2003. (Coleção de trabalhos acadêmicos-científicos. Série teses de doutorado)

SAUSEN, J. O. **Adaptação estratégica organizacional**: o caso da Kepler Weber S/A. Ijuí: UNIJUI, 2003.

SAUSEN, J. O. Gestão estratégica, competitividade e desenvolvimento: um olhar a partir das suas interrelações. In: SIEDENBERG, D. R. (org.) **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Unijuí, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WHITTINGTON, R. *The work of strategizing and organizing: for a practice perspective*. **Strategic Organization**, v.1, n.1, p.119-127, 2002.

WHITTINGTON, R. **O que é estratégia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES DE LÁCTEOS

Caroline Regina Alflen¹
 Patrícia de Fátima Lacks²
 Jesildo Moura de Lima³
 David Basso⁴

RESUMO

As mudanças que vêm ocorrendo no cenário atual exigem que as empresas, para permanecerem atuantes no mercado, estejam dispostas a buscar informações sobre o que realmente seus consumidores desejam e necessitam. Este trabalho teve como tema análise do comportamento dos consumidores de lácteos. O estudo apresenta como problema de pesquisa: Qual é o comportamento dos consumidores de lácteos dos municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio, localizados na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul? Apresenta como objetivo geral: Identificar o comportamento dos consumidores de lácteos dos municípios citados anteriormente. As abordagens utilizadas foram dedutiva, qualitativa e quantitativa e os procedimentos foram pesquisa descritiva e pesquisa de campo. As técnicas de coletas de dados foram pesquisa bibliográfica, entrevista, pesquisa de mercado e dados secundários. E para a técnica de análise de dados utilizou a análise de conteúdo e planilha eletrônica. Foram entrevistados 279 municípios, sendo as amostras estratificadas conforme o censo 2010 do IBGE com margem de erro de 5% e grau de confiabilidade de 90%. Dos entrevistados 72,04% residem na zona urbana e 27,96% na zona rural. Os produtos lácteos e derivados mais consumidos são o leite com 23,44%, o queijo com 16,35% e o iogurte com 16,11%. O leite integral é o mais consumido com 49,03%, o consumo de lácteos acontece diariamente por 68,10% dos entrevistados e o valor gasto com esses produtos no mês é até R\$ 50,00.

Palavras-chave: Marketing. Comportamento do consumidor. Lácteos.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças que vêm ocorrendo no cenário atual exigem que as empresas, para permanecerem atuantes no mercado, estejam dispostas a buscar informações sobre o que realmente seus consumidores desejam e necessitam. Dessa forma, as empresas dão ênfase no que realmente lhe trará resultados e crescimento.

Conforme Ferrel e Hartline (2005) é um grande

ABSTRACT

The changes that are occurring in the current scenario require that companies to remain active in the market are willing to seek information about what their consumers really want and need. This work had the theme of analysis of the behavior of dairy consumers. The study presents as a research problem: What is the behavior of dairy consumers in the cities of Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá and Três de Maio, located in the Northwest region of the State of Rio Grande do Sul? It presents as general objective: To identify the behavior of consumers of dairy products from the cities mentioned above. The approaches used were deductive, qualitative and quantitative and the procedures were descriptive research and field research. The techniques of data collection were bibliographic research, interview, market research and secondary data. And for the technique of data analysis used the content analysis and spreadsheet. A total of 279 municipalities were interviewed. Samples were stratified according to the 2010 IBGE census, with a margin of error of 5% and a reliability of 90%. Of the respondents, 72.04% live in urban areas and 27.96% in rural areas. The most consumed dairy products and derivatives are milk with 23.44%, cheese with 16.35% and yoghurt with 16.11%. Whole milk is the most consumed with 49.03%, dairy consumption happens daily by 68.10% of respondents and the value spent on these products in the month is up to R\$ 50.00.

Keywords: Marketing. Consumer behavior. Dairy products.

desafio buscar compreender como os consumidores se comportam em relação à compra, pois muitas vezes o que os consumidores falam não é realmente o que eles fazem. No entanto, todo o empenho é relevante, uma vez que disponibiliza o entendimento de como deve ser realizado o planejamento de um novo produto e também de atividades de *marketing*, que resultem na satisfação dos consumidores.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil, em 2015, produziu 35 bilhões de litros de leite, sendo a Região Sul, a partir de

¹Bacharela em Administração. E-mail: caroline_regina25@hotmail.com

²Bacharela em Administração. E-mail: patricialacks@yahoo.com.br

³Bacharel em Administração, aluno do doutorado em Desenvolvimento da UNIJUÍ, Professor da Faculdade Três de Maio/SETREM. E-mail: jesildo.lima@hotmail.com

⁴Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil (2004). E-mail: davidbasso@unijui.edu.br
 Professor titular Nível IV da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil Professor da Sociedade Educacional Três de Maio.

2014, a responsável pela maior parte da produção Nacional, representando 35,2%. Referente à produtividade, o Rio Grande do Sul foi o que atingiu o melhor resultado (3.073 litros/vaca/ano) na Pesquisa Pecuária Municipal 2015 (PPM).

O leite é um produto que fornece grandes benefícios para as pessoas, além de ser muito importante para a saúde, ele também é uma maneira de várias famílias obterem renda. Atualmente existem empresas que realizam a industrialização do leite e o transformam em diversos produtos diferentes, tais como iogurte, queijo, creme de leite, entre outros, que são chamados de lácteos.

Este estudo é de suma importância, pois através dele foi possível obter informações relevantes tanto para os produtores quanto para as indústrias, uma vez que são bem escassos os estudos sobre o comportamento dos consumidores de lácteos da região Noroeste.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para Lovato (2013, p. 27) “Metodologia da pesquisa é o ramo da filosofia da ciência que explora os métodos que o pesquisador utiliza para chegar a seus postulados”. É o estudo dos métodos que serão utilizados para se chegar ao objetivo desejado, preocupando-se com os procedimentos e técnicas que darão credibilidade aos resultados da pesquisa.

“A metodologia científica, em sua essência, tem por finalidade estudar os métodos que identificam os caminhos percorridos para alcançar os objetivos propostos pelo plano de pesquisa.” (GULLICH, LOVATO e EVANGELISTA, 2007, p. 33).

Utilizou-se para desenvolver o estudo os métodos de abordagem dedutiva, qualitativa e quantitativa. Através do método dedutivo buscou-se compreender melhor o tema do estudo, utilizando as teorias existentes como base para obter novas conclusões a respeito do comportamento dos consumidores de lácteos.

Utilizou-se a abordagem qualitativa para obter as conclusões descritivas, a partir das perguntas abertas da entrevista realizada com os consumidores de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio, assim como para realizar as análises das respostas descritivas e também dos gráficos. Por meio desta abordagem foram descritas as características que compõem o comportamento dos consumidores.

A abordagem quantitativa utilizou-se após a aplicação de todas as entrevistas, para tabular e analisar os dados obtidos a partir das perguntas fechadas. Através da utilização de uma planilha eletrônica foram gerados gráficos com os percentuais obtidos referentes à frequência de consumo de lácteos, ao valor gasto com esses produtos mensalmente, à marca, tipo de embalagem e atributos que consideram ao adquirir os produtos lácteos.

O estudo tem como procedimentos a pesquisa descritiva e a pesquisa de campo. Através da pesquisa descritiva buscou-se observar, registrar e interpretar as informações obtidas após a realização da pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada através da aplicação de entrevistas para os municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio, localizados na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

O estudo utilizou como técnica de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, pesquisa de mercado e dados secundários. Por meio da pesquisa bibliográfica buscou-se em livros e *sites* conhecer melhor o assunto a ser desenvolvido, como forma de entender melhor o comportamento dos consumidores de lácteos.

Foram realizadas entrevistas com os municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio a fim de compreender melhor o seu comportamento referente às compras de produtos lácteos, em que se identificaram tipos de produtos que são comprados, quais as marcas, valor investido na compra, frequência de consumo e o que leva a comprar determinada marca ou produtos.

Buscou-se, através da pesquisa de mercado, conhecer melhor o ramo de lácteos, verificando o consumo e a produção. Utilizaram-se os dados secundários para obter informações em *sites* e artigos a respeito dos assuntos abordados no estudo.

Como técnica de análise de dados o estudo utilizou a análise de conteúdo e planilha eletrônica. Utilizou-se para realizar a análise das informações obtidas através da aplicação da entrevista com os municípios, referente ao comportamento dos consumidores de lácteos. Para a análise e apresentação dos dados coletados foi utilizada planilha eletrônica, que apresenta meios de realizar análises com agilidade e eficiência.

2.2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1. ADMINISTRAÇÃO

De acordo com Andrade e Amboni (2007), compreender o que é a administração em condições de dúvidas, imprevisibilidade e variabilidade gera desafios para qualquer gestor conseguir sobreviver e se manter no mercado, que está cada vez mais competitivo. Para que a organização alcance bons resultados é necessário que todos os colaboradores se envolvam e participem da busca constante dos seus objetivos.

Andrade e Amboni (2007) afirmam que administrar está relacionado ao desempenho obtido pela empresa como um todo em um contexto. E o desempenho está ligado à eficiência, eficácia e efetividade. A eficiência possui relação com a razão entre os custos e os benefícios que a empresa pode obter ao produzir um produto ou prestar um determinado serviço. É possível verificar a eficácia da empresa a partir do alcance dos seus objetivos e a sua efetividade é

verificada com base na aceitação que o seu produto teve pelos consumidores e pela capacidade de alcançar objetivos desejados.

2.2.2. Marketing

No entendimento de Dias (2010), *marketing* é uma palavra inglesa oriunda da *market*, que quer dizer mercado. Ela é utilizada para demonstrar as ações voltadas para o mercado, ou seja, a empresa que desenvolve o *marketing* possui o mercado como razão e foco de suas ações.

De acordo com Kotler e Armstrong (1993, p. 2), o *marketing* pode ser definido como “o processo social e gerencial através do qual os indivíduos e os grupos obtêm aquilo de que necessitam e desejam por meio da criação e troca de produtos e valores”.

Segundo Maximiano (2004), o objetivo principal da função do *marketing* é criar e manter uma conexão entre a empresa e seus clientes, consumidores e público-alvo. As atribuições do *marketing* estão relacionadas em pesquisas, buscando identificar interesses, necessidades e tendências de mercado. A criação e desenvolvimento de novos produtos e serviços, até mesmo nomes, marcas e preços. A escolha do melhor canal de distribuição e escolha dos pontos de venda, a determinação dos preços, a escolha do melhor canal de comunicação para atingir seu público-alvo e a melhor forma de venda dos produtos.

2.2.3. Mix de marketing

De acordo com Churchill (2000), o objetivo do *marketing* é gerar ligações lucrativas. As atividades de *marketing* também influenciam o comportamento de compra do consumidor. Os elementos que compõem o composto de *marketing*, que são produto, praça, preço e promoção afetam de forma significativa no momento que os consumidores escolhem por determinado produto ou por outro.

Conforme Rosenbloom (2002), criar um mix de *marketing* com estratégias de produto, preço, praça e promoção que consigam atender às demandas dos mercados desejados pela empresa de maneira superior ao que foi realizado pelos concorrentes é fundamental para o gerenciamento do *marketing* moderno. O papel desempenhado pelo gerente de *marketing* é o de criar uma combinação adequada entre os quatro Ps, para alcançar e manter o nível almejado de satisfação do mercado-alvo da empresa.

2.2.4. Mercado

De acordo com Ferrel e Hartline (2005), o mercado pode ser considerado como um conjunto de pessoas que compram e pessoas que vendem produtos. Pode-se ver o mercado como um conjunto de pessoas ou empresas que possuem necessidades parecidas que podem ser supridas por certos produtos ou por classes de produtos.

2.2.5. Segmentação de mercado

Segundo Dias (2010), antes de iniciar um novo

negócio existem várias coisas que precisam ser analisadas e estudadas para colocá-lo em prática, uma delas diz respeito ao público que a empresa pretende atender. É fundamental conhecer os clientes buscando verificar seu perfil, saber que tipo de pessoa e também de consumidor ele é, quais são os hábitos de compra que ele possui, entre outros aspectos. Após, realizada a identificação dos clientes, são elaborados planos e estratégias de *marketing* com a finalidade de atender da melhor forma possível estes consumidores.

Para Dias (2010, p. 18) segmentação de mercado é o processo de “dividir mercados em grupos de consumidores potenciais com necessidades e/ou características semelhantes e que provavelmente terão comportamentos de compra semelhantes”.

2.2.6. Comportamento do consumidor

No entendimento de Las Casas (2006), o comportamento do consumidor é um assunto dentro do *marketing* que trabalha com várias áreas. Possui como finalidade entender o que influencia os compradores e também as suas particularidades, buscando através dessas informações realizar propostas apropriadas relacionadas ao *marketing*.

“Tentar entender o comportamento de compra dos consumidores é uma tarefa bastante árdua e desafiadora. O comportamento dos consumidores geralmente é irracional e imprevisível”. (FERREL e HARTLINE, 2005, p. 113).

2.2.7. Planejamento

De acordo com Robbins (2000), o planejamento pode ser considerado como sendo a descrição das metas de uma empresa, a implantação de uma estratégia geral para alcançar essas metas e a elaboração de uma estrutura de planos mais amplos para integrar e organizar as atividades. Refere-se, portanto, ao que será feito e também de que forma será feito.

Conforme Las Casas (2006), o planejamento consiste em decidir com antecedência o que deve ser feito. A organização consegue precaver-se de possíveis eventualidades que possam vir a ocorrer. Além disso, contribui para melhor aproveitamento de recursos e diminuição de desperdícios, trabalhando com maior eficiência.

2.2.8. Leite no Brasil

Para Stock (2011), o Brasil é considerado grande produtor de leite. A atividade que teve início com características extrativistas, atualmente ocupa uma posição relevante no cenário econômico nacional e é uma atividade fundamental do agronegócio brasileiro.

Segundo IBGE (2011) *apud* STOCK *et. al.* (2011), no ano de 2009, o País produziu 29,1 bilhões de litros de leite, gerando renda de R\$ 18,6 bilhões, o que corresponde a 11,2% do valor gerado pela agropecuária brasileira e 76,3% do valor gerado pela pecuária. Levando em consideração o valor da produção, o leite ocupa o terceiro lugar entre as *commodities* agropecuárias produzidas no Brasil, perdendo apenas para a soja e a cana-de-açúcar.

2.2.9. O consumo de lácteos no Brasil

De acordo com Stock *et al.* (2011), o consumo per capita de lácteos no País tem crescido desde 1986 a uma taxa anual de 1,7%. Isso quer dizer que, a cada ano, cada um dos habitantes brasileiro consumiu em torno de 1,7% a mais de produtos lácteos comparados ao ano anterior.

Stock *et al.* (2011) destaca que existem algumas categorias que apresentam maior crescimento em relação ao consumo. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Queijo (Abiq), o queijo teve um crescimento anual de mercado em volume de 5,4% do ano 2000 em diante, percentual de crescimento maior do que o apresentado pelo mercado de lácteos.

Segundo Stock *et al.* (2011), no entanto, o consumo per capita é ainda considerado muito baixo se comparado a outros países, como a Argentina onde o consumo per capita de queijos é de 10 Kg/habitante/ano e no Brasil é pouco superior a 4 Kg/habitantes/ano. Nos últimos anos, porém, está ocorrendo um aumento significativo do crescimento de consumo de queijos, obtendo valores de 16% em 2010 e 10,5 no primeiro semestre de 2011.

Conforme Stock *et al.* (2011), os iogurtes também têm apresentado um crescimento relevante, chegando a alcançar de 5% a 8% ao ano, os iogurtes funcionais são os que tiveram maior aumento.

Para Stock *et al.* (2011), as diferenças no consumo podem ser afetadas por diversos fatores, como o envelhecimento da população, o aumento da renda, a alteração de hábitos alimentares e também pela maior exigência dos consumidores.

De acordo com Stock *et al.* (2011), pode-se perceber que nos últimos anos o consumo de lácteos apresentou um crescimento significativo. Para buscar atender esse crescimento é necessário que as empresas busquem a inovação, não apenas para desenvolver novos produtos, mas também para criar embalagens diferenciadas e é importante que revejam suas estratégias de *marketing* para atrair potenciais consumidores.

2.3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será realizada a apresentação dos resultados da Análise do Comportamento dos Consumidores de Lácteos dos municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio localizados na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Além dos resultados obtidos com as entrevistas, também foi realizada uma pesquisa a respeito da produção e consumo de leite no Brasil, Rio Grande do Sul, região Noroeste e municípios que se encontram demonstrados nesse capítulo.

2.3.1. Brasil

De acordo com o IBGE, o Brasil, em 2010,

possuía uma população total de 190.755.799 habitantes, divididos em 27 Unidades Federativas e 5.565 municípios. A sua população era composta por 93.406.990 homens e 97.348.809 mulheres.

Conforme o IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal e MIDC/ceweb (2016) apud Zoccal (2016), no ano de 2015, o consumo per capita de leite teve um declínio, passado de 174 litros, resultado de 2014, para 170 litros por habitante no ano em questão.

Segundo o IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, no Brasil a produção de leite no ano de 2015 foi de 35.000.227.000 litros. Comparado a 2014 ocorreu uma redução de 0,35% na produção, ou seja, em 2014 foram produzidos 35.124.360.000 litros. Em contrapartida, o valor da produção teve um aumento de 2,88%, passando de R\$ 33.735.353.000 em 2014 para R\$ 34.707.737.000 no ano de 2015.

O Brasil, considerando a população obtida no censo 2010 e o consumo per capita do ano de 2015, obteve como consumo total de leite 32.428.485.830 litros. Conforme cálculo demonstrado a seguir.

$$\text{CONSUMO PER CAPITA} \times \text{POPULAÇÃO} \\ 170 \times 190.755.799 = \mathbf{32.428.485.830 \text{ litros}}$$

2.3.2. Rio Grande do Sul

Segundo o IBGE, o Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2010, apresentava população de 10.693.929 habitantes, sendo composto por 497 Municípios.

Conforme o IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, o Rio Grande do Sul, em 2015, teve uma produção de leite de 4.599.925.000 litros, uma queda de 1,87% em relação ao ano anterior que obteve 4.687.489.000. Referente ao valor da produção ocorreu 2,26% de aumento, atingindo em 2015 R\$ 4.398.369.000.

O estado do Rio Grande do Sul, considerando a população obtida no censo 2010 e o consumo per capita do ano de 2015, possui como consumo de leite 1.817.967.930 litros. Conforme pode ser observado no cálculo a seguir.

$$\text{CONSUMO PER CAPITA} \times \text{POPULAÇÃO} \\ 170 \times 10.693.929 = \mathbf{1.817.967.930 \text{ litros}}$$

2.3.3. Região Noroeste

A região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, conforme o censo 2010 realizado pelo IBGE apresentava como população total 1.946.510 habitantes, dos quais, 1.389.451 residiam na zona urbana e apenas 557.059 na zona rural, referente ao gênero, 956.751 são homens e 989.759 são mulheres.

De acordo com o IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, a região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul apresentou produção de 3.064.551.000 litros de leite em 2015; no entanto, houve redução de 2,13% comparado a 2014 que produziu 3.131.296.000, porém, o valor da produção passou de R\$ 2.869.349.000 em 2014 para R\$ 2.951.980.000 em

2015, ou seja, um aumento de 2,88%.

A região Noroeste é responsável por 66,62% da produção de leite gaúcha e 8,76% da produção brasileira. Os municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio representam 4,93% da produção da região Noroeste.

A região Noroeste, considerando a população obtida no censo 2010 e o consumo per capita do ano de 2015, teve como consumo 330.906.700 litros de leite. Conforme apresentado no cálculo a seguir.

CONSUMO PER CAPITA X POPULAÇÃO
 $170 \times 1.946.510 = 330.906.700$ litros

2.3.4. Municípios pesquisados

Para a realização deste estudo foram utilizados seis municípios da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, sendo eles: Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio.

2.3.4.1. Boa Vista do Buricá

Conforme o Censo 2010, realizado pelo IBGE, o município de Boa Vista do Buricá possui uma população absoluta de 6.574 habitantes, desse valor 717 possuem menos de 15 anos, os quais não são relevantes para esse estudo; portanto, utilizou-se como população para cálculo 5.401 habitantes, sendo necessária a aplicação de 32 entrevistas nesse município, mas ao final foram realizadas 33 entrevistas.

De acordo com o IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, o município de Boa Vista do Buricá, no ano de 2015, produziu 25.507.000 litros de leite, representando 0,07% da produção do Brasil, 0,55% da produção total do Rio Grande do Sul e 0,83% da produção da Região Noroeste, resultando como valor da produção R\$ 23.466.000.

2.3.4.2. Horizontina

Conforme o Censo 2010, realizado pelo IBGE, o município de Horizontina apresenta uma população total de 18.348, sendo que 3.406 destes habitantes têm como faixa etária menos de 15 anos, os quais não foram considerados para a realização desta pesquisa, sendo utilizado como população para cálculo apenas 14.942 habitantes. A partir dessa população, foi realizado o cálculo em que se obteve a necessidade da aplicação de 81 entrevistas nesse município; no entanto, foram aplicadas 82 entrevistas para preencher todos os critérios de estratificação utilizados.

De acordo com o IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, o município de Horizontina produziu 21.647.000 litros de leite, correspondendo a 0,06% da produção do Brasil, 0,47% da produção do Estado do Rio Grande do Sul e 0,71% da produção da região Noroeste, o valor obtido com a produção de leite foi de R\$ 19.915.000.

2.3.4.3. Independência

Segundo o Censo 2010 realizado pelo IBGE, o município de Independência é composto por uma população total de 6.618 habitantes, deste valor, 1.336 apresentam idade menor que 15 anos, para este estudo não foi considerada esta faixa etária; portanto, a população para cálculo utilizada foi de 5.282 habitantes, sendo necessária a aplicação de 29 entrevistas nesse município, mas ao final foram realizadas 30 entrevistas para que todos os critérios de estratificação fossem alcançados.

Conforme o IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, o município de Independência no ano de 2015, obteve como produção de leite um total de 23.251.000 litros, sendo que o valor obtido com a comercialização dessa produção foi de R\$ 21.390.000. Esse município é responsável por 0,07% da produção do Brasil, 0,51% da produção do Rio Grande do Sul e 0,76% da produção da região Noroeste.

2.3.4.4. Nova Candelária

De acordo com o Censo 2010, realizado pelo IBGE, o município de Nova Candelária possui uma população absoluta de 2.751 habitantes, deste total, 439 são menores de 15 anos, os quais não foram levados em consideração neste estudo; sendo assim, foi utilizado como população para cálculo apenas 2.312 habitantes. Obteve-se a necessidade da realização de 13 entrevistas nesse município; no entanto, para completar os critérios de estratificação estabelecidos foram aplicadas 14 entrevistas.

Segundo IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, no ano de 2015, o município de Nova Candelária apresentou produção de 22.916.000 litros de leite, representando 0,07% da produção brasileira, 0,50% da produção gaúcha e 0,75% da produção da região Noroeste. Esse município obteve em 2015, como valor da produção, um total de R\$ 21.082.000.

2.3.4.5. São José do Inhacorá

Conforme o Censo 2010, realizado pelo IBGE, o município de São José do Inhacorá apresenta uma população total de 2.200 habitantes, deste valor, 244 possuem menos de 15 anos, os quais foram desconsiderados nesta pesquisa; sendo então, utilizado como população para cálculo 1.956 habitantes, sendo necessária a aplicação de 11 entrevistas nesse município.

De acordo com o IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, o município de São José do Inhacorá obteve como produção de leite 13.440.000 litros de leite no ano de 2015, gerando como valor da produção R\$ 12.365.000. O município foi responsável por 0,04% da produção total do Brasil, por 0,29% da produção do Rio Grande do Sul e por 0,44% da produção do Noroeste.

2.3.4.6. Três de Maio

Segundo o Censo 2010, realizado pelo IBGE, o município de Três de Maio é composto por uma população de 23.726 habitantes, sendo que 4.205 possuem como faixa etária menos de 15 anos. Por não serem relevantes para o estudo, foram desconsiderados, restando como população para

cálculo 19.521 habitantes. Obteve-se a necessidade da aplicação de 106 entrevistas nesse município, mas, para preencher todos os critérios de estratificação da pesquisa foram realizadas 109 entrevistas.

Conforme o IBGE, através da Pesquisa Pecuária Municipal 2015, o município de Três de Maio produziu 44.424.000 litros de leite, resultando em R\$ 40.870.000. No ano de 2015, o município produziu o equivalente a 0,13% da produção brasileira, 0,97% da produção do Rio Grande do Sul e por 1,45% da produção da Região Noroeste.

2.3.5. Consumo de leite dos municípios pesquisados

Levando em considerando a população obtida no censo 2010 e o consumo per capita do ano de 2015, foi possível realizar o cálculo do consumo total de leite dos municípios.

Tabela 01 - Consumo total de leite dos municípios pesquisados

Municípios	Consumo total de leite
Boa Vista do Buricá	1.117.580
Horizontina	3.119.160
Independência	1.125.060
Nova Candelária	467.670
São José do Inhacorá	374.000
Três de Maio	4.033.420
TOTAL	10.236.890

Fonte – Alflen, Lacks; Lima (2017).

Na tabela 01 está apresentado o consumo total de leite dos municípios pesquisados, sendo obtido nos seis municípios juntos 10.236.890 litros.

2.3.6. Resultados das entrevistas

Em busca da compreensão do comportamento dos consumidores de lácteos foi realizada no período de 11 de março a 06 de abril a aplicação de entrevistas nos municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio, localizados na região Noroeste. Sendo utilizada para obtenção da amostra margem de erro de 5% e 90% de confiabilidade, resultando na necessidade de 270 amostras nos seis municípios juntos. Através da aplicação da proporcionalidade que cada um destes representa do total, obteve-se a necessidade de duas amostras a mais, ou seja, 272. No entanto, ao final das entrevistas, o total obtido foi de 279. Como critério de estratificação das entrevistas foi utilizado a localização (urbano ou rural), gênero e renda de acordo com os dados do censo 2010 realizado pelo IBGE.

A respeito do local de residência dos entrevistados, 72,04% moram na zona urbana e 27,96%, na zona rural. Quanto ao gênero, 52,33% dos entrevistados são do gênero feminino, e 47,67% são do gênero masculino. O percentual obtido está de acordo com os dados do IBGE.

A faixa etária dos entrevistados foi dividida em seis diferentes grupos, sendo todos os entrevistados com idade maior que 15 anos. Dos entrevistados, 18,28% possuem idade de 20 a 29 anos; as faixas etárias entre 15 a 19 anos e 50 a 59 anos obtiveram o mesmo percentual, com 17,20% das respostas. Entre 30 e 39 anos estão 16,85% dos entrevistados, acima de 60 anos

obteve-se um percentual de 15,77% e 14,70% dos entrevistados representam a faixa etária de 40 a 49 anos.

Quanto ao estado civil dos entrevistados 43,73% dos entrevistados são casados, 37,63% são solteiros, 7,53% são unidos estavelmente, 5,02% dos entrevistados são viúvos e 6,09% enquadram-se na opção outros, que é referente a separados e divorciados.

Dos entrevistados, 25,09% possuem Ensino Fundamental Incompleto, 23,30% dos entrevistados possuem Ensino Médio Completo, 18,64% possuem Ensino Médio Incompleto, 12,90% dos entrevistados possuem Ensino Superior Incompleto, 7,89% dos entrevistados possuem Superior Completo. O Ensino Fundamental Completo obteve um percentual de 4,66% dos entrevistados, 4,30% possuem Pós-Graduação e 3,23% enquadram-se na opção. Outros que é referente aos entrevistados que possuem Curso Técnico, Mestrado e Curso Normal.

Os entrevistados foram classificados de acordo com a renda mensal individual, dividindo-se em oito faixas salariais. Dos entrevistados, 27,96% possuem renda de mais de um a dois salários mínimos, 27,24% dos entrevistados recebem até um salário mínimo. Dos 279 entrevistados, 19,35% não possuem rendimento, 10,39% recebem mais de dois a três salários mínimos, com renda de mais de três a cinco salários mínimos são 8,24% dos entrevistados, 5,02% recebem mais de cinco a dez salários mínimos, 1,08% dos entrevistados possuem renda de dez a vinte salários mínimos e apenas 0,72% dos entrevistados recebem mais de 20 salários. Os percentuais obtidos estão de acordo com os dados do IBGE.

Figura 01 - Produtos lácteos e derivados que mais consome



Fonte – Alflen, Lacks; Lima (2017).

Os principais produtos lácteos consumidos pelos entrevistados é o leite, sendo consumido por 23,44% dos entrevistados, em segundo encontra-se o queijo, com 16,35% e, em terceiro, o iogurte, com 16,11% das respostas. Conforme pode ser observado na figura 01.

O tipo de leite mais consumido é o leite integral, com 49,03% das respostas, e a embalagem mais adquirida pelos entrevistados é a embalagem UHT individual, com 54,86% das respostas. Quanto ao lugar em que os entrevistados adquirem os produtos lácteos, 93,91% afirmaram adquirir no supermercado.

Os entrevistados foram questionados sobre quais eram os principais atributos levados em consideração no momento de adquirir alguns produtos lácteos, sendo eles: bebida láctea, creme de leite, iogurte, leite, leite condensado, manteiga, nata, queijo,

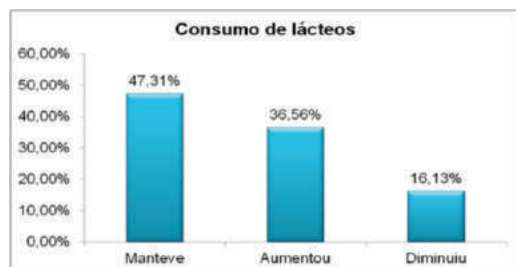
requeijão e sorvete. Pose-se evidenciar que a marca, o preço e a qualidade são os principais atributos levados em consideração pelos entrevistados, mudando a ordem, dependendo do produto.

Em relação à frequência de consumo de produtos lácteos, 68,10% dos entrevistados afirmaram que consomem diariamente e o valor gasto individualmente com produtos lácteos no mês é até R\$50,00, com 57,35% das respostas. Referente às marcas consumidas ou as mais lembradas pelos entrevistados no momento de adquirir alguns produtos lácteos e derivados, seria a marca Elegê, porém existe um grande percentual de entrevistados que não lembra o nome da marca consumida de alguns produtos lácteos.

Os entrevistados foram questionados se aumentariam o consumo de produtos lácteos caso a sua renda aumentasse. Para 78,14%, o consumo não alteraria e 21,86% responderam que sim. Dos entrevistados que responderam sim à pergunta “Caso sua renda aumentasse você consumiria mais produtos lácteos?” 48,28% afirmaram que aumentariam a variedade de produtos consumidos e 34,48% aumentaria a quantidade dos produtos consumidos. Já para os entrevistados que reponderam não à pergunta “Caso sua renda aumentasse você consumiria mais produtos lácteos?” 77,52% responderam que o motivo seria já consumir o suficiente.

Referente a quem adquire os produtos lácteos, 42,29% dos entrevistados afirmaram comprar mesmo os produtos e para um percentual de 24,37% quem compra os produtos é o cônjuge.

Figura 02 - Consumo de lácteos



Fonte – Alflen, Lacks; Lima (2017).

Os entrevistados foram questionados se houve mudança na quantidade consumida de produtos lácteos nos últimos cinco anos. Conforme a figura 02, dos entrevistados, 47,31% respondeu que não houve mudança, 36,56% disseram que aumentou e 16,13% afirmaram que diminuiu o consumo de produtos lácteos. Para os entrevistados que afirmaram ter aumentado o consumo os motivos seriam: com 42,16% devido ao aumento no número de consumidores na família e 17,65% afirmaram ser devido a novos hábitos alimentares.

Para aqueles entrevistados que afirmaram ter diminuído o consumo, os motivos seriam: com 33,33% devido a cuidados com a saúde e 20% das respostas devido à diminuição na quantidade de consumidores na família. Já para aqueles entrevistados que afirmaram que o consumo de produtos lácteos se manteve nesses últimos cinco anos, com 61,36% das respostas seria pelo fato de já consumirem o suficiente.

Os entrevistados foram questionados se nos últimos cinco anos houve mudança na marca dos produtos lácteos consumidos, 62,01% dos entrevistados disseram que não e 37,99% responderam que sim. Para os entrevistados que afirmaram não ter alterado a marca os motivos seriam: por gostar da marca que consome, com um percentual de 28,80% das respostas, por confiarem na marca que consomem, com 27,17% e pela qualidade na marca consumida, com 21,97% dos entrevistados. Já para os entrevistados que afirmaram ter alterado a marca os motivos seriam: com 40,57% das respostas devido ao preço e 19,81% pela qualidade. Conforme figura 02.

Figura 03 - Alteração de marca



Fonte – Alflen, Lacks; Lima (2017).

Os entrevistados foram questionados se houve alteração no tipo ou tamanho de embalagem dos produtos lácteos consumidos. Dos entrevistados, 82,44% responderam que não e 17,56% disseram que sim. Para os entrevistados que responderam sim, os motivos seriam: 42,86% devido à mudança no tamanho da embalagem podendo ser para maior ou menos e 18,37% responderam outros motivos que contempla economia, mudança alimentar, devido ao preço, surgiram outros tipos de produtos e devido à praticidade que algumas apresentam.

Por fim, os municípios foram questionados se havia algum tipo de produto, marcas e embalagens que gostariam de consumir hoje e não encontram nos pontos de vendas. Dos entrevistados a maioria afirmou encontrar todos os produtos que consomem, com 77,78% das respostas e 17,20% afirmaram não encontrar alguns produtos, marcas e embalagens que compreende: embalagens mais práticas, maior diversidade de produtos e marcas sem lactose, preferência por produtos de marcas regionais e com uma maior qualidade.

Foram realizados alguns cruzamentos a fim de obter maiores informações a respeito do perfil dos consumidores de lácteos. Referente à residência versus o tipo de leite consumido, pode-se perceber que para os entrevistados que residem na zona rural, o leite mais consumido é o *in natura*, com 53,85% das respostas. Para os entrevistados que residem na zona urbana, o leite mais consumido é o integral, com um percentual de 53,73%.

Quanto à renda mensal individual versus o gasto individual com lácteos no mês, pode-se perceber que os entrevistados que não possuem rendimento, os que recebem até um salário mínimo e também os que possuem como renda de um a dois salários mínimos investem em sua maioria até R\$50,00 com produtos lácteos no mês, respectivamente, 51,85%, 77,63% e 56,41%. Dos entrevistados que recebem entre cinco e

dez salários mínimos 57,14% afirmaram gastar com produtos lácteos no mês de R\$ 51,00 até R\$100,00. Já dos entrevistados que recebem entre dez e vinte salários mínimos percebe-se que seu gasto com lácteos é equiparado em 33,33% para as opções até R\$ 50,00, de R\$ 51,00 até R\$100,00 e de R\$101,00 até R\$ 200,00.

A respeito do gênero versus frequência de consumo de lácteos foi possível identificar que o consumo de produtos lácteos é feito diariamente, tanto para os entrevistados do gênero feminino como para os entrevistados do gênero masculino, obtendo um percentual de 73,29% e 62,41% respectivamente. No que se refere à residência versus onde adquire os produtos lácteos, dos entrevistados que residem na zona rural, 88,46% afirmaram adquirir os produtos lácteos no supermercado e dos entrevistados que residem na zona urbana, 96,02% também disseram que compram os produtos lácteos no supermercado. Dessa forma, pode-se dizer que tanto a maioria dos entrevistados que residem na zona rural, quanto dos que residem na zona urbana, adquirem seus produtos lácteos no supermercado.

No cruzamento do gênero dos entrevistados versus quem adquire os produtos lácteos, das mulheres entrevistadas, 54,79% disseram que são elas que adquirem os produtos lácteos e apenas 28,57% dos homens afirmaram ser eles que compram. Entre as mulheres que responderam à entrevista, 17,81% afirmaram ser o cônjuge que adquire os produtos lácteos, já, entre os homens o percentual obtido nesta resposta foi de 31,58%. Percebe-se que as mulheres são as responsáveis pela maioria das aquisições de produtos lácteos.

Referente ao cruzamento entre a residência versus produtos lácteos e derivados que mais consome, foi possível identificar que para os entrevistados que residem na zona rural os principais produtos lácteos consumidos é o leite, a nata e o queijo. Para os entrevistados que residem na zona urbana os produtos lácteos mais consumidos é o leite, o iogurte e o queijo. O leite e o queijo são os produtos mais consumidos tanto pelos entrevistados que residem na zona urbana quanto pelos que residem na zona rural.

Quanto ao cruzamento da residência versus quanto gasta individualmente com produtos lácteos no mês, tanto os entrevistados que residem na zona rural, quanto os que residem na zona urbana, afirmou na maioria gastar individualmente com produtos lácteos no mês até cinquenta reais, com um percentual de 67,95% e 53,23% respectivamente.

No cruzamento da renda mensal individual versus produtos lácteos e derivados que mais consome foi identificado que para os entrevistados que se enquadram na faixa salarial de sem rendimento até três salários mínimos, o produto lácteo mais consumido é o leite. Para os entrevistados que possuem como renda mais de três salários mínimos até vinte salários, o produto lácteo mais consumido é o queijo. Para os entrevistados que possuem salário maior que vinte salários mínimos o produto lácteo mais consumido é o queijo ou iogurte, que obtiveram o mesmo percentual.

2.3.7. Potencial de mercado dos principais produtos lácteos

A seguir está demonstrado o potencial de mercado de alguns produtos lácteos; sendo eles, leite desnatado, leite em pó integral, queijo e iogurte. Encontram-se apresentados o potencial de mercado do Brasil, Rio Grande do Sul, região Noroeste e os municípios utilizados no estudo.

Conforme informações da USDA *apud* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017) foi possível obter o consumo total e per capita de leite desnatado, leite em pó integral e queijo do ano de 2016.

De acordo com informações do DSM (2014) *apud* MilkPoint (2015), obteve-se o consumo total e per capita de iogurte, considerando copos de 125 gramas.

Tabela 02 - Consumo dos principais produtos lácteos

Produtos	Consumo per capita	Brasil	Rio Grande do Sul	região Noroeste
Leite Desnatado (litros/ano)	0,99	188.000.000	10.586.989,71	1.927.044,90
Leite em Pó Integral (litros/ano)	3,41	650.000.000	36.466.297,89	6.637.599,10
Queijo (kg/ano)	4,13	787.000.000	44.165.926,77	8.039.086,30
Iogurte (copos/ano)	61,1	11.655.179.319	653.399.061,90	118.931.701

Fonte – Aiflen, Lacks; Lima (2017).

Na tabela 02 está apresentado o consumo per capita e também o consumo total de leite desnatado, leite em pó integral, queijo e iogurte do Brasil, Rio Grande do Sul e região Noroeste.

Tabela 03 - Consumo dos principais produtos lácteos dos municípios pesquisados

Municípios	Leite Desnatado (litros/ano)	Leite em Pó Integral (litros/ano)	Queijo (kg/ano)	Iogurte (copos/ano)
Boa Vista do Buricá	6.508,26	22.417,34	27.150,82	401.671,40
Horizontina	18.164,52	62.566,68	75.777,24	1.121.062,80
Independência	6.551,82	22.567,36	27.332,34	404.359,80
Nova Candelária	2.723,49	9.380,91	11.361,63	168.086,10
São José do Inhacorá	2.178	7.502	9.095	134.420
Três de Maio	23.489,74	80.905,65	97.960,38	1.449.658,60
TOTAL	59.814,83	205.339,97	248.596,21	3.679.258,70

Fonte – Aiflen, Lacks; Lima (2017).

Encontra-se apresentado na tabela 03, o consumo total de leite desnatado, leite em pó integral, queijo e iogurte de cada um dos seis municípios pesquisados e também o total obtido nos seis municípios juntos.

2.3.8. Possíveis nichos no mercado de lácteos

De acordo com Las Casas (2006, p. 236), nichos de mercado são “[...] um mercado menor e que ainda não tem suas necessidades satisfeitas no todo ou em parte”. Os nichos de mercado surgem da necessidade de alguns grupos de consumidores que buscam por produtos específicos.

Depois de realizadas as entrevistas com os municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio, pôde-se identificar alguns nichos no ramo de lácteos.

Verificou-se um grupo de consumidores que manifestaram interesse em adquirir produtos menos industrializados e que possuam uma melhor qualidade. Esses consumidores relataram que gostariam de encontrar produtos mais naturais e com menos adição de aditivos químicos nos pontos de vendas em que

realizam suas compras.

Identificou-se que há alguns consumidores que desejam alguns produtos mais elaborados, como por exemplo, doce de leite que possui em sua composição o ingrediente café.

Referente à embalagem, identificou-se um grupo de pessoas que busca embalagens mais diferenciadas, como por exemplo, doce de leite em embalagem de papelão, além disso, foi citada a necessidade de embalagens com quantidades menores, para o público que possui um consumo menor. Observou-se também que algumas pessoas gostariam de quantidades maiores, em virtude do número de integrantes da família ser maior e em consequência haver um maior consumo.

Observou-se que alguns consumidores sentem falta de mais marcas, que trabalhem com a linha de produtos sem lactose, como por exemplo, sorvete sem lactose das marcas Nestlé e Kibon. Nota-se que está aumentando o número de consumidores que possuem interesse desse tipo de produto.

Verificou-se que alguns consumidores desejam que os produtos lácteos possuam embalagens mais práticas, que facilitem tanto a sua utilização quanto a conservação. Por exemplo, algumas marcas desejadas pelos consumidores não possuem ainda embalagem de leite com tampa, isso faz com que muitas vezes o consumidor deixe de adquiri-la e opte por outra marca que apresentam essa praticidade.

Também foi possível identificar que os consumidores estão buscando iogurtes que possuam em sua composição pedaços de frutas. Marcas como Danone, Activia, Batavo e Vigor possuem esses iogurtes e através da entrevista os consumidores afirmaram ter dificuldades de encontrar essas marcas nos pontos de vendas que realizam suas compras.

Identificou-se na entrevista com os munícipes que os consumidores desejam adquirir produtos de marcas regionais, que além de incentivar e desenvolver o comércio local contribuam para o crescimento da região. Eles afirmaram que fica mais fácil saber como a empresa realiza o processo de industrialização do produto, podendo estar mais próximo do trabalho desenvolvido pela organização e, dessa forma, acompanhar a procedência do produto, gerando, assim, maior confiabilidade entre empresa e consumidor.

2.3.9. Ações quanto a tendências do mercado de lácteos

Conforme SEBRAE (2014), nos últimos anos os consumidores têm se mostrado mais exigentes, ocasionando mudanças no comportamento de consumo. Esses consumidores primam por uma maior qualidade nos produtos adquiridos, valorizam a saúde no momento da decisão de compra e preocupam-se com questões socioambientais.

Após a realização das entrevistas com os munícipes de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá

e Três de Maio, foram identificadas algumas tendências referentes ao segmento de lácteos. A partir deste ponto, é possível propor algumas ações que visam melhor atender a esses consumidores.

A primeira ação é referente à qualidade dos produtos lácteos. Em entrevista com os munícipes foi possível perceber que os consumidores buscam por produtos com uma maior qualidade. Os noticiários sobre a adição de alguns produtos prejudiciais à saúde encontrados no leite fizeram com que muitos consumidores tivessem receio de consumir produtos de algumas marcas.

Como forma de aumentar a confiança dos clientes em relação ao produto consumido, sugere-se utilizar marcas regionais através de indústrias próximas ao local de consumo. Dessa forma, o consumidor tem a possibilidade de acompanhar a cadeia produtiva, o processo de fabricação, bem como a origem dos produtos comercializados.

A segunda ação se refere à embalagem dos produtos lácteos. Os consumidores buscam por produtos com embalagens práticas e de fácil manuseio. No relato dos consumidores entrevistados, foi possível identificar que ao consumir leite, por exemplo, eles levam em consideração na hora de adquirir esse produto, embalagem com tampa. Os entrevistados afirmaram que essas embalagens são fáceis de abrir e contribuem para maior agilidade no dia a dia. A disponibilização de embalagem com tampa pode ser um grande diferencial na escolha do cliente, levando o mesmo a escolher determinada marca pela praticidade que o produto oferece.

A terceira ação diz respeito à disponibilização de produtos sem lactose e iogurtes que possuem em sua composição pedaços de frutas. Em conversa com os munícipes entrevistados, identificou-se a necessidade de maior diversificação de marcas referente a esses produtos. Eles afirmaram que há dificuldade em encontrar algumas marcas desses produtos em sua cidade, fazendo com que se dirijam para cidades vizinhas na busca de uma maior diversidade neste segmento.

Como forma de fazer com que os consumidores realizem suas compras no município em que residem, é necessário que as empresas invistam em uma maior diversificação do seu portfólio de produtos.

A todo o momento surgem tendências em relação às necessidades dos clientes. Estar atento a essas necessidades permite às empresas desenvolver novos produtos, planejar suas estratégias, rever seu segmento de atuação e direcionar seus recursos para nichos com maior crescimento e lucratividade.

CONCLUSÃO

Segundo Lamb, Hair e McDaniel (2004), os consumidores estão cada vez mais alterando as suas preferências de consumo, sendo importante conhecer a maneira como eles se comportam, uma vez que comportamento do consumidor refere-se às atitudes dos consumidores no processo de compra, uso e descarte de produtos e serviços.

O problema estabelecido para o desenvolvimento do estudo foi: qual é o comportamento dos consumidores de lácteos dos municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio, localizados na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul? Através da aplicação das entrevistas nos municípios em questão, obteve-se a resposta para o problema, sendo possível verificar que o consumo de lácteos ocorre diariamente por grande parte dos consumidores e que o valor investido com esses produtos é de até cinquenta reais. Além disso, a maioria dos consumidores entrevistados não aumentaria seu consumo caso sua renda aumentasse, devido ao fato de já consumir o suficiente e não alteraram nos últimos cinco anos a marca consumida de produtos lácteos, isso se justifica por gostarem e terem confiança na marca que atualmente consomem. Também foi possível observar que grande parte dos consumidores encontram nos pontos de vendas todos os produtos/marcas/embalagens que gostariam de adquirir.

O objetivo geral desse estudo era identificar o comportamento dos consumidores de lácteos dos municípios de Boa Vista do Buricá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá e Três de Maio, localizados na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, o mesmo foi atingido através da realização das entrevistas. Os objetivos específicos estabelecidos eram cinco e todos eles foram atingidos.

O primeiro objetivo específico era referente à definição de elementos que constituem o comportamento dos consumidores de lácteos, o mesmo foi alcançado através de dados do IBGE e da aplicação das entrevistas nos municípios pesquisados. Conforme o IBGE, nos municípios pesquisados existe um predomínio de mulheres, residentes na zona urbana, que recebem menos de um salário até dois salários mínimos. Além disso, foi possível perceber que os consumidores de lácteos em sua maioria são casados ou solteiros e sua escolaridade é Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Médio Completo e Ensino Médio Incompleto. Esses são os principais elementos que constituem o comportamento dos consumidores.

O segundo objetivo específico consistia em identificar o comportamento dos consumidores de lácteos, sendo atingido com a realização das entrevistas. Identificou-se que os consumidores de lácteos adquirem os produtos no supermercado, consomem leite integral ou *in natura*. Quanto à embalagem adquirem a UHT individual. Observou-se também que leite, queijo e iogurte são os três produtos lácteos mais consumidos pelos entrevistados. Referente à aquisição de bebida láctea, creme de leite, iogurte, leite, leite condensado, manteiga, nata, queijo, requeijão e sorvete os consumidores consideram como principais atributos a marca, o preço e a qualidade, variando a ordem dos três dependendo do produto.

O terceiro objetivo específico do estudo buscava mensurar o potencial de mercado dos principais produtos lácteos, o mesmo foi corroborado através da realização dos cálculos de consumo de leite desnatado, leite em pó integral, queijo e iogurte. Nos seis municípios

juntos, obteve-se um consumo de leite desnatado de 59.614,83 litros, de leite em pó integral de 205.339,97 litros, de queijo o valor consumido foi de 248.696,21kg e de iogurte foi de 3.679.258 copos.

O quarto objetivo específico, consistia em identificar possíveis nichos no mercado de lácteos, o mesmo foi atingido a partir de respostas obtidas nas entrevistas. Os nichos desejados pelos consumidores são produtos mais elaborados, com embalagens mais diferenciadas e práticas, uma maior variedade de produtos e marcas sem lactose e produtos de marcas regionais.

O quinto e último objetivo específico, buscava propor ações quanto a tendências do mercado de lácteos, sendo alcançado com base em respostas obtidas nas entrevistas. As ações propostas são referentes à qualidade dos produtos, à embalagem e à disponibilização de mais marcas de produtos sem lactose e iogurte com frutas.

Este estudo será útil para auxiliar quem trabalha no ramo de produtos lácteos. Além disso, será de grande valia para as organizações, que poderão ter acesso a essas informações e a partir delas elaborar suas estratégias a fim de atender aos desejos e requisitos que os consumidores levam em consideração no momento de adquirir os produtos lácteos.

Servirá de auxílio para o Arranjo Produtivo Local do Leite Fronteira Noroeste, sendo que por meio deste estudo, terá informações referentes a volume de produção, perfil dos consumidores de lácteos, produtos mais consumidos, atributos considerados no momento da compra, tipo de leite mais consumido pelos entrevistados e valor investido nesses produtos. Essas informações permitem que as entidades envolvidas neste projeto estejam a par do que realmente os consumidores de lácteos buscam e a partir daí possam planejar suas estratégias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui Otávio B.; AMBONI, Nério. 2007. **Teoria geral da administração – Das origens as perspectivas contemporâneas**. M. Books do Brasil Editora Ltda: São Paulo. ISBN: 857680011.

CHURCHILL, Gilbert A. 2000. **Marketing: Criando valor para o cliente**. São Paulo: Saraiva. ISBN: 8502030108.

DIAS, Sergio Roberto. 2006. **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva. ISBN: 8502037870

DIAS, Sergio Roberto. 2010. **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva. ISBN 9788502104174.

FERREL, O. C.; HARTLINE, Michael D. 2005. **Estratégias de Marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. ISBN: 8522104824.

GULLICH, Roque Ismael Costa; LOVATO, Adalberto; EVANGELISTA, Mario Luiz Santos. 2007. **Metodologia da Pesquisa: Normas para Apresentações de Trabalhos: redação, formatação e editoração**. Três de Maio: SETREM. ISBN: 8599020013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul>> Acessado em: 23/08/2016.

IBGE. 2016. **Produção da Pecuária Municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE. ISSN: 01014234.

IBGE. **Tabela 74 – produção de origem animal, por tipo de produto**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=74&z=p&o=29&i=P>>. Acessado em: 22/10/2016.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. 1993. **Princípios de marketing**. Copyright: Rio de Janeiro. ISBN: 8570540434.

LAMB, Charles W; HAIR, Jr Joseph F; McDANIEL, Carl. 2004. **Princípios de marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. ISBN: 8522103666.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. 2006. **Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. São Paulo: Atlas. ISBN: 8522442436.

LOVATO, Adalberto. 2013. **Metodologia da pesquisa**. Três de Maio: Setrem. ISBN: 9788599020050.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. 2004. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas. ISBN: 8522436274.

MILKPOINT. 2015. **61% dos brasileiros consomem mais iogurte hoje do que há 3 anos**. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/61-dos-brasileiros-consomem-mais-iogurte-hoje-do-que-ha-3-anos-93507n.aspx>>. Acessado em: 13/06/2017

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. 2017. **Leite.pdf**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/sumarios-executivos-de-produtos-agricolas/leite.pdf/view>>. Acessado em: 13/06/2017.

ROBBINS, Stephen Paul. 2003. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva. ISBN: 8502030094.

ROSENBLOOM, Bert. 2002. **Canais de marketing: uma visão gerencial**. São Paulo: Atlas. ISBN: 8522430837.

SEBRAE. 2014. **Oportunidades em nichos do varejo online no Brasil**. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/140bd6c7177d21250a99c4ecd2882ca2/\\$File/5200.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/140bd6c7177d21250a99c4ecd2882ca2/$File/5200.pdf)>. Acessado em: 13/06/2017.

STOCK, Lorildo Aldo. *et al.* 2011. **Competitividade do agronegócio brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. ISBN: 9788573835205.

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL FISIOLÓGICO DE SEMENTES DE PAINÇO PELO TESTE DE ENVELHECIMENTO ACELERADO

Aline Beling¹
Jaqueline Rodrigues²
Letícia dos Santos Holbig Harter³

RESUMO

Quando se trata de vigor em sementes de painço, não há referências a consultar, o que instiga a busca por uma metodologia eficaz que possa ser utilizada para a determinação e avaliação do potencial fisiológico de sementes de painço. O presente trabalho teve por objetivo adaptar uma metodologia do teste de envelhecimento acelerado eficaz na avaliação do vigor de sementes de painço. O método de abordagem foi quantitativo e o procedimento foi estatístico. A técnica de coleta de dados foi pela observação direta intensiva-observação, e a análise de dados estatística. Os métodos utilizados para avaliação da qualidade das sementes foram: teor de água, germinação, teste de frio, emergência, índice de velocidade de emergência, comprimento de parte aérea, fitomassa seca e envelhecimento acelerado. Utilizando-se o método convencional do teste de envelhecimento foi possível ranquear os lotes, separando-os em três grupos de qualidade no período de 48 horas de exposição. Os resultados do teste de envelhecimento mostraram que, independente do período avaliado, o uso de solução salina se mostrou eficiente. Conclui-se que a metodologia mais adequada para a avaliação do vigor de lotes de sementes de painço através do teste de envelhecimento acelerado é o método de 48 h a 41 °C com o emprego de solução salina, pois essa metodologia apresenta um menor período de teste, otimizando a execução e oferecendo resultados mais rapidamente aos clientes, além de haver uma economia de energia elétrica devido ao menor tempo de uso do equipamento.

Palavras-chave: *Panicum miliaceum* L. Tecnologia de Sementes. Teste de Vigor. Validação.

ABSTRACT

When it comes to vigor in millet seeds, there are no references to consult, which instigates the search for an effective methodology that can be used to determine and evaluate the physiological potential of millet seeds. The objective of the present work was to adapt a methodology of the accelerated aging test effective in the evaluation of the vigor of millet seeds. The method of approach was quantitative and, the procedure was statistical. The technique of data collection was by intensive direct observation-observation, and statistical data analysis. The methods used to evaluate seed quality were: water content, germination, cold test, emergence, emergence speed index, shoot length, dry phytomass and accelerated aging. Using the conventional method of aging test it was possible to rank the lots and separate them into three quality groups in the 48-hour exposure period. The results of the aging test showed that, regardless of the period evaluated, the use of saline was efficient. It is concluded that the most appropriate methodology for evaluating the vigor of millet seed lots through the accelerated aging test is the 48 h at 41 °C method with the use of saline solution, as this methodology presents a shorter test period, optimizing execution and delivering results faster to customers, in addition to saving energy due to the shorter usage time of the equipment.

Keywords: *Panicum miliaceum* L.. Seed Technology. Vigor Testing. Validation.

1. INTRODUÇÃO

O painço (*Panicum miliaceum* L.) foi o mais antigo cereal cultivado pelo homem, após o trigo e a cevada (KALINOVA; MOUDRY 2006, *apud* ABRANTES *et al.*, 2010). A cultura apresenta ciclo muito curto e vem sendo cultivada em algumas regiões dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul objetivando a exploração dos grãos, utilizados na alimentação animal, principalmente de pássaros, substituindo o alpiste (ZANCANELLA *et al.*, 2003 *apud* ABRANTES, 2010), na indústria cervejeira, misturado em pequena proporção com a cevada (LIMA *et al.*, 2000) e como espécie produtora de palha para o plantio direto e adubo verde (ZANCANELLA *et al.*, 2006 *apud* ABRANTES, 2010).

De acordo com Zancanella *et al.* (2006 *apud* ABRANTES, 2010), o painço apresenta grandes vantagens como o baixo custo, a rápida formação de palha e produção de grãos, podendo ser semeado durante praticamente todo o ano, desde que haja umidade suficiente no solo e não existam riscos de geadas, sendo a safra normal de setembro a dezembro e a safrinha de janeiro a março.

Os testes de vigor são utilizados com várias finalidades, mas a razão fundamental é a determinação do potencial fisiológico de um lote de sementes (MARCOS FILHO, 2005). O teste de envelhecimento acelerado foi inicialmente desenvolvido para estimar a longevidade de sementes em condições de armazenamento. Pesquisas

¹Engenheira Agrônoma: beling.aline@hotmail.com

²Engenheira Agrônoma: jacqueline26_rodrigues@hotmail.com

³Eng Agrônoma, Dr^a C & T de Sementes. Professora do curso de Agronomia - SETREM; leticiaharter@setrem.com

adicionais têm mostrado que esse teste de vigor correlaciona-se, também, com a emergência, com o estabelecimento de estande para um grande número de espécies. No teste de envelhecimento acelerado, as sementes são expostas a condições adversas de alta temperatura (40 a 45 °C) e umidade relativa do ar (próxima a 100%), por diferentes períodos, dependendo da espécie, antes de submetê-lo ao teste de germinação (PESKE *et al.*, 2012).

Porém, quando se trata de vigor em sementes de painço, não há referências a consultar, o que instiga a busca por uma metodologia eficaz que possa ser utilizada para a determinação e avaliação do potencial fisiológico de sementes da espécie, objetivo principal do presente estudo.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo foi desenvolvida uma metodologia para a adaptação dos testes de vigor para a avaliação do potencial fisiológico de sementes de painço (*Panicum miliaceum* L.) no Laboratório de Análises de Sementes e Laboratório de Química da Sociedade Educacional Três de Maio.

O problema estudado durante a pesquisa foi: o teste de envelhecimento acelerado é tão eficiente para a avaliação do potencial fisiológico de sementes de painço quanto os demais testes de vigor?

Em busca de solucionar tal problema apontou-se as seguintes hipóteses: A metodologia adaptada para a realização do teste de envelhecimento acelerado utilizando o período de 48 horas a 41 °C, somente com água, não é eficiente para avaliar o potencial fisiológico das sementes de painço, pois apresenta baixa correlação positiva com o teste de emergência. O período de 72 horas utilizando solução salina saturada apresenta correlação positiva com a eficiência da avaliação do vigor. Os testes de vigor realizados em casa, de vegetação (emergência, índice de velocidade de emergência, comprimento de parte aérea e fitomassa seca) não se diferenciam estatisticamente dos testes realizados em Laboratório de Análises de Sementes (teor de água, germinação, teste de frio e envelhecimento acelerado).

A pesquisa teve abordagem quantitativa, com procedimento laboratorial e estatístico. O trabalho teve início em março de 2015. A população estudada foi composta por seis lotes de sementes, provenientes de produtores da região Noroeste do Rio Grande do Sul.

A qualidade das sementes foi avaliada através dos testes explicados em sequência.

a) Teor de água: conduzido de acordo com as Regras de Análises de Sementes (BRASIL, 2009), colocando-se 5 gramas de semente em cápsulas de alumínio, que foram levadas à estufa, a 105 °C $\pm$ 3 °C, durante 24 horas. Os resultados foram expressos em porcentagem em base úmida.

b) Germinação: o teste foi conduzido de forma adaptada às Regras para Análise de Sementes (BRASIL, 2009), com 200 sementes, distribuídas em quatro caixas gerbox de 50 sementes, sendo feitas quatro repetições de

cada tratamento, totalizando 16 caixas gerbox, utilizando como substrato o papel mata borrão, umedecido em água na proporção de 3 vezes o peso do papel e colocadas em germinadores a 25 °C. A avaliação foi realizada no sétimo dia após a semeadura.

c) Teste de frio: foram utilizadas 200 sementes (quatro subamostras de 50 sementes) para cada amostra, semeadas em recipientes plásticos (caixa gerbox), utilizando como substrato papel borrão, umedecidos com quantidade de água equivalente a 3 vezes a massa seca, permanecendo na geladeira por sete dias à temperatura de 8 °C. Posteriormente, as sementes foram colocadas em germinador a 25 °C. A contagem foi realizada no sétimo dia após a semeadura. O resultado foi expresso em porcentagem média de plântulas normais para cada lote.

d) Emergência: foi realizado em 19 de setembro, dentro da época recomendada para semeadura da cultura na região Noroeste do Rio Grande do Sul, utilizando 200 sementes por tratamento, distribuídas em quatro repetições de 50, semeadas em bandejas de 200 células, utilizando substrato comercial (Carolina padrão) e, para cobertura, utilizou-se vermiculita, a uma profundidade aproximada de 0,02 m. No décimo dia após a semeadura foram computadas as plântulas emergidas com tamanho superior a 0,5 mm.

e) Índice de velocidade de emergência: para este teste foram utilizadas 200 sementes para cada unidade experimental, divididas em quatro subamostras de 50 sementes. A semeadura foi realizada conjuntamente ao teste de emergência. Observações diárias foram realizadas a partir do dia em que a primeira plântula emergiu, contando-se o número de plântulas em cada linha, até que esse número permaneceu constante.

f) Comprimento de parte aérea: esta medida foi aferida 14 dias após a semeadura do teste de emergência, em 30 plantas centrais de cada linha. Para medir o comprimento da parte aérea foi utilizada uma régua graduada e os resultados expressos em centímetros.

g) Comprimento do sistema radicular e comprimento total: a medida foi efetuada após a avaliação das plântulas emergidas, avaliadas no 14º dia após a semeadura, obtidas a partir do teste de emergência. As repetições de cada lote foram acondicionadas em saco de papel kraft, identificados e levados à estufa com circulação de ar forçada, mantidas à temperatura de 72 °C até peso constante, aproximadamente 48 horas. Após este período, cada repetição teve a massa avaliada em balança com precisão de 0,0001g.

h) Envelhecimento acelerado: o teste de vigor foi conduzido com quatro amostras de 200 sementes para cada tratamento, colocadas em recipientes de plástico (caixa de gerbox) contendo 40 mL de água destilada ou solução salina saturada - SSS (400g de NaCl.1L-1 de água). As 200 sementes de painço foram distribuídas em camada uniforme e única sobre a tela que isola as mesmas do contato com a água ou SSS. Tampadas, no interior da tampa foi colocado papel mata borrão para reter a água "suada". Sendo assim, as caixas foram acondicionadas e mantidas em câmara de envelhecimento, a 41 °C durante 48 ou 72 horas.

O delineamento estatístico adotado foi inteiramente casualizado, com quatro repetições e as médias foram submetidas à análise de variância e comparadas pelo teste de Tukey a 5% de significância, com o auxílio do programa estatístico SASM – Agri (CANTERI *et al.*, 2001). Adicionalmente, procedeu-se à análise de correlação linear entre as avaliações com o uso do programa estatístico Winstat (MACHADO, 2002).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Painço é uma planta da família Poaceae, como o sorgo e o arroz. Seu nome científico *Panicum miliaceum* L. É uma planta anual herbácea, com perfilhamento, raízes fasciculadas e folhas com inervações paralelas. Seu porte varia de 1,00 a 1,20 m de altura. Possui colmo ereto e panículas com ramificações bem anguladas (abertas) (LAZAROTTO SEMENTES, s.d).

Atualmente vários produtores vêem o painço como uma excelente cultura a ser utilizada para rotação de culturas e cobertura do solo, por ser uma cultura de verão com ciclo curto. Possui como características a rápida cobertura do solo, podendo ser utilizada também para pastejo. Possui relação carbono/nitrogênio baixa, possibilitando que logo após a colheita possam ser implantadas culturas como milho ou sorgo, entre outras gramíneas, sem que haja deficiência de nitrogênio (CORRETORADE SEMENTES, [S.D]).

A qualidade das sementes resulta da ação de diversas características, entre elas, viabilidade, teor de água e vigor, sendo que estas definem a boa condução da lavoura. Por isso, são realizados os testes de análises de sementes para avaliar todo o seu potencial fisiológico. Porém, quando assunto é avaliação de vigor de sementes de painço, há uma carência de informações, em função de não serem realizadas pesquisas e nem existirem metodologias para avaliar o mesmo.

Portanto, com o aumento da importância dessa cultura na região noroeste do Rio Grande do Sul, houve necessidade de pesquisar quais metodologias podem ser adaptadas e utilizadas de forma eficiente para avaliar o potencial fisiológico dessas sementes, garantindo assim ao produtor o conhecimento da qualidade das mesmas.

De acordo Floss (2011), as sementes são um meio de sobrevivência as suas respectivas espécies, com função principal de desenvolver plantas normais e garantindo o estabelecimento das culturas. Elas são altamente organizadas e supridas de reservas.

Uma semente é o resultado da fertilização e maturação de um óvulo. É constituída de um embrião cujo desenvolvimento ocorre durante a germinação dando origem a uma plântula, constituída de tecido nutritivo, na maioria dos casos, e de um tecido protetor, chamado de tegumento, o qual envolve as duas partes (MARCOS FILHO, 2005).

A semente simboliza o início de uma nova geração e o primeiro passo na sua formação é a abertura do receptáculo floral. A reprodução sexual é levada ao efeito por estruturas especializadas nas quais os gametas produzidos, bem como por estruturas e

mecanismos que garantem a fusão desses gametas (FLOOS, 2011 p. 268).

A composição química das sementes é altamente regulada e influenciada por fatores genéticos e do ambiente, a qual pode variar de forma considerável de uma espécie para outra e, inclusive, entre cultivares da mesma espécie. O manejo diferenciado, juntamente com os demais fatores do ambiente climático, poderá modificar quantitativamente a composição química das sementes (PESKE *et al.*, 2012).

Segundo Peske *et al.* (2012), os atributos de qualidade física podem ser divididos em:

Genéticos: envolve a pureza varietal, o potencial de produtividade, resistência a pragas e doenças, precocidade, qualidade dos grãos e, também, a de resistência às condições adversas ambientais. São altamente influenciados pelo meio ambiente.

Físicos: nesse quesito são envolvidos a pureza física, grau de umidade, danificações mecânicas e peso de mil sementes, peso volumétrico e a aparência das sementes.

Fisiológicos: compreende o potencial de germinação, dormência e o vigor.

Sanitários: as sementes utilizadas devem, preferencialmente, ser isentas de patógenos, que podem ser fungos, bactérias nematoides ou vírus, sendo os ataques de fungos os mais frequentes.

Para Marcos Filho (2005), o vigor é o reflexo de uma combinação de características determinantes do potencial para a emergência rápida e uniforme das plântulas, o que, diante este fato, torna muito difícil o desenvolvimento de apenas um teste que possa indicar com certa precisão o potencial de desenvolvimento das sementes expostas às condições ambientais adversas.

Os testes de vigor são utilizados com várias finalidades, mas a razão fundamental é a determinação do potencial fisiológico de um lote de sementes. Entretanto, os diferentes métodos não foram desenvolvidos para prever o número exato de sementes que germinará em campo, sob variadas condições do ambiente. Portanto, um resultado de 85% no teste de frio não significa que 85% das plântulas vão sobreviver no campo sob temperatura relativamente baixa, mas sim que um lote em que 85% de germinação, após o teste de frio, tem maior probabilidade de apresentar melhor comportamento em campo, sob esse tipo de estresse, que um lote em que o resultado tenha sido de, por exemplo, 70%; se as condições de campo se aproximarem das ideias, a emergência de plântulas desses dois lotes poderá ser semelhante. Assim, mesmo que um lote apresente alto vigor, não há garantia total de um desempenho superior ou favorável; há apenas maior probabilidade de um melhor desempenho, em relação aos lotes menos vigorosos, sob variações relativamente amplas das condições do ambiente (PESKE *et al.*, 2012).

Dois abordagens são predominantes na determinação do vigor de sementes: na primeira, há avaliação da resposta das sementes submetidas a

alguma condição de estresse, como nos testes de frio, envelhecimento acelerado, deterioração controlada. Na segunda, avalia-se o vigor per se, ou seja, o estado metabólico atual da semente, em que as determinações são dirigidas a aspectos específicos do complexo que determina a expressão do potencial fisiológico. Isso pode ser efetuado diretamente, através do comprimento de plântulas ou de uma de suas partes, da massa de matéria seca de plântulas; a avaliação indireta é realizada através da determinação da atividade de enzima (s) específica (s), da integridade das membranas celulares (condutividade elétrica, lixiviação de potássio, de açúcares) (MARCOS FILHO, 2005).

O teste de envelhecimento acelerado é o que apresenta maior confiabilidade dos resultados, quando comparado com outros testes de vigor, pois o mesmo avalia o comportamento das sementes quando estas são submetidas a alguma condição de estresse para, assim, estimar-se o potencial relativo de armazenamento de lotes, e, além disso, apresenta os resultados relacionados com a emergência das plântulas (DELOUCHE; BASKIN, 1973 *apud* MARCOS FILHO, 2005).

A exposição das sementes às condições de temperatura e umidade relativa do ar durante o teste de envelhecimento acelerado pode promover diferenças acentuadas no comportamento das amostras avaliadas simultaneamente. Esses efeitos têm sido detectados, de maneira mais drástica, em sementes tipicamente de menor tamanho, como as de hortaliças. Como exemplo, Powell 1995, *apud* MARCOS FILHO 2005, relatou variação de 11,4% a 24,0% no grau de umidade de diferentes amostras de sementes de cebola, após 24 horas de envelhecimento acelerado a 45 °C e 100% de umidade relativa do ar. Rodo *et al.*, 2000, *apud* MARCOS FILHO 2005, detectaram variações de até 8 pontos percentuais no grau de umidade, entre amostras de sementes de cenoura submetidas a esse mesmo teste, além de desenvolvimento acentuado de microrganismos em sementes mais úmidas (MARCOS FILHO, 2005).

A desuniformidade é indesejável porque compromete a fidelidade dos resultados. A presença de microrganismos durante o envelhecimento artificial das sementes também é muito inconveniente; por exemplo, prejudica a germinação e o desenvolvimento de plântulas, provocando incertezas quanto à sua normalidade e dificultando a interpretação do teste. Essas ocorrências geralmente não se verificam durante a condução do teste de deterioração controlada (MARCOS FILHO, 2005).

Por esse motivo, têm sido estudadas alternativas para a condução do envelhecimento acelerado como, por exemplo, a substituição da quantidade de água (40 mL) colocada no interior da caixa plástica por soluções saturadas de sal. Essa iniciativa permite a obtenção de umidade relativa de, aproximadamente, 87%, 76% e 55% quando são usados, respectivamente, KCl, NaCl e NaBr (JIANHUA; MCDONALD, 1996 *apud* MARCOS FILHO, 2005); a água é absorvida mais lentamente pelas sementes, sem diminuir a sensibilidade do teste, segundo a maioria das pesquisas realizadas até o momento. Há fortes

indicações de que os efeitos promovidos pela temperatura elevada provocam nível suficiente de estresse para diferenciar amostras quanto ao vigor (MARCOS FILHO, 2005).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A instrução normativa 45 de 17/09/2013, estabelece os padrões de identidade e qualidade para a produção e a comercialização de sementes de grandes culturas, entre elas o Painço. Para o painço as sementes devem ser comercializadas com germinação de 60%; no entanto, a comercialização de semente básica poderá ser realizada com germinação até 10 (dez) pontos percentuais abaixo do padrão, desde que efetuada diretamente entre o produtor e o usuário e com o consentimento formal deste.

Conforme os dados apresentados na tabela 01, o teste de germinação diferenciou os lotes de sementes de painço quanto à qualidade fisiológica. Dos 6 lotes avaliados, três apresentaram germinação abaixo do mínimo exigido pela legislação, o qual é de 60% e os lotes 4 e 5 destacaram-se por apresentarem germinação superior a 90%.

Tabela 01- Qualidade inicial de seis lotes de sementes de painço, avaliados pelos parâmetros: Germinação (TG), Teste de Frio (TF), Emergência (E) e Índice de Velocidade de Emergência (IVE).

	TG (%)	TF (%)	E (%)	IVE
Lote 1	33 d	41 e	33 c	3,49 c
Lote 2	73 b	75 b	68 b	7,56 b
Lote 3	52 c	53 d	42 c	4,42 c
Lote 4	92 a	93 a	92 a	11,27 a
Lote 5	94 a	91 a	94 a	11,42 a
Lote 6	48 c	65 c	32 c	3,43 c
C.V.(%)	4,94	4,6	9,69	11,43

Nota: Médias seguidas da mesma letra na coluna, não diferem entre si pelo teste de Tukey, a 5% de significância. C.V. é igual ao coeficiente de variação.

Resultados semelhantes foram encontrados em trabalhos realizados com sementes de pimenta (BHERING *et al.*, 2006), cujo teste de germinação também permitiu classificar os lotes em diferentes níveis de qualidade fisiológica.

Os resultados obtidos no teste de frio, apresentados na tabela 01, no qual as sementes são expostas ao estresse com baixa temperatura e alta umidade, mostraram que os seis lotes se diferenciaram, podendo-se classificá-los em três níveis de vigor, em que os lotes 4 e 5 apresentaram melhor desempenho, os lotes 2 e 6 foram classificados como de vigor intermediário e os lotes 3 e 1 apresentaram os piores desempenhos.

Esses resultados encontrados assimilam-se aos resultados obtidos em estudos com sementes de morango (HARTER, 2013), cujo teste de frio evidenciou a diferença da qualidade fisiológica entre os lotes comparados, definindo os seis lotes como de vigor superior, intermediário e inferior. Quanto à pesquisa realizada com melancia (BHERING *et al.*, 2003), quatro lotes foram separados em quatro níveis de vigor e, em rabanete (ÁVILA *et al.*, 2006), o teste permitiu a separação de seis lotes em três níveis de vigor.

Em relação à emergência de plântulas (tabela 01), de acordo com Marcos Filho (1999), a mesma é um indicador da eficiência dos testes que avaliam o potencial dos lotes de sementes. Os resultados encontrados possibilitaram a diferenciação dos lotes conforme seu desempenho, destacando-se por superioridade os lotes 4 e 5 quando comparados ao lote 2 e inferioridade dos lotes 1, 3 e 6. Devido à sementeira ter sido realizada sob condições ambientais favoráveis, não houve limitações climáticas que pudessem influenciar a emergência, obtendo-se emergências semelhantes à da germinação.

Quanto ao índice de velocidade de emergência (Tabela 1), segundo Maguire (1962), quanto maior o valor obtido através do índice de velocidade de emergência e, como consequência, maior será o vigor do lote, pois através do índice calcula-se o número médio de plântulas normais emergidas por dia, sendo assim, quanto menor o tempo entre a sementeira e o estabelecimento da cultura, maior vigor. Os resultados encontrados foram similares ao teste de germinação e emergência, ranqueando os lotes em 3 diferentes níveis de vigor. Ao trabalhar com sementes de morango, Harter (2013), também conseguiu detectar diferenças quanto ao desempenho fisiológico dos lotes através do teste de índice de velocidade de emergência.

Quanto ao comprimento de plântulas, de acordo com Krzyzanowski *et al.* (1999), as diferenças de vigor entre plântulas podem ser mensuradas visivelmente, porém deve-se utilizar valores numéricos para separar as vigorosas das não vigorosas. Determinando o comprimento médio de plântulas normais, ou de suas partes, como por exemplo, só parte aérea, as plântulas que apresentam valores médios mais altos também são aquelas com vigor mais elevadas. No entanto, no presente trabalho, na avaliação do comprimento total de plântulas e comprimento do sistema radicular aos 14 dias após a sementeira (tabela 02), não se identificou diferenças estatísticas significativas entre os lotes.

Tabela 02 - Avaliação do comprimento total (CT), Comprimento da parte aérea (CPA), comprimento sistema radicular (CSR) e Fitomassa seca (FS), obtidas de plântulas de painço, oriundas de sementes de 6 diferentes lotes.

	CT (cm)	CPA (cm)	CSR (cm)	FS (g)
Lote 1	12,6*	6,4 b	6,2*	0,0560 a
Lote 2	13,9	7,1 ab	6,7	0,0379 c
Lote 3	12,9	6,6 ab	6,2	0,0470 b
Lote 4	13,6	7,0 ab	6,5	0,0358 c
Lote 5	14,2	7,6 a	6,6	0,0371 c
Lote 6	12,3	6,5 b	6,3	0,0471 b
C.V.(%)	7,37	7,14	10,6	7,34

Nota: Médias seguidas da mesma letra na coluna, não diferem entre si pelo teste de Tukey, a 5% de significância. C.V. é igual ao coeficiente de variação. *N foi não significativo

Na avaliação do comprimento de parte aérea foi possível estratificar os lotes em dois níveis de vigor, no qual o lote 5 apresentou-se superior aos lotes 1 e 6. E os lotes 2, 3 e 4 não se diferenciaram dos demais lotes avaliados. Trabalhando com sementes de morango, Harter (2013) concluiu que a avaliação do comprimento de parte aérea de plantas não mostrou eficiência na diferenciação de lotes quanto ao vigor.

Observando a variável fitomassa seca (tabela 02), foi possível detectar diferentes níveis de vigor entre

os lotes. Porém, a forma em que os lotes ficaram agrupados pelos níveis de vigor divergiu dos demais testes, pois os lotes 4 e 5 que se destacavam por desempenho superior aos demais lotes, apresentaram desempenho inferior no teste de fitomassa seca.

Os resultados obtidos assimilam-se aos resultados encontrados por Calheiros (2010), em sementes de abóbora, em que os testes de fitomassa seca e comprimento de plântulas não foram eficazes na diferenciação do vigor dos lotes. É provável que as diferenças no potencial fisiológico das sementes, identificadas em laboratório, não tenham sido amplas o suficiente ao ponto de afetar o desempenho inicial das plantas no campo, conforme relatado por Malone *et al.* (2008).

O emprego da solução salina saturada no teste de envelhecimento acelerado faz com que a água seja absorvida de maneira mais lenta e uniforme, sem interferir ou diminuir a sensibilidade da condução do teste, segundo dados referentes a pesquisas realizadas até o momento com pequenas sementes que apresentam índices mais elevados de absorção de água.

Sementes de painço devem ser armazenadas com umidade entre 11 e 13%, para assegurar seu bom potencial fisiológico. Dos seis lotes estudados, todos apresentaram umidade entre 12 a 13% (tabela 03).

Tabela 03 - Avaliação dos teores de água inicial e após períodos de envelhecimento acelerado de 48 e 72 horas, com água ou solução salina saturada (SSS), em sementes de painço.

Períodos (Horas)	Lote	TEOR DE ÁGUA (%)		
		INICIAL	H ₂ O	SSS
48	1	12,8	26,4	12,9
	2	12,7	27,8	14,7
	3	13,2	27,8	14,2
	4	12,6	28,3	18,7
	5	12,8	29,8	16,1
	6	13,0	29,4	16,3
72	1	12,8	24,9	15,3
	2	12,7	28,3	16,2
	3	13,2	27,3	14,6
	4	12,6	27,0	15,8
	5	12,8	28,7	16,2
	6	13,0	26,7	16,4

Para Marcos Filho (2011), a determinação do teor de água das amostras após o período de envelhecimento e a verificação da amplitude de sua variação é uma das “etapas-chave” do procedimento, pois, segundo o autor, a variação entre o teor de água das amostras, ao final do envelhecimento, não deve superar a 3,0 pontos percentuais.

Observando os dados da tabela 03, o uso de solução salina saturada na condução do teste de envelhecimento acelerado permitiu que a variação entre os teores de água iniciais e após o envelhecimento sejam bem menores e próximos ao recomendado, em comparação aos obtidos com o método tradicional de condução do teste de envelhecimento acelerado, ou seja, com o uso de água.

Na tabela 04 apresentam-se os resultados do teste de envelhecimento acelerado realizado com temperatura constante de 41 °C por dois diferentes períodos de envelhecimento (48 e 72h) combinados com o uso de duas diferentes soluções (tradicional com água e solução salina saturada).

Tabela 04- Avaliação do vigor de sementes de painço, submetidos ao teste de envelhecimento acelerado utilizando dois períodos de exposição 48 e 72 horas, e duas metodologias (com água e solução salina saturada).

LOTE	ENVELHECIMENTO ACELERADO (%)			
	48		72	
	H ₂ O	SSS	H ₂ O	SSS
LOTE 1	29 d	16 d	35 c	6 d
2	65 b	67 b	64 b	68 b
3	55 c	48 c	56 b	36 c
4	92 a	94 a	85 a	92 a
5	92 a	92 a	86 a	94 a
6	53 c	42 c	59 b	43 c
C.V.(%)	4,04	5,88	5,88	4,98

Nota: Médias seguidas da mesma letra na coluna, não diferem entre si pelo teste de Tukey, a 5% de significância. C.V. é igual ao coeficiente de variação.

Utilizando-se o método convencional do teste de envelhecimento foi possível ranquear os lotes separando-os em três grupos de qualidade. Os lotes 4 e 5 apresentaram-se mais vigorosos, os lotes 2, 3 e 6 medianos e o lote 1 o menos vigoroso no período de 48 horas de exposição.

Os resultados do teste mostraram que, independente do período avaliado, o uso de solução salina se mostrou eficiente, pois foi possível ranquear os lotes de maneira semelhante aos testes de germinação, teste de frio e de emergência de plântulas. Os lotes foram classificados em 3 níveis de vigor, sendo que no período de 48 horas os lotes 4 e 5 apresentaram melhor desempenho, seguidos pelos lotes 2, 3 e 6. O lote 1 apresentou-se como o menos vigoroso. Analisando o período de 72 horas, os lotes 4 e 5 destacaram-se com os melhores resultados, os lotes 2, 3 e 6 apresentaram resultados intermediários e o lote 1 foi o menos vigoroso.

Outro fator importante observado durante a condução do teste foi a ausência de micro-organismos com a utilização da solução salina em comparação com o método tradicional. Segundo Marcos Filho (2005), a presença de micro-organismos durante a condução do teste prejudica a germinação e o desenvolvimento das plântulas. Por isso, a utilização da solução salina é importante, pois irá reduzir a velocidade com que a semente absorve a água; consequentemente, a intensidade de deterioração de suas membranas também será menor, o que resultará em menores variações e mais confiabilidade da execução e resultado dos testes.

A ausência de fungos, em comparação ao teste tradicional de envelhecimento, também foi verificada em estudos realizados com sementes de rabanete ÁVILA *et al.*, 2006, em que a adição de NaCl restringiu a umidade relativa no interior das caixas gerbox inibindo a proliferação de micro-organismos contaminadores. Além disso, o uso de solução salina, segundo Fessel *et al.* (2005), inibiu o crescimento e desenvolvimento de fungos identificados como *Alternaria* sp. em sementes de brócolis.

Resultados semelhantes, em que o crescimento de fungos foi inibido com a utilização da solução salina saturada, foram encontrados também em sementes de rúcula (RAMOS *et al.*, 2004), cenoura (PANOBIANCO; MARCOS FILHO, 2001), pepino (TORRES, 2005), coentro (TUNES *et al.*, 2011) e erva doce (TORRES, 2004).

Observa-se que a utilização da solução salina

saturada é um método próspero para programas de controle de qualidade, pois, além de proporcionar uma menor absorção de água pelas sementes e de maneira mais uniforme, pode ser realizado utilizando-se os mesmos equipamentos e a mesma metodologia do método tradicional. Apresenta-se, dessa forma, como um método alternativo no auxílio da padronização do teste de envelhecimento acelerado para a avaliação do vigor em sementes de painço e obtenção de resultados consistentes.

Com os resultados expressos na tabela 04 é possível observar que, tanto no método tradicional como com o uso de solução salina saturada, em alguns lotes não houve diferenças, em valores absolutos, nos resultados obtidos nos diferentes períodos de exposição. Sendo assim, um menor período de execução do teste é uma característica desejável em um teste de vigor, pois possibilita a economia de energia elétrica pelo equipamento, além de fornecer resultados mais rápidos ao cliente.

Tais resultados concordam com os observados por Almeida *et al.* (2010), que constataram idêntica classificação dos lotes, em sementes de melancia, pelo teste de envelhecimento acelerado tradicional, utilizando períodos de 48 e 72 horas. No entanto, os autores sugeriram a adoção do período de 48 horas como adequado, pois exige menos tempo, possibilitando obtenção mais rápida de informações.

Os resultados da análise de correlação do teste de envelhecimento acelerado com os demais testes estão apresentados na tabela 05, em que se constata que os testes de germinação, de frio, emergência e índice de velocidade de emergência apresentaram correlação positiva e altamente significativa com o teste de envelhecimento acelerado, independentemente do período de exposição e método utilizado.

Tabela 05 - Correlações lineares entre as variáveis: teste de germinação (TG), teste de frio (TF), emergência (E), índice de velocidade de emergência (IVE), fitomassa seca (FS), comprimento total (CT), comprimento parte aérea (CPA) e comprimento sistema radicular (C SR) com o teste de envelhecimento acelerado tradicional e com uso de solução salina saturada nos períodos de 48 e 72 horas.

	Tradicional (H ₂ O)		Solução Salina Saturada (SSS)	
	48 horas	72 horas	48 horas	72 horas
TG	0.9578**	0.9222**	0.9766**	0.9733**
TF	0.9477**	0.9339**	0.9479**	0.9605**
E	0.9139**	0.8577**	0.9206**	0.9206**
IVE	0.9177**	0.8601**	0.9287**	0.9287**
FS	-0.7944**	-0.7521**	-0.8198**	-0.8198**
CT	0.5032*	0.5327**	0.5189**	0.5379**
CPA	0.5873**	0.6303**	0.6045**	0.6324**
C SR	0.2751 ^{NS}	0.2824 ^{NS}	0.2849 ^{NS}	0.2896 ^{NS}

Nota: **Significativo pelo teste t em nível de 1% de probabilidade de erro; NS Não significativo pelo teste t, * Significativo pelo teste t em nível de 5% de probabilidade de erro.

A variável fitomassa seca apresentou correlação negativa com todas as metodologias de teste de envelhecimento acelerado estudadas (tabela 05); já as variáveis comprimento total e comprimento de parte aérea apresentaram baixa correlação positiva com valor médio de r entre 0,5 e 0,6, quando o ideal é que seja o mais próximo de 1.

A variável comprimento de sistema radicular (tabela 05), apresentou correlação não significativa com o teste de envelhecimento acelerado tradicional ou alternativo, nos períodos de 48 e 72 horas.

CONCLUSÃO

São vários os fatores que contribuem para o sucesso da produção de uma lavoura, mas o principal fator é a utilização de sementes de alta qualidade, as quais irão garantir um excelente desempenho de plantas a campo. Porém, nem sempre o produtor tem acesso a todas as informações necessárias quanto às características das sementes utilizadas, muitas vezes devido à carência de pesquisas que as estimem e as forneçam.

Através deste trabalho foi possível testar e desenvolver metodologias consideradas eficazes para a avaliação do vigor em sementes de painço, devido à falta de informações sobre o potencial fisiológico das sementes dessa cultura e com o intuito de estabelecer um teste padrão.

Com os resultados obtidos através dos vários testes, pode-se dizer que a hipótese de que “a metodologia adaptada para a realização do teste de envelhecimento acelerado, utilizando o período de 48 horas a 41 °C, somente com água, não é eficiente para avaliar o potencial fisiológico das sementes de painço, pois apresenta baixa correlação com o teste de emergência” não foi confirmada, pois o período de 48 h a 41 °C tanto com água ou solução salina apresentou correlação positiva e altamente significativa com os testes de germinação, de frio, emergência e índice de velocidade de emergência.

A hipótese traçada de que “o período de 72 horas utilizando solução salina saturada apresenta correlação positiva com a eficiência da avaliação do vigor” confirmou-se, já que esta metodologia apresentou correlação positiva e altamente significativa com os testes de germinação, teste de frio, emergência e índice de velocidade de emergência.

Quanto à hipótese de que “os testes de vigor realizados em casa de vegetação (emergência, índice de velocidade de emergência, comprimento de parte aérea, fitomassa seca) não se diferenciam estatisticamente dos testes realizados em Laboratório de Análises de Sementes (teor de água, germinação, teste de primeira contagem de germinação, teste de frio, envelhecimento acelerado)” ela confirmou-se parcialmente, já que os testes de emergência, índice de velocidade de emergência não se diferenciaram dos testes realizados em laboratório, apresentando uma alta correlação com os mesmos; o comprimento total e de parte aérea apresentaram baixa correlação; o comprimento de sistema radicular gerou correlação não significativa e a variável fitomassa seca, apresentou correlação negativa com todas as metodologias testadas.

Portanto, conclui-se que a metodologia mais adequada para a avaliação do vigor de lotes de sementes de painço através do teste de envelhecimento acelerado é o método de 48 h a 41 °C com o emprego de solução salina saturada, pois essa metodologia apresenta um menor período de teste, otimizando a execução e oferecendo resultados mais rapidamente aos clientes, além de haver uma economia de energia elétrica devido ao menor tempo de uso do equipamento.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Fabiana L.; KULCZYNSKI, Stela Maris; SORATTO, Rogério P.; BARBOSA, Manoel Murilo M. 2010. **Nitrogênio em cobertura e qualidade fisiológica e sanitária de sementes de painço (*Panicum miliaceum* L.)**. *Revista Brasileira de Sementes*. v.32, n. 3. Londrina, PR: ABRATES. Set. pp.106 – 115.ISSN 0101-3122
- ALMEIDA, Andreia da Silva; PINTO, Jonas Farias; DEUNER, Cristiane; VILLELA, Francisco Amaral. 2010. **Avaliação do potencial fisiológico de sementes de melancia**. *Revista da FZVA*. v.17, n.1. Uruguaiana, RS: PUC-RS. pp.68-77. E-ISSN 1984-9028.
- ÁVILA, Paula Fernanda Vaz de; VILLELA, Francisco Amaral; DE ÁVILA, Marta Sueli Vaz. 2006. **Teste de envelhecimento acelerado para avaliação do potencial fisiológico de sementes de rabanete**. *Revista Brasileira de Sementes*. 28, n. 3. Pelotas, RS: ABRATES. jul. pp. 52 – 58.
- BHERING, Maria Carmen; DIAS, Denise Cunha Fernandes dos Santos; VIDIGAL, Déborah de Souza; NAVEIRA, Daniel dos Santos Portocarrero. 2006. **Teste de envelhecimento acelerado em sementes de pimenta**. *Revista Brasileira de Sementes*. v. 28, n. 3. Pelotas, RS: ABRATES. Dez. pp. 64 – 71.
- BHERING, Maria Carmen; DIAS, Denise Cunha Fernandes S.; BARROS, Daniella Inácio; DIAS, Luiz Antônio dos Santos; TOKUHISA, Dai. 2003. **Avaliação do vigor de sementes de melancia (*Citrullus lunatus* Schrad.) pelo teste de envelhecimento acelerado**. *Revista Brasileira de Sementes*. v. 25, n. 2. Pelotas, RS: ABRATES. Dez. pp 1-6.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2009. **Manual de análise sanitária de sementes**. Brasília, DF: Secretaria de Defesa Agropecuária – Mapa/ACS. 200p.
- CALHEIROS, Veronica Schinagel. 2010. **Testes de vigor para avaliação do potencial fisiológico de sementes de abóbora (*Cucurbita moschata* Duch.)**. [Adobe Acrobat]. Pelotas, RS: Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes, Universidade Federal de Pelotas. Dissertação de Mestrado em Ciências. Acessado em: 21/02/2015. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1500>>.
- CANTERI, Marcelo G., ALTHAUS, Rômulo A., VIRGENS FILHO, Jorim S., GIGLIOTI, Éder A., GODOY, Cláudia. V. 2001. **SASM - Agri: sistema para análise e separação de médias em experimentos agrícolas pelos métodos Scoft - Knott, Tukey e Duncan**. *Revista Brasileira de Agrocomputação*. v.1, n. 2. Ponta Grossa, PR: UEPG. pp.18 – 24.
- CORRETORA DE SEMENTES.S. D. **Painço**. [online] Acessado em: 15/03/ 2015. Disponível em: <<http://corretoradesementes.com.br/painco.php>>.

FESSEL, Simone Aparecida; SILVA, Lázaro José Ribeiro da; GALLI, Juliana Altafin; SADER, Rubens. 2005. **Uso de solução salina (NaCl) no teste de envelhecimento acelerado em sementes de brócolis** (*Brassica Oleracea* L. Var. *italica Plenck*). *Científica*. v. 33, n. 1. Jaboticabal. pp. 27 – 34.

FLOSS, Elmar Luiz. 2011. **Fisiologia das plantas cultivadas**: o estudo do que está por trás do que se vê. 5. ed. Passo Fundo, RS:UPF. 734p. ISBN: 9788575157633.

HARTER, Letícia dos Santos Hölbíg. 2013. **Metodologias de testes para avaliação do potencial fisiológico de sementes de mogango** (*Cucurbita pepo* L.). [Adobe Acrobat]. Pelotas, RS: Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes, Universidade Federal de Pelotas. Tese de Doutorado em Ciências. Acessado em: 15/08/2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1419/1/tese_leticia_holbig_harter.pdf>.

KRZYŻANOWSKI, Francisco Carlos; VIEIRA, Roberval Daiton. **Deterioração controlada**. 1999. In: Francisco Carlos Krzyżanowski; Roberval Daiton Vieira; José De Barros França Neto (Ed.) *Vigor de sementes: conceitos e testes*. Londrina, PR: ABRATES. 218p.

KRZYŻANOWSKI, Francisco Carlos; VIEIRA, Roberval Daiton; NETO, José de Barros França. 1999. **Vigor de sementes**: conceitos e testes. Londrina, PR: ABRATES. 218p.

LAZAROTTO SEMENTES. s.d. **Produção de painço**. [online] Acessado em: 14/03/ 2015. Disponível em: <<http://www.lazarotto.com.br/noticias/locais/id/23/c olheita-painco.html>>.

LIMA, Eduardo do Valle; CAVARIANI, Cláudio; LIMA, Patrícia Leitão; CRUSCIOL, Carlos Alexandre Costa; NAKAGAWA, João; VILLAS BOAS, Roberto Lyra. 2000. **Qualidade fisiológica de sementes de painço** (*Panicum dichotomiflorum* Michx.) em função do tempo de mistura com o superfosfato triplo. *Cultura Agronômica*. Ilha v. 9, n. 1. Solteira, SP:UNESP.pp. 177 – 189.

MACHADO, Amauri. 2002. **Programa de Análise Estatística – winstat 2**. [online] Acessado em: 12/03/2015. Disponível em: <<http://www.ufpel.tche.br/~amachado/winstat/software>>.

MAGUIRE, James D. 1962. **Speed of germination - aid in selection and evaluation for seedling and vigour**. *Crop Science*. v. 2, n. 1. Madison. pp. 176 - 177.

MALONE, Paula Ferreira Vaz de Ávila; VILLELA, Francisco Amaral; MAUCH, Carlos Rogério. 2008. **Potencial fisiológico de sementes de mogango e desempenho das plantas no campo**. *Revista Brasileira de Sementes*. v. 30, n. 2. Londrina, PR: ABRATES.pp. 123 – 129.

MAPA, Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento. 2013. **Instrução normativa nº 45 de setembro de 2013**. [online]. Acessado em: 12/10/ 2015. Disponível em: <<http://www.abrasem.com.br/wpcontent/uploads/2012/10/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-n%C2%BA-45-de-17-de-Setembro-de-2013-Prad%C3%B5es-de-Identidade-e-Qualidade-Prod-e-Comerc-de-Sementes-Grandes-Culturas-Republica%C3%A7%C3%A3o-DOU-20.09.13.pdf>>.

MARCOS FILHO, Julio. 2011. **Teste de vigor**: dimensão e perspectivas. *Seed News*. v.15, n.1. Pelotas, RS: Becker e Peske LTDA. pp.22-27. 2011.

_____. 2005. **Fisiologia de sementes de plantas cultivadas**. Piracicaba, SP: Fealq. 495p. ISBN 857133038-7.

_____. 1999. Teste de envelhecimento acelerado. In: Francisco Carlos Krzyżanowski; Roberval Daiton Vieira; José De Barros França Neto (Ed.) *Vigor de sementes: conceitos e testes*. Londrina, PR: ABRATES. 218p.

PANOBIANCO, Maristela; MARCOS FILHO, Júlio. 2001. **Envelhecimento acelerado e deterioração controlada em sementes de tomate**. *Scientia Agrícola*. v.58, n.3. São Paulo, SP: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Out/dez. pp. 525-531.

PESKE, Silmar Teichert; VILLELA, Francisco Amaral; MENEGHELLO, Geri Eduardo. 2012. **Sementes**: fundamentos científicos e tecnológicos. 3. ed. rev. e ampl. Pelotas, RS: Ed. Universitária/UFPEL. 573p. ISBN: 978-85-7192-831-2

RAMOS, Nilza Patrícia; FLOR, Ebert Pepe Obando; MENDONÇA, Elisabeth Aparecida Furtado; MINAMI, Keigo. 2004. **Envelhecimento acelerado em sementes de rúcula** (*Eruca sativa* L.). *Revista Brasileira de Sementes*. v 26, n.1. Pelotas, RS: ABRATES. pp 98-103.

TORRES, Salvador Barros. 2004. **Teste de envelhecimento acelerado em sementes de erva-doce**. *Revista Brasileira de Sementes*. v.26, n.2. Pelotas, RS: ABRATES. pp. 20-24.

TORRES, Salvador Barros. 2005. **Envelhecimento acelerado em sementes de pepino com e sem solução salina saturada**. *Horticultura Brasileira*. v. 23, n. 2. Brasília: ABH; UESB. pp. 303 – 306.

TUNES, Liliane Madruga; PEDROSO, Daniele Cardoso; BARBIERI, Ana Paula Piccinin; CONCEIÇÃO, Gerusa Massuquini; ROETHING, Elisa; MUNIZ, Marlove Fátima Brião; BARROS, Antônio Carlos Souza Albuquerque. 2011. **Envelhecimento acelerado modificado para sementes de coentro** (*Cloriandrum sativum* L.) e sua correlação com outros testes de vigor. *Revista Brasileira de Biociências*. v.9, n.1. Porto Alegre, RS: UFRGS. pp. 12-17.

EFEITO DO VIGOR DE SEMENTES SOBRE O RENDIMENTO DE FORRAGEM E GRÃOS DE DIFERENTES CULTIVARES DE AVEIA PRETA NAS CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS DO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO, RS, SAFRA 2017

Gislaine Elis Rutsatz¹Jaqueline Inês Rosso²Letícia dos Santos Holbig Harter³

RESUMO

Alguns produtores salvam parte de sua produção de grãos e as utilizam como sementes na próxima safra, correndo, assim, o risco de possuir um grão com baixa germinação e afetando o aporte final de plantas na safra subsequente. Diante disso, este trabalho teve como objetivo avaliar o efeito do vigor de sementes na produção de forragem e grãos de três genótipos de aveia preta: Embrapa BRS 139 - Neblina, IAPAR 61 - Ibiporã e Preta Comum. Para o presente estudo, o método de abordagem utilizado foi o quantitativo, e os procedimentos utilizados foram o laboratorial e o estatístico. A técnica para coleta de dados foi a observação direta intensiva. Já para a análise de dados, a técnica foi a análise estatística por meio da estatística descritiva. O delineamento foi blocos casualizados. Analisou-se as variáveis germinação, número de cortes, de panículas por planta, de grãos por panículas, altura de plantas, densidade, rendimento e massa de mil de grãos. Conclui-se que a maior produtividade de grãos nas parcelas de médio e baixo vigor ocorreu pelo fato das amostras terem sido submetidas apenas a um corte, deixando maiores quantidade de reservas para a produção de grãos, contudo, o clima foi forte aliado para a obtenção dos presentes resultados, por ter apresentado um inverno atípico, inicialmente com pouca precipitação e temperaturas acima da média, e após excessos de chuvas e pouco frio, influenciando diretamente no desenvolvimento inicial da cultura e de sua produtividade, tanto de forragem como de grãos.

Palavras-chave: *Avena strigosa* Schreb. Forragem. Vigor.

1. INTRODUÇÃO

A aveia ganha cada vez mais espaço na produção agrícola, pois se trata de uma cultura de fácil adaptação a solos com deficiências nutricionais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, está presente no sistema de rotação de culturas, sendo utilizada assim, como opção na produção de grãos na estação fria, ou até mesmo como cobertura de solo.

A região Sul do Brasil é considerada a maior produtora de aveia. Dados indicam que no ano de 2016 foram cultivados 218,3 mil hectares de aveia, totalizando no Rio Grande do Sul uma área de 275,6 mil hectares. Para o ano de 2017 foram previstos o cultivo em 311,1 mil hectares, concentrando a maior produção para o RS, com

ABSTRACT

Some producers save part of their grain production and use them as seeds in the next harvest, thus running the risk of having a grain with low germination and affecting the final supply of plants in the subsequent harvest. The objective of this work was to evaluate the effect of seed vigor on forage and grain yield of three black oat genotypes: Embrapa BRS 139 - Neblina, IAPAR 61 - Ibiporã and Preta Comum. For the present study, the method used was the quantitative one, and the procedure used was the laboratory and the statistical one. The technique for data collection was intensive direct observation. For data analysis, the technique was the statistical analysis using descriptive statistics. The design was randomized blocks. It was analyzed the variables germination, number of cuts, of panicles per plant, of grain per panicle; plant height; density; yield and mass of thousand grains. It was concluded that the highest grain yield in the medium and low vigor plots was due to the fact that the samples were submitted to only one cut, leaving larger amounts of grain reserves, however the climate was a strong ally to obtain the present results, because it presented an atypical winter, initially with little precipitation and above average temperatures, and after excessive rainfall and cold, directly influencing the initial development of the crop and its productivity, both forage and grain.

Keywords: *Avena strigosa* Schreb. Fodder. Force.

248,2 mil hectares, área superior ao ano de 2016 (CONAB, 2017).

A aveia preta (*Avena strigosa*) é considerada uma gramínea resistente a solos deficientes de nutrientes e a baixas temperaturas, que vem sendo utilizada consorciada para cobertura do solo ou como forragem, constituindo-se em uma das fundamentais fontes de proteína para o gado no período de entressafra (VILELA, 2007).

A baixa qualidade das forragens e grãos produzidos é um fato que preocupa os produtores, devido muitos produzirem e armazenarem suas sementes de forma caseira, a partir da produção de suas áreas, correndo assim o risco de possuir um grão com baixo vigor e, conseqüentemente, com um baixo nível de germinação, afetando o aporte final de plantas.

¹Acadêmica do curso de Agronomia. gisaelis1993@yahoo.com.br

²Engenheira Agrônoma. rossojaqueline@hotmail.com

³Doutora em Ciência e Tecnologia de Sementes, orientadora leticiaharter@setrem.com.br

Segundo Belmonte e Lucca Filho (2002 *apud* Henning *et al.* 2009), 20% das sementes de aveia preta produzidas e analisadas no estado Rio Grande do Sul não atendem ao padrão mínimo de germinação que é exigido para a comercialização.

A qualidade das sementes é um fator de extrema importância para um melhor desenvolvimento da cultura. De modo geral, as sementes de aveia-preta apresentam baixa qualidade. Sendo isso, "o vigor das sementes afeta diretamente a emergência das plântulas e o estabelecimento das culturas no campo, podendo influenciar muitos aspectos de desempenho das plantas" (SCHUCH *et al.*, 1999, p. 128).

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo avaliar o efeito do vigor de sementes na produção de forragens e sementes em aveia preta, avaliando três genótipos, no intuito de comprovar as seguintes hipóteses: sementes de aveia preta de alto vigor produzem teor de massa seca significativamente superior; a produtividade de grãos de aveia é significativamente menor em plantas oriundas de sementes de baixo vigor; o alto vigor das sementes de aveia apresenta correlação positiva e significativa com o MMG; a qualidade dos grãos produzidos apresentam correlação positiva e significativa ao vigor das sementes; cultivar preta comum apresenta produtividade significativamente menor, independente do seu vigor, quando comparada com as demais cultivares estudadas, e os tratamentos com a cultivar IAPAR 61 Ibiporã, quando comparados com a BRS 139 Neblina, apresentam significativamente maior produção de massa verde e massa seca.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho teve como objetivo avaliar o efeito do vigor de sementes na produção de forragem e grãos de três genótipos de aveia preta: Embrapa BRS 139 - Neblina, IAPAR 61- Ibiporã e Preta Comum.

O método de abordagem utilizado foi o quantitativo. Este método foi utilizado para o levantamento dos dados referentes à porcentagem de germinação, porcentagem de vigor, rendimento, peso do hectolitro, massa de mil grãos, pesagem de massa seca e massa verde, aferição de altura de plantas, o número de panículas por planta e número de grãos por panícula.

Nesse estudo foram utilizados os métodos de procedimento laboratorial e o estatístico. O procedimento laboratorial foi utilizado para obter os resultados das variáveis analisadas e o método estatístico foi utilizado para efetuar os cálculos dos resultados obtidos a fim de analisar os tratamentos realizados.

A técnica de coleta de dados foi observação direta intensiva que serviu para avaliar os resultados dos testes e observar o desenvolvimento das plântulas. Já as técnicas de análise de dados foram as estatísticas descritivas. No estudo utilizou-se o teste de Tukey com o programa Info Stat, ao nível de 5% de significância.

A população estudada foi composta por 36 parcelas de aveia preta, três cultivares diferenciadas em três níveis de vigor cada.

Inicialmente foi adquirido um lote de semente de cada uma das três cultivares, sendo que a cultivar Preta Comum foi doação de um produtor do município de Independência, do estado do Rio Grande do Sul. A cultivar IAPAR 61 Ibiporã foi doada pela empresa Renascer Sementes, do estado de Santa Catarina e a cultivar BRS 139 Neblina foi doada pela Cooperativa Cotrimaio, do município de Três de Maio estado do Rio Grande do Sul.

Para caracterização da qualidade inicial das sementes, no Laboratório de Análise de Sementes, foi realizado o teste de germinação e teste de envelhecimento acelerado. O teste de germinação foi realizado adaptando-se à metodologia proposta pelas regras de análise de sementes (BRASIL, 2009). Foram semeadas quatro repetições de 50 de sementes em substrato germitest, umedecidos com água na proporção de 2,5 vezes o peso seco. Após foram transferidas para germinador regulado a 20°C, e a contagem realizada aos sete dias após semeadura.

Após, já com os resultados do teste de germinação, no intuito de obter três níveis de vigor de cada cultivar, a amostra foi dividida em três porções realizando o teste de envelhecimento acelerado. Utilizou-se um total de 200 sementes (quatro repetições de 50 sementes) para cada amostra. O teste foi conduzido em caixas gerbox, contendo 40 mL de água, e uma camada uniforme de sementes disposta sobre a tela interna. Mantiveram-se as caixas em encubação a temperatura de 41 °C por 48 e 72 horas, caracterizando os lotes de médio e baixo vigor. Já o nível de vigor alto foi definido a partir da germinação inicial dos lotes. Depois do período de envelhecimento, as sementes foram submetidas ao teste de germinação, sendo que a avaliação ocorreu no sétimo dia após a semeadura.

O experimento foi instalado no interior do município de Três de Maio – RS, na localidade do Km 10, entre as coordenadas geográficas de 27°43'24,16" S e 54°15'12,07" O. Foram utilizadas três cultivares e três níveis de vigor, totalizando 9 tratamentos. As cultivares utilizadas foram Embrapa BRS 139 Neblina, IAPAR 61 Ibiporã e Preta Comum. O experimento foi estabelecido a campo com blocos ao acaso, sendo que cada tratamento foi repetido em 4 parcelas.

Para a implantação do experimento a campo, foi realizada a limpeza e o preparo da área. Toda a área do experimento foi adubada com 266 kg.ha⁻¹ da fórmula NPK 12-30-20 e 276 kg ha⁻¹ de ureia para cobertura, conforme a análise de solo. Após a realização de cada corte, aplicou-se 20 kg ha⁻¹ de N na forma de ureia.

As parcelas semeadas foram de 7 metros de comprimento por 0,85 metros de largura. Cada parcela composta por 5 linhas, com uma área útil de 4 metros, utilizando as 3 linhas centrais para a realização do corte. Área destrutiva foi de 2,04 m².

A semeadura foi realizada manualmente no mês maio, com todas as parcelas apresentando a mesma densidade e espaçamento, 350 sementes apta m² e 17 centímetros entre linhas, respectivamente. As linhas foram abertas com o auxílio de uma enxada. Foram

realizados cortes para avaliação. O primeiro foi realizado quando a aveia estava com aproximadamente 25 cm de altura, e os próximos quando atingiram aproximadamente 35 cm, seguindo a metodologia proposta por Fontanelli, Santos e Fontanelli (2012).

A mensuração da altura das plantas foi efetuada quando as mesmas estiveram no estágio de maturação fisiológica, considerando-se a extensão da base da planta no solo até o ápice. A determinação da estatura realizou-se pela medição das 10 plantas da amostra destrutiva, fazendo a média das mesmas. Foram colhidas 10 plantas de cada unidade experimental e, posteriormente, efetuada a contagem das panículas por planta e número de grãos por panículas, calculando a média. Para a determinação da densidade, foram contadas 10 plantas, linearmente, e medida a distância que as mesmas ocupam, com o auxílio de uma trena.

Para aferição do rendimento, foram colhidos manualmente quatro metros das três linhas centrais das 36 parcelas, tendo estas o espaçamento de 0,17 metros. Para a separação dos grãos das impurezas, foram utilizadas peneira, lona e trabalho manual. As amostras foram pesadas e os resultados anotados para posterior análise e comparação entre as parcelas e tratamentos.

Após a colheita e pesagem dos grãos limpos e secos, concretizou-se a pesagem para avaliar a massa de mil grãos (MMG). Para a determinação da massa de mil grãos é utilizada a metodologia sugerida por Brasil (2009), sendo contadas, ao acaso, oito repetições de 100 grãos cada, da amostra de cada parcela, com subsequente realização da pesagem de cada uma delas separadamente e posteriormente gerar a média dos pesos.

Após a realização da colheita das parcelas realizou-se teste de germinação das sementes em laboratório, avaliando se os tratamentos produziram sementes com alta germinação e, ainda, se as mesmas sofreram influência de acordo com o seu nível de vigor inicial. O teste foi conduzido em laboratório. Utilizaram-se quatro repetições de sementes de cada amostra, semeadas em papel germitest. As amostras permaneceram 5 dias em temperatura de 5-10 °C para superar a dormência após transferidas para o germinador regulado à temperatura constante de 20°C e as avaliações realizadas no quinto e décimo dia após a transferência para germinador. O resultado foi expresso em porcentagem média de plântulas normais para cada lote (BRASIL, 2009).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A semente é considerada um dos mais importantes insumos agrícolas pelo fato de levar ao campo as características genéticas necessárias para o bom desempenho do cultivar. É responsável também pelo sucesso do estabelecimento do estande desejado, fornecendo a base para uma produção rentável (MARCOS FILHO, 2005). As espécies vegetais contam com uma vasta variedade de estruturas de dispersão em suas sementes, auxiliando em maior ou menor sucesso desta na natureza. Isto tudo como forma de sobrevivência e multiplicação da espécie.

Segundo Floss (1982), “a aveia preta é uma

gramínea de inverno com dois sistemas radiculares, um seminal e outro com raízes permanentes” (FONTANELI; SANTOS; FONTANELI, 2012, p. 127). Tem colmo arredondado, estrutura ereta, órgãos desprovidos de pelos apresentando também nós e entre nós não muito visíveis. Suas folhas mais baixas exibem bainha, “língua obtusa e margem denticulada, com lâmina de 0,14 a 0,40 de comprimento. A inflorescência é uma panícula com glumas aristadas ou não.” (FONTANELI; SANTOS; FONTANELI, 2012, p. 127), sendo arredondado no ápice inferior e agudo no superior.

De acordo com Souza, Nakagawa e Machado (2009) as sementes de aveia geralmente são oriundas de áreas de pastagens que são utilizadas para pastejo por um determinado tempo, e após a retirada dos animais são produzidas sementes a partir do rebrote, sendo que desta forma se terá uma baixa produtividade e qualidade de sementes muito inferior.

Segundo Henning *et al.* (2009) a baixa qualidade das sementes utilizadas na formação de pastagens vem gerando problemas relacionados com a oferta de forragens das pastagens. Com uma oferta de sementes básicas para a produção de sementes, resulta na comercialização das sementes de baixa qualidade produzidas, ocasionando reflexos negativos na implantação da cultura e aumentando dos custos de produção das pastagens (LUCCA FILHO *et al.*, 2009 *apud* HENNING *et al.*, 2009).

Um dos principais fatores diretamente relacionados com a produção e desenvolvimento das plantas é a qualidade fisiológica das sementes. A utilização de sementes de alta qualidade é de extrema importância no estabelecimento das plântulas no campo, aumentando a possibilidade da formação de um estande uniforme e produtivo. De acordo com Toledo *et al.*, (2007) a qualidade fisiológica de uma semente está diretamente relacionada com sua capacidade de desempenhar suas funções vitais, sendo elas a longevidade, germinação e o vigor.

Segundo Viera e Carvalho (1994), o agricultor busca sementes de qualidade, através da avaliação do vigor das mesmas, pois esse pode ser um fator determinante na produção; além disso, irá permitir uma melhor aquisição de lotes de cultivares e a espera de uma melhor uniformidade de população de plantas.

A aptidão de germinação de um lote de sementes é estabelecida pela proporção das que podem gerar plântula normal, dentro de condições adequadas. Assim, não encontrando tais condições identifica-se normalmente uma diminuição na porcentagem de germinação (CARVALHO; NAKAGAWA, 2000).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A caracterização inicial dos lotes deu-se pelo teste de germinação e envelhecimento acelerado, cujos resultados estão expressos na tabela 01.

Tabela 01 - Teste de Germinação e Vigor Inicial

		Preta Comum	BRS 139	IAPAR 61
Germinação Inicial (%)	Alto	82%	68%	72%
Vigor (%)	Médio	61%	53%	68%
	Baixo	48%	38%	45%

De acordo com Schuch *et al.* (2000), no Rio Grande do Sul grande parte das sementes utilizadas para a semeadura de aveia apresenta nível de germinação entre 60 a 70%. Sendo assim, verifica-se que a germinação inicial encontrou-se dentro dos níveis estabelecidos. No entanto, para a safra 2017/2017, a legislação atual exige que sementes de aveia preta nas categorias de sementes C1, C2, S1 e S2 apresentem no mínimo 80% de germinação (MAPA, 2016).

Após a implantação do experimento, teve-se um índice de chuvas acima da média, que, de acordo com o registrado pelo produtor, atingiu os 575 mm no mês de maio, dificultando o desenvolvimento inicial das plantas.

Na fase vegetativa, o primeiro corte ocorreu quando as plantas atingiram de 25 a 30 cm de altura, deixando resíduo de 5 de altura para o rebrote. O segundo corte, que ocorreu após o rebrote, nas parcelas que apresentavam possibilidade de segundo corte, aconteceu quando as plantas atingiram entre 30 e 35 cm de altura, deixando resíduo de 7 cm para o rebrote.

Na tabela 02 estão expostos os resultados referentes à quantidade de massa verde (kg ha⁻¹) produzidas no 1º corte entre as cultivares Preta Comum, BRS 139 Neblina e IAPAR 61 Ibiporã nos diferentes vigos e a diferença dos níveis de vigos (alto, médio, baixo) em cada cultivar avaliada.

Tabela 02 - Comparação de Massa Verde entre as cultivares e os vigos (kg ha⁻¹)

Tratamentos	Preta Comum	BRS 139 Neblina	IAPAR 61 Ibiporã	Média	C.V (%)
Alto	2.932,28 A a	2.776,33 AB a	2.218,98 B a	2.642,53	11,40
Médio	3.139,64 A a	2.728,99 AB a	2.248,46 B a	2.705,67	13,91
Baixo	2.185,43 A b	1.607,56 B b	1.534,22 B b	1.775,74	16,36
Média	2.752,45	2.370,93	2.000,55	2.374,65	-
C.V (%)	12,25	15,92	12,3	-	-

Nota: Médias seguidas da mesma letra, maiúscula na linha e minúscula na coluna não se diferem entre si ao nível de 5% de probabilidade de erro.

Observa-se, nas parcelas de alto e médio vigor, que a cultivar BRS 139 Neblina não se diferenciou das demais cultivares e a Preta Comum se diferenciou estatisticamente da cultivar IAPAR 61 Ibiporã.

Nos tratamentos de baixo vigor, a cultivar Preta Comum se diferenciou estatisticamente das demais cultivares; no entanto, as cultivares BRS 139 Neblina e IAPAR 61 Ibiporã não se diferenciaram entre elas.

Já em relação a cada cultivar de aveia preta, nota-se que a quantidade de massa verde das cultivares Preta Comum, BRS 139 Neblina e IAPAR 61 Ibiporã, nas parcelas de baixo vigor se diferenciaram estatisticamente das parcelas de médio e alto vigor; todavia, as parcelas de médio e alto vigor em todas as cultivares não se diferenciaram entre si a 5% de significância.

Independentemente da cultivar, os lotes de alto e médio vigor foram superior aos de baixo na produção de massa verde, corroborando o trabalho de Oliveira *et al.* (2009), o qual constatou que as plantas oriundas de sementes vigorosas apresentam um peso de massa

verde maior.

Na tabela 03 estão expostos os resultados referentes à quantidade de massa seca (kg ha⁻¹) produzidas no 1º corte, nas cultivares Preta Comum, BRS 139 Neblina e IAPAR 61 Ibiporã nos diferentes vigos e a diferença dos níveis de vigos (alto, médio, baixo) em cada cultivar avaliada.

Tabela 03 - Comparação de Massa Seca (kg ha⁻¹)

Tratamentos	Preta Comum	BRS 139 Neblina	IAPAR 61 Ibiporã	Média	C.V (%)
Alto	392,67 A a	398,71 A a	380,69 A ab	379,47	9,77
Médio	404,13 A a	366,94 A a	398,73 A a	403,64	13,82
Baixo	336,34 A a	276,33 A b	278,67 A b	297,11	25,46
Média	377,71	347,33	352,7	359,07	-
C.V (%)	18,81	12,76	15,33	-	-

Médias seguidas da mesma letra, maiúscula na linha e minúscula na coluna não se diferem entre si ao nível de 5% de probabilidade de erro.

Na tabela 03 observa-se que, em relação aos níveis de vigor entre as cultivares, não ocorreu diferença estatística entre nenhuma variável avaliada, porém vale destacar que não houve diferença estatística; assim, a cultivar que apresentou a maior média foi a Preta Comum.

Com relação aos níveis de vigor em cada cultivar, a Preta Comum apresentou a maior média no nível de vigor médio (404,13 kg ha⁻¹), porém não apresentou diferença estatística entre os demais níveis de vigor. Na cultivar BRS 139 Neblina e IAPAR 61 Ibiporã, o nível de vigor que se destacou foi o médio (408,06 e 398,73 kg ha⁻¹, respectivamente), no qual se diferenciaram do baixo vigor, não se diferenciando do alto, além disso, a média do nível de vigor alto não apresenta diferença estatística do baixo e médio vigor.

Na fase inicial a cultura foi prejudicada pelo excesso hídrico que ocorreu em um curto período de tempo, prejudicando o desenvolvimento vegetativo e reprodutivo da cultura. De acordo com Castro, Costa e Ferrari Neto (2012) a aveia é muito sensível às condições climáticas, sendo que, quando estas ocorrem de forma adequada, ocorre uma produção satisfatória; caso contrário, pode-se ter frustrações de safras, que serão proporcionais à duração e intensidade das mesmas.

Durante a condução do presente estudo pôde-se perceber que a cultivar IAPAR 61 Ibiporã não obteve segundo corte, pois não apresentou a altura adequada para a realização dos cortes das parcelas. Em estudos conduzidos por Noro *et al.* (2003) obtiveram, com as cultivares Preta Comum e IAPAR 61, 586 kg ha⁻¹ e 677 kg ha⁻¹ de massa seca, respectivamente, aos 34 dias da rebrota do segundo corte.

Além de uma maior produção de forragem, a cultivar Preta Comum obteve maior número de cortes, diferentemente do ocorrido em estudos citados anteriormente nos quais a cultura diminuiu a quantidade de forragem ofertada a cada corte efetuado, diferente do apresentado no presente estudo.

De forma contrária, Demétrio, Costa e Oliveira (2012) em estudo sobre a produção de biomassa de diferentes cultivares de aveia constatou que a cultivar IAPAR 61 Ibiporã obteve produção superior quando comparada a cultivar Preta Comum. Carvalho *et al.* (2013) em análise de diferentes biótipos de aveia preta

constatou que a cultivar IAPAR 61 Ibiporã obteve produção superior à Preta Comum.

Em estudo conduzido por Demetrio (2009), avaliando o rendimento de biomassa de genótipos de aveia, constataram que a cultivar IAPAR 61 Ibiporã obteve produção de massa seca superiores a cultivar Preta Comum, além de manter sua produção constante a cada corte realizado, diferentemente da Preta Comum a qual teve sua produção gradativamente diminuída a cada corte.

“É possível que o vigor de sementes possa ter um efeito direto sobre a habilidade da planta acumular matéria seca” (SCHUCH *et al.*, 2000 p.01).

Para a avaliação do rendimento das parcelas, no primeiro momento foram colhidas todas as plantas presentes na área útil das parcelas. Coletou-se 10 plantas aleatoriamente e, a partir destas plantas, determinou-se o número de panículas por planta e calculado a média de panículas por parcela. O número de grãos por panícula foi determinada a partir da contagem dos grãos das 10 plantas. Mediu-se também a estatura de plantas e o número de per filhos.

Na tabela 04 verificam-se as análises das variáveis alturas de planta e dos componentes de rendimento da cultivar Preta Comum nos diferentes níveis de vigores.

Tabela 04 - Dados médios dos componentes de rendimento de sementes de aveia preta cultivar Preta Comum, em diferentes níveis de vigor.

Níveis de vigor	PRETA COMUM					
	AP (cm)	NPP (unid.)	NGP (unid.)	PH	MMG (g)	R (Kg ha ⁻¹)
Alto	95 A	3,15 A	18,44 A	25,70 B	22,78 A	1027,57 B
Médio	94 A	4,18 A	18,38 A	27,00 AB	18,30 B	1465,07 A
Baixo	95 A	4,33 A	22,15 A	31,20 A	19,59 AB	1332,35 AB
Média	94,7	3,88	19,65	28	20,22	1275
C.V (%)	8,42	22,13	18,57	9,17	8,93	16,05

Nota: (AP) Altura de plantas; (NPP) Número de plantas por panícula; (NGP) Número de grãos por panícula; (PH) Peso Hectolitro; (MMG) Massa de mil grãos; (R) Rendimento de grãos.

Pode-se observar que as variáveis altura de planta, número de panículas por planta e número de grãos por planta não se diferenciaram estatisticamente entre si. O peso do hectolitro apresentou a maior média nas parcelas de baixo vigor (31,20 kg.ha⁻¹), porém não se diferenciou das parcelas com médio vigor. A menor média encontrada foi nas parcelas de alto vigor (25,70 kg.ha⁻¹), sendo que também não se diferenciou das de médio vigor. Em relação à MMG, obteve-se uma média total de 20,22, no qual as parcelas de alto vigor apresentaram uma média maior que as demais, porém não se diferenciou estatisticamente da de baixo vigor. As parcelas de médio vigor apresentaram uma menor média em relação às demais, sendo que não se diferenciaram das de baixo vigor. No rendimento ocorreu diferença estatística entre os resultados, sendo que as parcelas com níveis médios de vigor apresentaram maior rendimento; no entanto, não se diferenciou das de baixo vigor, fato esse que se explica devido as parcelas de baixo vigor terem apresentado menor número de cortes; assim, foram mais produtivos.

As parcelas de alto vigor, por terem sofrido dois cortes, apresentaram uma menor produção de grãos (1027,57 kg.ha⁻¹). De acordo com Scheffer, Agranionik

e Fontaneli (2004), sempre que a produção for avaliada após a produção de forragem e pastejo, observa-se uma grande variação nos resultados obtidos. Observa-se que as parcelas de alto vigor obtiveram um menor rendimento pelo fato de terem utilizado suas reservas para a produção de forragem, contendo um número maior de cortes. Desta maneira, as parcelas de baixo vigor economizaram suas reservas para a produção de grãos, produzindo menos forragem e, conseqüentemente, menor número de cortes.

Existem dois tipos de reservas: as reservas de produção principal de energia no início da germinação (sacarose e oligossacarídeos) e as reservas que são usadas pelas plântulas em crescimento e que servem para a transferência de matéria (carbono e nitrogênio, principalmente), dos tecidos de reservas para as estruturas em desenvolvimento na plântula. O metabolismo dos compostos de reservas acaba gerando uma grande quantidade de sacarose e aminoácidos no tecido de reserva e estes são transportados para os tecidos em crescimento. (FERREIRA; BORGHETTI, 2004).

Na tabela 05, encontram-se os dados médios dos componentes de rendimentos de sementes de aveia preta da cultivar BRS 139, Neblina, em diferentes níveis de vigor.

Tabela 05 - Dados médios dos componentes de rendimento de sementes de aveia preta cultivar BRS 139 Neblina, em diferentes níveis de vigor

Níveis de Vigor	BRS 139 Neblina					
	AP (cm)	NPP (unid.)	NGP (unid.)	PH	MMG (g)	R(Kg ha ⁻¹)
Alto	86,8 A	3,38 A	16,69 B	23,93 A	20,28 A	1093,26 A
Médio	97,6 A	4,30 A	21,60 AB	25,90 A	18,42 A	1481,99 A
Baixo	98,3 A	4,85 A	28,59 A	25,80 A	19,41 A	1368,63 A
Média	94,23	4,17	22,29	25,21	19,37	1314,62
C.V (%)	7,81	24,94	20,01	10,17	6,62	15,81

Nota: (AP) Altura de plantas; (NPP) Número de plantas por panícula; (NGP) Número de grãos por panícula; (PH) Peso Hectolitro; (MMG) Massa de mil grãos; (R) Rendimento de grãos.

Na tabela 05 observa-se que o número de plantas e o número de panículas por planta não diferenciaram estatisticamente entre si. Já no número de grãos por panícula nota-se uma maior média no tratamento de baixo vigor, porém o mesmo não se diferencia dos tratamentos de médio vigor. A menor média encontrada é no tratamento de alto vigor, não se diferenciando também dos tratamentos de médio vigor. Referente ao peso do hectolitro gerou-se uma média de 25,21; no entanto, não houve diferença estatística entre os tratamentos estudados. Em relação ao MMG, obteve-se uma média de 19,37 gramas, em que se pode observar que no tratamento e alto vigor apresentou uma média maior, mas não se diferenciaram estatisticamente entre os vigores. O rendimento não se diferenciou estaticamente, porém, verifica-se que está relacionado com o número de grãos por panícula.

Na tabela 06 está exposta a análise dos componentes de rendimento da cultivar IAPAR 61 Ibiporã nos diferentes níveis de vigores.

Tabela 06 - Dados médios dos componentes de rendimento de sementes de aveia preta cultivar IAPAR 61 Ibiporã, em diferentes níveis de vigor.

Níveis de Vigor	IAPAR 61 Ibiporã					
	AP(cm)	NPP (unid.)	NGP (unid.)	PH	MMG (g)	R (kg ha ⁻¹)
Alto	100 A	2,55 A	32,73 A	21,28 A	11,32 A	178,31 A
Médio	96,75 A	2,53 A	32,88 A	20,23 A	9,42 A	119,24 B
Baixo	90 A	2,30 A	31,38 A	19,95 A	10,18 A	114,83 B
Média	95,58	2,46	32,49	20,48	10,3	137,46
C.V (%)	12,34	14,13	16,71	10,84	14,36	20,5

Nota: (AP) Altura de plantas; (NPP) Número de plantas por panícula; (NGP) Número de grãos por panícula; (PH) Peso Hectolitro; (MMG) Massa de mil grãos; (R) Rendimento de grãos.

Na tabela 06 observa-se que as variáveis AP, NPP, NGP, PH E MMG não diferenciaram estatisticamente entre si em nenhum dos níveis de vigor. Já o rendimento de grãos, do lote de alto vigor diferenciou-se estatisticamente do baixo e médio vigor o qual obteve um maior rendimento. A cultivar IAPAR 61 Ibiporã apresentou um ciclo mais longo, quando comparada com as demais cultivares do presente estudo, permanecendo mais tempo no campo, exposta a diferentes situações climáticas. Já no final de seu ciclo chuvas de forte intensidade prejudicaram o enchimento dos grãos e o amadurecimento uniforme das parcelas, influenciando no baixo rendimento da cultivar.

Machado (2001) avaliando cultivares de aveia para produção de forragem verificou que a cultivar IAPAR 61 Ibiporã obteve rendimento de grãos de 733 kg.ha⁻¹ e uma produção de massa seca bem abaixo das demais, sendo a de menor produção, quando comparada com 6 genótipos diferentes; no entanto, a cultivar Preta Comum obteve a produção de grãos de 1175 kg.ha⁻¹ e não se diferenciou das demais na produção de massa seca ficando em terceira colocada na avaliação das aveias precoces. Já na avaliação das cultivares tardias, a cultivar IAPAR 61 Ibiporã obteve maior quantidade de produção de massa seca (5310 kg.ha⁻¹) porém com uma produção de grãos muito inferior às demais sendo de apenas 139 kg.ha⁻¹ contra 1768 kg.ha⁻¹ da variedade que obteve maior rendimento de grãos (MACHADO, 2001).

Corroborando com os dados gerados pelo presente estudo, Scheffer et al. (2001) avaliando o potencial de genótipos de aveia preta para duplo propósito verificaram que a cultivar IAPAR 61 Ibiporã e a Preta Comum não se diferenciaram estatisticamente entre elas, nas parcelas submetidas a pastejo e produção de grãos, obtendo a menor produção entre os lotes avaliados, quando comparadas a outras cultivares de aveia preta.

De acordo com os parâmetros de determinação da Correlação de Pearson, apresentadas nas tabelas 07,08,09 o coeficiente de correlação deste estudo é $r = 0,576$, ou seja, $r = 57,6\%$.

Na tabela 07 demonstra a matriz de correlação de Person de massa seca e massa verde do cultivar Preta Comum.

Tabela 07 - Matriz de correlação de massa verde e massa seca da cultivar Preta Comum.

Preta Comum			
Nível de Vigor	Nível de Vigor	MV (kg ha ⁻¹)	MS (kg ha ⁻¹)
MV (kg ha ⁻¹)	-	0,50599	0,33667
MS (kg ha ⁻¹)	-	-	0,59689

Nota: (MV) Massa verde; (MS) Massa seca.

Segundo a tabela 07, quanto maior o nível de vigor maior será a massa verde, por apresentar uma correlação positiva e significativa. Em relação à massa verde, quanto maior a sua quantidade, maior será sua massa seca. Ocasionalmente o corte da forragem, o sistema de desfolha provoca estresse na planta,

acarretando a remoção de área foliar, em que cabe ressaltar que no momento e intensidade da desfolha, afetará em maior ou menor grau o rendimento da forragem (BORTOLONI *et al.*, 2004).

Na tabela 08 verifica-se a matriz de correlação de Person de massa seca e massa verde do cultivar BRS 139 Neblina.

Tabela 08 - Matriz de correlação de massa verde e massa seca da cultivar BRS 139 Neblina.

BRS 139 Neblina			
Nível de Vigor	Nível de Vigor	MV (kg ha ⁻¹)	MS (kg ha ⁻¹)
MV (kg ha ⁻¹)	-	0,75575	0,77454
MS (kg ha ⁻¹)	-	-	0,81279

Nota: (MV) Massa verde; (MS) Massa seca.

De acordo com a tabela 08, verifica-se que houve correlação entre o vigor de sementes e a massa verde dos tratamentos; desta forma, quanto maior o nível de vigor, maior será a massa verde e a massa seca, respectivamente. Da mesma forma, quanto maior a massa verde produzida, consequentemente maior será sua produção de massa seca.

Segundo Schuch *et al.* (2000) o comportamento das plântulas originadas de sementes de alto vigor produzem maior quantidade de massa seca do que as de médio vigor, somando essas diferenças com o avanço no crescimento das plântulas.

Na tabela 09 constata a matriz de correlação de Person de massa seca e massa verde da cultivar IAPAR 61 Ibiporã.

Tabela 09 - Matriz de correlação de massa verde e massa seca da cultivar IAPAR 61 Ibiporã

IAPAR 61 Ibiporã			
Nível de Vigor	Nível de Vigor	MV (kg ha ⁻¹)	MS (kg ha ⁻¹)
MV (kg ha ⁻¹)	-	0,71176	0,58985
MS (kg ha ⁻¹)	-	-	0,56858

Nota: (MV) Massa verde; (MS) Massa seca.

De acordo com a tabela 09, pode-se ver que referente a cultivar IAPAR 61 Ibiporã, quanto maior for o nível de vigor das sementes utilizadas, maior será sua produção de massa verde e massa seca.

Na tabela 10 mostra a matriz de correlação de Person do cultivar, Preta Comum no qual correlaciona com os componentes de rendimento.

Tabela 10 - Matriz de correlação de Pearson na Cultivar Preta Comum.

Matriz de Correlação da Cultivar Preta Comum							
Vigor	AP (cm)	NPP (unid.)	NGP (unid.)	PH	MMG (g)	R (kg ha ⁻¹)	
Vigor	1	0,4054	0,5277	0,4184	0,6962	-0,5315	0,4882
AP (cm)		1	0,7947	0,2532	-0,0415	-0,1834	0,0627
NPP (unid.)			1	0,1057	-0,5134	0,2629	
NGP (unid.)				1	0,1811	-0,1082	-0,0740
PH					1	-0,2512	0,3927
MMG (g)						1	-0,5267
R (kg ha ⁻¹)							1

Nota: (AP) Altura de plantas; (NPP) Número de plantas por panícula; (NGP) Número de grãos por panícula; (PH) Peso Hectolitro; (MMG) Massa de mil grãos; (R) Rendimento de grãos.

Segundo demonstrado na tabela 10, observa-se que houve correlação entre o vigor de sementes e o PH, visto que é uma correlação significativa e positiva, de 69,62%, isso significa que quanto maior o nível de vigor, maior o PH encontrado. A altura de planta se correlacionou significativa e positivamente com o

número de panículas por planta, sendo esta uma correlação de 70,47%, ou seja, quanto maior a altura de planta, maior o número de panículas por planta.

Na tabela 11 mostra a matriz de correlação de Person do cultivar BRS 139 Neblina, no qual correlaciona as variáveis estudadas.

Tabela 11 - Matriz de correlação de Pearson na Cultivar BRS 139 Neblina.

Matriz de Correlação da Cultivar BRS 139 Neblina							
Vigor	Vigor	AP (cm)	NPP (unid.)	NGP (unid.)	PH	MMG (g)	R (Kg ha ⁻¹)
Vigor	1	0,5658	0,5535	0,7005	0,3192	-0,2655	0,4625
AP (cm)	-	1	0,6672	0,7450	0,2679	0,6698	0,5055
NPP (unid.)	-	-	1	0,4581	0,2837	-0,0382	0,5920
NGP (unid.)	-	-	-	1	0,4316	-0,6083	0,4761
PH	-	-	-	-	1	-0,2517	0,5168
MMG (g)	-	-	-	-	-	1	-0,3770
R (Kg ha ⁻¹)	-	-	-	-	-	-	1

Nota: (AP) Altura de plantas; (NPP) Número de plantas por panícula; (NGP) Número de grãos por panícula; (PH) Peso Hectolitro; (MMG) Massa de mil grãos; (R) Rendimento de grãos.

O nível de vigor se correlacionou de forma significativa e positiva com o número de grãos por panículas a um nível de 78,05%, sendo que quanto maior o vigor, maior o número de grãos por panículas. A variável altura de planta se correlacionou de forma significativa e positiva com o número de panículas por planta (66,72%) e com o número de grãos por panículas (74,50%), assim, quanto maior a altura de plantas maior o NPP e o NGP. Essa variável também se correlacionou com a massa de mil grãos, porém de forma negativa (-66,88%) no qual quanto maior a altura de planta menor a MMG. O número de panículas por planta se correlacionou significativamente e positivamente com o rendimento (59,20%). Assim, quanto maior o NPP, maior será o rendimento de grãos.

Na tabela 12 mostra a matriz de correlação de Person do cultivar IAPAR 61 Ibiaporã na qual correlaciona as variáveis estudadas.

Tabela 12 - Matriz de correlação de Pearson na Cultivar IAPAR 61 Ibiaporã

IAPAR 61 Ibiaporã							
Nível de Vigor	Nível de Vigor	AP (cm)	NPP (unid.)	NGP (unid.)	PH	MMG (g)	R (kg ha ⁻¹)
Nível de Vigor	1	-0,42090	-0,03708	-0,15385	-0,23098	-0,39673	-0,43721
AP (cm)	-	1	0,34309	0,39434	-0,16775	0,41827	0,58050
NPP (unid.)	-	-	1	-0,13078	0,10713	0,65661	0,56805
NGP (unid.)	-	-	-	1	-0,24188	-0,26144	-0,08739
PH	-	-	-	-	1	0,34560	0,43742
MMG (g)	-	-	-	-	-	1	0,58056
R (kg ha ⁻¹)	-	-	-	-	-	-	1

Nota: (AP) Altura de plantas; (NPP) Número de plantas por panícula; (NGP) Número de grãos por panícula; (PH) Peso Hectolitro; (MMG) Massa de mil grãos; (R) Rendimento de grãos.

Demonstrado na tabela 12 observa-se que a AP se correlacionou significativamente e positivamente com o rendimento de grãos, assim quanto maior a altura de plantas maior o rendimento. Em relação ao NPP o mesmo se correlacionou significativamente e positivamente com a MMG (65,66%) e também com o rendimento (56,80%), isso significa que quanto maior o NPP maior será a MMG e o rendimento. Além disso, a massa de mil grãos apresentou interação significativa e positiva com o rendimento (58,05%), assim quanto maior a MMG maior será o rendimento de grãos.

Na tabela 13 verifica-se a comparação das porcentagens de plântulas normais, anormais e sementes mortas na Preta Comum, BRS 139 Neblina, IAPAR 61 Ibiaporã encontradas nos testes de germinação dos grãos produzidos.

Tabela 13 - Comparação de plântulas normais, anormais e sementes mortas na cultivar Preta Comum, BRS 139 Neblina, IAPAR 61 Ibiaporã

Níveis de vigor	PRETA COMUM		
	NORMAIS (%)	ANORMAIS (%)	MORTAS (%)
Alto	75 A	1 A	24 B
Médio	57 AB	1 A	42 AB
Baixo	43 B	1 A	56 A
Média	58,33	1	40,66
C.V (%)	16,58	18,25	23,1
BRS 139 Neblina			
Alto	54 A	1 B	45 B
Médio	29 B	2 AB	69 AB
Baixo	20 B	2 A	78 A
Média	34,66	1,6	1,6
C.V (%)	24,21	21,3	21,3
IAPAR 61 Ibiaporã			
Alto	19 A	3 AB	78 A
Médio	19 A	3 A	78 A
Baixo	18 A	2 B	80 A
Média	19	2,66	78,66
C.V (%)	10,09	18,25	2,35

Nota: (N) Normais; (A) Anormais (M) Mortas.

Nota-se na tabela 13 que na cultivar preta comum, que na variável germinação, houve diferença estática nos níveis de alto e baixo vigor, sendo que o nível baixo apresentou a menor porcentagem.

Quanto à porcentagem de plântulas anormais, observa-se que não apresentou diferença estatística entre os níveis de vigor.

Em plantas de trigo perante condições não competitivas, que diferenças no vigor das sementes procederam em diferenças na taxa de crescimento no período inicial até sete semanas da emergência, acarretando no efeito deletério do baixo vigor das sementes a respeito do crescimento de plântulas na fase inicial. "Isso permitiu as plantas provenientes de sementes de alta qualidade, uma vantagem inicial que foi suficiente inclusive para resultar em um maior rendimento final de grãos" (KHAH *et al.* 1989 *apud* SCHEEREN 2010 p. 36)

Segundo Kolchinski *et al.* (2005), na cultura da soja constataram que plantas provenientes das sementes de níveis altos de vigor apresentam maior índice de área foliar, produção de matéria seca e acréscimos superiores a 35% no rendimento de sementes, sobre o uso das sementes de baixo vigor.

A redução do vigor de sementes está relacionada ao processo de deterioração ocasionado por vários fatores, dentre outros: colheitas tardias, chuvas, secagem ou armazenamento inadequado. As sementes deterioradas possuem baixa germinação e vigor, tendem a produzir plântulas fracas com reduzido potencial de rendimento. (SCHEEREN *et al.*, 2010 p. 93)

Observa-se que a cultivar BRS 139 Neblina obteve uma germinação na qual os níveis médio e baixo não diferenciaram estatisticamente entre si; logo, o nível de alto vigor se diferenciou estatisticamente e obteve maior germinação do cultivar, com 54%.

Nas plantas anormais, percebe-se que houve diferença significativa entre os níveis de vigor alto e baixo, sendo que os grãos produzidos por sementes de baixo vigor apresentaram a maior média de plântulas anormais 2% e as de alto vigor apresentaram a menor média de 1%.

De modo geral, a cultivar Preta Comum se destacou com maior número (75%) plântulas normais, no nível alto de vigor dentre as demais cultivares. Dentre os níveis de vigores, a maior média também se destacou na cultivar Preta Comum em relação às demais.

Na tabela 14 encontra-se a Matriz de Correlação do vigor com a qualidade fisiológica dos grãos produzidos, na cultivar Preta Comum, BRS 139 Neblina, IAPAR 61 Ibiporã.

Tabela 14 - Matriz da correlação níveis de vigor e qualidade fisiológica dos grãos, na cultivar Preta Comum, BRS 139 Neblina, IAPAR 61 Ibiporã.

Cultivar BRS 139 Neblina				
Níveis de Vigor	Níveis de Vigor	N	A	M
N	1	-0,867163496	0,784464541	0,864521723
A		1	-0,818553429	-0,999817368
M			1	0,807425977
Cultivar IAPAR 61 Ibiporã				
Níveis de Vigor	Níveis de Vigor	N	A	M
N	1	-0,3030744	-0,216506351	0,08816541
A		1	0,097211159	-0,9155956
M			1	-0,373283703
Cultivar Preta Comum				
Níveis de Vigor	Níveis de Vigor	N	A	M
N	1	-0,841139926	0,621059003	0,844243725
A		1	-0,599562126	-0,999813353
M			1	0,592675516

Nota: (N) Normais; (A) Anormais (M) Mortas.

Na cultivar BRS 139 Neblina, nota-se que houve correlação significativa e negativa; sendo assim, quanto maior o vigor, menor será a porcentagem de germinação das sementes produzidas (-0,867).

Nesse sentido, “sementes de baixo vigor produzem populações de plantas que são menores que a necessária para um rendimento máximo, as reduções em rendimento podem estar indiretamente relacionadas com o vigor das sementes.” (TEKRONY; EGLI 1991 p.10).

Na cultivar IAPAR 61 Ibiporã, não houve correlação significativa entre as variáveis estudadas. Foi observado, no seu estabelecimento a campo, um crescimento lento de plântulas, o qual provocou um retardamento da emergência e causou desuniformidade na emergência das plantas, inferior às demais cultivares avaliadas.

De acordo com Nunes (2016), a viabilidade de um lote de sementes é semelhante à germinação, por este motivo utiliza-se o mesmo sistema de avaliação para ambas as determinações. O autor saliente ainda que nem toda semente considerada viável irá germinar.

Na cultivar Preta Comum, observa-se que houve correlação significativa e negativa, quanto maior o nível de vigor, menor a germinação das plantas (-0,841).

Considerando plântulas anormais, apresentou correlação significativa e positiva, quanto maior o vigor, maior será o nível de plântulas anormais (0,621).

A baixa correlação do vigor com a qualidade fisiológica pode ter ocorrido em função de que as parcelas de alto vigor sofreram dois cortes; sendo assim, a planta primeiramente teve que restabelecer seu estande foliar, para depois acumular fotoassimilados e transferi-los para as sementes.

De forma geral, baixa correlação do vigor com a qualidade fisiológica, nas cultivares Preta Comum e BRS 139 Neblina, ocorreu pelo fato das cultivares terem sido submetidas a um número maior de cortes; desta forma, a planta primeiramente teve que reestabelecer seu estande foliar e, somente após este processo, poder acumular fotoassimilados e transferi-los para as sementes.

Pode-se perceber, desta forma, que as parcelas de alto vigor obtiveram uma menor produção de grãos; no entanto, o vigor afetou diretamente a produção de forragem, sendo que as parcelas de alto vigor obtiveram as maiores produções de massa verde em relação às de baixo e de médio vigor. Consta-se, desta forma, que é mais vantajoso ao produtor uma maior produção de massa verde e a produção de grãos reduzida, pelo fato de se ter um estande de plantas mais uniforme e de rápido desenvolvimento, a partir de sementes vigorosas e sadias.

A germinação de forma mais ou menos uniforme irá influenciar diretamente no estande final de plantas a campo, desde sua germinação até sua maturação afetando as operações e colheita da cultura. Para uma produção agrícola adequada, necessita-se um estande de plantas a campo uniforme, principalmente no processo germinativo das sementes (NUNES, 2016).

A qualidade das sementes influencia fortemente o sucesso ou fracasso da cultura, especialmente em condições de estresse ambiental; para tanto, métodos experimentais de determinação de vigor e germinação foram desenvolvidos para minimizar o risco de utilização de sementes de baixa qualidade (HALMER 2000 *apud* BERTOLIN; SÁ; MOREIRA 2011 p.105).

Portanto, é importante que as sementes apresentem boa qualidade sanitária e fisiológica; do contrário, as cultivares não propagam seu potencial produtivo. Mesmo que sadias, as plantas originadas de sementes com baixo vigor nunca produzirão conforme o potencial genético das cultivares (LOBO JÚNIOR; BRANDÃO; MARTINS 2013).

Segundo Schiavo (2015) é de extrema importância a utilização de sementes de ótima qualidade para a implantação da lavoura, sendo que a germinação e o vigor terão influência direta sobre o rendimento final da cultura a campo. De forma indireta, a baixa qualidade das sementes utilizadas irá afetar a densidade e o arranjo final das plantas e a duração do seu ciclo. A baixa qualidade irá afetar ainda a porcentagem de plântulas germinadas e o tempo decorrido até as mesmas germinarem.

Consequentemente, o uso de sementes de qualidade é de enorme importância; sendo assim, um fator principal no estabelecimento da lavoura a campo. Contudo, as sementes de aveia preta, de forma geral, já apresentam uma baixa qualidade, devido à falta de cuidado na hora de produzir as sementes. Uma pastagem de boa qualidade apresentada um alto valor nutritivo para os animais, além de ser importante para que se tenha maior quantidade de cortes.

CONCLUSÃO

A alta produção de forragem e estabelecimento uniforme de plantas a campo depende basicamente de sementes com alta qualidade fisiológica, sendo capaz de germinar e se desenvolver adequadamente sob condições de clima não controláveis. Existem métodos eficientes para a avaliação de lotes de sementes; no entanto, são pouco utilizadas pelos produtores, os quais produzem e armazenam seus grãos sem saber a real qualidade fisiológica de suas sementes.

Com base nisso, e buscando resultados sobre a influência do vigor de sementes em relação à quantidade de forragem produzida, o objetivo do presente estudo foi avaliar a quantidade de massa verde e massa seca produzida em três lotes de sementes de aveia preta de diferentes cultivares, com três níveis de vigor, sendo eles alto, médio e baixo, submetidos a cortes e colheita de grãos produzidos.

Baseando-se nas hipóteses delimitadas no início do presente estudo, obteve-se algumas considerações relacionadas com os dados obtidos.

Em relação à primeira hipótese com a afirmativa “sementes de aveia preta de alto vigor produzem teor de massa seca significativamente superior” não se confirmou, sendo que as parcelas de baixo, médio e alto vigor não se diferenciaram estatisticamente entre os tratamentos avaliados.

A segunda hipótese que fala que “a produtividade de grãos de aveia é significativamente menor em plantas oriundas de sementes de baixo vigor” não se confirmou pelo fato de se ter uma maior produção de grãos nas parcelas de baixo vigor; porém, nestas, obteve-se uma maior produção de forragem. Isto explica-se pelo fato de se ter uma maior concentração de reservas para a produção de grãos nas parcelas de baixo vigor, pois essas apenas sofreram um corte, diferentemente do ocorrido nas parcelas de alto vigor.

A terceira hipótese sugere que “o alto vigor das sementes de aveia apresenta correlação positiva e significativa com o MMG”, a mesma não se confirma em nenhuma das cultivares estudadas, pois apresentaram correlação negativa pelo fato das plantas de alto vigor apresentarem uma menor concentração de reservas devido ao maior número de cortes e produção de forragens.

A quarta hipótese com a afirmativa “a qualidade dos grãos produzidos, apresentam correlação positiva e significativa com vigor das sementes”, a hipótese não se confirmou pelo fato de o teste de germinação realizado com os grãos produzidos terem ficado abaixo do adequado em todos os níveis de vigor estudados. Isto pode ser explicado pelo fato de as parcelas de alto vigor, na grande parte dos tratamentos, ter sido submetido a um número maior de cortes, restando uma menor quantidade de reservas acumuladas; logo, nas parcelas de baixo vigor foi verificado que se teve um aumento, porém não significativo, com a produção de grãos por não ser submetido ao segundo corte em grande parte das parcelas.

Na quinta hipótese que propõe que “a cultivar

preta comum apresenta produtividade significativamente menor, independente do seu vigor, quando comparada com as demais cultivares estudadas” confirma-se em parte no âmbito do presente estudo, sendo que a cultivar teve uma maior produção de massa verde nos três níveis de vigor; no entanto, verificou-se uma produção de grãos inferior às demais cultivares pelo fato de ter possibilitado um número maior de cortes nas parcelas avaliadas. Isso é explicado por a cultivar ser mais rústica, adaptando-se com facilidade a diferentes tipos de solo e adversidades climáticas.

Em relação à sexta e última hipótese, com a afirmativa “os tratamentos com a cultivar IAPAR 61 Ibiporã, quando comparados com a BRS 139, apresentam significativamente maior produção de massa verde e massa seca” não se confirmou pelo fato de todas as cultivares não terem se diferenciado estatisticamente em relação à produção de MV e MS em nenhum dos níveis de vigor. No entanto, mesmo os tratamentos, não se diferenciaram entre si, a cultivar IAPAR 61 Ibiporã foi a cultivar de menor produtividade de massa verde e massa seca, em todos os níveis de vigor, ficando abaixo da BRS 139 Neblina e da Preta Comum. Isto é explicado pelo fato da cultivar ser de ciclo mais longo e ter permanecido mais tempo exposta às diferentes intempéries climáticas acompanhadas durante o presente estudo.

A partir das hipóteses avaliadas pode-se responder o problema que norteia o presente estudo: o vigor de sementes influencia significativamente a produção de pastagens e grãos de aveia preta?

De acordo com os dados apurados verifica-se que o nível de vigor não influenciou na produção de forragem quando comparadas as cultivares; no entanto, teve influência dentro de cada cultivar nos diferentes níveis de vigor, sendo que a maior produção foi nas parcelas de alto vigor, não se diferenciando estatisticamente das parcelas de médio vigor, porém tendo uma menor produção nas parcelas de baixo vigor, independente do cultivar, diferenciando-se do alto e médio vigor. Verificou-se que a cultivar com maior produção de forragem foi a Preta Comum, superando as demais avaliadas; no entanto, a produção de grãos desta foi relativamente baixa no nível mais alto de vigor, diferente das demais cultivares, as quais apresentaram uma produção reduzida nos níveis mais baixos de vigor.

Com base no objetivo geral, pode-se afirmar que o nível de vigor teve influência na produção de forragem e produção de grãos; porém, nas parcelas que obtiveram um número maior de cortes verificou-se uma produção de grãos menores, como no caso a cultivar Preta Comum.

Como sugestão para trabalhos futuros, propõem-se a avaliação da produção de forragem e grãos a partir de diferentes níveis de vigor, em diferentes épocas de semeadura, comparando cultivares de aveia preta e submetidas a corte e colheita de grãos, sendo que as cultivares podem apresentar diferentes ciclos, determinando a real produção de determinada cultivar, de modo que os estudos sobre o referido assunto são de pequena escala dentro da cultura da aveia.

REFERÊNCIAS

- BERTOLIN, Danila Comelis; SÁ, Marco Eustáquio de; MOREIRA, Erica Rodrigues; 2011. **Parâmetros do teste de envelhecimento acelerado para determinação do vigor de sementes de feijão**. *Revista Brasileira de Sementes*, v. 33, n.1 pp. 104-112.
- BORTOLINI, Patrícia Cambrussi; SANDINI, Itacir; CARVALHO Paulo César Faccio, MORAES Anibal de; 2004. **Cereais de Inverno Submetidos ao Corte no Sistema de Duplo Propósito**. *Revista Brasileira de Zootecnia* v.33, n.1, pp.45-50.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2009. **Regras para análise de sementes**. [Adobe Acrobat]. Brasília: MAPA/ACS. ISBN 978-85-99851-70-8. Acessado em: 17/01/2017. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/arquivos-publicacoes-insumos/2946_regras_analise__sementes.pdf>.
- CARVALHO, N.M.; NAKAGAWA, J. Sementes: ciência, tecnologia e produção. 4.ed. Jaboticabal: FUNEP, 2000, 588p.
- CARVALHO, Paulo César de Faccio; SANTOS, Davi Teixeira dos; GONÇALVES, Edna Nunes; MORAES, Anibal de; NABINGER, Carlos. 2013. **Forrageiras de clima temperado**. Acessado em: 29/09/17. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gpep/documents/capitulos/Forrageiras%20de%20clima%20temperado.pdf>>.
- CASTRO, Gustavo Spadotti Amaral. COSTA, Claudio Hideo Martins da; FERRARI NETO, Jayme. 2012. **Ecofisiologia da aveia branca**. [Online]. v. 11, n. 3, p.1-15 Botucatu, SP. Acessado em: 20/12/2016. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/74819/1/AP-2012-Ecofisiologia-aveia-branca.pdf>>.
- CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. 2017. **Aveia**. [Adobe Acrobat]. Acessado em: 01/08/17. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?c=18585&t=2#this>>.
- DEMETRIO, José Valdir. 2009. **Rendimento de Biomassa de Genótipos de Aveia Submetidos a Diferentes Épocas de Corte no Sistema de Integração Lavoura-Pecuária**. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, 2009. Dissertação Mestrado para obtenção do título de Mestre. Acessado em: 13/10/17. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1344/1/Jos%c3%a9_Demetrio_2009>.
- DEMETRIO, José Valdir; COSTA, Antonio Carlos Torres; OLIVEIRA, Paulo Sérgio Rabello. 2012. **Produção de Biomassa de Cultivares de Aveia sob Diferentes Manejos de Corte**. *Revista Agropecuária Tropical*. v. 42, n. 2. Goiânia, GO: Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos. pp. 198-205.
- FERREIRA, Alfredo Gui. BORGHETTI. 2004. **GERMINAÇÃO: do básico ao aplicado**. Porto Alegre, RS: Artmed. ISBN 85-363-0383-2.
- FONTANELI, Renato Serena; SANTOS, Henrique Pereira dos; FONTANELI, Roberto Serena. 2012. **Forrageira para integração lavoura-pecuária na região sul-brasileira**. 2 ed. Passo Fundo, RS: Embrapa Trigo. ISBN 978-85-7035-104-3.
- HENNING, Fernando Augusto; MERTZ, Liliane Marcia; ZIMMER, Paulo Dejalma Zimmer; TEPLIZKY, Marcus Davi Ferreira. 2009. **Qualidade Fisiológica, Sanitária e Análise de Izoenzimas de Sementes de Aveia-Preta Tratadas Com Diferentes Fungicidas**. *Revista Brasileira de Sementes*. v. 31. n. 3. Pelotas, RS. pp. 063-069.
- KOLCHINSKI, Eliane Maria; SCHUCH, Luis Osmar Braga; PESKE, Silmar Teichert. 2005. **Vigor de sementes e competição intra-específica em soja**. *Revista Ciência Rural*, v.35, n.6, pp.1248-1256.
- LOBO JÚNIOR, Murillo; BRANDÃO, Livia Teixeira Duarte; MARTINS Bárbara Estevam de Melo; 2013. **Testes para Avaliação da Qualidade de Sementes de Feijão Comum**. Santo Antônio de Goiás, GO. *Circular Técnica*, 90. Acessado em: 23/11/2017. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/970251/1/circulartecnica90.pdf>>. ISSN 1678-9636.
- MACHADO, Luís Armando Zago. 2001. **Cultivares de aveia para a produção de forragem e cobertura do solo**. Circular Técnica 49. Dourados, MS: Embrapa Agropecuária Oeste. Acessado em 11/09/17. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/245030/1/COT49AVEIA.pdf>>. ISSN1516-8441.
- MARCOS FILHO, Julio. 2005. **Fisiologia de Sementes de Plantas Cultivadas**. Vol12. Piracicaba, SP: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz-FEALQ. 495p. ISBN 8771330387.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. 2016. **Instrução Normativa nº44, de 22 de Novembro de 2016**. *Diário Oficial da União*. ISSN 1677-7042. Acessado em: 13/10/2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumosagropecuarios/insumosagricolas/sementes-e-mudas/publicacoessementesemudas/INN44de22denovembrode2016.pdf>>.
- NORO, G. *et al.* 2003. **Gramíneas anuais de inverno para produção de forragem: avaliação preliminar de cultivares**. [Adobe Acrobat]. *Agrociência*, Pelotas, v. 7, n. 1, pp. 35-40.
- NUNES, José Luis da Silva. 2016. **Tecnologia de Sementes – Conceitos**. [Online]. Acessado em: 13/05/2017. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/sementes/tecnologiasementes/conceitos_361334.html>.
- OLIVEIRA, Anna Christina Sanazário; MARTINS, Gabriela Neves; SILVA, Roberto Ferreira; VIEIRA, Henrique Duarte. 2009. **Testes de Vigor em Sementes Baseados no Desempenho de Plântulas**. *Revista Científica Internacional*. Acessado em: 10/10/17. Disponível em: <http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_2186.pdf>. ISSN 1679-9844. ISSN 16799844.

SCHEFFER-BASSO, Simone; AGRANIONIK, H.; FONTANELI, Renato.S. 2004. **Acúmulo de biomassa e composição bromatológica de milhetos das cultivares comum e africano**. Revista Brasileira de Agrociência. v.10, n.4. pp 483-486.

SCHEFFER, Simone Basso; FLOSS, Elmar Luiz; CECHETTI, Dileta; BARÉA, Karinne; BORTOLINI, Fernanda. 2001. **Potencial de genótipos de aveia para duplo propósito**. Revista Brasileira de Agrociência. v.7, n.1. pp. 22-28. Passo Fundo, RS.

SCHEEREN, Bruno Ricardo; PESKE, Silmar Teichert; SCHUCH, Luis Osmar Braga; BARROS, Antônio Carlos Albuquerque. 2010. **Qualidade fisiológica e produtividade de sementes de soja**. Revista Brasileira de Sementes, v. 32, n.3. Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas pp. 035-041.

SCHIAVO, Jordana. 2015. **Produção e Qualidade de Sementes de Aveia Branca**: Efeito de Cultivares, Sistema de Cultivo Antecessor e Doses de Nitrogênio. *Dissertação (Mestrado)*. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria. p 94.

SCHUCH, Luis Osmar Braga; NEDEL, Jorge Luiz; ASSIS, Francisco Neto de; MAIA, Manoel de Souza. 2000. **Vigor de Sementes e Análise de Crescimento de Aveia Preta**. Revista Scientia Agricola. v. 57, n.2. Piracicaba, SP: USP/ESALQ pp. 305-312. ISSN 0103-9016.

SCHUCH, Luis Osmar Braga; NEDEL, Jorge Luiz; MAIA, Manoel de Souza; ASSIS, Francisco Neto de. 1999. **Vigor de sementes e adubação nitrogenada em aveia-preta** (*Avena strigosa* Schreb.). Revista Brasileira de Sementes, v. 21, n. 2, Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas. pp.127-134.

TeKRONY, D.M.; EGLI, D.B. Relationship of seed vigor to crop yield: a review. **Crop Science**, v.31, p.816-822, 1991.

TOLEDO, Mariana Zampar; CAVARIANI, Cláudio; NAKAGAWA, João; ALVES, Elza. 2007. **Qualidade Fisiológica de Sementes de Sorgo-Guiné em Função da Adubação Nitrogenada em Cobertura**. Revista Brasileira de Milho. v.6 n.2. São Paulo. SP: 234-246.

VIERA, R.D; CARVALHO, N.M. 1994. **Testes de vigor em sementes**. Jaboticabal, SP:Funep.164p.

VILELA, H. 2007. **Séries**: gramíneas tropicais - gênero Avena (*Avena strigosa* - aveia preta). [Online]. Acessado em: 28/01/2017. Disponível em: <http://www.agronomia.com.br/conteudo/artigos/artigos_gramineas_tropicais_avena.htm>.

A POSIÇÃO DE DESTAQUE DO PODER JUDICIÁRIO E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Joici Antonia Ziegler¹
Paula Vanessa Fernandes²
Lessandra Bertolazi Gauer³

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas considerações acerca da judicialização das relações sociais e do paternalismo do poder judiciário. A Constituição de 1988 elencou um leque enorme de direitos e garantias fundamentais aos cidadãos, possibilitando aos indivíduos recorrer ao poder judiciário quando esses direitos não são efetivados pelo Estado. A partir de então, houve um grande crescimento de demandas levadas ao judiciário, que se tornou protagonista na vida de muitos cidadãos brasileiros. A partir das ideias defendidas por Antoine Garapon acerca de um judiciário que se converteu em um guardião de promessas para o indivíduo, perpassando pela sociedade órfã, assim nominada pela socióloga alemã Ingeborg Maus, na qual defende que a sociedade encontra-se órfã e, para tanto, busca encontrar amparo no poder judiciário. Essas duas linhas de pensamento são convergentes no sentido de que há uma indiscutível ascensão do poder judiciário. O tema mostra-se relevante diante da atual conjuntura brasileira em que o judiciário é visto como o guardião de promessas em face de um estado que não consegue gerir e administrar com efetividade as necessidades e direitos dos cidadãos. O método utilizado é o dedutivo.

Palavras chave: Judicialização. Relações Sociais. Poder Judiciário. Protagonismo.

1. INTRODUÇÃO

A complexidade da sociedade moderna gera um grande número de demandas de massa. Essa complexidade típica do mundo moderno gera também especializações. Isso não foi diferente no poder judiciário que, para acompanhar a ampliação do direito e da sociedade, tem expandido seus

ABSTRACT

This article presents some considerations about the judicialization of social relations and the paternalism of the judiciary. The 1988 Constitution listed an enormous range of fundamental rights and guarantees for citizens, enabling individuals to appeal to the judiciary when these rights are not enforced by the state. From then on, there was a great growth of demands taken to the judiciary, that became protagonist in the life of many Brazilian citizens. From the ideas defended by Antoine Garapon about a judiciary that has become a guardian of promises to the individual, passing through the orphan society, thus nominated by the German sociologist Ingeborg Maus, in which she argues that society is orphaned and both, seeks to find solution in the judiciary. These two lines of thought are converging in the sense that there is an undeniable rise of the judiciary. The issue is relevant in the current Brazilian context where the judiciary is seen as the guardian of promises in the face of a state that can not effectively manage and manage the needs and rights of citizens. The method used is deductive.

Keywords: Judiciary. Social relationships. Judicial Power. Protagonism.

segmentos especializados, como direito do trabalho, direito de família, justiça agrária, tribunais especializados em demandas do consumidor, juizados especiais, etc.

Na modernidade, então, a escala de questões submetidas à justiça, é de uma variedade indescritível e inédita na história. Atualmente, a ciência enuncia

¹Advogada; Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo/RS. Especialista em Direito Processual Civil pela UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina; Integrante do Grupo de Pesquisa “Tutela dos Direitos e sua Efetividade”, vinculado ao CNPq, sob a coordenação do Prof. Dr. Florisbal de Souza Del’Olmo e do Projeto de Pesquisa, vinculado à linha de Pesquisa Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos do Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus Santo Ângelo; Graduada em Filosofia pela UNINTER. Email – joiciantonio@yahoo.com.br.

²Advogada; Mestra em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo (URI), na linha de pesquisa Cidadania e Novas Formas de Solução de Conflitos. Pós-Graduada em Direito Processual Civil e Temas Relevantes de Direito Civil pela Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA). Graduada em direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior Santo Ângelo, 2010 (IESA). Membro do Grupo de Pesquisa: Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, registrado no CNPQ. E-mail: paulah.adv@gmail.com

³Advogada; Mestra em Direito pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – Porto Alegre/RS. Pós-graduada em Direito Processual Civil pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Especialista em Direito Tributário pela PUCRS. Graduada em Direito pela PUCRS. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa “ Processos Coletivos”, sob a orientação do Prof. Dr. José Maria Rosa Tesheiner na PUCRS. Integrante do “Grupo de Estudos e Pesquisa de Direitos Fundamentais - GEDF”, sob a orientação do Prof. Dr. Ingo W. Sarlet, na PUCRS. Integrante do Grupo de Pesquisa intitulado “Controle das Políticas Públicas e Sustentabilidade”, coordenado pelo Prof. Dr. Juarez Freitas na PUCRS.

possibilidades infinitas ao homem e este não vê limites para sanar seus desejos e ver solucionados seus problemas, mesmo que via judiciário. Do mesmo modo que pedidos diversos são submetidos ao judiciário, crimes também desafiam as capacidades humanas e intelectuais da justiça. Alguns casos refletem uma repercussão tão gigantesca que os holofotes da ribalta focam somente nos magistrados, principalmente nos tribunais superiores.

Na ausência ou ineficiência do Estado ou de outras formas de regulação social como a religião fora outrora -, com a falta de ideologia e a desorganização das estruturas familiares em constante crise decorrente das mudanças culturais, coube ao Judiciário o papel de regulador social.

Nas sociedades atuais o poder judiciário tomou maior espaço e os juízes se colocam como esperança de resgate de uma democracia enfraquecida. Em termos globais, os juízes somente ocupam o lugar tradicionalmente reservado às instâncias políticas em decorrência do enfraquecimento destas e do Estado por força da globalização.

A promoção contemporânea do juiz não se deve tanto a uma escolha deliberada, mas antes a uma reação de defesa perante o quádruplo desmoronamento: político, simbólico, psíquico e normativo (GARAPON, 1996, p. 23-24). A nova roupagem da modernidade encontra um indivíduo e uma sociedade sem seus referenciais de autoridade e sem estruturas ou instrumentos capazes de gerir as complexidades que geraram.

Por toda parte, o que se constata é que a vocação expansiva do princípio democrático tem implicado uma crescente institucionalização do direito na vida social, invadindo espaços até há pouco inacessíveis a ele, como certas dimensões da esfera privada.

2. A JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL

Com o surgimento do Estado Democrático de Direito e a positivação das Constituições, houve uma elevação significativa do número de demandas judiciais buscando a concretização de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. O Estado Democrático de Direito é o regulador das relações sociais, e assim age, por meio da coerção, fazendo uso de sanções das condutas contrárias, tendo como ator principal, o indivíduo. De outra banda, o Estado Social de Direito é uma ordem jurídica, na qual está presente a limitação, ladeada por um conjunto de garantias e prestações positivas, em que a lei deixa de ser instrumento de legalidade, passando a ser instrumento de ação concreta do Estado (MORAIS, 1999).

O certo é que, com a Constituição do Brasil de 1988, houve uma mudança fundamental do Estado brasileiro, que foi a constitucionalização de inúmeros direitos sociais e coletivos. Assim, de uma ordem em que o acesso ao judiciário se restringia a pedir proteção para o que já se tinha, passa-se, agora, a partir da Constituição, a uma ordem promocional, em que se pode recorrer ao Judiciário para obter o auxílio

que ainda não se tem, mas que se deseja por força das promessas constitucionais (HOMMERDING, 2007, p. 40).

A ordem jurídica move-se no sentido de assegurar a Constituição e essa idealização está sujeita a um processo dialético por vezes turbulento. A Constituição e as leis são criações do ser humano, elaboradas por pessoas despidas de neutralidade, interessadas diretamente nas consequências que editam. Nessa sociedade de diferentes classes sociais e de grandes desigualdades, a ordem jurídica espelha a vontade de classe dominante e busca proteger os valores que lhe atendam seus anseios (BARROSO, 2006, p. 3).

Para Barroso (2006, p. 41) a Constituição de 1988 tem a virtude de espelhar a positivação dos direitos fundamentais, em especial de cidadania e os individuais, simbolizando a superação de um projeto autoritário que havia se instalado no Brasil. Para Rodriguez:

“A Constituição de 1988 é o marco de referência para qualquer discussão sobre o direito no Brasil. Ela representa uma possibilidade real de mudança no padrão de institucionalização que vigorou em nosso país por pelo menos um século. Este padrão caracterizou-se pela ruptura institucional constante, por iniciativa das elites (tivemos nada menos que seis Constituições ao longo do sec. XX: 1934, 1937, 1946, 1969 e 1988), com a finalidade de implementar mudanças políticas e econômicas que fizessem frente às demandas nascidas da luta de classes, sem permitir que esta pressão levasse a mudanças significativas nas posições de poder”.

A efetividade significa a realização do Direito e o desempenho concreto de sua função social, representativa da materialização no mundo dos fatos, de preceitos legais e simboliza a aproximação entre o *dever ser* normativo e o *ser* da realidade social (BARROSO, 2006, p. 83 e p. 220).

Nesse âmbito, a efetividade das normas depende de sua eficácia jurídica e do cumprimento espontâneo. Se o efeito jurídico pretendido pela norma for irrealizável, não há efetividade possível. Cabe, então, ao jurista formular estruturas lógicas e promover mecanismos técnicos para dar efetividade às normas. No entanto, se essa estrutura de desenvolvimento for realizável pelo jurista, de certa forma não estaria desvirtuando a estrutura básica dos três poderes e ultrapassando os limites, ao passo que um poder adentra na esfera de outro poder interferindo assim na democracia? Esse é um dos problemas que resulta do protagonismo do judiciário, quando este profere decisões consideradas ativistas⁴, ou seja, decisões que vão além do que está positivado na lei, quando o magistrado decide, por seu turno, com base em moral, por exemplo.

A efetividade das normas constitucionais, conforme Barroso (2009, p. 222) ensina, pode ser assim resumida: “todas as normas constitucionais são normas jurídicas dotadas de eficácia e veiculadores de comandos imperativos”. Na hipótese em que tenham criado direitos subjetivos – políticos, individuais, sociais ou difusos – são direta e imediatamente exigíveis do Poder Público ou do particular, por via das ações constitucionais e infraconstitucionais, contempladas no ordenamento jurídico.

É fato que o Poder Judiciário passou a desempenhar papel relevante, ativo e decisivo na concretização dos direitos elencados na Constituição Federal de 1988, sendo essa uma das características relevantes do neoconstitucionalismo. Werneck Vianna (1999, p. 2) lembra que:

Dessas múltiplas mutações, a um tempo institucionais e sociais têm derivado não apenas um novo padrão de relacionamento entre os Poderes, como também a conformação de um cenário para a ação social substitutiva a dos partidos e a das instituições propriamente ditas, no qual o Poder Judiciário surge como uma alternativa para a resolução de conflitos coletivos, para a agregação do tecido social e mesmo para a adjudicação de cidadania, tema dominante na pauta da facilitação do acesso à Justiça.

Conforme as palavras de Vianna, denota-se que se criou em torno do Judiciário uma nova arena pública e, nesse novo espaço, são discutidas todas as questões que geram conflitos na sociedade, até mesmo os procedimentos que caberiam aos demais poderes – Legislativo e Executivo. Notadamente, a ação de um Judiciário com extensos poderes, e até sobre os demais poderes republicanos, tem gerado grande repercussão na comunidade acadêmica, tanto no direito quanto nas áreas interdisciplinares, como ciências sociais, haja vista que repercute nas relações dos cidadãos com o ambiente social e com a esfera pública.

Aliás, na lição de Cristiano Isaia (2011, p. 51) “na contemporaneidade não pairam dúvidas sobre a participação jurisdicional no exercício do poder, principalmente diante da função do controle dos atos de autoridade (judiciais e não judiciais) através da interpretação das normas constitucionais”.

É ampla a discussão acerca da invasão das decisões dos Tribunais sobre a vida social e também política. O mote desse fenômeno é o ativismo judicial, favorecido principalmente nos sistemas de *common law*

pelo fomento da criatividade judicial e, nos sistemas como o Brasileiro, caracterizado por uma estrutura de princípios fundamentais abertos que culminaram em uma abertura do espaço de interpretação constitucional.

Essa abertura e “indeterminação” do direito repercute sobremaneira nas relações entre os Poderes, uma vez que a lei naturalmente se origina do Legislativo. Quando a lei não é bem “acabada” e “determinada”, exige que o Judiciário, quando provocado pelas instituições, bem como pela sociedade civil, decida objetivando estabelecer o sentido ou a completar o seu significado (VIANNA, 1999, p. 21).

Werneck Vianna (1999, p.23) pontua que:

Nessa nova arena, os procedimentos políticos de mediação cedem lugar aos judiciais, expondo o Poder Judiciário a uma interpelação direta de indivíduos, de grupos sociais e até partidos – como nos casos de países que admitem o controle abstrato de normas -, em um tipo de comunicação em que prevalece a lógica dos princípios, do direito material, deixando-se para trás as antigas fronteiras que separavam o tempo passado, de onde a lei geral e abstrata hauria seu fundamento, do tempo futuro, aberto à infiltração do imaginário do ético e do justo.

Analisando essa dimensão do direito dominante os juízes, conforme expressão utilizada por Garapon (1996), tornam-se “guardiões de promessas”. Com o objetivo de solucionar esse problema, o Supremo Tribunal Federal tem se manifestado adotando interpretações conforme a Constituição que, por vezes, extrapolam os limites de sua competência, o que implica, na prática, abrir a possibilidade de que o Judiciário esteja a legislar.

A consequência mais grave está na aniquilação do chamado controle heterogêneo; isto é, quem faz as leis é o mesmo que as aplica, configurando um verdadeiro atentado ao Princípio da separação dos poderes.

A sociedade tem buscado no Judiciário a solução para problemas que o Estado como um todo não consegue sanar, bem como o Direito moderno tem invadido todas as relações, cabendo ao Judiciário esta tarefa de aplicar o Direito em cada vez mais âmbitos. Assim, os julgadores são chamados a concretizar as diretrizes constitucionais e os princípios fundamentais quando da aplicação da lei, o que acaba por abarrotar de trabalho o Poder Judiciário.

Diante do atual cenário jurídico e político, Isaia

⁴Em função dessas condutas manifestadas pela postura ativista, têm-se, como exemplos no Brasil, decisões do Supremo Tribunal Federal acerca da concepção de concretude atribuída ao mandado de injunção, na interpretação atualmente conferida à fidelidade partidária, na cassação de mandatos parlamentares em ação penal, no reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo e em tantos outros casos. Os precedentes são, pela ordem, respectivamente: MI nº. ⁶⁷⁰/ES; ADI nº. ³⁹⁹⁹/DF; AP nº. ⁴⁷⁰/MG e ADI nº. ^{4.277}/DF.

⁵Tal forma de Direito tem origem na concepção do direito medieval inglês que, ao ser ministrado pelos tribunais do reino, refletia os costumes comuns dos que nele viviam. Este sistema legal vigora no Reino Unido e em boa parte dos países que foram colonizados por este país.

(2011, p. 29) lembra que “em pleno Estado Democrático de Direito, é o judiciário quem assumiu uma função atuante e transformadora da realidade, aliando a isso os anseios de uma sociedade que necessita da efetiva realização de direitos”.

Isaia situa a atividade jurisdicional mencionando que (ISAIA, 2011, p. 40):

No contexto estatal social, pode ser qualificada como interventivo-ativista, o que leva a um (re)pensar no próprio agir da jurisdição, desafiando a tentativa de superação das funções tradicionais de proteção e repressão, peculiares, pelo que vimos, a atuação dos juizes sofreu sérias implicações, até mesmo porque a eles também se exigiria uma contribuição para tornar efetivos os programas sociais.

Como visto, a atividade jurisdicional está indo muito além do controle na efetivação das políticas públicas e sociais, que não mais simplesmente se orienta pela legislação, mas está direcionado para a juridicalização de um amplo conjunto de atividades sociais. Para Vianna (1999, p. 21), diante desse contexto, “o Poder judiciário seria investido, pelo próprio caráter da lei no Estado Social, do papel de 'legislador implícito’”.

Como já mencionado, a sociedade complexa em que se vive gera a todo instante novos conflitos sociais e estes têm provocado a emergência de novos processos, próprios da sociedade moderna com um diagnóstico do papel incisivo e destacado do Poder Judiciário em detrimentos dos demais Poderes. Nessa toada, o direito tem invadido em todos os âmbitos as relações sociais e o aplicador do direito é chamado a intervir a todo o momento.

A “incapacidade de o Executivo e o Legislativo fornecerem respostas efetivas à explosão das demandas sociais por justiça” fez cair no judiciário a esperança da concretização da democracia e da cidadania que se espera da recente história democrática brasileira. (VIANNA, 1999, p. 26).

Pode-se mencionar que muitos são os motivos que geram esse protagonismo judicial das relações sociais no Brasil, que têm levado a uma quantidade imensa de demandas ao Judiciário.

Primeiramente, pode-se destacar que a Constituição da República é altamente analítica e a falha do legislativo e das instituições que deveriam regular suas respectivas áreas; a excessiva intervenção do Judiciário que, ao declarar inconstitucional determinada norma, receoso de um vazio legislativo, dita normas extrapolando sua competência, quando não faz mais: embora não entenda absolutamente inconstitucional, assim o declara por entender que há uma forma melhor de regular aquela situação, isto é, assumindo a função de otimizador das leis e, por fim, a judicialização das relações sociais pela complexidade do mundo moderno e sua sociedade de massa, bem como o amplo acesso ao sistema de justiça. Esses fatores têm levado praticamente todas as questões ao Poder Judiciário, que se vê sobrecarregado, assumindo as funções dos outros Poderes, enquanto busca a pacificação social, sua função tradicional (VIANNA, 1999).

Outro viés acerca da ampliação do papel do direito e do Judiciário é balizada na decorrência da retração do sistema representativo e de sua incapacidade de cumprir as promessas de justiça e igualdade, inerentes ao ideal democrático e incorporadas nas constituições contemporâneas. Neste momento, recorre-se ao judiciário como guardião último dos ideais democráticos, o que gera, evidentemente, uma situação paradoxal, pois, ao buscar suprir as lacunas deixadas pelo sistema representativo, o Judiciário apenas contribui para a ampliação da própria crise de autoridade da democracia, sustentada Garapon (1996).

3. O JUDICIÁRIO VISTO COMO UM SUPEREGO DA SOCIEDADE POR INGEBOR MAUS

Quando se fala em judiciário paternalista, logo vem à mente a contribuição da socióloga Ingeborg Maus, que cunhou a expressão em seu notório artigo intitulado Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisdicional na “sociedade órfã”, publicado no Brasil em 2000.

A professora e socióloga alemã pontua de forma brilhante o fenômeno do aumento de atribuições da corte constitucional alemã, bem como da excessiva evidência dos magistrados elevados à condição de celebridade, figura exemplar, espelho moral e símbolo do homem virtuoso, de qualidades irrepreensíveis.

Ingeborg Maus vê o judiciário como resultado de uma sociedade órfã, ausente de uma figura paterna, o superego de uma sociedade, ao definir o alcance e traduzir os valores morais desta sociedade. Maus (2000, p. 185), inicia sua constatação ao fazer um diálogo com Herbert Marcuse, cujos trabalhos apontavam para a perda do objeto da psicanálise, com a dissolução da figura paterna na formação do ego e a diminuição da integração social. Para a professora alemã (2000, p. 185):

“À primeira vista, o crescimento no século XX do ‘Terceiro Poder’, no qual se reconhecem as características tradicionais da imagem do pai, parece opor-se a essa análise de Marcuse. Não se trata simplesmente da ampliação objetiva das funções do Judiciário, como o aumento do poder de interpretação, a crescente disposição para litigar, ou, em especial, a consolidação do controle jurisdicional sobre o legislador, principalmente no continente europeu após as duas guerras mundiais. Acompanha essa evolução uma representação da Justiça por parte da população que ganha contornos de veneração religiosa”.

A autora menciona uma elevação do poder judiciário e da constituição, o qual pode ser observado em especial no Supremo Tribunal Federal, e pelas características da nossa carta de direitos. Nesse sentido, a professora Maus (2000, p. 192), menciona que:

“A apropriação da perseguição de interesses sociais, de processos de formação da vontade política e dos discursos morais por parte da mais alta corte é alcançada mediante uma profunda transformação do conceito

de Constituição: esta deixa de ser compreendida – tal qual nos tempos da fundamentação racional-jusnaturalista – como documento da institucionalização de garantias fundamentais das esferas de liberdade nos processos políticos e sociais, tornando-se um texto fundamental a partir da qual, a exemplo da Bíblia e do Corão, os sábios deduziriam diretamente todos os valores e comportamentos corretos. O TFC, em muitos de seus votos de maioria, pratica uma teologia constitucional”.

Como mencionado nas palavras de Maus, a evolução de uma Constituição para uma carta possuindo ampla variedade de direitos e cláusulas abertas, concedeu ao judiciário a possibilidade de imiscuir-se no papel de tradutor das principais questões e valores da sociedade, tomando o espaço do debate político, fator de impulsão do ativismo judicial.

Ainda, para a professora alemã (2000, p. 192), “a transformação da Constituição em uma 'ordem de valores' confere às determinações constitucionais por meio da 'abertura' de suas formulações uma imprecisão tal que é capaz de suprir e ampliar voluntaristicamente os princípios constitucionais positivados”.

Partindo do modelo clássico de separação de poderes, teria se instaurado um conceito de “autonomia social”, pautada na concepção moral do iluminismo. É neste ponto que Maus identifica como o momento em que se alteraria “aquela concepção das funções do superego os resultados do 'crescimento natural' do processo de socialização”. Sendo assim, com a ascensão da justiça como administradora da moral pública, o que lhe conferiria maior grau de legitimação, suas decisões ficariam imunes a qualquer crítica, como também haveria “uma liberação da Justiça de qualquer vinculação legal que pudesse garantir sua sintonização com a vontade popular (MAUS, 2000, p. 189).

Neste cenário, Maus também chama a atenção para o fato de que a estrutura legal também se compatibiliza a esta “inversão das expectativas de direito”, com a multiplicação de expressões carregadas de teor moral como “má fé, sem consciência, censurável (MAUS, 2000, p. 190)”. Dentro de todo este panorama, constrói-se uma permanente confiança popular, que acaba por fechar o ciclo, donde a justiça surge como instituição neutra, capaz de auxiliar de forma imparcial as partes envolvidas em conflitos de interesse.

A autora alerta para mais um perigo deste agigantamento do judiciário, bem como deste superego da sociedade. Maus conclui seu texto com a seguinte mensagem, (MAUS, 2000, p. 192):

Com a apropriação dos espaços jurídicos livres por uma Justiça que faz das normas “livres” e das convenções morais o fundamento de suas atividades, reconhece-se a presença da coerção estatal, que na sociedade marcada pela delegação do superego se localiza na administração judicial da moral. A usurpação política da consciência torna pouco provável que as normas morais correntes mantenham seu

caráter originário. Elas não conduzem a uma socialização da Justiça, mas sim a uma funcionalização das relações sociais, contra a qual as estruturas jurídicas formais outrora compunham uma barreira.

Nesse viés, pode-se denotar que as reflexões de Ingeborg Maus acerca das mais variadas atribuições do Poder Judiciário de seu país, representam um referencial crítico para a análise do Judiciário que a cada dia se firma mais como agente de resolução de todos os problemas da sociedade.

Assim, não há como não reconhecer e refletir essa nova realidade com certa preocupação em relação aos perigos apontados pela autora frente a esse exacerbado paternalismo do judiciário.

4. O PODER JUDICIÁRIO NA ÓTICA DE ANTOINE GARAPON

Nas últimas décadas a sociedade tem buscado no Judiciário a solução para problemas que o Estado como um todo não consegue sanar. O aumento na frequência da intervenção do Poder Judiciário, notadamente na política e nas relações sociais, buscando seus motivos e avaliando suas consequências, bem como o Direito moderno tem invadido todas as relações, cabendo ao Judiciário a tarefa de aplicar o Direito em cada vez mais âmbitos. Assim, os julgadores são chamados a concretizar as diretrizes constitucionais e os princípios fundamentais quando da aplicação da lei, o que acaba por abarrotar de trabalho o Poder Judiciário.

Antoine Garapon, juiz francês, autor dos livros *O Guardador de Promessas: Justiça e Democracia* (1996) e *Os Juizes na Mundialização* (2005), traz ao debate o problema do ativismo e do protagonismo judicial, mencionando que o aumento exacerbado da busca pela justiça na sociedade hodierna, fato este que constitui um dos fatores políticos mais importantes do final do século XX. Afirma que nada mais escapa ao controle do poder judiciário, em uma verdadeira judicialização de conflitos que envolvem todos os setores da sociedade. Para Garapon (1996, p. 20), “o juiz é, doravante, considerado como o árbitro dos bons costumes e até mesmo da moralidade política”.

Assim, na concepção do autor, o juiz se tornou um “guardião de promessas”, sendo chamado a decidir os mais diversos conflitos, tendo como fonte um contencioso que não cessa de aumentar, fazendo com que o judiciário encontre uma forma de pacificação social que, muitas vezes, não está ao seu alcance, entregando ao juiz a responsabilidade de sanar os conflitos privados e públicos dos mais diversos, tornando-o assim um remédio para todos os males.

Privado das referências que lhe conferem uma identidade e estruturam a sua personalidade, o indivíduo procura, no contato com a justiça, uma proteção contra o desmoronamento interno. Perante a decomposição do político, é doravante ao juiz que se pede a salvação. Os juizes são os últimos ocupantes de uma função de autoridade – clerical e até paternal – abandonada pelos seus antigos titulares (GARAPON, 1996, p. 23).

Garapon traz a seguinte posição a respeito dessas novas aspirações do homem democrático (1996, p. 45):

A justiça não é mais considerada como mera representação do Estado, nem o juiz como um delegado dessa soberania. A justiça é considerada um serviço, sendo o Estado um provedor desse serviço, um usuário, um cliente e a decisão de justiça, um produto.

Garapon (1996, p. 22) afirma que a virtiginosa aceleração da expansão jurídica não é conjuntural, mas sim, é oriunda e se relaciona com a própria dinâmica das sociedades democráticas, sendo que a explosão do número de processos não é um fenômeno jurídico, mas social, tendo sua origem numa depressão social que se exprime e se reforça através da expansão do direito.

A avalanche que atinge o judiciário é resultado do Estado Democrático de Direito, instituído pela constituição de 1988, o qual não proporcionando aos cidadãos as garantias e direitos trazidos pela carta, acabam levando o indivíduo a procurar no judiciário a solução para todos seus conflitos e angústias. Para Garapon (1996, p. 22), “a explosão do número de processos não é um fenômeno jurídico, mas sim social”. Ainda, o autor arremata afirmando que “o juiz surge como o recurso contra a implosão das sociedades democráticas que não conseguem gerir de forma diferente a complexidade e a diversidade que geram” (GARAPON, 1996, p. 23).

A promoção contemporânea do juiz não se deve tanto a uma escolha deliberada, mas antes a uma reação de defesa perante o quádruplo desmoronamento: político, simbólico, psíquico e normativo. O juiz, então, surge como o recurso contra a implosão das sociedades democráticas que não conseguem gerir de forma diferente a complexidade e a diversidade que geram.

O poder crescente da justiça sobre a vida coletiva é um dos maiores fatos políticos deste fim de século. Nada mais escapa ao controle do juiz. Estas últimas décadas viram os contenciosos explodir e as jurisdições crescer e multiplicar-se, ao mesmo tempo em que sua autoridade tem se diversificado e afirmado cada dia um pouco mais. O juiz manifesta-se num número de setores da vida social cada dia mais vasto. Antes de mais, na vida política, em que se viu desenvolver um pouco por todo mundo o fenômeno do ativismo jurisdicional.

Dessa forma, nas palavras de Garapon “o juiz é, doravante, considerado como o árbitro de bons costumes e até mesmo da moralidade política”. Nesse mesmo viés, Garapon segue afirmando que (1996, p. 20):

Procura-se no juiz não só o jurista ou a figura do árbitro, mas também o conciliador, o apaziguador das relações sociais e até mesmo o animador de uma política pública como em matéria de prevenção da delinquência. (...). O juiz de menores tem por função distinguir os métodos educativos normais daqueles que não o são e definir, caso a caso, a fronteira entre a diferença cultural aceitável e aquela que já não o é.

Podemos denotar, partindo das palavras de Garapon que o juiz tornou-se um ideal, um referente para os cidadãos que se encontram com problemas e que não possuem a capacidade de resolver sozinhos, buscando assim, na justiça, no confronto com a lei, a última referência, pois se não há como resolver sozinho seu conflito o juiz resolverá.

Esse fato gera o problema do paternalismo judiciário, pois dessa forma “a justiça não pode apenas limitar-se a dizer o justo, ela deve simultaneamente instruir e decidir, aproximar-se e manter as suas distâncias, conciliar e optar, julgar e comunicar”, Garapon (1996, p. 21).

Para o autor, em decorrência desse protagonismo, a justiça atingiu o mesmo patamar da democracia, fazendo com que todos os cidadãos tivessem alcance e acesso ao judiciário para reivindicar seus direitos; fato este, que resultou em obrigatoriedade de o juiz julgar, acabou gerando uma exigência por parte do juiz não somente de julgar, mas de administrar a máquina judiciária e dos meios de justiça que dispõe o judiciário (GARAPON, 1996).

Partindo dessa premissa, Garapon (1996) entende que a justiça passou a ser vista como solução para todos os problemas do indivíduo, ou seja, sendo um remédio para apaziguar o sofrimento do homem moderno. Mas o juiz, para responder de maneira satisfatória a essas tantas demandas com situações das mais diversas possíveis, se vê obrigado a desempenhar novas funções e se adaptar a essas novas questões levadas ao judiciário.

Contudo, o autor mencionado faz certa advertência no sentido de que esse exacerbado entusiasmo pela justiça pode conduzir a um impasse, de maneira a voltar-se contra a própria justiça, levando em consideração que a invocação indiscriminada dos direitos como está sendo feita atualmente, tem como efeito submeter ao controle judicial todos os aspectos da vida privada, o que não é saudável, ante ao fato que priva o indivíduo do seu autocontrole e sua liberdade.

Nessa toada, vale registrar as palavras de Garapon (1996, p. 51).

“O excesso do direito pode desnaturar a democracia: o excesso de garantias pode mergulhar a justiça numa espécie de indecisão ilimitada. De tanto encarar as coisas através do prisma deturpador do direito, corre-se o risco de criminalizar a relação social e de reativar a velha mecânica sacrificial. A justiça não pode substituir ao político sem correr o risco de abrir caminho para a tirania das minorias, ou até para uma espécie de crise de identidade. Resumindo, um mau uso do direito é tão ameaçador para uma democracia quanto a escassez de direito”.

5. INVERSÃO DE POSIÇÕES: A JUSTIÇA ATUAL

Em face do que foi exposto no texto, denota-se uma evidente inversão de posições. Assim, a justiça foi objeto de uma súbita inversão de tendências, pois

passou de uma posição secundária para o primeiro plano, ficando em posição de destaque. O direito, que era apenas a moral nas relações difíceis, comerciais ou políticas, passa a ser o princípio de toda a relação social. É notório que no momento atual, os semelhantes fazem apelo ao direito para arbitrar os seus conflitos mais íntimos. Enquanto outrora, o magistrado se limitava a sancionar os desvios que ocorriam na sociedade, agora lhe é solicitado que exerça um verdadeiro “magistério” sobre as pessoas mais sensíveis e frágeis, tutelando a vida e o mais íntimo do ser humano.

Tempos atrás e, diga-se, não muito, o conflito era visto como uma ameaça de dissolução da relação social, hoje se transformou em uma possibilidade de socialização. Pode-se afirmar que a jurisdição, hodiernamente, é um modo normal de governo. A exceção tornou-se regra e o processo de solução de conflito migrou para o modo comum de todos os setores da sociedade, desde a família, filhos, financeiro até o caso de corrupção política mais complexo que possa existir. Enquanto antes, a justiça era vista de uma forma negativa e punitiva, hoje, é vista de forma positiva e construtiva, regularizadora das relações sociais e da vida dos cidadãos.

Para Garapon, (1996, p. 47) “enquanto, outrora, a instituição judiciária revelava algum atraso relativamente aos costumes, doravante, é portadora das esperanças de mudança. Julgávamo-la instituída, encontramos-la, doravante, instituidora”.

“A justiça tornou-se o instrumento de uma emancipação e o último recurso contra a implosão da democracia” (GARAPON, 1996, p. 184). A justiça é convocada para apaziguar o mal estar do indivíduo moderno que encontra-se em sofrimento, em dúvida, aflito, com problemas. Dessa forma, a justiça deve cumprir uma nova função que se desenvolveu durante todo esse século e a que se pode nominar “magistratura do sujeito”, nas palavras de Garapon (1996, p. 147). A sociedade atual gera uma necessidade de justiça quantitativa e qualitativa inédita, tratando-se de uma necessidade de massa. Assim, a justiça deve não somente multiplicar as suas intervenções, o que já é um grande desafio, mas também levar soluções para todos os conflitos sociais existentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa realizada para este trabalho, denota-se que a construção de uma arquitetura democrática do Poder Judiciário é uma constante preocupação que vem ocupando já há algum tempo juristas e sociólogos. A contemporaneidade mudou a forma das pessoas se relacionarem consigo próprias e com os demais cidadãos e, sobretudo, com as instituições – no caso específico, o Poder Judiciário que se tornou protagonista na sociedade.

Esse novo modelo de cidadão, que deposita no judiciário a esperança de ver solucionados seus problemas, faz com que a sociedade exija uma nova conduta por parte dos magistrados, com respostas que por muitas vezes não estão presentes expressamente nos textos de lei, fazendo com que muitas vezes o judiciário, além de protagonista se torna ativista.

O poder judiciário, com uma das formas de organização do Estado e que se faz representar por indivíduos, os juízes, deve promover a transformação que dele se espera, fazendo com que os julgadores não se mantenham inócuos, incapazes de pensar o direito voltado para a realidade em que se insere.

Ao Poder Judiciário cabe trabalhar com o objetivo direcionado para a mudança da realidade social, o que significa como intérprete, fazer o melhor uso possível de suas atribuições para que possam conferir aos cidadãos a efetividade dos direitos expressos na constituição, com o cuidado de clamar pela democracia.

Denota-se do que foi aqui trabalhado, uma preocupação comum às críticas dos autores atinente a este espaço de voluntarismos e decisões desprovidas de carga hermenêutica e normativa, o que desnatura a função do direito como um sistema normativo e coloca o poder judiciário em uma posição ativista, desenhando os rumos da sociedade para além das decisões tomadas pelo poder legislativo ou mesmo pelo poder originário, o que deve ser observado para evitar que a democracia seja enfraquecida.

A transposição dos problemas humanos e sociais em termos jurídicos não deixa de lesar o laço social. Aquilo que era regrado, enraizado espontaneamente pelos costumes deve hoje sê-lo formal e explicitamente feito pelo juiz. Por isso, esta judicialização das relações sociais e explicitamente pelos magistrados. Para justificar, por sua vez, toda a intervenção, a justiça deve lançar-se num processo infinito de enunciação da norma social.

REFERÊNCIAS

- ALLARD, Julie; GARAPON, Antoine. **Os Juízes na Mundialização**. Instituto Piaget, 2005.
- BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática**. São Paulo, 2009.
- BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 20 agosto. 2016.
- CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores**. Porto Alegre, 1993/ Reimpressão 1999.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- HOMMERDING, Adalberto Narciso. **Fundamentos para uma Compreensão Hermenêutica do Processo Civil**. 2007. Livraria do Advogado. Porto Alegre.
- ISAIA, Cristiano Becker. **Processo Civil, Atuação Judicial e Hermenêutica Filosófica: A metáfora do juz-instrutor e a busca por respostas corretas em processo**. 2011. Editora Juruá. 2º Ed.
- MAUS, Ingeborg. **O Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”**. Trad. Martônio Lima e Paulo Albuquerque. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 58, nov. de 2000.

MORAIS, José Luis Bolzan de. **As Crises do Estado e da Constituição e a Transformação Espacial dos direitos Humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2002.

_____. **Mediação e arbitragem. Alternativas à jurisdição**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

GARAPON, Antoine. **O Guardador de Promessas: Justiça e Democracia**. Instituto Piaget, 1996.

RODRIGUES, José Rodrigo. **Como Decidem as Cortes**. Editora FGV. 1 ed. 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Judicialização das Relações Sociais no Brasil**. Editora Renan, 1999.

A HIBRIDAÇÃO CULTURAL NO BRASIL: O RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA E DA IDENTIDADE DE IMIGRANTES

Angelita Maria Maders¹

Rosângela Angelin²

Thaís Kerber de Marco³

RESUMO

Nosso espaço territorial é constituído através de distintas identidades, cada qual, com suas particularidades que engrandecem e torna o nosso Estado Brasileiro um Estado Multicultural. As diferenças, que constituem as identidades, sejam de gênero, sociais, econômicas, étnicas, por vezes, acabam por gerar um contingencial de desigualdades, em virtude da falta de reconhecimento social e cultural. No contexto social, encontram-se identidades que se parecem e outras que se distinguem, bem como, pode-se afirmar que, muitas vezes, as identidades distintas detêm certa similaridade, pois dependem umas das outras para se identificarem e constituírem-se, seja reconhecendo a igualdade, seja reconhecendo a diferença. O Estado brasileiro é considerado multicultural, seja frente às inúmeras etnias que habitam o Brasil, sejam elas de indígenas, europeias, africanas, entre outras, o país tem sido caracterizado como mestiço devido a sua história de colonização e, também pelo fato de ainda receber um grande número de imigrantes, mesmo após a colonização iniciada em 1500. A imigração formou, e segue formando, toda uma mescla de culturas, ocasionando uma inevitável e eclética hibridação cultural. O estrangeiro, ao migrar para o Brasil traz consigo características culturais originárias e, ao entrar em contato com as culturas brasileiras, miscigena e, ao mesmo tempo, mantém características que são próprias, engrandecendo ainda mais o arco-íris cultural. A diversidade cultural e a consequente hibridação cultural que se constituiu no contexto atual, principalmente em decorrência da globalização, revela-se uma das principais questões discutidas nas sociedades multiculturais, ao lado do estudo das identidades que se formam a partir do processo cultural.

Palavras chave: Diferença. Identidade. Imigração.

ABSTRACT

Our territorial space is constituted by through distinct identities, each one with its particularities that enhance and make our Brazilian State a Multicultural State. The differences which constitute the identities, gender, social, economic, ethnic, sometimes end up generating a contingency of inequalities, due to the lack of social and cultural recognition. In the social context, there are identities that are alike and others that are different, in the same way, it can be affirmed that, the different identities often have a certain similarity, since they depend on each other to identify themselves and to constitute themselves, recognizing equality, or recognizing the differences. The Brazilian State is considered multicultural, in the face of the countless ethnic groups that inhabit Brazil, as indigenous, European, African, among others, the country has been characterized as a mestizo due to its history of colonization and also for receiving a large number of immigrants, even after the colonization began in 1500. Immigration been forming a whole mixture of cultures, leading to an inevitable and eclectic cultural hybridization. The foreigners, when migrating to Brazil, bring with them, native cultural characteristics and, when coming into contact with the Brazilian cultures, miscegenates, at the same time, maintaining characteristics that are proper, enhancing even more the cultural rainbow. The cultural diversity and the consequent cultural hybridization that was constituted in the current context, mainly as a result of globalization, is one of the main issues discussed in multicultural societies, along with the study of identities that are formed from the cultural process.

Keywords: Difference. Identity. Immigration.

1. INTRODUÇÃO

Diferenças étnicas, de gênero, econômicas,

¹Defensora Pública do Estado na Comarca de Santo Ângelo/RS, Professora do Mestrado em Direito da URI, bem como dos cursos de graduação em Direito da URI e da UNIJUÍ, Mestre em Gestão, Desenvolvimento e Cidadania pela Unijuí, Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrück, (Alemanha) e Pós-doutora pela Universidade de Santiago do Chile, membro do grupo de pesquisa "Tutela dos Direitos e sua Efetividade", registrado no CNPq e sustentação da linha de pesquisa Cidadania e novas formas de solução de conflitos, do Mestrado em Direito da URI Santo Ângelo, coordenadora do grupo de pesquisa "O pensamento complexo e os novos direitos" do Mestrado em Direito da URI Santo Ângelo, e membro do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: angmaders@hotmail.com

²Pós-Doutora pela Faculdades EST, São Leopoldo-RS. Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito – Doutorado e Mestrado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS e da Graduação de Direito dessa Instituição. Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Direitos Humanos e Movimentos Sociais na Sociedade Multicultural", e o Projeto de Extensão "O lugar das Mulheres na Sociedade" e integra o Grupo de Pesquisa "Novos Direitos na Sociedade Globalizada", vinculado ao PPGDireito, acima mencionado. E-mail: rosangelaangelin@yahoo.com.br

³Mestra em Direito pela Pós-Graduação stricto sensu em Direito – Mestrado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS. Professora nos Cursos de Graduação em Direito da URI e da SETREM. Integrante do Projeto de Pesquisa "Direitos Humanos e Movimentos Sociais na Sociedade Multicultural", do Projeto de Extensão "O lugar das Mulheres na Sociedade" e do Grupo de Pesquisa "Novos Direitos na Sociedade Globalizada", vinculado ao PPGDireito acima mencionado. Advogada. E-mail: thaiskerber@hotmail.com

sociais, culturais, dentre outras fazem parte da história da humanidade há longa data. Suas manifestações em face das relações de poder têm gerado desigualdades e exclusão nas sociedades ao longo dos anos, o que é objeto de estudo do multiculturalismo. Este, ao estudar as culturas e a sua influência no modo de ser de cada um, defende o convívio harmonioso e o respeito entre as diversas culturas, realizando uma crítica análise sobre a igualdade e a diferença, bem como acerca do reconhecimento social dos grupos denominados minoritários, embora nem sempre esses sejam enquadrados numericamente nessa definição. Propiciar reconhecimento social e garantia à existência e ao respeito para com identidades e culturas distintas é o que constitui a ideia central do multiculturalismo, tese que deve ser posta em países plurais, a exemplo do Brasil.

No entanto, as redes sociais são diária e constantemente bombardeadas com notícias e relatos xenofóbicos, o que vem a demonstrar que, mesmo no século XXI, ainda não se venceu a batalha contra as diferentes formas de discriminação, a exemplo da xenofobia, prática que vai de encontro aos ideais multiculturais.

A hibridação cultural também é um fenômeno histórico-social, uma vez que muitos deslocamentos humanos existiram ao longo da evolução da sociedade entre grupos distintos de pessoas. Não é diferente a situação na América Latina, onde a imigração e a própria migração ocorrem desde épocas remotas, inclusive no Brasil, seja com a recepção de imigrantes para sua colonização e branqueamento da população ou internamente, em busca de melhores condições de vida.

Há quem diga que todo ser migrante é um sujeito mais híbrido (CARDOSO, 2008, p. 79), pois a formação da identidade dos sujeitos é um processo aberto, sujeito às trocas culturais e, portanto, em constante transformação. Esse fenômeno tornou-se mais visível e frequente em decorrência da abertura das fronteiras e ou da chamada globalização e tem sido objeto de debates em face dos conflitos que se verificam quando do confronto entre diversas culturas, seja no âmbito individual, seja coletivo, o que será objeto de estudo neste capítulo. Para tanto, parte-se de uma análise das identidades e sua formação cultural para, em um segundo momento, abordar a questão da hibridização cultural e seu processo em face das novas correntes migratórias que acontecem no país, corolárias do fenômeno globalização.

2. IDENTIDADES E SUA FORMAÇÃO CULTURAL

Em um contexto geral, os processos de formação de identidades, tanto individuais quanto coletivas, ocorrem através das inter-relações sociais e sofrem influência significativa da cultura dos povos e das relações de poder, as quais perpassam as relações sociais e jurídicas. Estudiosos como Darcy Ribeiro, ao traçarem um mapa da civilização latino-americana em suas diferentes obras, indicam a ênfase cultural em cada grupo e também a mistura, o cruzamento de diferentes tradições culturais, em um processo que poderia ser chamado de transculturação, que, contudo, não significa a perda da identidade cultural.

O fato é que, muitas vezes, tais influências

buscam, no exercício da manutenção do poder, a homogeneização de comportamentos e identidades sociais, desrespeitando a diversidade, gerando exclusão e reconhecimento equivocado de grupos minoritários, atentando com isso a direitos de cidadania. Uma dessas influências é atribuída ao fenômeno da globalização que, sabidamente, tem consequências positivas como também negativas em diferentes áreas.

Um aspecto positivo a ser exaltado é que as misturas de culturas foram ampliadas em decorrência da globalização, porque esta conseguiu promover a descentralização dos elementos culturais de uma cultura para povos distintos, ou seja, o deslocamento cada vez maior das sociedades. No entanto, a ideia de homogeneização, ou seja, de padronização de culturas pode, ao revés, ser um aspecto negativo.

As condições de vivência social existem a partir de inúmeros fatores, dentre eles, os culturais. Muito do que compõe as identidades, a exemplo dos valores morais, éticos e sociais, bem como condutas e posicionamentos que se tem enquanto pessoa pertencente a um determinado meio social configura-se devido à carga cultural adquirida e que se perpetua durante a vida das pessoas. Não é por nada que, nesse sentido, Eagleton define, preliminarmente, o termo *cultura* como construção de vivências influenciadas pelo meio em que se vive, seja de onde se provém como para o que se vive (2012, p. 184). A cultura produz a ligação de uma pessoa à outra, seja pelas características que as distinguem, seja pelas características que os tornam iguais ou semelhantes, em que podem ser mais bem vislumbradas as identidades e as relações de poder.

Na sociedade moderna destacam-se culturas que podem ser consideradas dominantes, ao passo que dirigem e constroem identidades, enquanto outras são subjugadas. O citado autor assevera que a cultura dominante de uma sociedade é capaz de excluir e atentar contra identidades tradicionais, buscando transformá-las e cooptá-las a partir de seus interesses. Todavia, não se pode negar que é possível que a cultura residual acabe resistindo e passe a se organizar e a reivindicar reconhecimento (EAGLETON, 2012, p. 174), ganhando proporções na esfera política. Canclini, por sua vez, define cultura como sendo a mescla de comportamentos apreendidos, vivenciados e até mesmo impostos às pessoas (2009, p. 45). Para ele, o processo de hibridação tem um viés político de interação. A cultura é um processo de elaboração que jamais permanece o mesmo, que se transforma, adapta, conduz as pessoas, dispõe modos de agir e de vida e exerce influências na sociedade.

Contribuindo com essa linha de pensamento, Santos pondera que a cultura “[...] é baseada em critérios de valor, estéticos, morais ou cognitivos que, definindo-se a si próprios como universais, elidem a diferença cultural ou a especificidade histórica dos objetos que classificam” (2003, p. 27). Então, além de compor a sociedade, a cultura também faz parte da construção identitária, sendo praticamente impossível falar de identidades sem tecer considerações sobre aspectos culturais que as formaram e as constituíram, motivo pelo qual se faz essa digressão nesse texto.

Para Bhabha, o conceito de cultura deve ser aberto, dinâmico, enquanto 'verbo', constituído pela diferença e pela alteridade. Enquanto híbrida, ela se torna uma arena de conflitos com vistas a romper o discurso homogeneizante. Ele se distingue de Canclini e também de Hall por entender, por exemplo, que a hibridação seria um processo antagônico, ameaçador à autoridade colonial e ao discurso hegemônico (2010), enquanto para Hall haveria um processo de tradução cultural, ou seja, de negociação entre diferentes matizes culturais que também implica confronto (2003).

Voltando à questão da identidade, Bauman também evidencia que as identidades encontram, por diversas vezes, fundamento na cultura, sendo que muitos elementos que formam as identidades são construídos através dela. Dessa forma, tanto identidade quanto cultura nunca permanecem inertes, ou seja, estão em constante mudança (BAUMAN, 2012, p. 43). Se estão em constante mudança, também devem estar em constante conflito, de modo que a hibridação deve ser um processo emblemático.

Nessa tangente, Castells salienta que identidade é "[...] a fonte de significado e experiência de um povo" (2001, p. 22). Com essa afirmação, o autor pretende expressar que a identidade pode referir muito sobre a vida e as características de determinadas pessoas, como também, as identidades servem para salientar todas as contribuições que elas dispõem para a construção das tradições, dos idiomas e da cultura. A identidade, segundo ele, pode ser entendida como uma série de sentidos distintos, através de definições e ressalvas de uma determinada cultura que caracteriza os seres humanos que a ela pertencem, para que assim se possa diferenciá-los dos demais atores sociais e das demais identidades (2001).

Já Woodward afirma que o processo pelo qual a identidade passa para chegar a sua constituição é sua identificação com os *outros*, seja pela diferença cultural, étnica, econômica, de gênero, seja pelo modo de ser, de se vestir ou pela similaridade que determinadas pessoas possuem. Todas essas questões proporcionariam, de acordo com ela, um molde à identidade, possibilitando a opção de escolha entre várias identidades e, ao mesmo tempo, a definição de quais serão incluídas e excluídas no modo de ser de cada um (WOODWARD *In* SILVA [Org.], 2013, p. 18).

Corroborando com o tema em pauta, Hall pondera que, em que pese o fato de que sempre existirem diferenças entre os povos e as culturas, as diferenças que compõem as sociedades modernas são mais destacadas e visíveis, sendo os sujeitos caracterizados por diferentes tipos de identidades. Pode a sociedade ser pensada levando em consideração as várias identidades, desde que os elementos do sujeito e sua identidade consigam conviver em conjunto, tendo em vista que uma identidade somente existe devido aos diferentes sujeitos que fazem parte da sociedade (HALL, 2011, p. 17). Portanto, constitui-se parte da identidade tudo aquilo que é considerado como característica própria de cada pessoa tais como, o modo de ser, de viver, de se vestir, como também os costumes, as questões culturais, valores éticos, princípios morais, o grupo social ao qual ocorre identificação, enfim, tudo o

que possa caracterizar e distinguir, pela exclusão ou pelo reconhecimento de si próprio e dos demais. Referido autor destaca, ainda, que a formação de uma identidade sempre ocorre com a exclusão, e através da submissão de poder entre duas identidades distintas (HALL *In*: SILVA [Org.], 2013, p. 110).

No processo de formação identitária deve ser considerado que toda pessoa nasce em um determinado espaço cultural nacional, o qual constitui e forma identidades. É a partir dessa análise que as pessoas são definidas como pertencentes à determinada identidade nacional (HALL, 2011, p. 47-48). Como exemplo tem-se um brasileiro que, ao adentrar em território argentino afirma com veemência: *sou brasileiro*. Considera-se esse tipo de afirmação como algo pertencente à identidade brasileira, carregada de aspectos identitários que o representam e, ao mesmo tempo o distingue dos argentinos. Assim sendo, para Hall, as identidades são constituídas pelas várias representações que a pessoa precisa assumir para se constituir como sujeito perante o *outro* (HALL *in* SILVA [Org.], 2013, p. 112). Nesse sentido, as identidades passam por constantes transformações ao longo do tempo, recebendo influências que vão se agregando e formam as características de cada identidade.

Com isso, tem-se que, as identidades estão sempre em processo de identificação, pois não se encontram a todo momento imóveis e imodificáveis. Hall pondera sobre a formação constante das identidades, que se configuram também através de fatores inconscientes, permanecendo sempre incompleta e em constante construção, sendo influenciada, inclusive na ideia de como se imagina que outra pessoa a enxerga:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconsistentes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo transformada". [...] assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto pela plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros* (HALL, 2011, p. 38-39).

Atualmente, as identidades vêm se modificando e alterando-se com mais rapidez e complexidade que outrora, influenciadas também pela imigração. O chamado acúmulo de identidades distintas ocorre diante da necessidade da pessoa que vive em uma sociedade em assumir distintos papéis, devido a todas as exigências que a vida social requer. Porém, a identidade de cada ser é única e constitui-se como o elemento que forma todos esses demais papéis sociais que esse é levado a formar para organizar-se socialmente (CASTELLS, 2001, p. 22-23).

Por conseguinte, uma só pessoa passa a compor várias identidades que se modificam e se constituem de forma diferenciada uma da outra, devido a todas as mudanças que vêm ocorrendo e, principalmente, com a chegada da pós-modernidade⁴ (HALL, 2011, p. 13). Os efeitos do mundo pós-moderno e as consequências da globalização geram a necessidade de sustentação de demasiadas identidades para um único sujeito que, muitas vezes, são conflitantes. Contudo, é necessário que a pessoa possa adequar suas várias identidades para sobreviver diante das facetas da modernidade.

Ao encontro do suscitado, resta improvável a existência de uma constante unificação em torno de uma identidade, ou seja, de uma identidade fixa, pois, como visto, nos períodos atuais, é tido como natural o fato de que um sujeito elabore várias identidades diferenciadas, diante das mais distintas situações e exigências do cotidiano.

Ao se tratar, então, da identidade e de sua formação cultural, Castells assinala que as primeiras vêm a ser uma construção baseada em atributos culturais, bem como pela inter-relação desses, podendo encontrar-se múltiplas identidades em uma mesma pessoa:

[...] entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (CASTELLS, 2001, p. 22).

Cada cultura tem a própria forma de identificação de suas características, assim como de conceituar aquilo que classifica como sendo parte integrante da identidade dos sujeitos que a compõem. A cultura serve como uma aproximação daqueles que se identificam culturalmente como pertencentes a um mesmo grupo de pessoas. Segundo especifica Woodward, *a cultura molda a identidade*. Assim, mesmo dentro de uma determinada cultura é inconcebível a existência de uma só identidade (In SILVA [Org.], 2013, p. 18). Ressalta, portanto, a importância do *outro*, que é diferente, para a construção do sujeito e do seu próprio ser, ou seja, para a sua identidade. Se apenas uma identidade bastasse a todos, não seria necessário o reconhecimento através da diferenciação do *outro*, e este, por sua vez, não teria tanta importância no que diz respeito a reconhecer identidades e assemelhar diferenças. De acordo com a citada autora, “A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições” (WOODWARD In: SILVA [Org.], 2013, p. 42).

As diferenças, que passam a ser condições de existência de identidades, constituem-se tanto por

representações simbólicas, que podem ser definidas pelas roupas e objetos que determinadas pessoas usam ou que vestem, quanto por meio de interações sociais, referindo-se, inclusive, às formas de exclusão social, tal como ocorre com minorias sociais ou através de qualquer outro tipo de discriminação por determinantes de etnia, cor, gênero, orientação sexual (WOODWARD In SILVA [Org.], 2013, p. 40). Então, não existem identidades sem que haja diferenças, as quais constituem as sociedades multiculturais e fazem com que identidades distintas se reconheçam. Nesta mesma perspectiva, acentua Woodward que a diferença possui dois papéis distintos, ou seja, de exclusão/marginalização ou como fonte de diversidade:

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas definidas como “outras” ou forasteiras. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma a celebrar a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”) (WOODWARD In SILVA [Org.], 2013, p. 50-51).

A diferença é elemento essencial da identidade, é tida como algo que possibilita o reconhecimento e garante o respeito e a certeza de que a cada identidade somente é constituída a partir da existência de outra identidade, que se difere dessa. A própria identidade do ser humano somente se caracteriza de modo existencial no confronto com outras tantas identidades distintas.

As diferenças, assim como as identidades, não necessitam encontrar-se somente entre culturas diversas, mas podem existir e coexistir dentro de uma mesma cultura, como é o caso da brasileira, composta por uma gama elevada de outras culturas internas, significativamente diferentes. Essas diferenças contribuem para compor identidades distintas, ainda que nos mesmos espaços territoriais, uma vez que “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2011, p. 39). A troca, o confronto, a mistura dessas diferenças em um processo constante é, parafraseando Roberto Da Matta, que faz o Brasil o Brasil que é, e que lhe dá sempre novas caras e cores, inclusive em virtude das influências exteriores, trazidas por aqueles que aqui aportam: os imigrantes.

3. ASPECTOS DE RECONHECIMENTO SOCIAL E REDISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL DIANTE DA HIBRIDAÇÃO CULTURAL

O Brasil, desde sua colonização, tem sido cenário fecundo para a diversidade e os encontros e

⁴Para Bauman, “A pós modernidade é a modernidade que atinge a maioria, a modernidade olhando-se a distância e não de dentro, fazendo um inventário completo de ganhos e perdas, psicanalisando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam” (BAUMAN, 1999, p. 288).

cruzamentos destas. Em seu processo de formação econômico-social, a imigração ocupou papel de suma importância, primeiramente com os portugueses e africanos e, depois com os alemães e italianos, o que se ampliou para diferentes povos que aqui residem há longa data, a exemplo dos japoneses.

A história recente do país é composta por processos migratórios contínuos. Nos primeiros períodos, a imigração tinha o intuito de povoar o país que possuía apenas populações indígenas. Porém precisavam de força de trabalho e os povos originários, com culturas muito diferentes, não estavam respondendo bem à ideia de trabalharem como escravos para os europeus, tendo sido, aos poucos, exterminada a fim de homogeneizar a cultura branca (WERMUTH, 2014, p. 197). Aqui vale lembrar a tentativa dos europeus em colonizar a vida e o imaginário indígena por meio da religião, tarefa essa que acabou por mesclar tanto a cultura indígena, quanto à cultura daqueles missionários que realizavam esse trabalho.⁵

Na atualidade, os imigrantes que aqui aportam provêm de distintos países e dão novos nuances ao colorido brasileiro, a exemplo dos haitianos, angolanos, cubanos. O processo de recebimento e acomodação desses imigrantes, assim como a adaptação destes à cultura local ensina a modificação não somente de suas identidades, como também daquelas da população nativa, já que a mescla, mais cedo ou mais tarde, de uma forma ou de outra, será inevitável e ocorre sem que sobre ela se possa estabelecer qualquer controle. Embora sempre pareça haver uma ideia de dominação da cultura local, da prevalência da ideia de que aqueles que aqui chegam devam se adaptar aos costumes locais, em verdade o que ocorre é uma readaptação de todos, com apropriações mútuas das culturas envolvidas.

Essa imigração, como processo de deslocamento de pessoas de um território para o outro, possui diversos fatores impulsionantes como também consequências, que no âmbito desse capítulo não se pretende abordar, mas que, normalmente, têm como pano de fundo questões de ordem econômica e social, os quais, por sua vez, sofrem influência da globalização, repercutindo, portanto na hibridação cultural.

A globalização é um processo que modifica e altera identidades de diversos povos e culturas, como mencionado anteriormente. Nesse sentido, cabe referir que, ao lado do processo global de interconexão mundial proporcionado pela globalização, advieram também consequências negativas, principalmente para países menos desenvolvidos, em que parte de sua população acabou migrando para outros países mais desenvolvidos, a fim de buscar melhores condições de vida e uma renda que permita fugir da pobreza e da miséria extrema que os aflige, fazendo com que essas pessoas se deparem com mundos e culturas diferentes,

o que nem sempre gera experiências positivas. Diante desse fenômeno, identidades até então mais fechadas e nacionalizadas, passaram a se mesclar, havendo uma maior hibridação cultural entre os povos e as culturas. Isso não significa dizer que em períodos anteriores não houvesse a hibridação cultural, mas, em tempos de globalização, ela foi intensificada.

Nesse norte, Hall afirma que o processo da globalização vem alterando e deslocando identidades culturais (HALL, 2011, p. 67). Em face disso, é possível observar que as identidades estão cada vez mais liberadas de uma ideia de conjunto, grupo, tradição ou modo de vida, destacando-se identidades mais livres e que recebem orientações e influências de todos os meios que a vida social disponibiliza, em especial de estilos do mercado global de consumo. Em decorrência disso, estruturas locais de estados e nações começaram a entrar em crise, propiciando a transnacionalização de padrões culturais e econômicos de vida (WOODWARD In: SILVA[Org.], 2013, p. 20-21).

No que se refere ao Brasil, Campilongo aduz que a globalização é um fenômeno capaz “[...] de *fortalecer* o Estado para ajustes estruturais que acomodam os cidadãos à nova ordem econômica internacional, e de outro lado, de *enfraquecer* o Estado para a promoção de políticas públicas redistributivas” (2000, p. 127). Isso denota os aspectos e as consequências, tanto positivas, no sentido de propiciar ao cidadão alcance a novas disposições de ordem econômica, quanto negativas, ao passo que a atuação do Estado diante da redistribuição de bens e direitos aos cidadãos é enfraquecida, inviabilizando o reconhecimento de minorias dispostas a todo tipo de vulnerabilidades.

Os ideais de um mundo moderno globalizado, sem fronteiras, centrado em ditames econômicos, fazem com que os países, forçosamente, tenham de se adaptar, inclusive alterando suas culturas identitárias, indo além das fronteiras estatais, para que seja possível que todos estejam conectados às mesmas circunstâncias e ao mesmo discurso que ocorre entre países globalizados. Resta claro, portanto, que o processo de globalização alimenta e propicia o encontro, a hibridação cultural pelos países, tendo presente os aspectos positivos, mas muitos aspectos negativos oriundos da homogeneização cultural baseada nos parâmetros econômicos que ligam as nações, muitas vezes em detrimento do bem-estar da maioria da população. Como se pode perceber, o encontro de culturas, além da hibridação, pode gerar conflitos de diferentes espécies, que vão desde um primeiro momento, do estranhamento que geralmente é dissolvido com a convivência ou, senão, pela discriminação e exclusão que, então, geram problemas sociais mais significativos.

O imigrante que se desloca em tempos

⁵Para aprofundamento do tema, ver as obras: GRIEBELER, José Carlos. *A construção do imaginário missionário na correspondência epistolar de Antônio Sepp*. Tese de Doutorado (Doutorado em Teologia). Escola Superior de Teologia. São Leopoldo/RS: Faculdades EST, 2008; EINSBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2000.

modernos, na grande maioria das vezes o faz com o intuito de buscar trabalho e renda, geralmente sendo compelido por problemas sociais e econômicos que enfrenta na terra natal. A busca por melhores condições econômicas de vida e o sustento digno de suas famílias caminha junto com o sonho de um dia retornar, porém, com outro patamar econômico. Muitos imigrantes, inclusive, deixam suas famílias no país de origem e imigram para outros a fim de trabalhar e enviar recursos financeiros para suas famílias.

Os avanços e retrocessos oriundos da globalização ensejam o aumento das migrações ao redor do mundo, o que implica a necessidade de convivência com o diferente e, por sua vez, o reconhecimento, em âmbito cultural, social e econômico. É claro que todo o processo de mistura cultural que ocorre na maioria dos países não se apresenta de modo isonômico, refletindo em consequências para a cultura e para os processos migratórios dentro do contexto da globalização.

A hibridação que se verifica é um processo natural e inerente à evolução humana. De acordo com Burke, as reações aos processos hibridizadores são diversas. Podem ser de aceitação, rejeição, segregação e ou de adaptação e ensejam, inevitavelmente, a erradicação das culturas insulares (2003). Também são diversas as terminologias empregadas para descrever os processos de interação e as consequências da hibridização cultural. Algumas se referem a processos mais específicos de hibridização, a exemplo da imitação e a apropriação cultural, a mistura, o sincretismo e a hibridação e, ainda, a tradução cultural. Ainda, novos sentidos são dados a determinadas expressões, a exemplo da mestiçagem, que era entendida de acordo com um viés pejorativo, para ganhar uma conotação menos negativa.

Outro processo pelo qual Canclini explica a hibridação entre as culturas se dá pela desterritorialização, a qual o autor classifica como sendo a carência da relação natural com a cultura de origem e, concomitantemente a mudança para outro lugar, onde as novas e velhas produções simbólicas são conservadas e alteradas para adequar-se às novas representações sociais (2003, p. 309). Para melhor contextualizar essa categoria da hibridação cultural, o citado autor relata a sua vivência em Tijuana, no México, fronteira com os Estados Unidos da América, comentando acerca da cultura e dos costumes do povo mexicano que vive na fronteira e como ocorre a hibridação cultural na referida cidade através dos produtos que são consumidos e vendidos, que recebem características estadunidenses devido à quantidade de pessoas que passam as fronteiras e, até mesmo, através dos turistas que buscam o México. O idioma é outro fator influente de hibridização, dado que se mistura o espanhol, o inglês e idiomas indígenas (CANCLINI, 2011, p. 320-321).

Os símbolos também são elementos usados para caracterizar determinadas culturas. Entretanto, devido a todo o processo de hibridação cultural que vem ocorrendo, eles também se misturam diante das novas relações culturais operadas por imigrantes, já que, ao migrarem, levam consigo além de sua cultura, muitos

objetos e ações que caracterizam simbolicamente suas identidades culturais, fazendo com que o novo território passe a desfrutar de símbolos que antes não faziam parte de sua cultura local (CANCLINI, 2003, p. 320-321).

As culturas nacionais, atualmente, e em parte, parecem estar mais abertas para receber culturas externas, em que pese o fato de ser difícil conseguir manter identidades culturais que não perpassem influências externas. Dificilmente se encontram culturas que não disponham de absolutamente nada daquilo que o mundo global compartilha. Isso porque, o que é compartilhado na sociedade recebe influências das mais diversas formas daquilo que é externo à determinada cultura. É raro encontrar populações que detenham culturas nacionais e que consigam preservar ditames locais única e exclusivamente sem que a sua cultura se misture com as demais. As culturas são constituídas, na atualidade, de uma mistura cultural que faz com que sejam chamadas de híbridas, pois recebem influências externas a partir de relacionamentos sociais, de diálogos interculturais entre os povos, bem como de processos econômicos, sendo possível aclamar a diversidade cultural como parte integrante de desenvolvimento da sociedade globalizada. Hall chama a atenção para o fato de que "As nações modernas são, todas, híbridos culturais" (HALL, 2011, p. 63). Com isso, o referido autor dispõe que na modernidade, praticamente todos os países são formados pela diversidade cultural, étnica, por costumes distintos e, torna-se difícil afirmar que exista uma nação que seja única e que não receba influências culturais obtidas através do meio social e de convívio.

Referente à imigração contemporânea no Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que 35,4% da população brasileira não residem em seu local de origem. Em relação à imigração, o Brasil, em 2010 possuía cerca de 286,4 mil imigrantes com residência fixa e que vivem no Brasil há pelo menos 5 anos. São Paulo, Paraná e Minas Gerais são os Estados que mais recebem imigrantes, oriundos de diversos países, como: Estados Unidos, Japão, Paraguai, Portugal e Bolívia (STOCHERO; MARCEL, 2013). A partir de uma análise de imigrantes que residem no Brasil contemporâneo, é possível observar que a maioria desses possui condições financeiras não muito boas e que o principal motivo que os levou a migrar é a pobreza e a falta de oportunidades no país de origem. Quando migram, o principal objetivo é mudar de vida e fugir das péssimas condições de sobrevivência que possuíam no país que deixam.

O migrante é esse sujeito que deixa para trás muita coisa, os seus, as certezas construídas até então, projeta-se e desloca-se em múltiplos âmbitos, não apenas no físico, mas objetiva retornar, aproximar-se mais por meio do distanciamento, para sentir-se e subjetivar-se; corre riscos, incorpora situações desfavoráveis; afasta-se do real, intenciona congelá-lo para melhor tê-lo posteriormente (SIQUEIRA *apud* TEDESCO, 2010, p. 31).

A sociedade é instigada a reproduzir processos de homogeneização cultural e a maioria dos segmentos sociais dispõe-se a isso devido à pertença social que

estão submetidos ao viver no coletivo. Poderia partir desses mesmos segmentos sociais a busca pela não discriminação social do diferente, porém, o que ocorre é que, por vezes, de forma totalmente contrária, os próprios espaços públicos que incitam e constroem dimensões societárias totalmente inadequadas às sociedades multiculturais e que passam a formar sujeito predispostos à violência, à discriminação e ao repúdio à diversidade, seja de culturas, de gênero, étnicas ou sexuais (BAUMAN, 2013, p. 47-48).

No tema pertinente a imigração, Touraine contribui com o debate, destacando:

[...] quanto mais concebemos a sociedade multicultural como um encontro de culturas e de comunidades, tanto mais hipóteses temos de provocar afrontamentos perigosos em torno da imigração. Pelo contrário, quanto mais procuramos reunir culturas diferentes na experiência vivida e no projecto de vida dos indivíduos, tanto maiores são as hipóteses de êxito (TOURAINÉ, 1997, p. 256).

Para que ocorra o encontro, um diálogo, mesmo que inconcluso, deve haver o reconhecimento do outro como diferente e o respeito dessa diferença. Esse reconhecimento tem relação com justiça, já dizia Fraser, justiça social. Para a autora, “[...] o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição de membros do grupo como parceiros integrais da interação social” (FRASER, 2007, p. 117). Ela refere que muitos Estados, equivocadamente, diante de conflitos sociais, estariam priorizando a questão do reconhecimento identitário e cultural e deixando de lado o que não é menos importante, ou seja, as questões que envolvem desigualdades econômicas.

De acordo com a autora, para injustiças oriundas de questões econômicas, haveria soluções a partir da redistribuição, que “[...] o remédio para a injustiça é a reestruturação político-econômica [...] redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, ou transformação de outras estruturas econômicas básicas”. Já para a questão pertinente ao reconhecimento identitário/cultural, propõe a autora que a maneira pela qual se deve abordar referido problema é através da “[...] transformação cultural ou simbólica. Isso envolveria, sobretudo, a reavaliação das identidades

desrespeitadas, a valorização positiva da diversidade cultural [...]” (FRASER *In*: SARMENTO; IKAWA; PIOVESAN [Orgs.], 2008, p. 170).

Ao analisar as injustiças econômicas e culturais que dizem respeito à igualdade e à diferença, Fraser propõe remédios afirmativos e transformativos. Os remédios afirmativos buscam transferir renda para que seja possível que as pessoas em situações financeiras mais baixas tenham melhores condições de subsistência, porém esse tipo de remédio não interfere na estrutura básica em que essa classe menos favorecida estaria situada. Já os remédios transformativos propostos visam a inserir o cidadão de forma mais participativa nas questões relacionadas à democracia e à tomada de decisões estatais. Esse remédio visa a acabar com a diferenciação entre classes, delimitando aos poucos a diferença gerada por questões econômicas, capazes de potencializar desigualdades e injustiças àqueles menos favorecidos economicamente (FRASER *In*: SOUZA [Org.], 2001, p. 270-271).

Em contrapartida, também há a teoria da redistribuição social de Axel Honneth de acordo com a qual a busca pelo reconhecimento surge diante de conflitos originados pelo não reconhecimento.⁶ O autor retoma a categoria do conflito para buscar alternativas de reconhecimento. Para ele, o sujeito necessita, para que alcance uma vida boa, que sua identidade seja reconhecida e respeitada pelo *outro*.⁷ Ele retoma, para tanto, a questão dos conflitos sociais a partir de enfoques identitários como sendo os propulsores da busca por reconhecimento, ou seja, as pessoas buscam reconhecimento quando suas identidades estão em situação de conflito e, esses conflitos somente podem ser resolvidos pelo reconhecimento social. Portanto, a injustiça social se daria quase sempre por falta de reconhecimento que, em consequência, gera o conflito. Nesse sentido, dispõe o autor que a disparidade de renda e a questões culturais são secundárias ao conflito (HONNETH *In* FRASER; HONNETH, 2006, p. 134). Sua teoria é fundamentada nos estudos de Hegel. O conflito é, para Honneth, a base da luta por reconhecimento, que busca valores de dignidade aos sujeitos, respeito às diferenças e à diversidade social e cultural, bem como a garantia de igualdade e proteção jurídica para as diferentes identidades, já que os conflitos sociais são, para o autor, gerados pela falta de reconhecimento, reconhecimento esse que perpassa o contexto coletivo

⁶Charles Taylor compartilha as ideias de Axel Honneth e pondera que as identidades são construídas através da existência ou inexistência de seu reconhecimento social, podendo tratar-se de um indivíduo, de um grupo de pessoas ou um determinado povo que detém suas características próprias, sua cultura diferenciada, e o modo de ser, que os caracteriza e diferencia dos demais (TAYLOR, *In*: TAYLOR, 1994, p. 45). Taylor dispõe ainda que, “[...] a minha própria identidade depende, decisivamente, das minhas reações dialógicas com os outros” (TAYLOR, *In*: TAYLOR, 1999, p. 54). As identidades estão sempre em diálogos com outras identidades, pois isso constitui os elementos que integram a construção individual que as compõe. É através de diálogos e a troca de informações que ocorre o reconhecimento do outro, segundo o autor. A política do reconhecimento, trazida por Taylor é indispensável para os diálogos em sociedades multiculturais, assim, para que seja possível assegurar respeito e dignidade para grupos culturais historicamente excluídos e para que, se possa reconhecer as várias identidades e a diversidade de culturas (ROCKEFELLER *In*: TAYLOR, 1994, p. 111).

⁷As identidades envolvem o processo de reconhecimento social. Por isso da importância do primeiro capítulo para se entender como ocorre a construção das identidades dos indivíduos e como esses são reconhecidos pela sociedade. Nessa perspectiva, são abordados os elementos que influenciam a formação de identidades, tais como fatores sociais e culturais. Assim, a identidade depende da diferença e do reconhecimento social para que seja efetivamente respeitada e considerada.

e adentra ao contexto individual (HONNETH, 2009).

Para Honneth, as injustiças sofridas, sejam elas advindas de questões sociais, de gênero, étnicas, culturais ou religiosas, não se constituem injustiças resultantes de falta de redistribuição, e sim, da falta de reconhecimento: “[...] las injusticias distributivas deben entenderse como la expresión institucional de la falta de respeto social o, mejor dicho, de unas relaciones injustificadas de reconocimiento (HONNETH *In* FRASER; HONNETH, 2006, p. 92). Honneth defende a política da identidade ao mencionar que determinados grupos sociais, como das mulheres e dos homossexuais, por exemplo, lutam constantemente por reconhecimento social, sendo que referidos grupos sociais lutam por independência e buscam ser interpretados pela sociedade de maneira que sejam compreendidos na sua essencialidade, sem serem excluídos e distinguidos com desprezo (HONNETH *In* FRASER; HONNETH, 2006, p. 128).

Cabe ressaltar a importância que o reconhecimento dispõe sobre a identidade e também à hibridação cultural, uma vez que, de acordo com Honneth “[...] o ser humano se deve de maneira subterrânea a padrões de assentimento ou reconhecimento [...]”. A identidade, segundo o referido autor, somente se constitui pelo reconhecimento social, tanto que, sem esse, inexistente. Portanto, a identidade depende do reconhecimento do *outro* para que possa ser digna de respeito diante das diversas identidades existentes (HONNETH, 2009, p. 213). Assim, o autor pondera sobre a necessidade do reconhecimento recíproco. Diante disso, dispõe que “[...] a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco, porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber [...]”. O sujeito reconhece a própria identidade do seu ser, a partir do reconhecimento que é dispendido pelo outro, como também na troca relacional que ocorre quando o respeito é atingido como forma de considerar as várias identidades distintas (HONNETH, 2009, p. 155).

Tem-se, pois, que enquanto para Honneth o não reconhecimento objetiva violação ou desrespeito da identidade do sujeito, para Fraser, o não reconhecimento identitário gera apenas uma forma de sujeição desse sujeito ou grupo de sujeitos aos demais membros da sociedade, que constitui diferenciação em relação àquele/es que não foram reconhecidos socialmente (MATTOS, 2004, p. 150). Honneth menciona que Fraser pode equivocar-se ao dispor como ideia central de que o sujeito atingira equidade social somente se reduzir ou acabar com as desigualdades econômicas e culturais, porque nem todas as pessoas apresentam como base do não reconhecimento questões econômicas. O autor concorda com Fraser que, para que a pessoa possa viver com igualdade em sociedade necessita participar da sociedade com igualdade. Ao mesmo tempo, o autor discorda do meio pelo qual Fraser atesta como deve ocorrer essa justiça social, pela igualdade, ao passo que, quando a autora menciona que tanto a redistribuição econômica, quanto o reconhecimento cultural servem como meios para que o sujeito possa alcançar participação ativa em sociedade, Honneth dispõe que isso é apenas um meio para que possa atingir a igualdade, mas não o reconhecimento, uma vez que, para que haja reconhecimento, é preciso haver

reciprocidade (HONNETH, 2009, p. 137-138).

Ainda, enquanto Honneth se preocupa com o reconhecimento mútuo, Fraser menciona a igualdade de participação social disponibilizada pelo Estado através da redistribuição econômica e de políticas públicas. Porém, para Honneth, o reconhecimento de si próprio como sujeito e o reconhecimento do *outro* se daria antes mesmo de se falar em participação igualitária, sendo que o conflito impulsionaria as pessoas na busca por reconhecimento social. Aqui se percebe que Fraser preocupa-se mais com o sentido coletivo do reconhecimento, ao passo que Honneth se volta mais para uma tomada de consciência individual de que se é, para então reconhecer o *outro*.

Trazendo essas teorias ao contexto do multiculturalismo, as lutas por reconhecimento são valoradas como um aspecto construtivo das diferenças, já que as leis prescrevem aspectos igualitários na sua construção normativa em uma sociedade constituída pela diferença e desigualdade, tanto social quanto racial, como de gênero e econômica (LUCAS; OBERTO, 2010, p. 35). Constante o exposto, é inegável a existência da alteridade que ofereça reavaliações e rediscussões sobre o reconhecimento das diversas identidades que fazem parte da sociedade global e multicultural independente de aspectos identitários ou redistributivos analisados isoladamente. O que se percebe, então, é que a redistribuição econômica busca uma maior igualização das pessoas dentro do Estado, propondo o fim de ações econômicas que diferenciam grupos de pessoas, enquanto o reconhecimento identitário busca valorizar e evidenciar a diferença entre as pessoas. O dilema se encontra no fato de que, enquanto a redistribuição tende a criar a homogeneização entre grupos que detêm situações econômicas diferenciadas, o reconhecimento identitário faz um movimento contrário, ou seja, apregoa a necessidade de diferenciar as pessoas.

Em que pesem as teorias serem bem fundamentadas pelos autores, ambos realizam um constante debate entre si, demonstrando algumas fragilidades e discordâncias sobre as teorias. Porém, é preciso ter presente o que foi apregoadado no início dessa seção: ambas as teorias buscam teorizar sobre a promoção da justiça, porém de formas diferenciadas, ou seja, com pontos de partidas diferenciados, vislumbradas como complementárias. Não existe apenas o problema da má distribuição econômica que gera desigualdade e exclusão, há também o problema do não reconhecimento identitário, a exemplo do que ocorre com os imigrantes, que, muitas vezes, perpassa a questão econômica e se direciona somente a questões identitárias. Por isso, tanto a teoria de Fraser, quanto a teoria de Honneth precisam ser analisadas conjuntamente, a fim de se potencializar a efetivação da justiça social, em especial por existirem grupos sociais que sofrem os dois tipos de violação de direitos, como é o caso dos imigrantes haitianos que se deslocam para o Brasil em busca de melhores condições de vida.

Tangencialmente aos novos imigrantes, no caso do Brasil, observa-se que estão sendo adotadas algumas políticas estatais que lhes viabilizem os direitos de cidadania e a dignidade humana, embasado na

Constituição Federal de 1988 que apregoa a dignidade da pessoa humana como um fundamental do Estado, sendo os direitos humanos fundamentais reconhecidos como extraterritoriais, atendendo aos princípios multiculturais de respeito e promoção da diversidade. Já existem ações no sentido de distribuição de renda àquelas minorias desfavorecidas por meio do Programa governamental Bolsa Família, a própria disponibilidade dos poderes estatais e organismos não governamentais em disponibilizar aos imigrantes que ingressarem no país, acolhimento, habitação, alimento e transporte, bem como agenciar empregos. Não se pode olvidar a efetiva contribuição governamental e Organizações não Governamentais (ONGs) em algumas cidades do país, no sentido de prestarem assistência social aos imigrantes por meio do oferecimento de cursos profissionalizantes para inseri-los no mercado de trabalho e garantir que sua força de trabalho seja mais qualificada. Ressalta-se, também, a realização de cursos do idioma português para que consigam compreender e falar a língua pátria brasileira e, dessa forma, ocorrer uma boa comunicação, facilitando a interculturalidade e as relações sociais, bem como aumentando as chances de lograrem postos de empregos. Além disso, existem alguns imigrantes que estão cursando o ensino superior em Universidades, através do Programa Governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o que se demonstra como um avanço a fim de integrar esses sujeitos na sociedade e, ao mesmo tempo, poder gerar autonomia através de *status* social e condições para alcançar melhores condições de vida digna.

Com tais medidas, mesmo que de modo insipiente, pretende-se colocar em prática a reciprocidade no reconhecimento identitário de imigrantes que estão adentrando no país e, de certa forma, encontram-se em situação de injustiça social e efetivar as premissas multiculturais assumidas na Constituição Federal de 1988.

CONCLUSÃO

Apesar de se viver em uma sociedade dita democrática, muito se sabe da dificuldade de determinados grupos sociais encontrarem espaço para serem reconhecidos pelos demais membros da sociedade e pelo Estado. O que se percebe é que existe uma tentativa de fixar as identidades e, ao mesmo tempo, uma disputa de espaço e poder, além do fato de que, o *diferente* tem uma capacidade de desestabilizar. Isso acaba se refletindo não somente no convívio social, mas também no posicionamento do Estado frente às diferenças culturais internas e, também às migrações que chegam ao país.

Como Honneth ponderou, para que haja o reconhecimento identitário, é preciso a reciprocidade, seja ela de terceiros ou do próprio Estado. E esta é uma tarefa difícil, em especial num contexto em que o liberalismo e o capital ditam as regras e se pautam pelo individualismo e o poder. Para os Estados, criar normas e leis baseadas numa igualdade liberal é bem mais fácil do que tratar as diferenças existentes dentro do território e que, pela própria ação dos Estados, aprofundam as desigualdades sociais.

Assim, em uma sociedade multicultural é extremamente complicado e arriscado dizer que é

possível destinar tratamento igualitário para todas as pessoas sob o argumento de que todas são iguais, uma vez que todas sociedades são compostas por inúmeras culturas, modos de vida e tradições que distinguem um grupo de outro, sem contar com a diferença de identidades que existe mesmo dentro desses grupos. Porém, aqui vale salientar que o Estado tem como obrigação atender não somente o princípio da igualdade formal, ou seja, tratar todos igualmente perante a lei, mas principalmente, utilizar-se de leis e políticas públicas para viabilizar o princípio da isonomia ou da igualdade material, que vem ao encontro da proteção e promoção das diferentes identidades e culturas que compõem o Estado. Assim, o Estado precisa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades, a fim de poder garantir as diferenças culturais e, ao mesmo tempo, promover a finalidade do Estado, que é o bem comum (PIOVESAN, 2011, p. 64).

Ocorre que a globalização, ao contrário do que muitas vezes é apregoadado, dedica-se profundamente em romper as fronteiras, porém, com ênfase nos aspectos econômicos, não se ocupando com questões culturais e, muito menos com a igualdade material, proporcionando um aprofundamento das desigualdades sociais. Em que pese, por vezes, os imigrantes serem repudiados por deterem segmentos culturais e identitários distintos, a sociedade como um todo prefere enaltecer a separação dos mesmos em sociedades distintas, do que efetivamente recebê-los e incluí-los de forma que possam viver com dignidade e serem respeitados em suas diferenças, assim como ocorreu com os primeiros imigrantes no país. Porém, é possível destacar que esse fato constitui-se em uma forma errônea de reconhecimento do diferente, ao passo que a diferença deveria ser agregada à sociedade como algo que produz novos olhares a partir de disposições sociais, culturais e étnicas.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O direito na sociedade complexa**. São Paulo, Max Limonad, 2000.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: USP, 2003.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CARDOSO, João Batista. **Hibridismo cultural na América Latina**. Itinerários, Araraquara, n. 27, p. 79-90, jul./dez. 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. v. 2. São Paulo: Paz e terra, 2001.

DAMATTA, Roberto Augusto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco; Revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: UNESP, 2012.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós Socialista. In: SOUZA, Jessé [Org.]. **Democracia Hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. **Revista Lua Nova** 70, p. 101-138. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma concepção Integrada de justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela e PIOVESAN, Flávia [Orgs.]. **Igualdade Diferença e Direitos Humanos**, Lumen Juris, 2008.

FRASER, Nancy. La justicia social em la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento?** Traducción: Pablo Manzano. Madrid: Morata, 2006.

GUTMANN, Amy. Introdução à obra **Multiculturalismo**. In: TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Tradução: Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, Stuart. **Identidade e Diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. [Org.]. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

HONNETH, Axel. Redistribución como reconocimiento. Respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento?** Traducción: Pablo Manzano. Madrid: Morata, 2006.

LUCAS, Douglas Cesar; OBERTO, Leonice Cadore. Redistribuição versus Reconhecimento: Apontamentos sobre o debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth. In: **Direitos Culturais**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado – URI Santo Ângelo. V. 1, n. 1 (dez. 2006). Santo Ângelo: EDIURI, 2010.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Revista Lua Nova**, nº 63, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a06n63>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 4. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIOVESAN, Flavia. Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: Perspectivas Global e Regional. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia. **Igualdade, diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen jûris, 2008.

ROCKEFELLER, Steven C. Comentários. In: TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Tradução: Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. [Org.]. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

STOCHERO, Tahiane; MARCEL, Yuri. **Triplica em 2013 o número de haitianos ilegais que entram pelo acre**. G1. 2013 Disponível em: <<http://g1.globo.com/-ac/acre/noticia/2013/09/triplica-em-2013-numero-de-haitianos-ilegais-que-entram-pelo-acre.html>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

TAYLOR, Charles. A Política do Reconhecimento. In: TAYLOR, Charles. [Org.]. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Tradução: Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TEDESCO, João Carlos. **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais**: paradoxos da alteridade nas migrações internacionais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: Ed. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Chapecó: Argos, 2010.

TOURAINE, Alain. **Iguais e diferentes. Poderemos viver juntos?**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **A Produção da Vida Nua no Patamar de (In)distinção entre Direito e Violência**: a gramática dos imigrantes como “sujeitos de risco” e a necessidade de arrostar a mixofobia por meio da profanação em busca da comunidade que vem. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, UNISINOS, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. [Org.]. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2013.

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A DIDÁTICA DA MATEMÁTICA

Sabrina Gabriela Marholt¹Sabrina Rossato²Sílvia Natália de Mello³

RESUMO

O presente artigo se refere à intervenção de Estágio Supervisionado III, na Modalidade Ensino Médio - Curso Normal, realizado na instituição de ensino Centro Tecnológico Frederico Jorge Logemann. Neste estágio, buscamos compreender os processos de formação inicial de professores na disciplina de Didática da Matemática. Como problematização desta pesquisa, buscamos compreender sobre como trabalhar na formação inicial de professores, mais especificamente na disciplina de didática da matemática. Para conhecer a fundo o ambiente o qual iríamos atuar, fez-se necessário analisar os documentos da escola. A metodologia foi baseada em uma pesquisa ação, pois, a partir dela, podemos ir em busca de melhores resultados em relação à formação de professores. Desta forma, foi desenvolvida a inserção pedagógica, por meio de leituras, análise e discussão de textos referentes à formação de professores. É necessária uma análise crítica com embasamento teórico concordante com a realidade. Nessa perspectiva, a nossa trajetória acadêmica dentro da universidade é um espaço capaz de nos proporcionar a formação à docência, não nos capacitando somente para o caminho da prática, mas também para um caminho metodológico que nos levará à docência de qualidade por meio da pesquisa. Sendo assim, este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões e análises da intervenção realizada no componente de Estágio Supervisionado III – Modalidade Normal, que é de fundamental importância para a nossa formação.

Palavras-Chaves: Formação de Professores. Curso Normal. Didática da Matemática.

1. INTRODUÇÃO

Durante a formação acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia existem várias intervenções pedagógicas; neste semestre realizamos o Estágio Supervisionado III, na modalidade de Curso Normal, o qual aborda a formação inicial de professores no Ensino Médio.

Nós, enquanto acadêmicas de Pedagogia, somos desafiadas a estudar ainda mais. Colocar-se diante de jovens que estão buscando uma formação, preparando-se para serem futuros professores (as).

ABSTRACT

This article refers to the intervention of Supervised Internship III, in the Modality of High School - Normal Course, held at Frederico Jorge Logemann Technological Center. At this internship, we seek to understand the processes of initial teacher training in the Mathematics Didactics course. As a problem of this research, we seek to understand how to work in the initial formation of teachers, more specifically in the didactics of mathematics. In order to know in depth the environment that we would act, it was necessary to analyze the documents of the school. The methodology was based on an action research, since from it we can go in search of better results in relation to the formation of teachers. In this way, the pedagogical insertion was developed, through readings, analysis and discussion of texts referring to teacher training. It is necessary a critical analysis with a theoretical base that agrees with reality. In this perspective, our academic trajectory within the university is a space capable of providing training to teaching, not only enabling us to practice, but also to a methodological path that will lead us to teaching quality through research. Therefore, this article aims to present some reflections and analysis of the intervention performed in the component of Supervised Internship III - Normal Mode, which is of fundamental importance for our training.

Keywords: Teacher Training. Normal Course. Didactics of Mathematics

Esta intervenção foi realizada com a turma do 3º ano do Curso Normal, no período da manhã, no Centro Tecnológico Frederico Jorge Logemann da cidade de Horizontina. A intervenção foi desenvolvida no componente curricular de Didática da Matemática. A turma é composta por oito alunas.

Como problematização desta pesquisa, buscamos compreender sobre como trabalhar na formação inicial de professores, mais especificamente na disciplina de didática da matemática. Também buscamos como iríamos motivar nossas alunas no trabalho docente com a disciplina de matemática, que por muitas vezes surgem inúmeros questionamentos.

Sendo assim, buscamos vivenciar a intervenção

¹Acadêmica de Licenciatura Plena em Pedagogia- SETREM- sabrina.marholt@gmail.com

²Acadêmica de Licenciatura Plena em Pedagogia- SETREM- rossato.sabrina¹⁶@gmail.com

³Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia- SETREM- silvianmello@gmail.com

de estágio, construindo experiências significativas de aprendizagens, possibilitando um entendimento amplo da disciplina de didática da Matemática, interligando teoria e prática.

Para realização da prática pedagógica foi necessário conhecer o campo de estágio e, a partir das observações, analisar os documentos da escola, produzir um projeto de estágio e intervenção, atuar pedagogicamente, elaborar e desenvolver um projeto de oficina pedagógica com a temática voltada a tecnologias na educação, realizando também a socialização com os demais colegas.

Desta forma, compreender os processos da formação docente em uma turma de Ensino Médio - Modalidade Normal, é fundamental para a nossa formação enquanto pedagogas, que se aprenda como se constituir docente perante situações novas do cotidiano escolar, tendo embasamento teórico e orientação pedagógica. Sendo importante destacar que é imprescindível levar em consideração a caminhada pedagógica de cada um, pois aprendemos durante essa socialização.

Para realizar este projeto utilizamos a abordagem qualitativa, segundo Lovato:

A abordagem qualitativa apresenta conclusões descritivas, que não resultam da coleta de dados numéricos e análise estatística. É utilizada para entender mais profundamente um fenômeno, particularmente nas áreas de ciências sociais, quando se desconhece os fatores e variáveis nele envolvidos. (LOVATO, 2013, p.41)

O processo de pesquisa-ação, analisando algumas referências bibliográficas e documentos. Segundo Lovato:

A pesquisa-ação é uma abordagem sistemática que permite encontrar soluções para problemas reais no campo social. A característica que a distingue da pesquisa tradicional é que não procura chegar a uma conclusão que possa ser generalizada, mas é focada em soluções específicas e localizadas. (LOVATO, 2013, p.45)

Utilizamos dessa metodologia, pois, a partir dela, podemos ir em busca de melhores resultados em relação à formação de professores. Desta forma, foi desenvolvida a inserção pedagógica, por meio de leituras, análise e discussão de textos referentes à formação de professores.

2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO, A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A DIDÁTICA DA MATEMÁTICA

O componente curricular de estágio supervisionado é uma atividade prática que possibilita o diálogo crítico e a reflexão entre a realidade e as teorias apresentadas e discutidas em sala de aula.

O estágio é importante na formação inicial de profissionais da educação, pois é durante este momento

que podemos viver a experiência e ao mesmo tempo ter suporte teórico, e ainda contar com a orientação de professores qualificados.

A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, reelaboração dos modelos existentes na prática consagrados como bons. (PIMENTA, 2003, p.85)

Ao nos constituirmos professores, baseamo-nos naqueles que já foram nossos professores, ao observar a sua postura perante a turma, a maneira como se relaciona e sua metodologia ao transmitir o conhecimento.

Porém, não é apenas observando que nos constituímos docentes, precisamos ter um aporte teórico e uma vivência real do cotidiano escolar. É neste aspecto que o estágio se torna importante, pois não se reduz à observação e à imitação. É necessária uma análise crítica, com embasamento teórico concordante com a realidade.

Nessa perspectiva, a universidade é um espaço formativo à docência, não formando somente pelo caminho da prática, mas também por um caminho metodológico que leve à docência de qualidade por meio da pesquisa.

A pesquisa abre um espaço de importância na constituição do professor, na prática de estágio; ela dá o caminho para um professor-reflexivo, o qual tem a oportunidade de vivenciar a prática e procurar os autores, a teoria que embasa o seu trabalho.

A teoria tem o papel de oferecer ao professor subsídios de análise para a compreensão dos contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e profissionais, nos quais transcorrem a sua atividade docente. Com este aporte, o professor é capaz de intervir e transformar as situações cotidianas que ocorrem em sala de aula e ainda o possibilita a uma reflexão e análise crítica da atividade docente.

Um professor reflexivo obtém progresso constante em suas atividades em sala de aula e não para de refletir a partir do momento que consegue entender a sua tarefa. Este professor que reflete, continua progredindo em sua profissão mesmo quando não lhe ocorrem situações de crises e dificuldades. Desta forma, a reflexão se torna a identidade do profissional de educação.

Segundo Perrenoud, (2002, p. 43), "A prática reflexiva é um trabalho que, para se tornar regular, exige uma postura e uma identidade particulares." Um profissional reflexivo não se contenta apenas com o que aprender em sua formação inicial, e nem no que descobriu nos seus primeiros anos de prática. Este profissional está em constante formação, revendo seus objetivos, seus métodos e seus saberes, em um aperfeiçoamento permanente.

Com esta perspectiva entende-se o quão importante é o Estágio Supervisionado para a formação integral de pedagogos, pois é através desta vivência

escolar que se consegue refletir sobre as ligações entre a escola e as teorias pedagógicas estudadas durante a formação acadêmica.

Sendo assim, o Estágio Supervisionado antecede a profissão de ser professor e possibilita compreender a carreira e decidir sobre ela, voltando-se para uma visão ampla do que é ser docente, ao mesmo tempo aprendendo e se descobrindo como futuro professor.

Portanto, é durante o Estágio em que se constrói a identidade profissional do acadêmico, voltando-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica; por isso o estágio deve ser planejado e sistemático, dando condições para a formação profissional.

A didática é fundamental na formação de professores, pois abrange duas dimensões: a teórico-científica e a técnico-prática.

A formação teórico-científica trata da formação acadêmica específica envolvendo conhecimentos das áreas de Filosofia, Sociologia, História da Educação e até mesmo da própria Pedagogia, enquanto que a formação técnico-prática volta-se para formação docente, incluindo a Didática e as metodologias específicas das matérias.

Sendo assim, estas dimensões devem ser articuladas de modo que as disciplinas teórico-científicas, de forma que os estudos específicos sejam relacionados com a formação pedagógica. Assim como as disciplinas de formação técnico-prática não devem reduzir-se ao mero domínio de técnicas e regras, devem abranger também aspectos teóricos.

A formação profissional do professor implica, pois, uma contínua interpenetração entre teoria e prática, a teoria vinculada aos problemas reais postos pela experiência prática e a ação prática orientada teoricamente. (LIBÂNEO, 1994, p. 28)

Nessa perspectiva, a didática se caracteriza como um processo de mediação que envolve os conceitos com bases teórico-científicas da educação escolar, bem como a prática docente, operando como uma ponte entre o “que” e o “como”, no processo escolar.

Portanto, a Didática da Matemática é uma disciplina que abrange conceitos teóricos e práticos, que estudam as relações de ensino e aprendizagem.

A matemática é uma construção histórico-social da humanidade que está presente na maioria das atividades da vida contemporânea. Ela é indispensável para a compreensão das demais áreas do conhecimento humano, o qual tem inúmeras aplicações no mundo do trabalho, auxiliando na formação de capacidades intelectuais do educando.

Desta forma, a didática da matemática deve trabalhar na perspectiva de uma proposta educacional significativa, que explore metodologias que priorize a pesquisa e a construção e reconstrução do conhecimento matemático, que desperte sua curiosidade, estimule a criatividade, o senso crítico e a autonomia.

O Curso Normal é oferecido nas Escolas de Educação Básica, na modalidade de nível médio e de reaproveitamento de estudos. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 do ano de 1996, que regula a Educação Básica, conforme Parágrafo Único:

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 1996)

De acordo com a Resolução CEB/CNE número 2, de 19 de abril de 1999, artigo 1º: o Curso Normal de nível Médio deve formar professores para atuar como docentes da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando as especificidades de cada um dos grupos, as exigências que são próprias às comunidades indígenas e dos portadores de necessidades educativas especiais.

O Curso Normal de nível Médio é orientado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que para o Ensino Médio contempla as seguintes áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas.

Porém, existe uma Diretriz Curricular para o Curso Normal, o qual contempla todas essas áreas do conhecimento e ainda faz referência às disciplinas específicas para a formação de professores.

Por ter um caráter profissionalizante, o Curso Normal requer um ambiente institucional próprio e adequado conforme a sua proposta pedagógica, que conforme a LDEBEN 9394/96, artigo número 13, traz que:

Os docentes serão responsáveis por todas as dimensões escolares, como a elaboração de propostas pedagógicas e plano de trabalho, colaboração com as atividades entre família, escola e comunidade, além de zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo estratégias para aqueles com baixo rendimento na aprendizagem. (BRASIL, 1996)

Sendo assim, a atividade do docente é coletiva e contextualizada em uma gestão pedagógica cujo objetivo é provocar, apoiar e avaliar o processo de aprendizagem dos alunos.

Partindo deste horizonte o Curso Normal deve formar profissionais autônomos e solidários, capaz de solucionar e investigar os problemas que ocorrem no

cotidiano escolar, utilizando-se de conhecimentos específicos e procedimentos adequados. A formação também deve implicar conhecimentos gerados a partir de um modo de refletir sobre a prática que mantém no direito do aluno aprender, no esforço nacional de construção de um projeto de educação escolar de qualidade para o país e, nas regras da convivência democrática, as referências que norteiam permanentemente a ação pedagógica.

Portanto, as diretrizes curriculares para o curso Normal em nível médio deverão ser inspiradas nos princípios éticos, políticos e estéticos.

As diversas discussões que surgiram no espaço de formação de professores apontam para um novo paradigma que fixa o Estágio Supervisionado no centro dos debates referentes à formação de professores, no qual os saberes oriundos desta profissão se constroem através dos estágios visando à superação da dicotomia existente entre teoria e prática. Considerando que no Estágio Supervisionado os conhecimentos são refletidos, analisados para, no final, se necessário, serem reformulados.

A pedagogia é uma ciência que tem como um de seus objetivos trabalhar com o intuito de ação coletiva, considerando diferentes dimensões da sociedade, para que ocorra a construção da identidade de todos os envolvidos neste processo de ensino/aprendizagem. Por este motivo, a importância de refletir de forma crítica quanto aos conteúdos estudados no decorrer do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, se poderão realmente nos auxiliar em nossa prática pedagógica, assim como na transformação da sociedade.

Neste contexto, segundo Libâneo (2005), a Pedagogia apresenta-se como “um campo de conhecimentos que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade”, estando atrelada com a formação dos indivíduos e suas intenções, tendo em vista prepará-lo para a vida social e cumprir seu papel para melhorar a educação em sociedade.

A Pedagogia é concebida como um campo do conhecimento que se ocupa do estudo da educação, do ato e da prática educativa, como parte da atividade humana, e diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, permeando toda a prática docente dos profissionais da educação.

É necessário salientar, ainda, que a Pedagogia não pode ser reduzida ao ensino e nem somente às metodologias; é importante entendê-la como processo social sendo um conjunto de diversas aprendizagens e práticas que permeiam a sociedade, devendo ser observada e valorizada.

3. RELATOS DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Este relato tem como objetivo apresentar algumas reflexões e análises da intervenção realizada no componente de Estágio Supervisionado III – Modalidade Normal, que é de fundamental importância para a nossa formação.

A intervenção de Estágio Supervisionado III-

Modalidade Normal, foi realizado na disciplina de Didática da Matemática, com as alunas do terceiro ano, tendo o total de oito alunas. As aulas foram ministradas no período da manhã, sendo duas horas/aula semanais, totalizando ao final do estágio oito horas/aulas. E, ainda como conclusão do estágio, ministramos uma oficina pedagógica de duas horas/aula, para todas as turmas do Curso Normal com o tema Tecnologias na Educação-Realidade Aumentada.

Durante esta prática pedagógica, fomos desafiadas a desenvolver os seguintes conteúdos: Sistema de Numeração Decimal e Romano. Números Ordinais e Operações com Números Naturais.

No decorrer de cada aula, tínhamos que apresentar os principais conceitos de cada conteúdo, construindo um embasamento teórico, relacionando com o cotidiano da sala de aula.

Quando falamos em didática da matemática, primeiramente pensamos em como dar aula, mas só aprendemos vivenciando essa experiência. Partindo disso, buscamos trazer diferentes metodologias de como aprender e ensinar, para que facilitasse a compreensão de todo o processo de construção da aprendizagem.

Para conseguir atender a proposta do estágio foi necessário aprimorar os nossos conhecimentos através de leituras, pesquisas, tardes de estudos e muito empenho.

A nossa principal referência de estudo foi o Caderno 3: Construção do Sistema de Numeração Decimal do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, do ano de 2014. Com o uso deste material, tivemos mais clareza quanto ao método mais eficiente de como ensinar as meninas, para que não ficassem com dúvidas ao ensinar os seus alunos.

Para que a aprendizagem fosse significativa para as normalistas, baseamo-nos no uso de materiais concretos durante a aula; entre eles, material dourado, palitos de picolé, fichas escalonadas, jogo Ponto de Ônibus, Nunca Dez, Jogo das Mãos e Tabela de Classes e Ordens. Além desses materiais, também utilizamos como recurso vídeos e textos, tornando uma sala de aula híbrida.

No que se refere à turma na qual o estágio foi desenvolvido, fomos bem recebidas desde nosso primeiro encontro, durante o período de observação. No decorrer das aulas, sempre fomos bem acolhidas pelas alunas e pela professora regente, podendo realizar a nossa proposta com a participação e envolvimento da turma e questionando quando necessário.

Ao final da intervenção pedagógica de estágio, realizamos a Oficina Pedagógica para todas as turmas do Curso Normal, de 1º ao 3º ano, totalizando trinta e duas alunas.

4. OFICINA PEDAGÓGICA: TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Esta oficina teve como tema a Tecnologia na Educação, especificamente com o uso da Realidade Aumentada em sala de aula. Para dar início à oficina,

realizamos uma breve apresentação sobre as Tendências e Desafios do uso de tecnologias. Ressaltamos a importância do professor ver o uso das tecnologias como uma aliada no processo de aprendizagem.

Nas últimas décadas estamos presenciando uma explosão tecnológica, o qual vem mudando a maneira de viver em sociedade. Essas transformações estão marcadas pelo grande avanço da tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática, a qual passou a ser um instrumento de trabalho e uma fonte metodológica para ensino.

A tecnologia está presente em todas as situações do cotidiano, inclusive dentro da sala de aula. É extremamente notório que esta vem influenciando cada vez mais o comportamento de crianças e jovens em idade escolar.

Com a chegada da *Internet* e *smartphones* com acesso a ela, a sociedade contemporânea vive conectada à mídia, recebendo e repassando informações com velocidade hábil, criando uma nova forma de comunicação através dos ambientes virtuais.

Porém, não foi apenas no âmbito da comunicação que a *Internet* se tornou importante, mas também na relação professor-aluno em sala de aula. Com o avanço da *Internet* e do celular, o aluno torna-se autônomo e independente, podendo ter acesso a qualquer informação em qualquer momento.

“Os avanços tecnológicos tornaram mais visíveis as possibilidades de desenvolvimento de outras atividades de ensino e aprendizagem”. (MUGNOL, 2009). Com isso, favoreceu-se a criação de novas metodologias de ensino fazendo uso destas tecnologias disponíveis.

Sabemos que um dos objetivos da educação é desenvolver a capacidade de tomar decisões conscientes, formar o cidadão para a sociedade, tornando-o mais crítico sobre assuntos do cotidiano. Perante a este contexto globalizado e cada vez mais automatizado, é importante destacar a tecnologia da informação voltada para a educação, a qual vem ganhando espaço na realidade educacional.

A tecnologia está mudando a educação, não apenas na organização, escolha e disponibilidade dos conteúdos, mas também na distribuição. Isso obriga instituições de ensino a se adaptarem ou irão fracassar nos novos conceitos da sociedade digital. (FAVA, 2012)

A partir desta oficina, evidenciamos a necessidade do professor estar em constante aprimoramento da utilização das tecnologias em sala de aula, tornando a aprendizagem de seus alunos mais significativa e interessante e transformando o ambiente da sala em um ambiente híbrido, em que os alunos se tornam agentes de seus aprendizados.

O professor precisa mudar a sua postura pedagógica diante desse contexto, principalmente no que diz respeito à construção do conhecimento e democratização do conhecimento, é necessário que ele domine o uso da

máquina e também a sua utilização pedagógica. (POCHO, 2003)

Assim, apresenta-se a necessidade de repensar as formas de ensino para que assegure a aprendizagem dos alunos. Este repensar perpassa inclusive pela formação inicial e continuada do professor. Considerando que as tecnologias digitais têm provocado mudanças na sociedade de modo geral, a escola deve considerar essa necessidade para atender às demandas atuais.

Porém, mesmo com todos os recursos tecnológicos disponíveis, o professor continua sendo a peça principal, assumindo ainda mais o seu papel de mediador, buscando sempre novas informações, estando sempre atualizado para melhor orientar seu aluno.

Um exemplo de como o professor pode orientar seu aluno para que se torne um agente do seu aprendizado é tornar a sala de aula em um ambiente híbrido, o qual refere-se a todos os recursos utilizados em sala de aula, sendo eles tecnológicos ou não; como exemplo, podemos citar jogos, vídeos, computador, celular, tudo aquilo que foge da tradicional composição de lousa e caderno.

Um recurso híbrido que apresentamos para as meninas, no decorrer da oficina, foi a pirâmide de realidade aumentada, que consiste em uma projeção de imagem em três dimensões. Esta projeção pode ser realizada com o uso de dispositivos de imagens, quanto maior a tela e a pirâmide maior a projeção. Na oficina utilizamos a pirâmide proporcional à tela do *smartphone*.

A Realidade Aumentada trata de um recurso que possibilita a interação entre o mundo real e o virtual; ou seja, é uma interação entre professores e alunos, com objetos 3D, criados em computador ou no próprio celular.

[...] realidade aumentada pode ser definida como o enriquecimento do mundo real com informações virtuais (imagens dinâmicas, sons espaciais, sensações hápticas) geradas por computador em tempo real e devidamente posicionadas no espaço 3D, percebidas através de dispositivos tecnológicos. (KIRNER, 2011)

Esta tecnologia é encontrada em vários tipos de mídias, como filmes e vídeos, comerciais publicitários e também vem ganhando espaço dentro das escolas, em nossas salas de aula.

Quando falamos em tecnologia em sala de aula, muitas dúvidas surgem, e não seria diferente ao falar da realidade aumentada. Onde podemos usá-la em sala de aula? E como?

A realidade aumentada pode ser usada com todos os conteúdos, fazendo relações com o que está sendo estudado dentro de sala de aula, como por exemplo ao estudar os sólidos geométricos em matemática, ou então ao estudar os animais e o corpo humano em ciências, tornando assim a aprendizagem mais significativa e atraente para crianças e jovens.

Os recursos tecnológicos possuem um grande valor aos discentes, pois quando um computador ou outro dispositivo é inserido dentro de um ambiente escolar, as chances de aumentar a interação e aprendizado entre o conteúdo ensinado e o discente são maiores. (COSTA, OLIVEIRA, 2004).

Na geração atual, é muito comum as crianças que já usam o *smartphone*, sem mesmo estarem alfabetizadas; assim, o professor tem um recurso o qual as crianças já têm domínio do seu funcionamento o que torna mais fácil dar condução à pesquisa em sala de aula e o trabalho com a realidade aumentada.

Para confeccionar a pirâmide utilizamos materiais como lâmina de retroprojeto, fita adesiva transparente, canetinhas e o celular. O primeiro passo era desenhar a pirâmide conforme o molde, que foi entregue para cada aluna, na lâmina de retroprojeto, recortá-la, dobrá-la e após grudá-la com fita.

Por fim, então, com seus *smartphones*, procurar os vídeos no *youtube* com a titulação de Holografia, colocando a pirâmide sobre a tela do celular, e obtendo a projeção em 3D.

Com evolução tecnológica recente, a realidade aumentada tornou-se mais acessível através de *smartphones*, *tablets* e outros dispositivos, os quais temos acesso diário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da intervenção pedagógica, podemos perceber a importância de atuar no Ensino Médio- Modalidade Normal em uma disciplina específica que é necessária para a formação profissional e que irá nos preparar para o cotidiano escolar e, para isso, precisamos estar sempre em busca de novos conhecimentos, acreditando que podemos aprender além do que já obtivemos em nossa trajetória acadêmica.

Durante esta intervenção, podemos compreender o passo a passo da formação inicial de professores, vivenciamos o estágio no cotidiano da escola e da sala de aula, proporcionado um ambiente de troca, em que compartilhamos e ao mesmo tempo construímos o conhecimento. A prática nos proporcionou uma oportunidade única de atuar na disciplina de Didática da Matemática, que por muitas vezes é temida pelos alunos. Porém, tivemos uma grandiosa experiência de como atuar pedagogicamente, perante alunas que futuramente também estarão atuando nesta área, a educação.

Percebemos que o diálogo é fundamental para a construção do conhecimento; sem ele não há trocas entre professor e aluno. O conhecimento que é transmitido através desta troca torna-se significativo. Além do diálogo, o material concreto no ensino da matemática permite que o aluno acompanhe todas as etapas do raciocínio matemático, consolidando o entendimento e facilitando a compreensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Jogos na Alfabetização Matemática**/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. –Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. 1996. **LDB – Lei no 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC.

Centro Tecnológico Frederico Jorge Logemann. **Regimento do CFJL**. Disponível em: http://cfjl.com.br/images/arquivos/20140929_RegimentoCFJL.pdf. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da Resolução de Problemas de Matemática**. São Paulo: Ática, 1997

FAVA, Rui. **O ensino na sociedade digital**. Disponível em: <http://semaesp.org.br/portal/index.php>>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. 1994. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez.

LOVATO, Adalberto. 2013. **Metodologia da Pesquisa**. Três de Maio: SETREM.

KIRNER, C.; KIRNER, T. G.. **Realidade Virtual e Aumentada: Aplicações e Tendências**. Uberlândia: Sbc - Sociedade Brasileira de Computação, 2011. v. 1, p. 10 - 25. Disponível em: http://de.ufpb.br/~labteve/publi/2011_svrps.pdf>. Acesso em: 03 novembro de 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2012.

EDUCAÇÃO INFANTIL: LUGAR DE CRESCER, EXPERIENCIAR E INCLUIR

Giulia Joanessa Wommar Pase¹

RESUMO

Este artigo versa sobre a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil. A educação inclusiva está na realidade das escolas, desde a Educação Infantil chegando ao ensino superior. A necessidade de pensar a inclusão escolar dos alunos com deficiência é o eixo gerador desta construção, de modo a auxiliar no conhecimento teórico sobre a inclusão educacional da criança com deficiência por parte dos educadores e todos os agentes educacionais envolvidos neste processo. Pensar a educação inclusiva no âmbito específico de cada etapa do ensino, na singularidade da criança, no desenvolvimento psicológico infantil e nas mais diferentes concepções teóricas acerca do ensino infantil inclusivo de forma a contribuir para a formação do professor. Também, ao longo do texto, oportunizar analisar a legislação brasileira em torno do sistema educacional inclusivo e pensar na forma prática do fazer pedagógico, pensando na construção do professor enquanto agente mediador e facilitador do processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil e nas demais modalidades de ensino. Também, ao final deste trabalho, pensar soluções através de análises metodológicas para o sucesso da educação inclusiva na Educação Infantil.

Palavras-chave: Infância. Inclusão. Legislação.

ABSTRACT

This article deals with the inclusion of children with disabilities in Preschool Education. Inclusive education is in the reality of schools, from early Preschool education to Higher Education. The need to think about the school inclusion of students with disabilities is the main axis of this construction, in order to help in the theoretical knowledge about the educational inclusion of children with disabilities by the educators and all educational agents involved in this process. To think of inclusive education in the specific scope of each stage of education, in the singularity of the child, in the child's psychological development and in the most different theoretical conceptions about inclusive child teaching in order to contribute to the teacher's education. Also throughout the text, it is opportune to analyze the Brazilian legislation surrounding the inclusive educational system and to think about the practical form of pedagogic doing, thinking about the construction of the teacher as mediator and facilitator of the process of inclusion of children with disabilities in Preschool Education and other modalities education. Also, at the end of this work, think about solutions through methodological analyzes for the success of inclusive education in early childhood education.

Keywords: Childhood. Inclusion. Legislation.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer do dia a dia das salas de aula, na vida escolar das crianças, vemos, cada vez mais, a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino e, pensando nesta perspectiva, fez-se necessário aprofundar um pouco mais os conhecimentos acerca do tema, e através deste conhecimento teórico, ter a oportunidade de auxiliar na formação de educadores inclusivos.

É sabido que a realidade das escolas muitas vezes não permite um estudo maior sobre deficiências, ou mesmo analisar cada caso dos alunos, mas, a partir de análises bibliográficas, oportunizar momentos de reflexão sobre o processo de construção do conhecimento da criança.

Ao final do documento compreender que é

fundamental e necessária a formação docente inclusiva, que atenda às necessidades dos alunos, mas que dê respaldo aos professores. Dessa forma, poder assegurar qualidade da educação aos alunos e também crescimento profissional ao docente.

A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, especificamente na Educação Infantil, é uma realidade em quase todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas. As entidades que ainda resistem à inclusão deverão – sem ressalvas – adaptar-se à realidade educacional que cresce a cada dia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN 1996) é o documento que instituiu, em termos de Brasil, a inclusão de crianças com deficiência na escola regular, sucedida por inúmeras outras leis que garantem o acesso, permanência e qualidade de ensino a este público. Todo educador sabe, na sua formação acadêmica e na sua prática diária da sala de aula, que é

¹Graduada em História (2010), Especialista em Educação Especial Inclusiva (2015), Graduada em Pedagogia (2017). Profissional de Apoio Escolar no Município de Ijuí/RS desde 2010. Contato: giulia_pase@hotmail.com

necessário olhar individualmente para o aluno, compreender suas necessidades, e isso não se resume apenas à Educação Inclusiva.

Segundo a LDB, as escolas que recebem alunos com deficiência têm o dever de garantir uma estrutura que garanta a adaptação plena daquele aluno, atendendo suas necessidades, verificando suas potencialidades e construindo uma pedagogia centrada na criança e em tudo que ela pode desenvolver a partir do contato com o professor e com a classe como um todo. As escolas que abrem suas portas para a Educação Inclusiva devem ter em mente que é necessário incentivar a permanência das famílias dentro do seu contexto, inserindo-as nas atividades, na busca por caminhos e alternativas de trabalho, favorecendo assim todo o processo de inclusão.

Quando pensamos especificamente na Educação Infantil - enfoque deste trabalho - temos que pensar nas relações sociais que ali estão sendo construídas, com o envolvimento das famílias, dos professores e do próprio desenvolver da criança na primeira infância, visto que toda a sua base de relações sociais está surgindo a partir do contexto da escola. Até os seis anos, público alvo da Educação Infantil, as crianças estão em pleno desenvolvimento social, emocional e cognitivo; desse ponto, é indispensável se utilizar de toda essa estrutura do indivíduo para trabalhar a Educação Inclusiva de qualidade, que possa refletir no futuro destas crianças.

Pensando na necessidade de mostrar a importância do incluir já nesses primeiros contatos das crianças com o meio social mais amplo (além da família, sua primeira base social), a Educação Infantil é a porta de acesso da Educação Inclusiva de qualidade, que seja centrada nas necessidades da criança e em tudo que a própria diretriz curricular desta modalidade pode oferecer. Este artigo surge da necessidade do educador compreender a importância desta etapa na educação de uma criança com deficiência, seja ela motora, física, visual, intelectual, auditiva ou quaisquer outros transtornos do desenvolvimento.

Dar o enfoque correto e perceber a responsabilidade que o professor formador da Educação Infantil possui, é criar condições para que este educador perceba a sua importância e a sua necessidade de contribuição para a vida social de todos os alunos, sem exceção. A partir de leituras e análises é possível traçar metas, objetivos e sensibilizar o educador infantil quanto a todos os caminhos que ele pode abrir na educação de uma criança.

2. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO NA INFÂNCIA

2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil há muito tempo vem sendo pensada de forma diferenciada, considerando e reconhecendo a criança enquanto sujeito de direitos, proporcionando grandes avanços no que se refere ao atendimento das escolas e instituições de Educação Infantil. Das creches que se resumiam ao cuidar e assistir, a escola infantil passou ao educar e contribuir

para o desenvolvimento intelectual daqueles sujeitos; dessa forma, "A consciência social sobre a importância da infância, construída a partir da modernidade, deslocou gradativamente a percepção de criança pequena do lugar irracional para o status de aprendiz, de sujeito ativo e participante." (SMED IJUÍ, 2014, p. 12).

Dentro desta perspectiva, da criança como sujeito atuante, participativo e dinâmico no processo de construção humano e social, também percebemos as mudanças acarretadas nos últimos anos para as pessoas com deficiência, principalmente em decorrência de novas leis educacionais que modificaram o conceito de deficiência e, cada vez mais, insere o conceito e a necessidade de efetivação do processo inclusivo em todos os âmbitos da sociedade.

Assim, deficiência, nos termos mais recentes da legislação brasileira:

Pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Lei Brasileira da Inclusão, in MEC, 2015, p.04).

Neste sentido, a pessoa com deficiência – termo correto a se utilizar – pode ser compreendida como qualquer pessoa que tem suas necessidades, habilidades ou mobilidades reduzidas ou inexistentes, que a impedem de participar efetivamente da sociedade como a conhecemos nos seus moldes mais simplórios e primitivos. Assim, pensar na evolução da educação escolar em relação às pessoas com deficiência hoje, é pensar em uma nova sociedade que emerge e que está sendo transformada a cada dia.

Quando pensamos nas pessoas com deficiência e na educação inclusiva em si, temos por norte:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Lei Brasileira da Inclusão in MEC, 2015, p.02).

A educação através da perspectiva inclusiva é um direito assegurado em lei, e também uma necessidade social urgente, visto que não é só cumprir o que nos diz a legislação, e sim requer uma mudança conceitual cultural. Assim, na escola, a educação inclusiva desde a Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento integral do ser humano, seja ele com deficiência ou não.

A Educação Inclusiva requer muita sensibilidade por parte do educador e, por vezes, esse sentimento é essencial quando pensamos no sucesso da inclusão de alunos com deficiência na sala de aula da Educação

Infantil. Porém, utilizar-se de artifícios morais e valores pessoais por vezes não garante que o professor realmente efetive a inclusão na sua sala de aula. Para isso, é necessário muito estudo e pesquisa para que haja embasamento no que se diz, pois, o conhecimento teórico e prático é indissolúvel, precisam caminhar juntos quando falamos da formação de uma criança, principalmente.

Dessa forma, podemos encontrar nas palavras da autora Maria Teresa Égler Mantoan, em uma carta aberta aos Senadores da República, “A reviravolta educacional que propomos por meio da inclusão tem como eixos o convívio, o reconhecimento e o questionamento da diferença e a aprendizagem como experiência relacional, participativa e significativa para o aluno.” (MANTOAN, 2013, p.02).

Através das palavras da autora, podemos analisar o momento educacional em que vivemos – que não é de hoje – percebemos a necessidade de mudanças drásticas, principalmente na relação professor *versus* aluno, que requer novas práticas e novas formas de organização da aula. Aproveitando esse momento de ressignificação, o professor precisa entender os alunos que estão em suas salas de aula e que, como nunca, são diferentes uns dos outros, mas todos têm o direito de estar ali e receber, de forma igualitária, a educação formal e social a que a escola se propõe.

Ainda, segundo a autora, renomada no meio educacional a favor da escola inclusiva:

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, in REVISTA NOVA ESCOLA, 2014, p.01).

Percebemos que incluir é mais que garantir e efetivar a matrícula da criança com deficiência na Educação Infantil. Incluir é dar a ela a oportunidade e a possibilidade de aprender tudo que é ensinado à turma, reconhecendo suas potencialidades e, a partir delas, criar condições para o aprendizado. Faz-se necessária uma mudança postural, principalmente por parte do professor, para que ele compreenda que a permanência dessa criança na mesma sala de aula que os demais não seja incluir, vai muito além do espaço físico, é algo pedagógico, social e, principalmente, emocional.

Na Educação Infantil, podemos falar com mais clareza a partir dos três anos de idade, em que a formação da criança, sua percepção de identidade e de pertencimento ao grupo começam a aparecer e, o que é diferente, pode ser prejudicial ou negligenciado. Assim, entra a figura do professor inclusivo, que necessita trabalhar a diferença e a diversidade na formação

daqueles alunos. É o que nos diz o autor Henri Wallon, no seu livro *A evolução psicológica da criança*, “O ambiente social da criança co-determina a sua existência e fornece o primeiro meio de satisfação das suas necessidades.” (WALLON, 2007, p.33).

A escola, nesse sentido, é para a criança, o local em que suas necessidades serão satisfeitas; cabe ao professor iniciar esse processo de mudança frente ao egocentrismo da primeira infância e, dentro deste contexto, conduzir as mais diversas situações da sala de aula para trabalhar a inclusão, que precisa ser trabalhada diariamente, em todos os momentos da aula. Incluir, na visão da criança, segundo o autor, é algo construído, assim como o excluir, que vem através do exemplo.

Para justificarmos os avanços da inclusão na etapa da Educação Infantil, temos de pensar também nas mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos na proposta curricular da Educação Infantil. A criança não é mais pensada como um ser sem conhecimento, sem condições de produção intelectual, assim como a escola infantil perdeu o caráter apenas assistencialista:

A educação infantil deve constituir-se em um espaço onde a criança possa ter acesso a diferentes experiências socioculturais, por meio das quais amplia o desenvolvimento da sua capacidade de expressão, de pensamento, interação, comunicação. Não sendo mais vista a educação infantil apenas, como um período de recreação, cuidado e preparo para as etapas futuras, caracterizando-se como espaço/tempo de vivências do respeito e da consideração pelas diferenças individuais, culturais e sociais. (SMED IJUÍ, 2014, p.22).

Quando entendemos a importância da Educação Infantil na formação do ser humano, pensamos também na necessidade do trabalho com a diversidade; da construção da identidade e do reconhecimento do outro como semelhante e também nos primeiros momentos de vivência da sociedade que queremos construir, mais justa, igualitária e inclusiva. O pensar na Educação Infantil como um dos momentos mais importantes na formação do sujeito é entender que a formação social começa a partir dos primeiros contatos com o outro. Para a criança com deficiência não é diferente. Todas essas questões se valem para estas, que também estão iniciando seus conceitos e vivências com o outro e, na visão destes, também ver o outro com o olhar singular:

Estudar na rede de ensino regular possibilita ao aluno com necessidades educacionais especiais acesso aos elementos necessários para construir uma representação de mundo que lhe permita transformar-se num adulto autônomo e participativo. Tanto na família como na escola, ele pode experimentar o pertencimento e a diferenciação. Pertencimento, por conviver com um grupo e se perceber semelhante. Diferenciação, por ser único, não por sua deficiência, mas por sua singularidade. (CASARIN, in NOVA ESCOLA, 2014, p.02).

Pensando na perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Infantil, compreendemos a importância desta no desenvolvimento da criança com deficiência. Enxergar o semelhante e compreender-se como parte do grupo e reconhecer-se como pertencente é essencial para o desenvolvimento deste aluno em todos os sentidos.

Assim, não é apenas conviver, ver e ser visto. Os benefícios da Educação Inclusiva para uma criança que está se formando e se reconhecendo enquanto cidadão trazem benefícios imensuráveis para a pessoa em formação. Assim, através das palavras da autora, podemos refletir quanto ao dia a dia de uma escola infantil, em que essa criança poderá, através do exemplo, alimentar-se sozinha, ir ao banheiro, ter acesso ao conhecimento científico, ao reconhecimento da sua figura e também aos inúmeros conceitos e vivências da vida diária.

É com este olhar inclusivo que o professor assume o seu papel de mediador de conhecimento e de formador de cidadãos e não apenas um mero reproduzidor de conceitos imutáveis e empoeirados. O professor inclusivo também ganha quando efetiva a sua prática:

As crianças com deficiência não se reduzem a um diagnóstico. As que têm síndrome de Down não são iguais nem parecidas. Também aquelas com autismo são diferentes entre si - e isso vale para qualquer outro transtorno ou síndrome. Os pais sabem disso. As informações científicas são pertinentes para ampliar a compreensão da criança, não para rotulá-la. A busca do professor por informações sobre transtornos e síndromes é, sem dúvida, importante. Mas, para compreender o estudante em si mesmo, é preciso recorrer à família. Só ela pode revelar com clareza a criança em sua subjetividade e particularidade. Por isso, a relação com ela deve ser valorizada. (CASARIN, in NOVA ESCOLA, 2014, p.02).

Quando pensamos na Educação Inclusiva e o professor remete à sua formação - ou a falta dela - precisa ter em mente a necessidade do enfoque no olhar singular de cada indivíduo, como nos diz Sônia Casarin. Conhecer diagnósticos, laudos médicos e exames é importante para levar certas questões práticas em consideração, mas está longe de oferecer a melhor proposta para a criança.

Quando a relação entre escola e família é priorizada, os caminhos ficam mais abertos, pois há um trabalho em conjunto. Conhecer o aluno é muito mais fácil quando temos a família como aliada nesse processo. Assim, o contato e o convívio dela na sala de aula são benéficos e sabemos que isso não se resume apenas à Educação Inclusiva.

Através do laudo, do diagnóstico, podemos, por exemplo, saber que o aluno que tem Autismo pode não gostar de ficar no meio do barulho ou de uma apresentação de final de ano. Mas talvez essa não seja a regra. Se conhecermos bem o nosso aluno, podemos perceber, no seu comportamento no dia a dia, que pode

ser sim que ele consiga cantar uma música. É a necessidade do olhar individual que precisa mais uma vez ser exaltado.

Ter como base a Educação Inclusiva na Educação Infantil é abrir possibilidades que podem ser refletidas ao longo de toda a vida das crianças, com deficiência ou não. As inúmeras possibilidades do construir sejam eles relacionamentos, conhecimento ou afetividade são incontáveis nesta etapa:

Pensar a inclusão na educação infantil é entender a relevância deste processo, pois é nesta etapa que se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral da criança. Nesta fase, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza dos estímulos nos aspectos físicos, emocional, cognitivo, psicomotor e social e a convivência favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (SMED IJUÍ, 2014, p.80).

Para o educador, ter a oportunidade de aliar a construção do conhecimento do aluno por parte das relações sociais, do seu desenvolvimento intelectual e suas relações afetivas é de grande valia. As construções que ocorrem na Educação Infantil de um todo, são inclusivas, pois há lugares para todos e todos estão interagindo.

2.2. LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSIVA

Também temos que pensar no incluir a partir da legislação que a assegura, inicialmente oferecida através da Declaração de Salamanca, datada do ano de 1994. Ali estão os primeiros rascunhos sobre a legislação completa que temos hoje, em termos educacionais. Diz-nos a Declaração de Salamanca, "... aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades." (ONU, 1994, p.01).

De acordo com este trecho, a inclusão não se baseia em adaptar o aluno ao conteúdo da sala de aula, mas sim adaptar a sala de aula para atender este aluno. Estes primeiros conceitos construídos para a educação inclusiva foram sucedidos por muitos outros, até a legislação educacional que temos hoje. Assim, podemos citar também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do ano de 1996, que sofreu alterações ao longo dos anos para melhor garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência na escola infantil ou de demais modalidades de ensino.

Outro documento que assegurou mudanças no que tange à Educação Inclusiva é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que organizou métodos e itens necessários a serem implementados para garantir o pleno acesso à educação, desde a Educação Infantil. Dessa forma:

O movimento mundial pela educação

inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (MEC, 2008, p.02)

Compreendemos que é através de muitas modificações legais e estruturais que se pode garantir a educação inclusiva de qualidade, desde a Educação Infantil e que pudesse alcançar os níveis da educação superior. Cada uma destas modificações são maneiras de encontrar alternativas assegurando que a inclusão aconteça de forma efetiva e que não fique apenas no papel.

Atualmente, contamos também com a nova Lei Brasileira da Inclusão (LBI), que entrou em vigor no ano de 2015, mas que já passa por modificações no Senado Federal. A conhecida LBI fornece todos os instrumentos legais sobre o processo de inclusão na educação brasileira e ficou como documento norteador da Inclusão, seja ela na escola, no meio trabalhista ou social, e também é essencial para englobar todo o processo de inclusão na Educação Infantil.

A Lei Brasileira da Inclusão também fala na possibilidade dos profissionais de apoio na escola infantil inclusiva. Na lei, este profissional é contratado para auxiliar a criança, zelar por sua segurança e bem-estar no estabelecimento escolar, além de ser responsável pela locomoção, higiene e alimentação do aluno que não tiver autonomia para tanto.

Também através da LBI podemos citar, dentre outros avanços alcançados na Educação Inclusiva, a oferta do Atendimento Educacional Especializado, em contra turno da sala de aula regular, que possa garantir métodos e formas alternativas de desenvolver habilidades do aluno com deficiência, garantindo-lhe sucesso no trabalho da sala de aula:

Um serviço da educação especial desenvolvido na rede regular de ensino que organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (SMED IJUÍ, 2014, p.81).

Assim, o AEE é uma possibilidade de garantir qualidade no trabalho oferecido na escola regular, seja ela infantil ou não. É neste espaço, com o professor especializado, que alguns conceitos são construídos, além da adaptação de materiais e formas de comunicação ou acessibilidade. Na Educação Infantil, o AEE é oferecido segundo a demanda da escola, por não se tratar de um atendimento obrigatório. Cabe aos pais a

decisão ou não da frequência no Atendimento.

Se pensarmos em termos de estimulação, seria essencial que toda criança com deficiência, transtornos ou altas habilidades pudesse ter acesso ao AEE desde a sua primeira infância, o que ocorre apenas em alguns casos. A rede de ensino prioriza o Atendimento apenas a partir dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, quando as discrepâncias educacionais são maiores e a necessidade de adaptações fica mais evidente, principalmente pelo caráter conteudista que possui.

Segundo o Ministério da Educação:

O professor de AEE é imprescindível para a realização e a conquista da inclusão dos alunos deficientes, matriculados nas escolas regulares do nosso país. Ele embasa seu trabalho na aprendizagem do aluno e está centrado na resolução dos problemas que limitam a aprendizagem do aluno. Busca parcerias com os demais professores e profissionais que atendem os alunos que são acompanhados nas Salas de Recursos Multifuncionais. Nas escolas onde há Sala de Recursos Multifuncional as barreiras estão presentes também, mas os professores do AEE buscam soluções que resolverão ou amenizarão os problemas enfrentados pelos alunos, público alvo da Educação Especial. (MEC, in AEE Inclusão Real, 2013, p.11).

A partir deste pressuposto, pensar na parceria que o educador da sala de aula regular pode firmar com o professor do Atendimento Educacional Especializado é um dos caminhos para a inclusão na prática. Quando todos os profissionais envolvidos com a criança ou com o processo de educação se juntam, as respostas chegam com maior velocidade e com mais clareza.

A proposta curricular da Educação Infantil, sob o viés inclusivo, faz pensar no conjunto de práticas que buscam articular as experiências e saberes da criança com os conhecimentos que fazem parte de toda a gama de apreensões de significados dentro do desenvolvimento da criança de zero a seis anos. Dessa forma, sob a visão legal, em termos da Educação Infantil Inclusiva:

Propõe-se que o currículo na Educação Infantil, tanto em turmas de creche quanto de pré-escola sejam organizadas a partir dos seguintes eixos: Identidade e Autonomia, Movimento, Linguagem Oral e Escrita, Arte, Linguagem Matemática, Ambiente Natural e Sociocultural. Destaca-se que cada eixo contempla conceitos e objetivos definidos para cada faixa etária das crianças: Berçário (0 a 2 anos), Maternal (2 a 3 anos) e Pré-Escola (4 a 5 anos). (SMED IJUÍ, 2014, p.34).

Sendo assim, entendemos que a própria legislação que está acerca da proposta de trabalho da Educação Infantil já contempla as necessidades básicas de todos os educandos em formação, assim como para os que possuem alguma deficiência. Esse eixo metodológico curricular garante a construção do

conhecimento científico e da experiência, fundamentais no desenvolvimento do ser humano social.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

A proposta do Ministério da Educação para a Educação Inclusiva, no âmbito da Educação Infantil, diz que é fundamental incluir a criança com deficiência desde cedo na escola infantil, para que possa auxiliar no desenvolvimento social e cognitivo favorecendo a estimulação, essencial nesta faixa etária, até os seis anos de idade e que, por muitas vezes, precisa ser trabalhada por toda a vida daquele indivíduo, como está no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

Constitui-se em um conjunto de referências e orientações didáticas, trazendo como eixo do trabalho pedagógico o brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma. Isso significa assegurar o atendimento às necessidades básicas de desenvolvimento sócio afetivo, físico, intelectual e, ao mesmo tempo, garantir o avanço na construção do conhecimento, mediante procedimentos didáticos e estratégias metodológicas adequadas às necessidades de todas as crianças. (MEC, 2007, p.22).

Sendo assim, compreendemos a Educação Infantil como proposta abrangente de toda a práxis da construção do conhecimento, científico e social. A criança é um sujeito do processo de construção, histórico e de direitos, que se desenvolve nas suas interações e experiências com o outro.

A Educação Infantil, por sua vez, constitui-se de um espaço de escuta e respeito à criança em relação a suas diferenças e singularidades. É necessário garantir o seu bem estar, pelo seu modo de ser e ver o mundo, acolhendo a todas sem discriminação. Cabe ao professor da Educação Infantil auxiliar no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, através do lúdico, da sua construção de representação do mundo, do seu universo simbólico, de suas descobertas, interações e experiências.

O cuidar, na Educação Infantil, é muito mais que atender às necessidades básicas da criança:

Assim, "educar" significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. "Cuidar" significa ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a desenvolver capacidades (MEC in BRASIL, 1998, p.23-24).

A Educação Infantil consiste em espaços amplos de troca, de relações sociais e mútuas de aprendizado, de convivência e de desenvolvimento integral do ser humano, em todas as relações que possa desenvolver por toda a sua vida. Pensar na criança enquanto cidadão em formação é princípio básico do trabalho na Educação Infantil.

Dessa forma, pensamos no desafio que o professor da Educação Infantil tem no processo de desenvolvimento da criança:

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. (MEC in BRASIL, 1998, p. 22).

Percebemos, então, que a proposta da Educação Infantil é inteiramente inclusiva, e não falamos apenas em crianças com deficiência. Toda criança precisa ser e estar incluída na Educação Infantil desenvolvendo suas capacidades, potencialidades e superando suas dificuldades. O grande desafio é atender às necessidades de cada criança, voltando à prática pedagógica para o desenvolvimento humano, cognitivo e psicológico.

Sendo assim, pensando no desenvolvimento infantil até os seis anos de idade, podemos citar a importância do brincar para a criança e para seu pleno desenvolvimento:

Se entendermos que a infância é um período em que o ser humano está se constituindo culturalmente, a brincadeira assume importância fundamental como forma de participação social e como atividade que possibilita a apropriação, a ressignificação e a reelaboração da cultura pelas crianças. (MEC in Revista Criança, 2007, p.12).

A brincadeira, nessa fase, caracteriza-se por reproduzir aquilo que se vive e aprender a interagir na sociedade como um todo. Desse modo, a criança reproduz e cria novas formas de interação com o outro, e se constitui enquanto cidadã.

A necessidade do brincar é justificada, pois todo o desenvolvimento se baseia, principalmente, no princípio da interação com o outro e nas vivências que ocorrem na brincadeira. Pensando assim, podemos compreender que possibilitar a construção do convívio coletivo e da aprendizagem em si, acontece de forma mais significativa para a criança quando envolve o seu processo de criação e apropriação do lúdico.

Sobre a importância do brincar, também podemos pensar na construção e interação social e cultural que acontece através das manifestações dos costumes da criança no momento da brincadeira:

As atividades lúdicas infantis – brincadeiras, produções plásticas, expressões corporais – caracterizam as diversas culturas com os seus saberes, suas crenças, seus conteúdos e valores, e levam a marca, a influência de todo o entorno familiar, social, midiático e mercadológico. Essas representações e seus simbolismos têm vida própria e “dizem” da criança, do seu redor, das suas emoções, das suas crenças, da sua realidade. (FRIEDMANN, 2012, p.23).

Desse modo, conhecemos a criança através de suas manifestações durante o brincar e o desenvolver da sua ludicidade. As crianças com deficiência não fogem a esta regra, pois também são sujeitos em construção e construídos através das suas vivências em todos os ambientes e com todos os estímulos que lhes são oferecidos e produzidos.

Pensar a Educação Inclusiva através do brincar é um gancho para o professor de grande valia, pois, com as brincadeiras, é possível trabalhar o movimento, a socialização, o faz de conta, desenvolve habilidades cognitivas e motoras, trabalha noções de limites e regras, auxilia no desenvolvimento da motricidade ampla e fina, trabalha noções abstratas como a liberdade e a cooperação, além de alcançar meios de conduzir para a autonomia nas atividades da vida diária, fundamentais para o desenvolvimento de todas as crianças, mas extremamente importantes para a criança com deficiência, seja ela física, motora ou intelectual.

Assim:

O brincar é uma atividade humana criadora, na qual a imaginação, a fantasia e a realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação de expressão e de ação pela criança, assim como, de novas formas de construir relações sociais com os outros sujeitos, crianças e adultos. (VYGOTSKY, 1987, p.91).

Compreendemos que o desenvolvimento infantil está diretamente ligado a sua vivência, a sua prática e seus costumes adquiridos nas suas experiências. Através da expressão da brincadeira, conhecemos o aluno que está na nossa sala de aula e podemos auxiliar no seu desenvolvimento enquanto cidadão e enquanto ser corporal e social.

4. METODOLOGIA

Na construção e aquisição do conhecimento pedagógico, seja ele por parte do professor ou do aluno, primeiro faz-se necessário a indagação, o questionamento, a dúvida. É fundamental duvidar para que possamos sair da zona de conforto e partir para novas aprendizagens.

Em relação a isso, a construção do conhecimento dentro da escola é tão necessária para os educadores quanto aos educandos, visto que um professor sem formação não pode formar cidadãos pensantes e questionadores da realidade a qual estão inseridos.

Dessa forma, encontramos o verdadeiro sentido da pesquisa:

Os professores enquanto pesquisadores encontram-se em posição privilegiada, pois são os únicos que podem fornecer uma visão de dentro da escola e transformá-la num espaço de descobertas. Esta visão não é possível de ser obtida por outro de fora do ambiente. (MOTTA, 2011, p.04).

O professor é o profissional que mais tem necessidade de formação, visto que sua atuação é diretamente humana, mutável e constante, assim como o conhecimento. A prática é aliada porque dentro da escola são indissolúveis, o professor que lê e pesquisa leva toda essa bagagem teórica para a sua prática docente.

Também temos, assim, a importância da formação para o profissional da sala de aula:

Torna-se primordial para o educador saber distinguir as concepções que estão presentes no seu trabalho cotidiano e na sua práxis educativa, o professor pesquisador jamais poderá ser uma exceção para que possa compreender as ideias e os pontos de vistas diversos sobre o que vem a se a educação e todo o seu processo, é através dessas referências que o educador estará promovendo ou não o desenvolvimento global, crítico e reflexivo dos alunos e isso também refletirá no professor- pesquisador. (SILVA, 2012, p.02).

Para a pesquisa deste trabalho, e também para a formação docente no geral, é preciso em primeiro lugar incitar a curiosidade, a dúvida. O professor, quando se depara com o novo, tende a buscar conhecimento para resolver tal conflito, a menos que suas teorias estejam de tal forma enraizadas que o próprio conhecimento já não lhe parece importante.

Neste trabalho, não é apenas mostrar ou apontar caminhos, alternativas. É através da reflexão e também do nascer de uma dúvida que se pode buscar caminhos em que somente o próprio pesquisador poderá dar o primeiro passo. Assim, quando se fala em formar docentes, estamos também falando da problematização que é necessária para introduzir novos temas.

Para esta pesquisa, especificamente a leitura, a reflexão e a oportunidade de trocar experiências são pontos de partida para uma caminhada que ainda está dando pequenos passos, mas que precisa ocorrer também para que o educador exerça a sua função de mediador e incentivador da busca do conhecimento.

Através de rodas de conversa, de dinâmicas de grupos, surge o questionamento, e através dele inseriram-se relatos de experiência, vivências e construções ao longo da docência, que ora auxiliaram o educador, ora engessaram novas práticas. O importante é que houve o momento de reflexão, de oportunizar o questionamento e a necessidade de enxergar a nova realidade educacional que bate à porta e que precisa tirar o educador de sua zona de conforto, a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão na Educação Infantil é um desafio a ser encarado para que possa ser superado. Em alguns aspectos já estão estabelecidas situações mais confortáveis – tanto professores que abriram sua prática para a inclusão como para os pais, que entenderam a necessidade de trazer seus filhos para a escola regular desde a Educação Infantil.

Quando conhecemos o outro, podemos respeitá-lo, aceitá-lo e torná-lo parte do nosso ciclo de convívios, amizades e aprendizagem. Na escola infantil em que criamos nossos primeiros laços sociais, temos de crescer e nos desenvolver enquanto cidadãos capazes de conviver e respeitar a diferença com o outro.

É necessário para a sociedade em geral, pais, professores, gestores e agentes educacionais entenderem a necessidade de incluir de forma plena e integral todas e quaisquer crianças na escola infantil e nas demais redes e sistemas de ensino. A sociedade é para todos, sem distinção de cor, credo, costumes ou diferenças, sejam elas quais forem, afinal, todos somos diferentes uns dos outros.

A escola inclusiva que queremos nasce da dedicação e da construção de cada um, quando compreendermos a responsabilidade que exercemos enquanto educadores, principalmente na base da educação, que é a Educação Infantil. Inclusão é a palavra chave do cenário educacional atual, e isso vale para todas as crianças, sejam elas com deficiência, excluídas socialmente e culturalmente, refugiadas ou vítimas de violência.

Cabe a nós, a nossa geração de professores, trazermos à tona questões que foram deixadas de lado na História excludente e conservadora a qual fomos educados, e desmascarar esses preconceitos que ainda persistem, absurdamente no século XXI. A inclusão ainda está mascarada sob véus da falta de formação, da falta de condições financeiras e estruturais, mas para que aconteça efetivamente, deve iniciar da prática individual do docente.

Acreditar na educação, mais que qualquer outra coisa, é acreditar na potencialidade do aluno, no cumprimento à legislação educacional e na certeza de que todos têm condições de aprender, sendo respeitadas suas limitações, suas necessidades e suas capacidades. A Educação Inclusiva, na perspectiva da Educação Infantil, é o princípio da quebra de barreiras educacionais e sociais, e o professor que investe neste paradigma é mais que um educador, é um ser social atuante e que honra a profissão que escolheu.

REFERÊNCIAS

CASARIN, Sônia. **Um trio afinado a favor da inclusão**. 2014. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/trio-afinado-511141.shtml>. Acesso em: 19 de Setembro de 2016.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil: Observação, adequação e inclusão**. Ministério da Educação, FNDE, Brasília, 2012. Lei 13.146, de 06 de Julho de 2015: **Lei Brasileira da Inclusão**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.html. Acesso em: 07 de Setembro de 2016.

Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão: Educação Infantil**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 07 de Setembro de 2016.

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 19 de Setembro de 2016.

MOTTA, Adilson. **A importância da pesquisa na construção do conhecimento**. 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-pesquisa-na-construcao-de-conhecimento/76090/>. Acesso em: 22 de Novembro de 2016.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 14 de Setembro de 2016.

Revista Criança do professor de Educação Infantil: **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil**. Ministério da Educação, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em: 07 de Setembro de 2016.

Secretaria Municipal de Educação. **Tempo e Espaço de ser Criança, Proposta Curricular**, Ijuí, RS, 2014. 84 páginas.

SILVA, Alana Glaiser Alves. **A importância da formação docente na prática pedagógica**. Brasília. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojurdico.com.br/artigo,a-importancia-da-formacao-docente-na-pratica-pedagogica,38339.html>. Acesso em: 22 de Novembro de 2016

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**, Ministério da Educação, FNDE, Brasília, 2007.

ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM PLANO DE APOIO COM ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

César Augusto Robaina Filho¹
Anelise Costa²

RESUMO

O presente trabalho relata a elaboração, implementação e avaliação de um plano de apoio com atividades ao longo da vida para adultos, este plano foi realizado em uma escola especial de Santa Maria – RS, em uma turma de convivência com nove alunos, todos com deficiência intelectual. Este trabalho baseia-se na pesquisa participante, que se insere na pesquisa prática, e como instrumento foi utilizada a escala de intensidade e suporte (SIS), observações realizadas na turma uma vez por semana durante quatro meses, diálogos realizados com a professora da turma e uma entrevista fechada com a professora. Ficaram claras, durante as atividades, as contribuições do plano elaborado de forma colaborativa com a professora, que legitimou para que este fosse visto como um instrumento que auxiliaria na rotina das aulas, através da tomada de decisões que possam favorecer o desenvolvimento desses sujeitos.

Palavras-chave: Plano de apoio. Deficiência Intelectual. Aprendizagem ao longo da vida.

RESUMEN

El presente trabajo relata la elaboración, implementación y evaluación de un plan de apoyo con actividades a lo largo de la vida para adultos, este plan fue realizado en una escuela especial de Santa María - RS, en una clase de convivencia con nueve alumnos, todos con discapacidad intelectual. Este trabajo se basa en la investigación participante, que se inserta en la investigación práctica, y como instrumento se utilizó la escala de intensidad y soporte (SIS), observaciones realizadas en la clase una vez por semana durante cuatro meses, diálogos realizados con la profesora de la clase y una entrevista cerrada con la profesora. En el marco de las actividades, las contribuciones del plan elaborado de forma colaborativa con la profesora, que legitimó para que éste fuera visto como un instrumento que auxiliaria en la rutina de las clases, a través de la toma de decisiones que pudieran favorecer el desarrollo de esos sujetos.

Palabras clave: Plan de apoyo. Deficiencia intelectual. Aprendizaje a lo largo de la vida.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa relata o desenvolvimento de um Plano de Apoio Coletivo com atividades focadas em aprendizagens ao longo da vida, para uma turma de grupo de convivência de uma escola especial. Esta pesquisa é dividida em três partes.

Atualmente as escolas especiais compõem-se de equipes de profissionais especializados que atendem a um tipo de deficiência; no caso da instituição em que foi realizada a pesquisa o público alvo de atendimento são pessoas com deficiência intelectual e múltiplas. Estas escolas oferecem atividades destinadas ao desenvolvimento do aluno e aprofundando-se mais nas necessidades que ele requer (APAE, 2015). Vejamos o Regimento Escolar da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Santa Maria:

As escolas especiais possuem um conjunto de normas de convivência social que regulam as relações no espaço escolar, com o intuito de cultivar na comunidade valores que

viabilizem o desenvolvimento dos alunos como cidadãos atuantes na sociedade e responsáveis por suas atitudes. A Escola Especial promove ações educativas para o ajustamento dos educandos à sua comunidade, tomando-se pessoas cientes de seus direitos e deveres, conduzindo os alunos numa proposta de medidas educativas através do diálogo constante desenvolvendo assim a consciência da importância de seus atos na sociedade, de modo a responsabilizá-lo pela falta cometida (APAE1p.9).

Esse plano teve como objetivo desenvolver habilidades que esses estudantes deveriam ter desenvolvido ao longo da vida, visando à construção da independência e autonomia dos mesmos dentro e fora do ambiente escolar, primando pela sua inclusão social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de deficiência é um constructo que, ao longo do tempo, de acordo com as convenções sociais e/ou científicas, vem recebendo nomenclaturas distintas. Ênfase especial será dada à atual definição —

¹Licenciado em Educação Especial (UFSM); Especialista em Educação Especial e Psicomotricidade (FSL). Professor na APAE de Tupanciretã. E-mail: cesarrobaina7@hotmail.com

²Licenciada em Educação Especial (UFSM); Mestre em Educação (UFSM). E-mail: anysantoss19@gmail.com.

considerada “sócio-histórico-cultural” — da Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD, 2010)⁴ e ao seu sistema de apoios como possibilidade para a inclusão, com desenvolvimento escolar e social, das pessoas com deficiência intelectual. Em seguida, discorreremos sobre o processo de desenvolvimento e de ensino-aprendizagem desses sujeitos.

A dificuldade para se conceituar com clareza a deficiência intelectual tem levado a uma série de revisões a partir dos olhares de áreas distintas de conhecimento como a educação, a psicologia, a neurologia, a sociologia e a antropologia. Assim, para um melhor entendimento do atual conceito, faz-se relevante uma breve retrospectiva histórica; Plestch (2009) destaca que:

Os próprios termos utilizados para nomeá-la foram enormemente influenciados pelo saber médico: idiotia (século XIX), debilidade mental e infra dotação (início do século XX), imbecilidade retardado mental (com seus níveis leve, moderado, severo e profundo) e déficit intelectual/cognitivo final do século XX. O termo deficiência mental é relativamente recente. Foi criado em 1939, durante o Congresso de Genebra, numa tentativa de minimizar a carga negativa presente nos termos da época e estabelecer um padrão internacional (p.91).

O sistema da AAIDD é adotado como referência para definir, diagnosticar e classificar a deficiência intelectual em diferentes países, entre os quais o Brasil. Conforme o atual conceito da AAIDD (2010):

Se basa entre criterios: limitaciones significativas en el funcionamiento intelectual, en la conducta adaptativa tal y como se ha manifestado en habilidades adaptativas conceptuales, sociales y prácticas, y edad de aparición antes de los 18 años (2010, p.39).

Este conceito AAIDD (2010) ampliou a definição em cinco dimensões, que dizem respeito a diferentes aspectos do desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual, do ambiente em que vive e dos apoios de que dispõe. Assim AAIDD (2010):

Dimensão I: Habilidades intelectuais. Faz referência à capacidade de raciocínio, planejamento, solução de problemas, pensamento abstrato, concepção de ideias difíceis, agilidade de aprendizagem e aprendizagem por meio da experiência.

Dimensão II: Comportamento adaptativo. É a reunião de

habilidades conceituais, sociais e práticas que foram aprendidas pelas pessoas para funcionarem em suas vidas diárias. O conceito de comportamento adaptativo (assim como de habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas).

Conceituais: Linguagem, Leitura e Escrita, Conceitos de Dinheiro e Auto direcionamento.

Sociais: Interpessoal, Responsabilidade, Autoestima, Credibilidade (probabilidade de ser enganado ou manipulado), Ingenuidade, seguir regras, obedecer às leis e evitar a vitimização.

Práticas: Atividades da vida diária (comer, transferência/mobilidade, usar o banheiro e vestir-se), Atividades instrumentais da vida diária (preparar refeições, cuidar da casa, transportar-se, tomar remédios, lidar com dinheiro e usar o telefone), Habilidades ocupacionais, manter os ambientes seguros.

Dimensão III: Saúde. No sistema contemporâneo, excluíram-se os aspectos psicológicos e emocionais do sistema anterior, estendendo a análise da deficiência intelectual para fatores etiológicos e de saúde física e intelectual.

Dimensão IV: Participação, Interação e Papéis sociais. Expoem respeito à participação e à influência mútua do sujeito com deficiência intelectual na vida em sociedade, bem como aos papéis que desenvolve na mesma.

Dimensão V: Contexto, Apresenta as condições nas quais o indivíduo habita (família, vizinhança, escola e a sociedade como um todo), relacionando-as com as condições da qualidade de vida do indivíduo. AAIDD (p44).

Acompanhando a definição da AAIDD (2010), há cinco premissas de aplicação prática:

- 1) As limitações no desempenho atual devem ser consideradas no ambiente comunitário típico da idade e cultura do indivíduo.
- 2) A avaliação válida considera a diversidade cultural e linguística, além das diferenças de comunicação nos fatores sensoriais, motores e comportamentais.
- 3) Em cada indivíduo as limitações frequentemente coexistem com as potencialidades.
- 4) Uma proposta importante na descrição de limitações é desenvolver um perfil de necessidade de apoios.
- 5) Com apoios personalizados apropriados, durante um determinado período de tempo, o funcionamento cotidiano da pessoa com deficiência intelectual em geral melhor (p.25).

⁴Ao longo de sua história esta Associação recebeu diferentes denominações, também já foi denominada de American Association of Medical Officers e American Institutions for Idiotic and Feeble-Minded Persons. Na atualidade é denominada de Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD) (disponível em: www.aamr.org, acessado em junho de 2016).

Vale lembrar que esse princípio multidimensional deseja superar a ideia de que a deficiência intelectual é uma condição estática e inflexível, em favor de uma compreensão segundo a qual o desenvolvimento modifica segundo os apoios recebidos pela pessoa. Deste modo, no modelo multidimensional, a deficiência intelectual é compreendida como um acontecimento relacionado com o desenvolvimento da pessoa e os intercâmbios e apoios sociais que recebe, e não exclusivamente com base em parâmetros de grau de inteligência (QI abaixo de 70) e de classificação nos níveis leve, moderado, severo e profundo.

O processo de avaliação multidimensional é centrado na descrição das capacidades e das dificuldades que a pessoa com deficiência intelectual apresenta nas cinco dimensões. Os avaliadores também devem indicar os apoios que o indivíduo com deficiência intelectual requer para melhorar sua funcionalidade e para promover sua autonomia e independência nos espaços sociais.

A AAIDD (2010) considera que os apoios se configuram como: “recursos e estratégias que visam promover o desenvolvimento, a educação, os interesses e o bem-estar de uma pessoa e que melhoram o funcionamento individual” (p.76). São identificados como mediadores entre o funcionamento do sujeito e as dimensões das Habilidades Intelectuais; Comportamento Adaptativo; Participação, Interações e Papéis Sociais; Saúde e Contexto Social. Quando necessários e devidamente aplicados, os apoios desempenham papel essencial na forma como a pessoa responde às demandas ambientais, além de propiciarem estímulo ao desenvolvimento e à aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual ao longo da vida.

Vale destacar, também, que a intensidade dos apoios varia de pessoa para pessoa, circunstâncias e estágios da vida, pois nem todas as pessoas com deficiência intelectual apresentam o mesmo nível de desenvolvimento, nem tampouco se comportam da mesma maneira, ou mesmo apresentam as mesmas precisões educacionais. Por isso, os apoios podem variar tanto na duração quanto na intensidade.

O modelo de apoio proposto pela AADID dá sentido ao processo avaliativo, cujo objetivo principal consiste em identificar limitações pessoais, a fim de desenvolver um perfil de apoio adequado, na intensidade devida, perdurando enquanto durar a demanda. Os apoios podem ser proporcionados por familiares, por um amigo, professor, psicólogo, médico ou por ele próprio. Quando se planejam os apoios, é importante definir quem é o responsável por providenciá-los, a sua frequência, a duração e o tipo de apoio (prontidão verbal, assistência física, etc.).

Pensando nas especificidades desses indivíduos, para que sua aprendizagem seja efetivada, é necessário que o processo pedagógico respeite seus limites e capacidades/habilidades. Assim, os componentes desse planejamento de apoio, conforme Thompson (2004, p 86), são divididos em quatro componentes.

O componente 1 visa identificar as experiências de vida, objetivos desejados pela pessoa com deficiência, bem como a identificação das áreas necessárias ao desenvolvimento de um plano de apoio personalizado centrado na pessoa. Conforme Thompson (2004), a abordagem centrada na pessoa garante:

O respeito pelo indivíduo, ao assegurar que ele se mantenha no controle do processo, a participação de um conjunto de amigos e apoios que reconhecem os sonhos e objetivos do indivíduo. Um papel para pessoas além dos profissionais e uma ênfase, em primeiro lugar, nos recursos da comunidade e por último a criação de estratégias necessárias para a aquisição de experiência de vida desejada pela (s) pessoa (s) apoiada (s). (p.86).

Ainda, no quarto componente, o monitoramento e progresso do plano são o foco, envolvendo a comparação dos resultados reais do processo de planejamento de apoios, com os resultados desejados pelo indivíduo e pela a sua equipe. São também avaliados os apoios esperados recebidos e não recebidos.

O propósito e o foco da avaliação dos apoios devem observar os resultados pessoais relacionados à independência, aos relacionamentos, às contribuições e à participação escolar e comunitária evoluídos. Deve-se escolher uma ou mais categorias de resultados que sejam importantes para uma determinada pessoa. Este é o primeiro componente para a avaliação do planejamento.

Desta forma, a AADID mostra que com os apoios personalizados apropriados durante um determinado período de tempo, o funcionamento da pessoa com deficiência intelectual, em geral, melhora. Isto significa que, se forem providenciados apoios personalizados apropriados para um indivíduo com deficiência intelectual, o resultado será uma melhora em seu funcionamento. Uma ausência de melhora no funcionamento é um indicador importante para reavaliar o perfil e a natureza dos apoios que foram utilizados.

3. METODOLOGIA

Este trabalho baseia-se na pesquisa participante, que se insere na pesquisa prática, assim “ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; nesse sentido, não esconde sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico”. Há na pesquisa participante um componente político que possibilita discutir a importância do processo de investigação tendo por perspectiva a intervenção na realidade social. (Demo, 2000. p.21).

Valendo-nos de Haguete diria que este trabalho pode ser avaliado em função das pretensões da pesquisa participante que, de acordo com esta autora, são:

- a) Um processo concomitante de geração de conhecimento por parte do pesquisador e do pesquisado.
- b) Um processo educativo, que busca a intertransmissão e 'compartilharão'

dos conhecimentos já existentes em cada pólo.

c) Um processo de mudança, seja aquela que ocorre durante a pesquisa, que preferimos chamar de mudança imediata, seja aquela projetiva, que extrapola o âmbito e a temporalidade da pesquisa, na busca de transformações estruturais – práticas – que favoreçam as populações ou grupos. (1985, p.149).

O propósito desta pesquisa é trabalhar na perspectiva da práxis assim como da ciência popular na produção do conhecimento científico. Isso coloca o pesquisador frente a contradições que os próprios fundamentos da pesquisa participante estão sujeitos. A pesquisa foi dividida em três partes: 1) Elaboração 2) Implementação 3) Avaliação de um plano de apoio para adultos com deficiência intelectual.

Foram realizadas observações uma vez por semana durante quatro meses, diálogos realizados com a professora da turma e também foram utilizados os resultados da Escala de Intensidade de Apoio (SIS).

A SIS é uma escala de avaliação das necessidades de apoio e não uma escala para medir a competência pessoal. Embora testes de inteligência e escalas de comportamento adaptativo tentem medir diretamente aspectos da competência pessoal, a SIS tenta medir diretamente as necessidades de apoio (Thompson, 2004, p.15).

Este instrumento está em processo de validação⁵ atualmente no Brasil. Esta escala é composta por três seções.

Seção 1- Escala de Necessidades de Apoio que consiste em 49 atividades que estão agrupadas em seis subescalas de apoio.

Seção 2- Subescala suplementar, consiste em oito itens relacionados à atividade de Proteção e Defesa.

Seção 3- Necessidade de Apoio Médico e Comportamental Excepcionais, inclui 15 condições médicas e 13 problemas comportamentais, que tipicamente requerem maiores níveis de apoio, independente das necessidades de apoio relativo a outras áreas de atividades da vida Thompson (2004, p.12).

3.1. PARTICIPANTES

Foi desenvolvida em uma turma de nove alunos em uma escola especial, em que os alunos desta turma são adultos com deficiência intelectual. Também participará a educadora especial, professora da turma.

Os alunos dessa turma todos possuem deficiência intelectual e suas idades variam entre 20 e 50 anos. Dos alunos dessa turma, seis residem com os pais ou familiares na região da escola e três residem em instituições asilares no centro da cidade. Todos esses alunos fazem o usam do transporte da escola.

Na tabela a seguir, podemos verificar algumas informações iniciais dos alunos, quais sejam: idade, gênero, diagnóstico, principais resultados (maiores pontuações)⁶ e resultado das observações.⁷

Alunos	Idade	Gênero	Diagnóstico e Nível Intelectual	Principais Resultados da Escala	Resultado das Observações
Sujeito 1	27	Masculino	Deficiência Intelectual Moderada e Síndrome de Down	Pode-se observar que o aluno apresenta melhor desempenho em Aprendizagem da 'Vida Doméstica' e 'Vida Comunitária'.	Conhece apenas as letras do seu nome, é copista, não conhece os números, conhece as cores, tem dificuldade em se comunicar e grande dificuldade na fala não tem noção de diferença e igualdade.
Sujeito2	30	Masculino	Deficiência Intelectual Moderada e Autismo	Pode-se observar que o aluno apresenta melhor desempenho em Aprendizagem da 'Vida Doméstica', 'Vida Comunitária' e Aprendizagem ao Longo da Vida.	Não reconhece as letras nem os números, conhece as cores, se comunica apenas quando solicitado, tem noção de diferença e igualdade.
Sujeito3	38	Feminino	Deficiência Intelectual Leve e Deficiência Física	Pode-se observar que a aluna apresenta melhor desempenho da 'em Aprendizagens ao Longo da Vida, Emprego e Atividades Sociais'.	Conhece as letras do seu nome e mais algumas, está no estágio pré-silábico, conhece os números até 10, se comunica bem, conhece as horas e tem noção de tempo, diferença e igualdade.
Sujeito4	40	Feminino	Deficiência Intelectual Leve e Esquizofrenia	Pode-se observar que a aluna apresenta melhor desempenho em Aprendizagem da Vida Comunitária e Saúde e Segurança.	É alfabetizada, conhece números, dinheiro, horas, cores, tem noção de diferença e igualdade, tem boa comunicação.
Sujeito 5	24	Feminino	Deficiência Intelectual Leve e Síndrome Down	Pode-se observar que a aluna apresenta melhor desempenho em Atividades de Vida Doméstica e Sociais.	É alfabetizada, conhece números até 100, sabe as horas, conhece as cores, tem boa comunicação apesar da dificuldade em ouvir, tem noção de diferença e igualdade.
Sujeito 6	32	Masculino	Deficiência Intelectual Moderada	Pode-se observar que o aluno apresenta melhor desempenho em Aprendizagens de Vida Doméstica, Vida Comunitária, Emprego e Atividades Sociais.	Não conhece as letras nem os números, conhece as cores, tem boa comunicação apesar de ser muito ansioso, tem noção de diferença e igualdade, porém não tem de tempo.
Sujeito7	24	Masculino	Deficiência Intelectual Moderada	Pode-se observar que o aluno apresenta melhor desempenho em Aprendizagens de Vida Comunitária e Saúde e Segurança.	Conhece as letras do seu nome e números até 10, é copista, se comunica apenas quando solicitado, tem noção de diferença e igualdade, conhece as cores, porém não tem noção de tempo.
Sujeito8	20	Masculino	Deficiência Intelectual Leve	Pode-se observar que o aluno apresenta melhor desempenho em Aprendizagens de Vida Doméstica, Atividades Sociais e Vida Comunitária.	É alfabetizado, conhece números, horas, dinheiro, cores, tem noção de diferença e igualdade, tem boa comunicação.
Sujeito9	50	Masculino	Deficiência Intelectual Severa e Síndrome de Down	Pode-se observar que o aluno apresenta melhor desempenho em Atividades de Vida Doméstica e Vida Comunitária.	Não reconhece as cores, números, letras, não tem noção de tempo, nem de diferença e igualdade, tem uma comunicação ruim, muitas vezes apenas só repete o que se pergunta.

3.2. PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Elaboramos o plano de apoio coletivo para esta

⁵A equipe brasileira que está trabalhando na adaptação e validação da Escala de Intensidade de Suporte (SIS) no Brasil possui núcleo de estudos no Laboratório de Currículo Funcional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e está sob coordenação da Profa. Dra. Maria Amélia Almeida.

⁶Esse quadro foi construído com base nas escalas aplicadas pela equipe do projeto Contribuições do Rio Grande do Sul para a validação da Escala de Intensidade de Apoio.

⁷Essas observações foram feitas pelo pesquisador nas terças-feiras durante quatro meses (março, abril, maio e junho).

turma a partir das observações e os resultados da SIS aplicadas pela equipe do projeto “Contribuições do Rio Grande do Sul para a validação da Escala de Intensidade de Apoio” e suas sugestões.

Quadro 7: Sugestões de foco para o plano de apoio:

Aluno 1	Aprendizagens ao longo da vida e Saúde e Segurança
Aluno 2	Atividades de emprego, saúde e segurança e sociais
Aluna 3	Atividades de Vida Doméstica e Vida Comunitária
Aluna 4	Aprendizagens ao longo da vida e Emprego
Aluna 5	Atividades de Vida Comunitária e Saúde e Segurança
Aluno 6	Aprendizagens ao longo da vida e saúde e segurança
Aluno 7	Aprendizagens ao longo da vida e Emprego
Aluno 8	Aprendizagens ao longo da vida e Emprego
Aluno 9	Aprendizagens ao longo da vida, Emprego e Atividades Sociais

Fonte: Dados do projeto Contribuições do Rio Grande do Sul para a validação da Escala de Intensidade de Apoio.

3.3. PROCEDIMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

O plano foi dividido em dois temas: noções básicas de tempo e noções de dinheiro. Foram realizadas três atividades com o tema noções de tempo e cinco com o tema noções de dinheiro.

No primeiro período das aulas (das 8 horas até às 9 horas e 40 minutos), com o apoio e supervisão da professora da sala de aula durante 10 terças-feiras nos meses de setembro, outubro e novembro. Também foi repetida uma atividade de cada um dos temas.

3.4. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação foi feita de acordo com Thompson (2004) o Componente 4: Monitoramento do progresso do plano. Comparando os resultados reais do planejamento dos apoios com os resultados desejados para os sujeitos da pesquisa.

Serão avaliadas as atividades propostas no plano de apoio, o progresso desse e seus resultados, junto à professora da turma de convivência. Também como forma de avaliação foi feito uma entrevista fechada com quatro perguntas sobre o desempenho do plano, com a professora da turma no final de implementação.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com os resultados da escala das observações e conversas com a professora da turma, optou-se por trabalhar as “Aprendizagens ao Longo da Vida”, especificamente o item seis (Aprender competências acadêmicas funcionais), da SIS, pois entendemos que são os itens que esses alunos realmente precisam de apoio.

Conforme Thompson (2004), o item seis da escala das atividades ao longo da vida se refere à aprendizagem de competências acadêmicas funcionais (ler sinais, contar o troco, etc.) em situações da vida real (ex. aprende a ver o tempo num relógio digital ou usa o relógio para organizar o seu dia, conta o dinheiro para realização de uma compra).

O gráfico 1 traz os níveis de deficiência dos

sujeitos da turma de convivência em que quatro sujeitos possuem deficiência intelectual leve, quatro sujeitos com deficiência intelectual moderada e um com sujeito deficiência intelectual severa.

A tabela 1 a seguir apresenta as médias de necessidade de apoio por perguntas e níveis obtidos através de nove questões dos itens da Parte C da Escala de Intensidade de Suporte. Nível 1 representa deficiência intelectual leve, nível 2 representa deficiência intelectual moderada e nível três representa deficiência intelectual severa.

4.1. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE APOIO

Como mencionado, foram realizadas três atividades com o tema e foco na aprendizagem de noções de tempo. Os resultados finais dessas estão descritas a seguir com o objetivo, metodologia e desempenho de cada um dos sujeitos.

A primeira atividade com essa temática teve por objetivo desenvolver noções de tempo, reconhecer as fases do dia e registrar os turnos do dia através dos eventos de suas rotinas. Os sujeitos foram questionados em que momento do dia estavam; após foi realizada uma atividade com imagens impressas das fases do dia e novamente questionados em que momento do dia estavam. Em um segundo momento os sujeitos pintaram uma folha ilustrada com alguns eventos de suas rotinas como acordar, almoçar e dormir e após pintar o sol ou a lua de acordo com os eventos de seu dia, ex.: pintar a lua quando o sujeito toma banho. E, por último, os sujeitos confeccionaram um cartaz com imagens da noite e do dia e identificaram os turnos.

A segunda atividade teve como objetivo desenvolver habilidades e noções de rotina. Realizamos uma atividade em que os sujeitos identificaram as suas próprias rotinas. Teve como metodologia primeiramente retomar em forma de diálogo o conteúdo do cartaz citado na atividade anterior e as fases do dia. Após disponibilizamos revistas e imagens impressas, para que os alunos identificassem imagens e figuras que representem a sua rotina na escola e, por último, os sujeitos foram divididos em dois grupos e tiveram que confeccionar um cartaz representando a rotina desses na escola (entrada, aula na sala, lanche, recreio, aula de educação física e saída).

Na terceira e última atividade realizada com esta temática, teve como objetivo desenvolver habilidades e noções de tempo, através da rotina desses. Retomando o assunto em forma de diálogo, depois foi confeccionado, com a ajuda da professora da sala de aula, um quadro de rotina diária para cada um dos sujeitos. Por último, a turma confeccionou um relógio com números e imagens de sua rotina dentro e fora da escola, para que todos possam se guiar-se e organizar a sua rotina.

No quadro a seguir, apresentaremos os resultados finais individuais da implementação do plano de por sujeito.

Sujeito	Resultados Finais
Sujeito 1	Apesar do sujeito não ter reconhecido os números, esse mostrou que difere as fases do dia, também mostrou conhecimento sobre a sua rotina escolar e diária, demonstrando evolução da primeira atividade até a avaliação, sendo que na atividade dois cometeu uma inversão e deixou uma atividade fora de seu quadro e, na avaliação, este superou este erro. Também surpreendeu até a professora demonstrando seu conhecimento com o apoio do relógio.
Sujeito 2	O sujeito conhece as fases do dia e as detalha, na atividade 2 o sujeito teve dificuldade em relatar a sua rotina, porém conseguiu reconhecer as imagens, o que facilitou a atividade 2 e 3. Apesar das imagens facilitarem o reconhecimento de sua rotina, não ajudou na atividade do relógio, pois o sujeito não conseguiu reconhecer os momentos de sua rotina escolar. Na avaliação o sujeito deixou de fora a escovação e o lanche, porém o sujeito não lancha na escola e, consequentemente, não escova os dentes.
Sujeito 3	O sujeito conhece as fases do dia e as detalha, tem dificuldade em atividades motoras por causa de sua deficiência física, porém nos questionamentos se saiu muito bem, respondendo corretamente tudo o que foi questionado. Essa conhece a sua rotina dentro da escola e fora dela e as detalha muito bem. Quanto à atividade do relógio, ajudou o sujeito compreender os horários de suas atividades dentro da escola e seus horários. Na avaliação, o sujeito deixou a imagem que representava a educação física de fora, porém isso se justifica porque nas terças-feiras o sujeito tem atendimento com a psicóloga nesse horário e porque participa pouco dessas aulas por causa de sua deficiência física.
Sujeito 4	O sujeito já conhecia as fases do dia, porém, com a ajuda das atividades, passou a identificar a sua rotina escolar, a qual não tinha a sequência elaborada e também da sua rotina diária. O relógio com as imagens ajudou o sujeito a saber qual atividade teria nos determinados horários.
Sujeito 5	O sujeito conhece as fases do dia e, apesar de ter cometido dois erros na atividade do cartaz, reconhece as atividades que acontecem durante o dia e durante a noite. O sujeito tem dificuldade em concentrar-se, teve que chamar a sua atenção três vezes e pedir uma vez para que essa sentasse. O sujeito tem dificuldades de relatar a sua rotina apesar de conhecê-la em imagens, houve uma evolução do sujeito desde o começo das atividades apesar da dificuldade de concentração. Quanto ao relógio, o sujeito continuou apenas consultando as horas em seu relógio de pulso.
Sujeito 6	O sujeito distingue o dia da noite, porém não conhece as fases do dia. Na realização das atividades o aluno teve grande dificuldade em se manter sentado e focar na atividade, porém, quando questionado na atividade do cartaz, o aluno distinguiu atividades realizadas no dia e na noite. O sujeito teve dificuldade em se expressar sobre a sua rotina escolar, porém reconheceu todas as imagens mesmo com esse apoio deixou de fora a imagem do lanche sendo que este sempre lancha na escola. O aluno teve um avanço da atividade 2 para a 3, pois quando questionado sobre a sua rotina diária completa conseguiu relatar e identificou as imagens, incluindo imagens de passeios e compras no mercado, porém nessa atividade deixou a imagem que representa as aulas de educação física de fora, aulas que o sujeito sempre frequenta. Apesar de ter deixado algumas imagens de sua rotina de fora do seu quadro, o aluno teve um grande avanço, como na atividade do relógio que ajudou o aluno a organizar-se dentro dos seus horários escolares.
Sujeito 7	O sujeito conhece as fases do dia, não as detalha, mas as diferencia. Distingue as atividades realizadas durante o dia e durante a noite. O sujeito conseguiu relatar com facilidade sua rotina dentro da escola e reconheceu as imagens de suas atividades. Quanto a sua rotina diária, o sujeito deixou de fora a imagem que representava o recreio, talvez possa ser porque o sujeito demora na merenda e, quando chega no pátio da escola, dá o sinal para voltar para a sala de aula; assim, esse participa pouco do recreio com os demais. O sujeito também adicionou uma imagem que representa a educação física após o lanche relutando que joga futebol todos os dias após os irmãos chegarem da escola. Diante do relógio o indivíduo compreendeu que a ordem que estão as imagens é a sequência das atividades da turma na escola, apesar de não compreender os ponteiros, o sujeito conseguiu compreender a sequência de suas atividades, mesmo sem consultar o relógio.
Sujeito 8	O sujeito conhece as fases do dia, distingue atividades realizadas durante o dia e durante a noite, conhece muito bem a sua rotina diária e escolar detalhando todas as suas atividades, confeccionou seus quadros de rotina sem sobrar nenhuma imagem. Quanto ao relógio, o sujeito sabe as horas, porém consulta o relógio para confirmar os horários das atividades.
Sujeito 9	O sujeito não conseguiu responder em que fase estava. Por várias vezes questionada, apenas repetiu a pergunta, nem sobre seus conhecimentos das fases do dia. Nas atividades motoras, o sujeito realizou apenas rabiscos e na do cartaz, a maior parte do tempo apenas ficou olhando as revistas, porém quando questionada soube diferenciar as atividades realizadas durante o dia e a noite, e responder corretamente qual atividade ocorre em casa no momento. Apesar de não conseguir relatar as suas rotinas, o sujeito reconheceu as imagens e conseguiu colocar algumas imagens de sua rotina escolar em ordem, o sujeito tem varizes e está muito acima do peso. Por este motivo participa pouco das aulas de educação física. Essa é uma hipótese do porquê a imagem que representa a educação física tenha ficado de fora do seu quadro de rotina escolar. Quanto a sua rotina diária, uma hipótese é que o sujeito destacou apenas o que realmente lhe faz sentido.

Também foram realizadas cinco atividades com o tema noções básicas de finanças (cédulas). Realizamos duas atividades a mais com esse tema, porque observamos que os sujeitos necessitavam de mais apoio referente a essas atividades. A seguir estão descritas as atividades com seu objetivo, metodologia e desempenho dos sujeitos.

A primeira atividade realizada com este tema teve como objetivo desenvolver noções de valores monetários e quantidade com os sujeitos.

Na segunda atividade tivemos o objetivo de desenvolver noções de compras e quantidade com a turma.

Quanto à terceira atividade com a temática, tivemos o objetivo de identificar os produtos no supermercado.

Na quarta atividade, o objetivo foi desenvolver noções de compras e troco. Retomamos os anúncios elaborados pelos grupos no encontro anterior e, ainda divididos, discutimos o que cada grupo venderia e o porquê da escolha dos produtos anunciados. Assim, montamos dois minimercados dentro da sala de aula, com os produtos da dispensa da escola, após distribuímos cédulas (falsas) para os sujeitos.

Além dos preços junto aos produtos, também colocamos material dourado para que os sujeitos conseguissem calcular. Esta atividade precisou de várias intervenções desde o começo, por este motivo a professora da sala de aula auxiliou o grupo que vendia e eu o grupo que comprava. Todos os produtos continham seu preço de forma escrita, numérica e com material dourado para que os alunos pudessem contabilizar suas compras.

Quinta e última atividade do plano, realizar compras no supermercado mais próximo, assim retomamos o assunto das atividades anteriores em forma de diálogo, após elaboramos em conjunto com a turma uma lista de compra real, com itens básicos para café da manhã, com imagens recortadas de encartes de supermercados. Após, a turma dividida em três grupos irá até o supermercado mais próximo com a lista para realizar as compras dos itens sugeridos nessa, lembrando que foi um grupo por vez.

Sujeito	Resultados Finais
Sujeito 1	O sujeito reconheceu as cédulas e sabe que é a sua mãe quem usa, disse que serve para realizar compras, apesar de ter conseguido diferenciar qual cédula havia mais quadrados do material dourado, não reconhece os valores nem as quantidades que as cédulas representam. O sujeito identificou alguns produtos básicos de alimentação e, apesar de ter precisado de ajuda de fotos do caminho, soube indicar o caminho certo para o supermercado. Apesar do sujeito não conhecer os números, ele entendeu que cada produto tem um preço e que para comprar esse produto precisamos de dinheiro, nas compras o sujeito se saiu bem, já que ele apenas acompanha sua mãe até o mercado, esse conseguiu pedir informações e buscar os produtos corretamente.
Sujeito 2	O sujeito reconheceu as cédulas, relatou que quem as utiliza é a mãe e para que as utilize. Apesar de ter confundido alguns produtos básicos de alimentação, reconheceu a maioria do que lhe foi apresentado. O sujeito não conseguiu calcular as compras nem o troco, porém soube o caminho do supermercado, entendeu que cada produto possui um preço, o que é o troco e conseguiu realizar as compras no supermercado.
Sujeito 3	O sujeito reconheceu as cédulas, relatou que são os pais que as utilizam, identificou os produtos básicos para a alimentação e na atividade do supermercado soube indicar o caminho desse. Esse sujeito nunca havia realizado compras na vida, nunca havia ido a um supermercado em sua vida. O sujeito conseguiu realizar as compras e também auxiliar seus colegas. Essa teve dificuldade em calcular o troco, porém soube calcular sozinho as suas compras, entendeu o que é o troco e que cada produto tem seu preço, apesar de não saber o valor de cédulas maiores de R\$20,00.
Sujeito 4	O sujeito conhece as cédulas, seus valores e para que as utiliza. Reconheceu todos os produtos e indicou corretamente o caminho para o supermercado (apesar de não morar naquela região) e realizar as compras. O sujeito compreendeu a função do troco, que foi a atividade de mais valia para essa, que cada produto tem seu preço. O sujeito realizou compras no local em que vive, porém faz anos que não entrava em um supermercado, e a atividade 6 contribuiu para que essa fizesse compras com autonomia.
Sujeito 5	O sujeito reconheceu as cédulas, relatou que vê dinheiro sempre com os pais, mas que às vezes possui seu próprio dinheiro. Essa reconheceu os alimentos, teve dificuldade em indicar o caminho ao supermercado as duas primeiras vezes, porém conseguiu sem ajuda na terceira. O sujeito conseguiu calcular sua compra e dar o troco para o colega, entendeu o que é o troco, compreendeu o valor das cédulas, teve autonomia em realizar as compras e o pagamento.
Sujeito 6	O sujeito reconheceu as cédulas, porém não sabe seus valores, na maioria das vezes não reconheceu os alimentos. A maioria dos seus erros ocorreu por falta de concentração, relatou que é sua mãe quem utiliza dinheiro em casa, apenas na terceira vez conseguiu indicar o caminho correto sem ajuda, o sujeito compreendeu o que é o troco e que cada produto possui um preço, o sujeito conseguiu realizar a compra no mercado de forma autônoma.
Sujeito 7	O sujeito reconheceu as cédulas, relatou que é o pai quem as utiliza. Reconheceu a maioria dos alimentos, sabe para que serve o dinheiro. Apesar de não ter sido incentivado nas primeiras atividades o sujeito evoluiu durante estas se mostrando mais autônomo dentro do supermercado. O sujeito entendeu a função do troco e que cada produto possui um valor que nem as cédulas, apesar de não ter conseguido calcular os valores dos produtos, demonstrou conseguir realizar compras de forma independente.
Sujeito 8	O sujeito conhece as cédulas, seus valores e diz ter seu próprio dinheiro, sabe para que serve. Identificou todos os alimentos, indicou o caminho do mercado (apesar de não morar naquela região), o sujeito entendeu o que é o troco e quando se usa e que cada produto possui um preço, o sujeito calculou sua compra e o troco corretamente. O sujeito realizou as compras de forma autônoma, apesar de nunca ter realizado compras sozinho se saiu muito bem e auxiliou os colegas em alguns momentos.
Sujeito 9	O sujeito não conhece dinheiro, respondeu algumas vezes segundo o exemplo dos colegas, não identificou a maioria dos alimentos, porém em alguns momentos chegou a corrigir um colega no supermercado, o sujeito indicou o caminho para o supermercado apenas com o auxílio das imagens e, mesmo assim, com muita dificuldade. O sujeito mostrou autonomia na avaliação quando indicou na lista o item que precisava. Apesar dos pequenos avanços o sujeito 9, mostra o quanto a falta de autonomia prejudica o desenvolvimento de um sujeito, sendo ele com ou sem deficiência.

Consideramos que, apesar das limitações dos sujeitos, eles apresentaram potencialidades para o desenvolvimento das tarefas que foram propostas no plano de apoio. Pois, a partir do momento em que os apoios proporcionaram a eles um novo ensinamento estimulando essa aprendizagem, os sujeitos apresentaram os resultados sendo na maioria das vezes positivos.

Assim, é fundamental ressaltar a importância na individualização da aprendizagem dos sujeitos com deficiência intelectual, visto que facilitou o processo de ensino-aprendizagem, respeitando suas singularidades. O plano também contribuiu para o estabelecimento dos apoios necessários para que esses se desenvolvessem de forma plena. Sendo que com o apoio deste instrumento os sujeitos foram apenas comparados a si próprios e não aos outros sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos essa elaboração de forma a ser algo personalizado para esses alunos, pensar em cada aluno tornou-se um grande desafio, uma experiência nova a ser aprendida. Dessa forma, entendemos que o plano de apoio pode ser um instrumento não só para

favorecer, mas também promover o desenvolvimento desses sujeitos no meio em que estão incluídos, considerando que esta ação pode ser realizada com qualquer pessoa que necessite de um planejamento visando sua aprendizagem e inclusão social.

A individualização no coletivo do ensino se constitui enquanto uma perspectiva e não como uma metodologia. A adoção do plano de apoio como modelo educacional básico implica em uma mudança na concepção atual de currículo e do sistema educacional das escolas especiais que, ao invés de focar no que eles não dominam, deve partir do que eles dominam e seguir adiante para que os alunos tenham autonomia para se tornar independentes em suas atividades funcionais.

Então, pensar em um currículo que contemple as individualidades de todos em atividades realizadas no coletivo é romper com os paradigmas existentes, visto que o plano que foi traçado para uma turma, sendo baseado em metas específicas e propostas para cada sujeito. O plano foi elaborado de forma personalizada para atender as necessidades desses sujeitos; sendo assim, contribuiu para o estabelecimento dos apoios necessários para que esses adultos se desenvolvam de forma plena.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. **Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports**. Washington, DC: AAIDD, 2010.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE RETARDO MENTAL - AAMR. **Retardo mental – definição, classificação e sistemas de apoio (2002)**. 10ª edição. (tradução Magda França Lopes). Editora: ARTMED, Porto Alegre, 2006.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**. Escola Especial Jandira Tolentino, Santa Maria – RS, 2015.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria¹. **REGIMENTO ESCOLAR**. Escola Especial Jandira Tolentino. Santa Maria – RS, 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 1981. 159p.

HAGUETE, Teresa M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987, 163p.

Pletsch, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas**. P626-f. (Tese de Doutora em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação 2009.

The American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. 2010. De la traducción: Miguel Ángel Verdugo Alonso, 2011.

Thompson, J. R., Bryant, B. R., Campbell, E. M., Craig, E. M., Hughes, C. M., Rotholz, D.A., et al. (2004). **Supports Intensity Scale user's manual**. Washington, DC: American Association on Mental Retardation.

CARACTERIZAÇÃO LABORATORIAL DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO COMO AGREGADO ALTERNATIVO PARA BASES E SUB-BASES DE PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS

Leonardo Soares¹
Ivando Stein²
Mauricio Livinali³
André Luiz Böck⁴

RESUMO

Na região classificada como Alto Uruguai, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) existem atividades de extração de pedras semipreciosas. Devido a estas atividades da mineração, ocorre um acúmulo de agregados considerados como "rejeitos", os quais são basicamente constituídos de um basalto típico da formação da Serra Geral. Tendo em vista a necessidade de reaproveitamento de resíduos e a diminuição de matéria prima extraída para a produção de agregados pétreos, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise para avaliar a potencialidade de emprego de resíduos de mineração como material alternativo na construção e manutenção de estradas. Foram realizadas coletas dos resíduos gerados pela atividade de mineração em Ametista do Sul (RS) e procedeu-se com a caracterização laboratorial através da realização de ensaios de análise granulométrica por peneiramento, massa específica real e aparente, assim como o percentual de absorção dos agregados. Também foram realizados ensaios para determinação dos limites de liquidez e plasticidade do material. Através dos ensaios realizados foi possível verificar que os resíduos provenientes de mineração apresentam propriedades adequadas e são possíveis de ser empregados como materiais alternativos na construção e manutenção de estradas.

Palavras-chave: Resíduos de mineração. Pavimentos. Agregados alternativos.

ABSTRACT

In the region classified as Alto Uruguai, in the northwest of the state of RS (Brazil) there are activities of extraction of semi-precious stones. Due to these mining activities occurs an accumulation of aggregates considered as "rejects", which are basically constituted of typical basalt of the formation of the Serra Geral. In view of the need for waste reuse and the reduction of raw material extracted for the production of petrous aggregates, the present work aims to carry out an analysis to assess the potential of employment of mining waste as alternative material in the construction and maintenance of roads. Collection of the "waste" generated by mining activity in Ametista do Sul (RS) was carried out and the laboratory characterization was performed through the testing of particle analysis by sifting, a specific real and apparent mass as well as the percentage of absorption of the aggregates. Tests were also carried out to determine the liquidity and plasticity limits of the material. Through the tests, it was possible to verify that the residues present adequate properties and are possible to be employed as alternative materials in the construction and maintenance the roads.

Keywords: Mining waste. Road paving. Alternative aggregate characterization.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Bernucci *et al* (2008), afirmam que o pavimento asfáltico é formado por múltiplas camadas finitas, a fim de suportar esforços solicitantes do tráfego. Durante a execução de um trecho rodoviário são necessários altos volumes de materiais, desde a terraplanagem até o revestimento asfáltico. Entretanto, referindo-se apenas aos agregados, os mesmos devem ter propriedades condizentes com a necessidade estrutural da rodovia, tais como a composição mineralógica, tipo da rocha, granulometria, grau de alteração, tendência à degradação, composição química, potencial de adesão do ligante asfáltico, entre outros (BERNUCCI *et al*, 2008).

No Rio Grande do Sul os fatores climáticos são

limitantes para utilizar o solo laterítico puro nas bases de estradas, devido ao mesmo estar exposto às intempéries da natureza e perdendo resistência pelo tráfego (COUTO, 2009). Por isso, há uma constante procura de materiais que venham a propiciar o solo e permitir a composição de novas composições de materiais (BULIGON, 2015).

Para a escolha dos materiais alternativos para a execução de bases e sub-bases dos pavimentos, para Amaral (2015), é levado em consideração o baixo custo na obtenção do agregado, algo que surgisse como alternativa aos Poderes Executivos para construir ou reformar estradas vicinais no Rio Grande do Sul. Wayhs (2004), diz que em tempos da escassez de recursos financeiros, pavimentar estradas utilizando materiais alternativos, pois os mesmos são produzidos em abundância, torna-se a execução economicamente mais viável.

¹Graduando em Engenharia Civil da UNIJUI, leonardo_s0ares@hotmail.com;

²Graduando em Engenharia Civil da UNIJUI, iv_stein@hotmail.com;

³Graduando em Engenharia Civil da UNIJUI, mauricio.livinali@gmail.com;

⁴Professor Doutor em Engenharia Civil da UNIJUI, andre.boeck@unijui.edu.br;

Segundo Sasso *et al* (2016) sugerem que haja mais pesquisas dos rejeitos de mineração de pedras semipreciosas para base e sub-base dos pavimentos, a fim de encontrar uma função na construção civil para esse agregado. Diante do exposto, a presente pesquisa tem o intuito de caracterizar resíduos de mineração de pedras para sua utilização como alternativa ao agregado de bases e sub-bases de pavimentos asfálticos.

2. DESENVOLVIMENTO

A fim de buscar resultados sobre os rejeitos de mineração de pedras semipreciosas, foi necessário buscar informações da COOGAMAI, cooperativa que possui concessão de exploração de minérios semipreciosos na cidade de Ametista do Sul. Posterior a isso, foram realizados ensaios de caracterização dos agregados obtidos em uma das jazidas de exploração, tais como: análise granulométrica da Brita 2, Brita 1 e Pó de Pedra; massa específica da Brita 2 e Pó de Pedra e limite de Plasticidade e Liqueidez.

Para que os resultados fossem positivos, foi necessário utilizar a norma do DNIT 141/2010 para verificar a aceitação do material para base e sub-base de estradas.

2.1. MATERIAIS

O material estudado é o rejeito resultante da mineração na região classificada geograficamente como de Alto Uruguai, em alusão ao Rio Uruguai, que faz divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (JUCHEM, 1999, p. 24). Tais rejeitos são provenientes da extração de minas de ágata, gipsita, calcita, veolita, ametista e quartzo (incolor e roxa).

A Figura 1 apresenta a localização da microrregião de Frederico Westphalen formada pelas cidades de Ametista do Sul, Iraí, Planalto, Frederico Westphalen, Cristal do Sul e Rodeio Bonito onde se situam as jazidas de pedras semipreciosas e preciosas do Rio Grande do Sul. O material de estudo foi adquirido em um dos garimpos de Ametista do Sul.

Figura 1 – Localização geográfica do município de Ametista do Sul (RS).



Fonte: Wastowski et. al. 2012, p.6.

Segundo informações de Sasso *et. al.* (2016) a principal atividade econômica do município de Ametista do Sul é a extração de pedras preciosas e semipreciosas oriundas de inúmeras atividades vulcânicas, espalhadas por toda a região.

O rejeito descartado é basicamente constituído de um basalto típico da Formação Serra Geral, porém comprometido em suas propriedades físicas pela gênese dos geodos de Ametista que fez com que ele se tornasse menos resistente. Dessa maneira, o basalto encontrado nas extrações garimpeiras não pode ser utilizado como, por exemplo, brita ou pedra de calçamento (COOGAMAI, *apud* SASSO, 2016, p.1)

Sasso *et. al.* (2016) descrevem que é extraído mensalmente o rejeito das minas e o mesmo é descartado no meio ambiente, causando impactos ambientais e visuais aos redores das minas. Atualmente há em Ametista do Sul três britadores, conforme apresentado na Figura 2. Segundo o Engenheiro de Minas da COOGAMAI, Anderson Oliveira da Silva, há uma demanda intensa, não possibilitando levar todo o rejeito de um garimpo que não possui a máquina para outro que a possui.

Estima-se que em torno de 5% dos rejeitos dos demais garimpos são transportados aos que possuem britadores. O Engenheiro Anderson ressalta ainda que em média é produzida mensalmente uma quantidade de 15.000 toneladas de rejeitos (basaltos hidrotermalizados) produzidos na área de abrangência da COOGAMAI.

Figura 2 – Central de britagem em um dos garimpos de Ametista do Sul.



Fonte: Autoria própria.

A Figura 3 mostra os rejeitos já britados (predominância na ilustração a seguir) separados quanto a sua granulometria e não britados agrupados em espécies de montanhas divididos por tamanhos em um garimpo de Ametista do Sul.

Figura 3 – Material é separado quanto a sua granulometria quando há britadores no garimpo.



Fonte: Autoria própria

Já a Figura 4 ilustra os rejeitos pós britagem, mostrando, na ocasião, a Brita 1.

Figura 4 – Material após a classificação da britagem



Fonte: Autoria própria.

Devido à quantidade de material (rejeito) depositado mensalmente no meio ambiente, assim como Wastowski *et. al.* (2012) orientam e afirmam que é de suma importância buscar alternativas para o reaproveitamento desses materiais, tornando-o matéria prima na incorporação nas diversas áreas como a agronomia e construção civil, através de pesquisas, por exemplo.

Para obtenção dos materiais foi necessário entrar em contato com a Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Médio Uruguai (COOGAMAI), a qual possui 120 garimpos autorizados em sua plena operação, sendo todos inseridos nas Permissões de Lavra Garimpeira que a entidade detém junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Após 1989, atendendo e respeitando a Constituição Federal de 1988, foi criado no Brasil o Regime de Permissão de Lavra Garimpeira, momento em que foi criada a COOGAMAI que até então dá suporte aos mineradores junto aos órgãos de liberação e fiscalização das concessões tais como DNPM e Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Os materiais Brita 2 (Figura 6), Brita 1 (Figura 7) e Pó de Pedra (Figura 8) são os materiais coletados em um dos garimpos da cidade de Ametista do Sul. No garimpo há a britadeira que classifica o material em três granulometrias distintas.

Figura 6 – Amostra da Brita 2 obtida no garimpo de Ametista do Sul.



Fonte: Autoria própria.

Figura 7 – Amostra da Brita 1 obtida no garimpo de Ametista do Sul



Fonte: Autoria própria.

Figura 8 – Pó de Pedra obtida no garimpo de Ametista do Sul.



Fonte: Autoria própria.

Os materiais encontrados na região da cidade de Ametista do Sul são de diferentes tamanhos, desde pedras de mão até pó fino. Sasso *et. al.* (2016) ressaltam que por haver o material em abundância na região é aberto um leque de opções para que o mesmo seja incorporado na construção civil.

A Figura 9 ilustra a distinção de tamanhos quanto aos rejeitos da mineração, deixando destacada a diferença de cada componente do material, passando do mais fino para o mais graúdo.

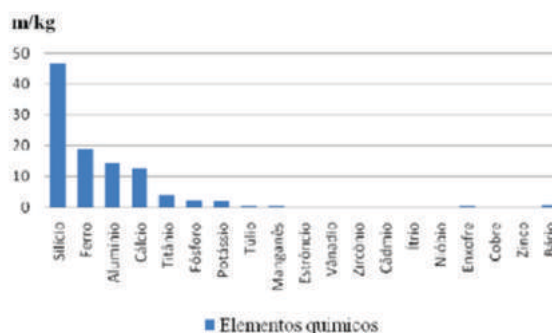
Figura 9 – Granulometrias de rochas encontradas nos garimpos que possuem britador



Fonte: Autoria própria.

Segundo pesquisas realizadas por Wastowski *et. al.* (2012) através do experimento de espectrometria de fluorescência de raios-x por energia dispersiva em 10 amostras de resíduo de extração, foram caracterizados 19 elementos químicos qualitativamente e quantitativamente presentes no material (resultado gráfico na Gráfico 1).

Gráfico 1 – Médias das concentrações químicas em 10 amostras analisadas.



Fonte: Wastowski *et. al.* 2012, p. 6.

Quanto aos elementos classificados como metais tóxicos não foram detectados em nenhuma amostra, demonstrando que este material pode ser incorporado na construção civil, sem que ocorra uma contaminação do meio ambiente. (Wastowski *et. al.* 2012, p. 6).

Sasso *et. al.* (2016), salientam que há poucos estudos quanto à utilização do rejeito das minas, porém há possibilidades de acrescentar outros aditivos (cimento, cal...) junto ao rejeito. Deixando explícito, também, a necessidade de distintos testes, fazendo que o mercado da construção civil ganhe um aliado de baixo custo e ecologicamente correto em suas matérias primas.

Então, foram coletadas as granulometrias (B2, B1, Pó) para análise laboratorial a fim de verificar suas propriedades técnicas para emprego dos resíduos na pavimentação.

2.2. MÉTODOS

Foram realizados ensaios de aceitação e de caracterização dos agregados, conforme serão apresentados na sequência. Na presente pesquisa, estes ensaios buscam mostrar ao pesquisador se o material é viável mecanicamente e se suportará as solicitações diversas às quais estará submetido no pavimento rodoviário.

Sendo assim, são apresentados os métodos de ensaios utilizados neste estudo para a utilização dos rejeitos como agregado na pavimentação.

2.2.1. Análise granulométrica por peneiramento (DNER-ME 080/94)

Para a realização da análise granulométrica foram utilizadas amostras (Brita 1, Brita 2 e Pó de Pedra) recolhidas diretamente do garimpo. A primeira ação foi realizar o quarteamento mecânico do Pó de Pedra e manual das Brita 1 e 2. Posterior a isso foi necessário medir a massa de cada determinação, procurando ter uma quantidade em gramas aproximadas de cada determinação, para obter no final do procedimento a curva granulométrica de cada uma das frações, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1 – Massa (em g) de cada determinação do rejeito

Brita 2		Brita 1		Pó de Pedra	
1ª Deter.	2ª Deter.	1ª Deter.	2ª Deter.	1ª Deter.	2ª Deter.
5165,15	5225,29	7300,6	7381,83	2207,74	2555,82

Fonte: Autoria própria.

O passo seguinte foi peneirar essas massas nas peneiras 2", 1", 3/8", nº 4, nº 10, nº 40 e nº 200 (dimensões nominais das peneiras utilizadas podem ser conferidas na Quadro 2), conforme especificações da norma DNIT 141/2010-ES.

Quadro 2 – Peneiras com abertura nominal

Abertura nominal das malhas		Abertura da Peneira	
Padrão	Número	Milímetros	Polegadas
50 mm	-	50	2
25 mm	-	25	1
9,5 mm	-	9,5	0,375
4,75 mm	4	4,75	0,187
2 mm	10	2	0,0789
425 µm	40	0,425	0,0168
75 µm	200	0,075	0,0029

Fonte: DNER-ME 035/95.

Após esse procedimento foi calculada a massa retida e o percentual passante em cada peneira.

A curva granulométrica é uma das principais características e que influencia no comportamento de um pavimento. Sendo a camada que for, é importante saber a granulometria do agregado, sendo extremamente importante na rigidez, estabilidade, durabilidade, permeabilidade, trabalhabilidade, resistência à fadiga e à deformação permanente, umidade, entre outras características.

2.2.2. Massa específica do agregado miúdo (DNER-ME 084/95)

Para a realização desse ensaio foi necessário realizar o peneiramento do Pó da mineração com as peneiras nº 4 (4,8 mm) e nº 200 (0,075 mm), uma vez que o material já estava seco em estufa. Foram realizadas duas determinações em que foram separadas duas frações que possibilitaram e atenderam a realização do ensaio, segundo a norma do DNER 084/94.

Foram utilizados dois picnômetros de 500 ml de capacidade, termômetro com leitor digital e bico de gás. Em um primeiro momento foi necessário medir a massa do picnômetro seco e vazio em uma balança com precisão de 0,01 g; logo após, colocar o material miúdo dentro do frasco e medir novamente a massa; colocar água destilada dentro do picnômetro de modo que apenas cubra o agregado dentro do frasco e levar ao fogo em torno de 15 a 30 min, conforme necessidade desejada pelo operador, para que todos os gases presentes na amostra sejam liberados.

Posterior à fervura do material durante 30 minutos, deixa-se a solução (Figura 10) esfriar e estabilizar uma temperatura ambiente (em torno de 21 a 25° C) para realizar novamente a medição da massa do "picnômetro + agregado + água".

Ao finalizar essas medições, enchem-se ambos picnômetros com água destilada, porém sem agregado (Figura 11), até a marca de 500 ml para medir a massa do frasco mais a água.

Figura 10 – "Picnômetro + Agregado + Água"



Fonte: Autoria própria

Figura 11 – Medição da massa do "Picnômetro + Água"



Fonte: Autoria própria

2.2.3. Massa específica do agregado graúdo (DNER-ME 081/98)

Para o ensaio de determinação da massa específica do agregado graúdo (Brita 2), necessita-se a separação de duas determinações, já previstas na norma 081/98, sendo ambas imersas por um período de 24h, conforme ilustra a Figura 12.

Após esse tempo, torna-se necessário medir a massa do agregado graúdo imerso em água, utilizando um cesto. São anotados os valores de imediatamente seco o agregado em um pano para medir a massa com uma condição saturada, porém superfície seca.

Posterior à segunda medição, seca-se a Brita 2 em estufa por um período de 24h e assim realiza-se a última etapa do ensaio: medir, ao ar, o agregado seco.

Figura 12 – Agregado graúdo imerso em água por 24h.



Fonte: Autoria própria

2.2.4. Determinação do limite de plasticidade (DNER – ME 082/94)

Para determinar o limite de plasticidade (LP) foi necessário utilizar uma espátula; peneira números 40; água destilada e placa de vidro. A primeira ação foi peneirar o pó e o material que ficou retido na peneira de número 40 (Figura 13) foi utilizado para realizar a experiência. Posterior a isso foi colocado em um recipiente o material e uma certa quantidade de água destilada, a fim de umedecer o Pó e poder realizar “tiras cilíndricas” (Figura 15); logo, seriam as amostras para serem depositadas na estufa no término do ensaio.

Foram obtidas 11 amostras de material fino. As tentativas foram inúmeras, em função do material ser proveniente de rocha e não de solo; porém, buscou-se realizar o máximo possível de amostras para que no final sobrassem no mínimo três amostras para dar continuidade ao ensaio de limite de plasticidade. Quando obtidas as 11 amostras, foram imediatamente medidas as massas de cada uma dentro de uma cápsula que havia sido conferida sua massa antes de depositar dentro da mesma o fragmento “Pó + água”. As amostras ficaram por 24h dentro de uma estufa com capacidade de 110 °C, para assim poder anotar a massa (em gramas) apenas do “Pó + cápsula”.

Figura 14 – Pó retido na peneira de nº 40 para realização do ensaio de plasticidade.



Fonte: Autoria própria.

2.2.5. Determinação do limite de liquidez (DNER 122/94) e índice de plasticidade

A realização do limite de liquidez (LL) foi posterior ao ensaio de limite de plasticidade, em que foi utilizado o mesmo Pó peneirado para a determinação das amostras ao ensaio de limite de liquidez. Os procedimentos foram os mesmos; no entanto, foi utilizada a concha de Casagrande (Figura 15) para realizar os golpes e assim retirar as amostras “Pó + água” para serem colocadas nas cápsulas e levadas à estufa para que ficassem secando em um período de 24h.

A DNER 082/94 orienta o operador que se deve realizar os ensaios de limite de liquidez e plasticidade para que a diferença numérica entre os ensaios seja identificado como “índice de plasticidade (IP)”. Ressalta-se que a expectativa da diferença LL-LP seja menor que 6%, seguindo orientações do capítulo das Condições Específicas da norma do DNIT, 141/10.

Figura 15 – Execução do ensaio no aparelho Casagrande



Fonte: Autoria própria.

2.3. RESULTADOS

Após as análises realizadas das normativas e posteriormente a metodologia implementada, buscou-se analisar os resultados dos ensaios, uma vez que devam atender às normas do DNIT/DNER.

2.3.1. Análise granulométrica por peneiramento (DNER-ME 080/94)

Após o peneiramento dos agregados nas peneiras citadas na Tabela 1, contida na norma do DNIT 141/2010, no item 5.1 foi compilado em tabelas a massa de cada porção assim como o percentual passante. Tais informações podem ser observadas nas Tabelas 1, 2 e 3.

As tabelas estão organizadas por colunas, em que cada possui a peneira utilizada no ensaio, respectivamente com a abertura de cada; amostras, juntamente com o total peneirado, massa retida e porcentagem de material que passou de uma peneira para outra.

Tabela 1 – Granulometria da Brita 2 (massa em g).

Brita 2					
Peneira	(mm)	Amostra 1		Amostra 2	
		Massa: Retido	% pass	Massa: Retido	% pass
1 1/2"	38,1	0,00	100,00	0,00	100,00
1"	25,4	2250,00	56,44	2360,00	54,84
3/8"	9,5	2910,00	0,10	2860,00	0,10
4	4,75	0,00	0,10	0,00	0,10
10	2,00	0,39	0,09	0,10	0,10
40	0,42	0,20	0,09	0,28	0,09
200	0,074	1,75	0,05	2,11	0,05

Fonte: Autoria própria

Tabela 2 – Granulometria da Brita 1 (massa em g)

Brita 1					
Peneira	(mm)	Amostra 1		Amostra 2	
		Massa:	% pass	Massa:	% pass
1 1/2"	38,1	0,0	100,00	0,00	100,00
1"	25,4	40,69	99,44	35,30	99,52
3/8"	9,5	7200,0	0,82	7290,00	0,77
4	4,76	24,71	0,48	23,47	0,45
10	2,00	7,36	0,38	7,42	0,35
40	0,42	5,15	0,31	4,40	0,29
200	0,074	8,46	0,19	7,42	0,19

Fonte: Autoria própria

Tabela 3 – Granulometria do Pó de Pedra (massa em g)

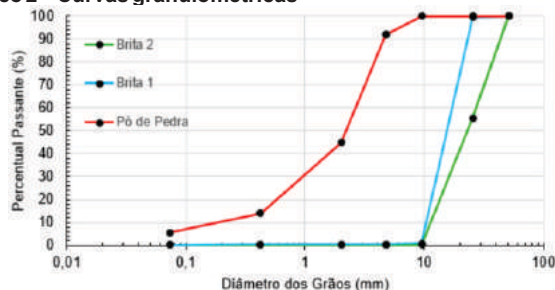
Peneira	(mm)	Amostra 1		Amostra 2	
		Massa:	% pass	Massa:	% pass
1 1/2"	38,1	2207,74	0,00	2555,82	0,00
1"	25,4	0,00	100,00	0,00	100,00
3/8"	9,5	0,00	100,00	0,00	100,00
4	4,76	168,29	92,38	221,65	91,33
10	2,00	1007,22	46,76	1235,46	42,99
40	0,42	705,06	14,82	763,69	13,11
200	0,074	198,74	5,82	200,28	5,27

Fonte: Autoria própria.

Automaticamente foi realizado um gráfico, em que foi levado em consideração a porcentagem passante em cada peneira. Para melhor compreensão dos dados, buscou-se deixar organizado no eixo das abscissas as aberturas das peneiras e nas ordenadas a porcentagem retida do material.

Como pode ser observado no Gráfico 2, aparecem três curvas granulométricas, representando cada agregado, sendo a curva "vermelha" o Pó de Pedra; curva "azul" representa a Brita 1 e a curva "verde" a Brita 2. Para obtenção das curvas foi necessário fazer a média aritmética entre as determinações da Brita 2, Brita 1 e Pó de Pedra.

Gráfico 2 – Curvas granulométricas



Fonte: Autoria própria.

2.3.2. Massa específica do agregado miúdo (DNER-ME 084/94)

Quanto aos resultados obtidos para esse ensaio foram discriminados na Tabela 4. Buscou-se garantir que, entre uma amostra e outra, tivessem uma diferença de $\pm 0,02$, atendendo, assim, à norma do DNER-ME 084/94.

Tabela 4 – Quadro com os resultados do ensaio da massa específica do agregado miúdo

RESULTADOS DA MASSA ESPECÍFICA					
Agregado miúdo					
AMOSTRA 1			AMOSTRA 2		
(A)	Picnómetro vazio (g) =	147,19	(A)	Picnómetro vazio (g) =	147,39
(B)	Picnómetro + Material (g) =	640,78	(B)	Picnómetro + Material (g) =	640,82
(C)	Picnómetro + Material + Água (°C) (g) =	969,7	(C)	Picnómetro + Material + Água (°C) (g) =	968,67
(D)	Picnómetro + Água (g) =	647,93	(D)	Picnómetro + Água (g) =	647,91
D _{ri} = 2,873			D _{rz} = 2,858		
Média entre as densidades reais entre as determinações → D _{rm} = 2,866					

Fonte: Autoria própria.

Pôde ser verificado que houve uma diferença de -0,015 entre as densidades das determinações, satisfazendo o item 7.2.2 da DNER-ME 084/94. Logo, a massa específica média encontrada do Pó foi de 2,866 g/cm³ ou 2.866 kg/m³.

2.3.3. Massa específica do agregado graúdo (DNER 081/98)

Os resultados de caracterização da massa específica do agregado graúdo do rejeito de mineração, no caso da Brita 2, estão exibidos na Tabela 5.

Os cuidados quanto aos resultados desse experimento é que a divergência de valores de uma amostra não fosse mais que $\pm 0,02$ (Item 7.1.4.1.) e que caso o valor da absorção fosse menor que 2%, não deveriam diferir de 0,25% um resultado para outro. Porém, nesse caso, o valor da absorção continuou o mesmo.

Sendo assim, o ensaio teve um valor satisfatório quando finalizado, pois, houve uma diferença de 0,02 da densidade aparente, em que um apresentou 2,64 e outro 2,66. Além da densidade aparente, a absorção foi superior que 2%, não necessitando analisar a diferença de 0,25% em cada amostragem. Inclusive, ambos valores da absorção foram iguais, sendo de 4,84%.

Tabela 5 – Quadro com os resultados do ensaio da massa específica do agregado graúdo.

Agregado graúdo			
Tipo de Material: Brita 2 (rejeito de mineração de pedras de ametista)			
AMOSTRA 1			
(A)	1365,18	Densidade Real =	3,030
(B)	1431,25	Densidade Aparente =	2,640
(C)	914,63	Absorção (%) =	4,84
AMOSTRA 2			
(A)	1358,3	Densidade Real =	3,060
(B)	1424,09	Densidade Aparente =	2,660
(C)	913,96	Absorção (%) =	4,84

Fonte: Autoria própria.

2.3.4. Determinação do limite de plasticidade (DNER-ME 082/94)

Para a obtenção desse ensaio foi necessário medir a massa da cápsula e do agregado após 24 horas em uma estufa.

Quando obtidas as massas, foi realizado o preenchimento do quadro de resultados (Tabela 6). Entre as 11 amostras que foram preparadas, foi possível aproveitar apenas 04, pois tiveram o valor dentro do intervalo de $\pm 5\%$ das médias das umidades. O valor que corresponde +5% é de 21,47% e -5% de 19,42%. Ressalta-se que a quantia de amostras é suficiente segundo os itens 5.1.1 e 5.1.2 da NBR 7180/1984 (Determinação do Limite de Plasticidade).

Os resultados das umidades foram arredondados, sendo a média de 21%.

Tabela 6 – Resultados do Limite de Plasticidade

Resultados do Limite de Plasticidade				
Cápsula nº	12	15	19	20
C + Agregado + A (g)	10,33	8,89	9,95	8,35
C + Agregado (g)	9,89	8,52	9,39	8,03
Água (g)	0,44	0,37	0,56	0,32
Cápsula (g)	7,68	6,75	6,58	6,51
Agregado (g)	2,21	1,77	2,81	1,52
Umidade %	19,90	20,90	19,93	21,05
Umidade % aproximada	20	21	20	22

Fonte: Autoria própria

2.3.5. Determinação do limite de liquidez (DNER 122/97) e índice de plasticidade

A determinação das amostras do limite de liquidez foram apenas cinco, sendo que duas amostras eram menores que 25 golpes e três acima.

As amostras que apresentaram características adequadas de menos de 25 golpes, foram as que receberam 21 e 18 golpes do aparelho de Casagrande. Já as amostras que foram constituídas acima de 25 golpes, tiveram 28, 31 e 34 golpes.

A Tabela 7 detalha a obtenção das umidades que foram calculadas em cada amostra. Já o Gráfico 3, representa a curva de fluidez, em cujo eixo das ordenadas há a umidade e nas abscissas os golpes em cada amostra. As linhas vermelhas, as quais se unem na linha de tendência, interseccionam-se e nos mostra o limite de liquidez ótimo do agregado, sendo 27% de umidade.

No entanto, a norma do DNIT 141/10, refere-se que o limite deve ser inferior ou igual a 25% e quando esse valor for ultrapassado, como em questão, o ensaio de Equivalente de Areia (DNER 054/97) deve ser superior a 30%.

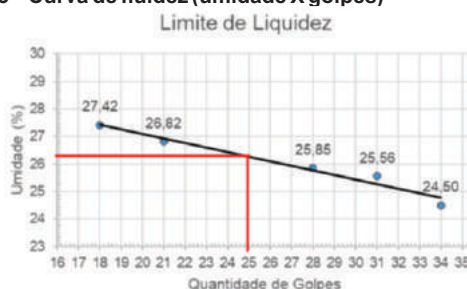
Para descobrir então o índice de plasticidade (IP) do rejeito de mineração basta então subtrair o limite de liquidez (27%) com o limite de plasticidade (21%), o qual resulta no valor de 6%, satisfazendo então a observação do DNIT 141/10, que não poderia ser superior a 6% o IP.

Tabela 7 – Resultados do limite de plasticidade

Resultados do Limite de Liquidez					
Cápsula nº	3	9	2	4	5
C + Agregado + A (g)	14,22	11,1	10,27	12,59	12,14
C + Agregado (g)	12,75	10,11	9,51	11,44	11,03
Água (g)	1,47	0,99	0,76	1,15	1,11
Cápsula (g)	7,27	6,5	6,57	6,94	6,5
Agregado (g)	5,48	3,61	2,94	4,5	4,53
Umidade %	26,82	27,42	25,85	25,56	24,50
Umidade % aproximada	27	28	26	26	25
Golpes	21	18	28	31	34

Fonte: Autoria própria

Gráfico 3 – Curva de fluidez (umidade X golpes)



Fonte: Autoria própria.

CONCLUSÃO

Para uma primeira análise dos rejeitos de mineração de pedras semipreciosas da cidade de Ametista do Sul, o material possui características granulométricas condizentes às especificações da norma do DNIT 141/2010, e pode ser utilizado como agregado alternativo em bases e sub-bases de pavimentos asfálticos.

Ao que diz respeito ao Índice de Plasticidade (IP), o resíduo de mineração de pedras semipreciosas de Ametista do Sul possui um índice de 6%, considerado aceitável para a utilização como agregado em bases ou sub-bases.

No entanto, a norma do DNIT 141/2010 frisa que o Limite de Plasticidade deve ser um valor igual ou inferior a 25% e no ensaio realizado, o valor obtido foi de 27%, tal valor ainda pode ser considerado válido devido à padronização do ensaio.

A pesquisa prossegue com diferentes ensaios. Para que o material seja apto para ser implantado é necessário que o próximo passo seja realizar o ensaio de Equivalente de Areia (DNER 054) e o mesmo deve obrigatoriamente resultar em um índice maior que 30%. Posterior à realização no Equivalente de Areia e o ensaio for compatível com o exigido em norma, podem ser realizados outros ensaios, como o de Compactação e Índice Suporte Califórnia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mariana Bamberg *et al.* **Misturas de solo laterítico e agregados miúdos para uso em pavimentos econômicos.** In: VIII SEMINÁRIO DE ENGENHARIA GEOTÉCNICA DO RIO GRANDE DO SUL, 8, 2015, São Leopoldo – RS. **Anais...** São Leopoldo: 2015.

BERNUCCI, Liedi Bariani *et al.* **Pavimentação asfáltica:** formação básica para engenheiros. Rio de Janeiro: PETROBRAS; ABEDA, 2006. 504 f. il.

CONSELHO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Pesquisa CNT de rodovias 2017: relatório gerencial.** – 21. Ed. – Brasília: CNT: SEST: SENAT, 2017.

COUTO, Jeferson Berni. **Estudo de misturas de solo-agregado em bases e sub bases rodoviárias do Rio Grande do Sul: caracterização de laboratório e execução de trecho experimental.** 2009. 163 f. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Civil)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17358>. Acesso em 19 abril de 2018.

BULIGON, Liliane Bonadiman. **Estudo de misturas de solo argiloso laterítico e resíduo de construção civil para uso em pavimentos econômicos.** 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Engenharia Civil). Universidade regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2015.

DNER – DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. DNER – ME 080/1994: **Análise granulométrica por peneiramento: método de ensaio**. Rio de Janeiro, 1994.

_____. DNER – ME 082/1994: **Solos: determinação do limite de plasticidade**. Rio de Janeiro, 1994.

_____. DNER – ME 122/1994: **Solos: determinação do limite de liquidez**. Rio de Janeiro, 1994.

JUCHEM, Pedro Luiz. **Mineralogia, geologia e gênese dos depósitos de ametista da região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. 239 f. Tese de Doutorado (Área de concentração: Mineralogia e Petrologia). Universidade de São Paulo, 1999.

SASSO, Larissa F.; OLIVEIRA, Jessamine Pedroso de; TRES, Marcos; MORAES, Guilherme Amaral de; LOPES, Diorges Carlos. **Análise e caracterização de resíduos gerados na extração mineral para incorporação em produtos da construção civil**. Salão do Conhecimento Unijuí, 2016, Ijuí, RS.

WASTOWSKI, A. D.; SCHMITT, C.; BRONDANI, E. B.; ROSA, G. M. da; VOLPATTO, F; 2012. **Caracterização química do resíduo sólido gerado na extração de pedra ametista por espectrometria de fluorescência de raios-x por energia dispersiva**.

WAYHS, Carlos Alberto Simões Pires. **Estudo de materiais alternativos utilizados em pavimentação de baixo custo na região noroeste do Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissionalizante. Porto Alegre, Junho, 2004.

POTENCIAL ENERGÉTICO PARA USO DE BIODIGESTORES NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E COMPARAÇÃO COM INVESTIMENTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE PANAMBI

Gabriel Henrique Danielsson¹Natália Krein²Silvana Zauza³Gracieli Cristina Scherer⁴Mauro Fonseca Rodrigues⁵Giuliano Crauss Daronco⁶

RESUMO

A aplicação de biodigestores na zona rural, sobretudo na pecuária intensiva com gado em confinamento, pode ser uma forma de ampliar os recursos financeiros para os produtores. O investimento nesse equipamento pode significar uma forma de venda de energia elétrica, através da compensação energética prevista na Resolução 482/2012 e revisada pela 687/2015. Assim, este trabalho busca apresentar os tipos de biodigestores existentes, o contexto da biomassa e da Geração Distribuída (GD) no Brasil para permitir, posteriormente, através das ferramentas da Engenharia Econômica, comparar o investimento realizado na hidrelétrica de Panambi com uma possível aplicação desse recurso em GD; nesse caso, biodigestores. A metodologia de Engenharia Econômica foi baseada na TIR (Taxa Interna de Retorno) e Payback, de forma a possibilitar a avaliação quanto ao retorno do investimento inicial com e sem taxa de juros aplicada. Os dados utilizados foram obtidos de outros trabalhos realizados e compilados com valores atualizados de tarifas de energia elétrica, para o local original do estudo. Com isso, é necessário verificar que cada análise deve estar focada no ponto de instalação devido às variáveis envolvidas. Além disso, o processo de avaliação parte de proposta comercial real, validando os cálculos para uma situação de aplicação de biodigestores em propriedades de pequeno porte. Por fim, o estudo apresenta que o potencial inexplorado de geração de energia elétrica com biogás na Região é acima de 80% da potência instalada para a Usina Hidrelétrica de Panambi, mas com um menor impacto ambiental a partir da GD criada.

Palavras-chave: Potencial Energético. Geração Distribuída. Biodigestor.

1. INTRODUÇÃO

As fontes renováveis possuem, no Brasil, um

ABSTRACT

The application of bio digesters in the rural area, especially in intensive livestock farming with livestock in confinement, can be a way of increasing the financial resources for the producers. The investment in this equipment can mean a form of sale of electric energy, through the energy compensation provided for in Resolution 482/2012 and revised by 687/2015. Therefore, this work seeks to present the types of existing bio digesters, the context of biomass and the Distributed Generation (GD) in Brazil to allow, later, through the tools of Economic Engineering, compare the investment made in the Panambi hydroelectric plant with a possible application of this resource in GD, in this case bio digesters. The methodology of Economic Engineering was based on the Internal Rate of Return (IRR) and Payback, to allow the evaluation of the return on the initial investment with and without applied interest rate. The data used were obtained from other works performed and compiled with updated values of electric energy tariffs for the original study site. With this, it is necessary to verify that each analysis must be focused on the point of installation due to the variables involved. In addition, the evaluation process starts from a real commercial proposal, validating the calculations for a situation of application of bio digesters in small properties. Finally, the study shows that the unexploited potential of electric energy generation with biogas in the Region is above 80% of the installed capacity for the Panambi Hydroelectric Power Plant, but with a lower environmental impact from the GD created.

Keywords: Energy Potential. Distributed Generation. Bio digester.

forte apelo para construção de uma matriz de energia elétrica mais equilibrada com a necessidade de demanda e manutenção dos aspectos ambientais. Atualmente, predominantemente hídrica, a matriz de

¹Acadêmico de Engenharia Elétrica da UNIJUÍ. Bolsista de Iniciação Científica (PROBIC/FAPERGS) no projeto de pesquisa de Avaliação do Potencial Inexplorado para Geração de Energia Elétrica Renovável no Noroeste do Rio Grande do Sul da UNIJUÍ. E-mail: gabriel.danielsson@gmail.com

²Acadêmica de Engenharia Elétrica da UNIJUÍ. Bolsista do projeto de extensão universitário Física para Todos (PIBEX/UNIJUÍ). E-mail: natikrein@gmail.com

³Acadêmica de Engenharia Elétrica da UNIJUÍ. Bolsista de Iniciação Científica (PROBIC/UNIJUI) no projeto de pesquisa de Avaliação do Potencial Inexplorado para Geração de Energia Elétrica Renovável no Noroeste do Rio Grande do Sul da UNIJUÍ. E-mail: silvana.zauza@gmail.com

⁴Acadêmica de Engenharia Elétrica da UNIJUÍ. Voluntária do projeto de pesquisa de Avaliação do Potencial Inexplorado para Geração de Energia Elétrica Renovável no Noroeste do Rio Grande do Sul da UNIJUÍ. E-mail: gracielscherer@gmail.com

⁵Doutorando e Mestre em Engenharia Elétrica pela UFSM (Grupo CEESP) e Engenheiro Eletricista pela UNIJUÍ. Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica, UNIJUÍ, Campus Santa Rosa. E-mail: mauro.rodrigues@unijui.edu.br

⁶Doutor em Engenharia Civil pela UFRGS e Engenheiro Civil pela UFSM. PhD em Engenharia Civil sistemas hidrossanitários. E-mail: giuliano.daronco@unijui.edu.br

energia elétrica é composta por cerca de 65% de hidrelétricas, sendo estas as principais fontes do sistema e priorizadas no despacho de energia. No entanto, as outras fontes renováveis vêm crescendo em participação, sobretudo eólica e fotovoltaica.

Neste trabalho, está se estudando os biodigestores para aproveitamento da biomassa em áreas rurais e comparando o potencial do Estado do RS, sobretudo na mesorregião Noroeste com o potencial de instalação da Usina Hidrelétrica de Panambi a ser construída no Rio Uruguai, nessa mesma Região geográfica.

Para realizar tal estudo, foram levantadas as principais características de biodigestores, estudadas as formas de integração de pequenas fontes na rede elétrica brasileira (GD), e conseguidas as avaliações de instalação dos biodigestores e da Usina Hidrelétrica de Panambi. De posse desses dados e de seus resultados, em outros estudos com metodologia matemática proveniente da Engenharia Econômica, foi possível comparar os dados para verificar qual o potencial inexplorado para os biodigestores na região e quanto poderia ser aproveitado a partir do investimento realizado na hidrelétrica.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada foi baseada nas ferramentas de Engenharia Econômica, de forma a obter os valores envolvidos e poder realizar a avaliação dos resultados (EHRlich & MORAES, 2005). A partir das técnicas aplicadas de *payback* simples e TIR é possível realizar as avaliações financeiras necessárias.

Para este trabalho, formado a partir da compilação de outras publicações dos autores, foi efetuada uma comparação direta entre os resultados obtidos para os custos de biodigestores gerando energia elétrica e de uma usina hidrelétrica em processo de implantação na mesma região. Com isso, busca-se evidenciar a possibilidade de aplicação de recursos em pequenas fontes de forma a diversificar a matriz de energia elétrica e concretizar a implantação de GD no Brasil.

A comparação direta traz a apresentação dos dados obtidos em tabelas, faz a apresentação do potencial inexplorado de energia elétrica a partir de biodigestores na Região e utiliza os dados financeiros da implantação de biodigestores para geração de eletricidade como base para obter o custo do kW instalado. A partir desse valor, é usado o custo da Usina Hidrelétrica de Panambi para comparar as duas fontes renováveis e verificar quanto se poderia gerar com esse valor aplicado em biodigestores.

3. COMO É COMPOSTO O BIOGÁS

O biogás, também chamado de Metano ou Gobar Gas, é o produto de uma mistura de gases. É um combustível rico em poder calorífico, resultante da fermentação anaeróbica de matérias orgânicas, chamadas de biomassa. (FARRET, 2015).

O biogás é um conjunto gasoso com predominância do gás metano resultado da fermentação de resíduos orgânicos (dejetos de animais,

resíduos vegetais, etc.), na ausência de Oxigênio. (FERRAZ, 1980). A Tabela 1 apresenta uma composição média de gases formadores do biogás.

Tabela 1 - Composição provável dos gases combustíveis

Gás	Porcentagem
Metano (CH_4)	60 a 70%
Carbônico (CO_2)	30 a 40%
Nitrogênio (N)	traços
Hidrogênio (H)	traços
Sulfídrico (H_2S)	traços

Fonte: FARRET (2015)

A capacidade calorífica do biogás depende da quantidade de metano em sua constituição, podendo alternar entre 5.000 a 6.000 kcal/m³. (FARRET, 2015). O uso desse gás em grande escala possibilitaria que a humanidade contivesse o consumo de petróleo, aproveitando o material gerado a partir dos dejetos próprios e de outros animais; assim, essa redução com a não emissão direta na atmosfera do biogás, principalmente do metano, transformar-se-ia em combate à emissão de gases de efeito estufa e, por consequência, minimizaria o aquecimento global (OLIVEIRA, 2009).

O biogás pode ser usado diretamente nos aparelhos que funcionam com GLP, sendo necessária apenas uma abertura maior nos injetores, por causa da baixa pressão de funcionamento, no caso de fogões, queimadores de geladeiras e lâmpadas. Já no caso de motores, qualquer mecânico com experiência é capaz de fazer esta adaptação, sendo recomendável a utilização de aparelhos e motores específicos para biogás (MENEZES, 2008).

4. BIOMASSA

A utilização da biomassa e de biodigestores oferece notável vantagem na área rural, cujas sobras de resíduos culturais e dejetos de animais podem ser utilizados para elaboração de fertilizante, que é o material orgânico processado no biodigestor e usado como adubo. Além desse benefício, pode-se fornecer a energia necessária para a iluminação, aquecimento de fogões, campânulas, o aquecimento de ambientes, estufas, aquecedores de água, lâmpadas, chuveiros, acionamento de motores e outros aparelhos. (FARRET, 2015)

5. O QUE É BIODIGESTOR E SEUS TIPOS

O biodigestor pode ser definido como uma câmara de fermentação ou tanque de fermentação, normalmente circular, construído abaixo do nível do solo com o objetivo de tentar minimizar as variações de temperatura que podem levar à interrupção do processo de fermentação e consequentemente à parada na produção de gás. (OLIVEIRA, 2009)

5.1. BIODIGESTOR MODELO INDIANO

Este modelo caracteriza-se por possuir uma campânula como gasômetro, que pode estar mergulhada sobre a biomassa em fermentação, ou em um selo d'água externo e uma parede central que divide

o tanque de fermentação em duas câmaras. Esta parede faz com que o material circule por todo o interior da câmara de fermentação, como mostra na Figura 1 e na Figura 2. (DEGANUTTI *et al.*, 2002).

Segundo Deganutti *et al.* (2002), o fato do gasômetro estar disposto sobre o substrato ou sobre o selo d'água, reduz as perdas durante o processo de produção do gás.

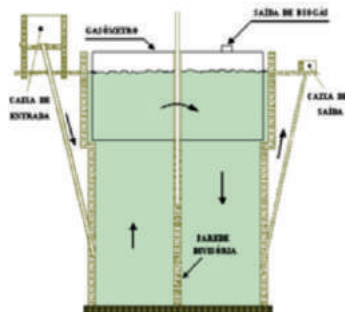
O resíduo a ser utilizado para alimentar o biodigestor indiano deverá apresentar uma concentração de sólidos totais (ST), não superior a 8%, para assim facilitar a circulação do mesmo pelo interior da câmara de fermentação e evitar o entupimento dos canos de entrada e de saída do material. O abastecimento também deverá ser contínuo, ou seja, alimentado por dejetos bovinos e/ou suínos, que apresentam uma certa regularidade no fornecimento de dejetos. (DEGANUTTI *et al.*, 2002).

Figura 1 - Representação tridimensional em corte do biodigestor modelo indiano.



Fonte: OLIVEIRA, et al, 2009.

Figura 2 - Vista frontal, em corte, do biodigestor modelo Indiano.



Fonte: BENINCASA; ORTLANI; LUCAS JUNIOR, 1990.

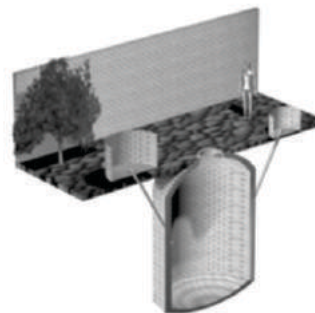
5.2. BIODIGESTOR MODELO CHINÊS

Constituído quase que totalmente em alvenaria, dispensando o uso de gasômetro em chapa de aço, este biodigestor é formado por uma câmara cilíndrica para fermentação, com teto impermeável, destinado ao armazenamento do biogás. Funciona com base no princípio de prensa hidráulica, de modo que o aumento de pressão em seu interior, devido ao acúmulo de biogás, gere um deslocamento do efluente da câmara de fermentação para a caixa de saída e em sentido contrário quando ocorre o decréscimo da pressão. (DEGANUTTI *et al.*, 2002).

Opta-se pela utilização deste tipo de biodigestor em instalações de pequeno e médio porte, uma vez que uma parcela do gás formado na caixa de saída é liberada para atmosfera, reduzindo a

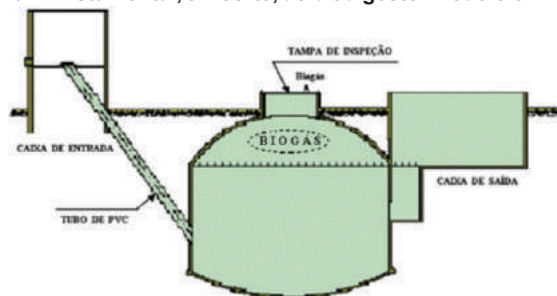
pressão interna do gás. Assim como o modelo indiano, o substrato deverá ser fornecido continuamente, com a concentração de sólidos totais em torno de 8%, para evitar entupimentos do sistema de entrada e facilitar a circulação do material (DEGANUTTI *et al.*, 2002). A Figura 3 mostra a representação tridimensional do interior do biodigestor modelo Chinês. Na Figura 4 mostra a vista frontal, em corte, do biodigestor.

Figura 3 - Representação tridimensional em corte do biodigestor tipo Chinês.



Fonte: OLIVEIRA, et al, 2009.

Figura 4 - Vista frontal, em corte, do biodigestor modelo Chinês.



Fonte: DEGANUTTI *et al.*, 2002.

5.3. BIODIGESTOR MODELO CANADENSE

O biodigestor modelo Canadense é um modelo tipo horizontal, com sentido de fluxo tubular, apresentando uma geometria retangular, construído em alvenaria e com largura maior que a profundidade; assim, tendo uma grande área de exposição ao sol, que em climas quentes contribui para a produção de biogás pela elevação da temperatura (CASTANHO & ARRUDA, 2008). Este modelo é o mais utilizado nas propriedades do Sul do Brasil (OLIVEIRA, 2012), e é indicado para grandes volumes de dejetos, pois apresenta um valor financeiro mais acessível para implantação (CUNHA, 2007).

Esse modelo é constituído por uma caixa de entrada, para onde são canalizados os dejetos provenientes das unidades criadoras; uma câmara de fermentação subterrânea; campânula superior construída com lona plástica para reter o biogás produzido; uma caixa de saída, por onde passa o efluente final sendo conduzido para uma esterqueira; um registro para saída do biogás e um queimador do biogás. Por segurança, o biodigestor deve estar cercado e seus arredores limpos para assim oferecer um risco menor de ocorrer furos na lona da campânula. (OLIVEIRA, 2012)

Figura 5 - Representação do biodigestor tipo Canadense.



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

5.4. BIODIGESTOR MODELO DA MARINHA BRASILEIRA

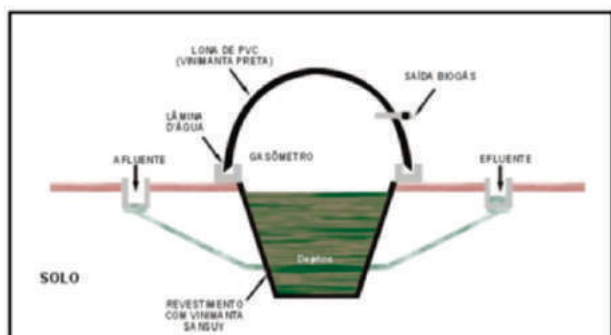
Na década de 70, o Instituto de Pesquisa da Marinha do Brasil (IPqM) realizou estudos sobre biodigestores e acabou desenvolvendo o modelo conhecido como Biodigestor da Marinha do Brasil (PRATI, 2010).

O modelo é do tipo horizontal; isto é, seu reservatório tem a largura maior que a profundidade, com a câmara de fermentação podendo ser construída abaixo ou não do nível do solo e contendo um gasômetro feito de plástico, material maleável de Policloreto de Vinila (PVC) que infla quando a quantidade de biogás aumenta (FRANÇA JR. 2008).

Atualmente esse modelo de biodigestor é o mais difundido no Brasil devido ao aperfeiçoamento da manta impermeável que passou a ser confeccionada em PVC, o que confere menor custo e maior facilidade de instalação, além de apresentar maior resistência à corrosão provocada pela água e pelo ácido sulfídrico presente na mistura gasosa (PRATI, 2010). Sua principal desvantagem diz respeito ao espaço físico disponível para instalação. Por ter uma profundidade pequena, necessita de uma grande área superficial para que consiga armazenar uma grande quantidade de dejetos (OLIVEIRA, 2009).

É indicado para projetos industriais e agroindustriais por ser versátil ao uso de diferentes resíduos orgânicos e ser capaz de armazenar grande quantidade de resíduos possíveis à fermentação anaeróbica, produzindo assim uma grande quantidade de biogás e estabilizando os dejetos que podem ser utilizados como biofertilizantes (OLIVEIRA; HIGARASHI, 2006).

Figura 6 – Representação em corte do biodigestor modelo da marinha



Fonte: OLIVEIRA, 2009.

Figura 7 – Biodigestor modelo da marinha

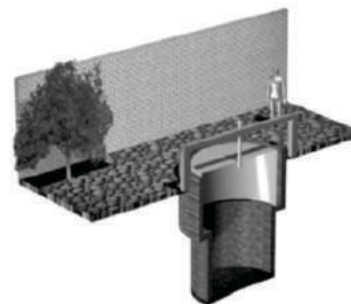


Fonte: RORATTO, 2014

5.5. BIODIGESTOR MODELO BATELADA

Trata-se de um sistema simples e de pequena exigência operacional, como mostrado na Figura 5. Sua instalação pode ser apenas um tanque anaeróbio, ou vários tanques em série. Sendo um biodigestor descontínuo, a modelo batelada é abastecida de uma só vez, mantendo-se em fermentação por um período satisfatório, sendo o material descarregado após o término do período de produção de biogás. Esse tipo adapta-se melhor quando a disponibilidade de biomassa ocorre em períodos longos, como ocorre em granjas avícolas de corte, cuja biomassa fica a disposição após a venda dos animais e limpeza do galpão. (DEGANUTTI *et al.*, 2002).

Figura 5 - Representação tridimensional em corte do biodigestor tipo Batelada



Fonte: DEGANUTTI *et al.*, 2002.

6. GERAÇÃO DISTRIBUÍDA (GD)

Em 17 de abril de 2012 entrou em vigor a Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, em que certifica que o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. Trata-se da micro e da minigeração distribuídas de energia elétrica. (ANEEL, 2018)

A ANEEL (2015) define como microgeração distribuída uma central geradora de energia elétrica que possui potência instalada menor ou igual a 75 kW e minigeração distribuída uma central geradora de energia elétrica que possui potência instalada maior que 75 kW e menor ou igual a 3 MW para fontes hídricas ou menor e igual a 5 MW para cogeração qualificada.

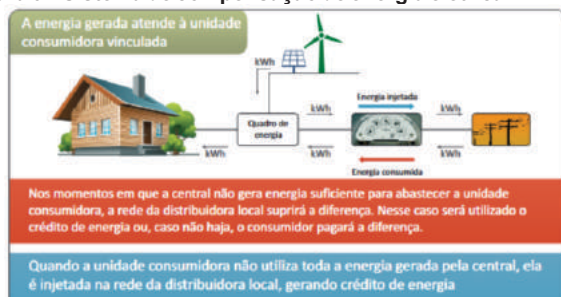
Portanto, a GD torna-se uma alternativa a ser explorada. O próprio consumidor torna-se gerador de energia elétrica, sendo chamado de “prosumidor”, união das palavras consumidor e produtor.

Um ponto a ser destacado é que, se o sistema gerar energia elétrica excedente, essa energia pode ser

injetada na rede da concessionária a qual está ligada, gerando créditos para o consumidor.

A resolução normativa nº 482/2012 ainda garante que os créditos gerados pela energia injetada na rede da concessionária podem ser utilizados para abater o consumo em outro posto tarifário ou na fatura dos meses subsequentes. Os créditos gerados se mantêm válidos por 60 meses. A figura 6 ilustra como ocorre o sistema de compensação de energia elétrica.

Figura 6 – Sistema de compensação de energia elétrica.



Fonte: ANEEL, 2016.

7. ESTUDO DE CASO

Com o objetivo de analisar o potencial inexplorado de biogás na mesorregião do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, realizaram-se pesquisas com o intuito de obter informações relevantes referentes ao potencial de geração de energia elétrica através de biodigestores.

Durante a elaboração das pesquisas se fez necessário obter dados como o número de suínos do País, Estado do Rio Grande do Sul e Região Noroeste do Estado, para posterior comparação e avaliação do potencial da região.

Conforme dados obtidos no site da Seappa (2018), o número de cabeças de suínos criados no país no ano de 2015 foi de 40.332.553; o mesmo autor também informa a quantidade referente à criação no Estado do Rio Grande do Sul que corresponde ao valor de 5.948.537 cabeças e o número referente à criação na Mesorregião do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul é de 3.397.268, conforme é possível observar na tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de suínos no País, Estado e Região.

Número de suínos Brasil	Número de suínos RS	Número de suínos Mesorregião Noroeste
40.332.553,00	5.948.537,00	3.397.268,00

Fonte: Seappa (2018)

Com a obtenção dessas informações pode-se verificar o quão grande é o número de suínos criados em confinamento no País, Estado e Região. Ao realizar uma comparação em porcentagem, pode-se observar que o Estado do Rio Grande do Sul possui 14,75% e a Mesorregião possui 8,42% do total do número de suínos criados no País. Realizando uma análise mais direcionada ao Estado e Região, a Mesorregião analisada possui 57,12% do total da criação do Estado, isso corresponde a mais da metade do número de suínos criados em todo Estado, conforme se pode observar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Relação de porcentagem da criação de suínos no Rio Grande do Sul



Fonte: Autoria própria

Com esta análise comprova-se que a Mesorregião lidera o mercado de criação de suínos, apresentando um número bem superior comparado às demais regiões do Estado. Na figura 7 pode-se observar que a área que está identificada com o número 1 destaca a Mesorregião Noroeste Rio-grandense.

Figura 7 – Mesorregião do Noroeste do Estado do RS.



Fonte: IBGE 2011

Também é importante salientar que, se comparada em área territorial, a mesma é inferior às demais regiões, implicando numa alta concentração de suínos por metro quadrado.

7.1. CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE BIOGÁS

Conforme Farret (2014), um suíno produz 2,25 kg de dejetos por dia e 1 kg de dejetos produz 0,064m³ de biogás. Através da equação (1) e (2) pode-se obter o valor do volume de biogás gerado em um dia.

$$T_{\text{biogás/animal}} = m_{\text{dejetos/dia}} \cdot f_{\text{produção/animal}}$$

$$T_{\text{biogás/animal}} = 2,25 \cdot 0,064$$

$$T_{\text{biogás/animal}} = 0,14 \text{ m}^3/\text{dia}$$

Onde T é a quantia de biogás produzido por animal, proveniente de m que são os dejetos produzidos por dia e f que é a produção de dejetos por animal. A partir da equação (1) vem a equação (2)

$$T1_{\text{biogás/dia}} = T_{\text{biogás/animal}} \cdot N$$

$$T1_{\text{biogás/dia}} = 0,14 \cdot 3.397.268,00$$

$$T1_{\text{biogás/dia}} = 475.617,52 \text{ m}^3/\text{dia}$$

Onde $T1$ é a quantia de biogás produzida por dia, a partir do produto de T , quantia de biogás produzida por animal, e N , que é quantidade de animais do local. Assim é possível obter valor total da capacidade de produção biogás/dia. Com essas informações foi possível realizar os cálculos e obter os valores referentes ao total de biogás gerado no País, Estado e Mesorregião.

Tabela 3 - Produção de Biogás em m³/dia no País, Estado e Mesorregião.

Volume BIOGÁS produzido no Brasil m³/dia	Volume Biogás produzido no Estado do RS m³/dia	Volume Biogás produzido na Mesorregião Noroeste do Estado m³/dia
5.646.557,42	832.795,18	475.617,52

Fonte: Autoria Própria

Segundo comparativos de Lima (2007) e levando em consideração os fatores climáticos, faz-se necessário reduzir do valor encontrado em 30%, o que dará uma margem menor de erros no dimensionamento do gerador.

Farret (2014) informa que, para obter informações sobre a capacidade de geração de energia elétrica com o biogás, é de fundamental importância os dados referentes à capacidade de produção de biogás/dia.

7.2. CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Para obter o valor referente à capacidade de geração de energia elétrica, realizou-se uma análise de um motor gerador. Tendo como base o motor/gerador de 30 kVA que consome, em média, 10 m³ de biogás por hora; então, a cada 10 m³ de biogás o motor gerador gera 30 kVAh de energia.

Tabela 4 - Capacidade de produção de biogás m³/h na Mesorregião Noroeste.

Biogás produzido/animal.dia	Nº Suínos Mesorregião	100% biogás /dia	70% biogás/dia	m³/hora
0,14	3.397.268,00	475.617,52	332.932,26	13.872,18

Fonte: Autoria Própria

Se 3.397.268 suínos geram 475.617,52 m³/dia de biogás, considerando as perdas que equivalem a 30%, então a capacidade de geração é de 332.932,26 m³/dia de biogás, dividindo esse valor por 24 que é o número de horas do dia é possível obter o valor da capacidade de geração de biogás por hora na Mesorregião Noroeste Rio-grandense, que é de 13.872,18 m³/h.

Realizou-se a mesma análise no Estado do RS e no País para comparações. Conforme se pode observar, na tabela 5 tem-se a capacidade de produção em m³/h de biogás no Estado RS.

Tabela 5 - Capacidade de produção de biogás m³/h no Estado RS.

Biogás gerado/animal.dia	Nº Suínos Estado RS	100% biogás /dia	70% biogás/dia	m³/hora
0,14	5.948.537,00	832.795,18	582.956,63	24.289,86

Fonte: Autoria Própria

Na tabela 6, tem-se o valor da capacidade de produção em m³/h de biogás no País Brasil.

Tabela 6 - Capacidade de produção de biogás m³/h no País.

Biogás gerado/animal.dia	Nº Suínos Estado BRASIL	100% biogás /dia	70% biogás/dia	m³/hora
0,14	40.332.553,00	5.646.557,42	3.952.590,19	164.691,26

Fonte: Autoria Própria

A partir dos dados obtidos, é necessário identificar qual a capacidade de geração de energia elétrica por m³/h de biogás. Segundo Farret (2014), para o gerador aplicado, com capacidade de geração de 30 kVA a cada 10 m³/h de biogás, pode-se aplicar a equação (3), sendo possível observar a capacidade de potência instalada em kVA.

$$P \text{ kVA} = C_p \text{ biogás m}^3/\text{h} \cdot \frac{C_{gm}}{C_{bm}}$$

$$P \text{ kVA} = 13.872,18 \cdot \frac{30}{10}$$

$$P \text{ kVA} = 41.616,53$$

Onde $P \text{ kVA}$ é a potência instalada em kVA, C_{gm} é a capacidade de geração do motor, C_{bm} é o consumo de biogás pelo motor e $C_p \text{ biogás m}^3/\text{h}$ é a capacidade de produção do biogás em m³ por hora. Para obter a capacidade de potência ativa instalada foi aplicada a equação (4).

$$P \text{ kW} = P \text{ kVA} \cdot FP$$

$$P \text{ kW} = 41.616,53 \cdot 0,9$$

$$P \text{ kW} = 37.454,88$$

Onde $P \text{ kW}$ é a potência instalada em kW, $P \text{ kVA}$ é a potência instalada em kVA e o fator de potência em FP . A partir das equações apresentadas é possível obter os valores do potencial de geração de energia elétrica por biodigestores com biogás na Mesorregião Noroeste Rio-grandense e também do Estado do RS e País Brasil, tornando possível realizar um comparativo do potencial, conforme se pode observar na tabela 7.

Tabela 7 - Potencial de geração de energia elétrica por biogás.

País Brasil	Estado RS	Mesorregião Noroeste Rio-grandense
494.073,77 kVA	72.869,58 kVA	41.616,53 kVA
444.666,40 kW	65.582,62 kW	37.454,88 kW

Fonte: Autoria Própria

Ao analisar os resultados é possível afirmar que o País e principalmente o Estado e a Região apresentam grande capacidade de gerar energia elétrica através de um potencial que hoje é inexplorado, o biogás. Sendo uma energia renovável, convém compará-lo com nossa principal fonte desta área: a hídrica.

7.3. COMPARATIVO COM FONTE HÍDRICA

A fonte hídrica ainda é a maior fonte de geração de energia elétrica no País e apresenta um elevado potencial energético, além de ser a melhor e mais barata forma de armazenar energia elétrica. Entretanto, possui como desvantagem o impacto ambiental proveniente da construção da mesma e o grande investimento necessário para sua realização em detrimento das pequenas fontes em GD (FARRET, 2014).

Atualmente as fontes de energias renováveis associadas à GD apresentam constante crescimento, devido às vantagens que apresentam, como o aproveitamento de fontes naturais de energia. Entretanto, ainda existem estudos, projetos e incentivos para a construção de novas hidrelétricas no País, Estado e Região e, com isso, muitas fontes renováveis que possuem alto potencial de geração de energia elétrica ainda continuam sendo desperdiçadas, como é o caso do biogás, citado neste estudo. O projeto das

hidrelétricas Garabi-Panambi pode ser citado com exemplo, sendo que já foram realizados os estudos para sua instalação.

A hidrelétrica de Panambi está localizada na mesorregião em que o estudo está baseado; devido a isso, pode-se realizar um comparativo referente ao investimento e capacidade do potencial de geração entre as fontes.

Conforme pesquisa realizada no site da Eletrobrás (2018), o custo previsto para a implantação da hidrelétrica de Panambi é de R\$ 8.701.568.681,63 e tem previsão de potência instalada de 1.048.000,00 kW. Com essas informações é possível realizar uma análise sobre a capacidade de geração de energia elétrica a partir do biogás disponível na Mesorregião em estudo com o investimento destinado a hidrelétrica.

Para realizar esta análise é necessário obter valor referente ao custo kW produzido por biogás; para isso, utilizou-se a equação (5).

$$Cb \text{ kW} = \frac{Isb \text{ R\$}}{Pi \text{ kW}}$$

$$Cb \text{ kW} = \frac{234.230,00}{25}$$

$$Cb \text{ kW} = 9.369,00 \text{ kW}$$

Onde $Cb \text{ kW}$ trata-se do custo do kW produzido por biodigestores, $Isb \text{ R\$}$ é o valor do investimento de um sistema de geração por biodigestores e $Pi \text{ kW}$ é a potência instalada do mesmo, chegando ao valor de R\$ 9.369,00 por kW (SZAMBELAN, 2017).

Com isso, pode-se calcular qual a quantidade de energia elétrica que é possível gerar por biodigestores com o investimento aplicado na hidrelétrica de Panambi, podendo, assim, ter uma base sobre a capacidade de aproveitamento do potencial inexplorado do Estado e Mesorregião. Para obter o resultado do potencial de geração de energia elétrica por biodigestores com o valor da hidrelétrica, foi utilizada a equação (6).

$$PGBH = \frac{Inv \text{ H R\$}}{C \text{ kWb}}$$

$$PGBH = \frac{7.892.162.619,11}{9.369,00}$$

$$PGBH = 842.369,80 \text{ kW}$$

Onde o $PGBH$ é o potencial de geração de energia elétrica por biodigestores com o valor da hidrelétrica, $Inv \text{ H R\$}$ é o investimento total da hidrelétrica e $C \text{ kWb}$ é o custo de geração do kW do biodigestor, chegando ao resultado de R\$ 842.369,80/kW.

Na tabela 8 pode-se observar a quantidade de energia em kW, que é possível gerar por biodigestores se aplicado o investimento previsto para hidrelétrica de Panambi na Mesorregião Noroeste.

Tabela 8 – Potencial de geração por biodigestores com investimento da hidrelétrica.

Investimento hidrelétrica de Panambi R\$	Custo de geração por kW do Biodigestor R\$	Potencial da Geração por Biodigestor com o valor da hidrelétrica kW
7.892.162.619,11	9.369,00	842.369,80

Fonte: Autoria própria

Analisando a capacidade de geração de energia

a partir do biogás produzido por dejetos suínos disponível na Mesorregião Noroeste, nota-se que o mesmo apresenta um grande potencial de geração, porém não é capaz de gerar toda capacidade da hidrelétrica sozinha. Acontece o mesmo ao analisar o potencial de geração do Estado, apesar do potencial de geração por biodigestores de todo RS apresentar boa capacidade de geração ainda é inferior à capacidade de geração da hidrelétrica, conforme se pode observar na tabela 9. Mesmo assim, confere verificar que com esse investimento seria possível alcançar mais de 80% da potência instalada da hidrelétrica. E, pelos valores mostrados anteriormente, percebe-se que não teria potencial suficiente a partir dos dejetos existentes, requerendo mais pocilgas para atingir essa potência.

Tabela 9 - Potencial de geração Hidrelétrica Panambi x Potencial Biogás RS

Capacidade de geração Hidrelétrica kW/h	Capacidade de Geração Biodigestores kW
1.048.000,00	842.369,80

Fonte: Autoria própria

CONCLUSÕES

A partir do exposto, pode-se concluir que, se o potencial de geração dos biodigestores for associado a outras fontes de geração de biogás, como o biogás produzido através de dejetos bovinos e a outras fontes de geração de energia renováveis aplicadas à GD, como por exemplo, a fotovoltaica, que também apresenta enorme potencial de geração na região em estudo, a capacidade de geração será muito superior a que a hidrelétrica é capaz de gerar.

Outro ponto importante a salientar é referente ao custo elevado do kW da produção de energia elétrica através do biogás, pois, se o custo fosse inferior ao analisado atualmente, o potencial de geração seria muito superior ao valor encontrado neste estudo que se baseou em projeto realizado para propriedade rural de pequeno porte, que gera energia em poucas horas do dia, por não ter biogás suficiente para suprir o gerador durante todo período.

Assim, é importante ressaltar as variáveis que envolvem a análise de custo: energia a ser gerada, instalação do biodigestor, instalação do gerador, adaptação das instalações rurais para coleta dos dejetos, preço da energia elétrica, consumo de energia elétrica local. Esses aspectos influenciam diretamente na análise e devem ser acompanhados, pois a alteração dos mesmos pode modificar os resultados agora obtidos. Por exemplo, ao aumentar o preço da energia elétrica, diminui o custo do kW de potência instalado do biodigestor; maior venda de biodigestores, com fabricação local, tende a diminuir seu custo, diminuindo o custo do kW de potência instalado do biodigestor e, assim, sucessivamente.

Por fim, ainda é possível destacar que esse investimento atenderia todas as instalações de suinocultura da região para implantação de biodigestor para geração de energia elétrica e sobriam recursos para aplicação em outras fontes de energia elétrica. Estas avaliações ficarão para trabalhos futuros, numa proposição de diversificação da matriz de energia elétrica brasileira.

REFERÊNCIAS

2015. **Ef. Rebanho Suíno IBGE**. Acesso em: 12/04/2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.rs.gov.br/pecuaria>>.
- BENINCASA, M.; ORTLANI, A. F.; LUCAS JUNIOR J. 1990. **Biodigestores Convencionais**.
- CASTANHO, D.S.; ARRUDA, H. J. **Biodigestores**. IN: VI Semana de Tecnologia em Alimentos. Anais. Ponta Grossa, 2008.
- CUNHA, L. **Uso do biodigestor para tratamento de dejetos suínos**. 2007. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- DEGANUTTI, R.; PALHACI, M. C. J. P.; ROSSI, M.; TAVARES, R; SANTOS, C. **Biodigestores rurais: modelos indiano, chinês e batelada**.
- EHRlich, P. J. & MORAES, E. A. (2005). **ENGENHARIA ECONÔMICA: Avaliação e Seleção de Projetos de Investimento**. São Paulo/SP; Ed. Atlas.
- FARRET, F. A. **Aproveitamento de pequenas fontes de energia elétrica**. 2ª edição. Santa Maria – RS: Editora UFSM, 2010.
- FERRAZ, J.M.G. e MARRIEL, I.E. **Biogás; fonte alternativa de energia**. Sete Lagoas, EMBRAPA-CNPMS, 1980.
- FRANÇA Jr., Antonio Tavares de; **Análise do aproveitamento energético do biogás produzido numa estação de tratamento de esgoto**. Ilha Solteira, SP.
- MENEZES, H. S. **Geração de biogás a partir de esterco caprino**. 2008, 25 f. Trabalho de conclusão de curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Formas Alternativas de Energia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.
- OLIVEIRA, M. M. **Estudo da inclusão de compartimentos em biodigestores modelo canadense**. 2012. 118f. Tese (Mestrado em Engenharia de Processos) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), Rio Grande do Sul, 2012.
- OLIVEIRA, P. A. V.; HIGARASHI, M. M. - **Geração e utilização de biogás em unidades de produção de suínos**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006.
- OLIVEIRA, R. D. **Geração de energia elétrica a partir do biogás produzido pela fermentação anaeróbica de dejetos em abatedouros e as possibilidades no mercado de carbono**. 2009, 98 f.
- PRATI, L. **Geração de Energia Elétrica a partir do biogás gerado por Biodigestores**. 2010. Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Elétrica - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2010.
- RORATTO, L. **Análise e construção de um biodigestor para pequenas propriedades rurais**. 2014, 51 f. Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Mecânica - Faculdade de Horizontina, Horizontina, 2014. SRD. 2015. **Geração distribuída**. Acesso em: 20/04/2018. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/geracao-distribuida>>.

PERCEPÇÃO DOS HOMENS UNIVERSITÁRIOS SOBRE A EMANCIPAÇÃO DA MULHER CONTEMPORÂNEA¹

Jéssica Thaise Baumgarten²
Lizete Diegues Piber³

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a percepção dos homens adultos jovens e universitários sobre a emancipação da mulher contemporânea, compreendendo seu pensamento sobre as atribuições domésticas e cuidados aos filhos, o trabalho da mulher fora do lar, seu comportamento na sociedade e como percebem suas atitudes em relacionamentos amorosos e sexuais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, sendo o delineamento um estudo de caso múltiplo. Sendo os participantes doze universitários do gênero masculino, heterossexuais, solteiros, adultos jovens, entre 18 anos e 26 anos, regularmente matriculados em cursos de uma universidade comunitária do interior do Rio Grande do Sul, sendo os cursos dos Departamentos de Engenharias e Ciências da Computação e de Ciências Sociais Aplicadas. Os dados foram coletados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e foram analisados a partir da análise de conteúdo. Em relação à emancipação da mulher contemporânea os participantes têm a clareza do que significou esse movimento. Quanto às atribuições domésticas e o cuidado aos filhos foi percebido que se mantém um modelo tradicional em que as mulheres seriam as responsáveis por tais funções. O trabalho da mulher contemporânea fora do lar foi considerado positivo. Os participantes acreditam que não existe um modelo ideal de comportamento feminino, mas consideram as mulheres contemporâneas vulgares em que as mesmas estariam buscando sexo ao invés de relacionamento amoroso e se tratando de relacionamento acreditam que os homens são os que têm mais liberdade.

Palavras-chave: Mulher contemporânea. Homem universitário. Emancipação feminina.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a família tem passado por diversas mudanças na atualidade, sendo passível de vários modelos de configuração. Na contemporaneidade alguns valores “tradicionais” que fundamentam as relações familiares são abandonados e uma nova forma de relação é construída a partir dessas mudanças, porém, a literatura sobre família apresenta uma leitura ainda bastante sólida do patriarcado, assumindo valores como imutáveis nas famílias.

ABSTRACT

The article aims to analyze the perception of young people and college adult men on the emancipation of contemporary women, including their thoughts on domestic duties and care for children, women's work outside the home, their behavior in society and how they notice their attitudes in love and sexual relationships. This is a qualitative, descriptive and exploratory research, and the design a multiple case study. Being the twelve university participants male, heterosexual, single, young adults, between 18 and 26 years, enrolled in courses at a community college in the countryside of Rio Grande do Sul, and the courses in the Departments of Engineering and Computer Science and Applied Social Sciences. Data were collected from conducting semi-structured interviews and analyzed from the content analysis. Regarding the emancipation of contemporary women participants have the clarity of which meant that movement. As for domestic duties and the care of children it was perceived that remains a traditional model where women would be responsible for such functions. The work of contemporary women outside the home was considered positive. Participants believe that there is no ideal model of female behavior, but consider the common contemporary women where they would be looking for sex rather than love relationship and dealing with relationship believe that men are the ones who have more freedom.

Keywords: Contemporary woman. College man. Female Emancipation.

Segundo Bruschini (1993), o patriarcado, base familiar da sociedade agrária escravocrata do Brasil colonial, dava importância fundamental ao núcleo conjugal e à autoridade masculina; esta sendo função do patriarca, chefe ou “coronel”, dono do poder econômico e mando político.

Até meados do século atual, o modelo familiar predominante foi a chamada “família tradicional”, com numerosos traços do patriarcado. Nesse modelo, o homem é o chefe da casa, é responsável pelo trabalho remunerado, exercendo autoridade sobre a mulher e os filhos. A mulher entra nesse contexto como a responsável pelas funções domésticas, dedicando-se

¹Trabalho de pesquisa apresentado como requisito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Santo Ângelo.

²Psicóloga, graduada na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Santo Ângelo.

³Professora do Curso de Psicologia orientadora da pesquisa.

aos filhos e ao marido. (PRATTA & SANTOS, 2007).

Devido às diversas mudanças na organização social, que surgem em um contexto de crescente urbanização e industrialização, de avanços tecnológicos, pela lógica do mercado de culto ao consumo, pela entrada da mulher no mercado de trabalho, a sociedade requer uma nova forma de referência valorativa, baseada no individualismo. Deste individualismo surgirá a procura por igualdade pelos indivíduos. Petrini (2005) diz que o modelo tradicional, no qual as mulheres realizam as tarefas domésticas e o primado, responsabilidade dos homens, é abandonado, porém, não surgem outros modelos familiares que tenham uma validade universalmente reconhecida e aceita.

Apesar do alcance da valorização da independência da mulher, na contemporaneidade não se percebem ainda alterações profundas nos papéis de gênero e na estrutura tradicional da família. Devido à exposição a novos valores e acesso à educação, é possível um questionamento das mulheres sobre o casamento e o lar que as sufoca. Uma nova esposa, menos subjugada ao marido tirano, mas nem por isso menos dedicada ao lar e à família, passa a ser valorizada. (BRUSCHINI, 1993).

Compreendendo desse modo as relações contemporâneas, organiza-se a pesquisa que tem como objetivo geral analisar a percepção dos homens adultos jovens e universitários sobre a emancipação da mulher contemporânea. Como objetivos específicos busca-se compreender o pensamento do homem adulto jovem e universitário, sobre as atribuições domésticas e cuidados aos filhos, o trabalho da mulher contemporânea fora do lar, o comportamento feminino na sociedade e como percebem as atitudes das mulheres contemporâneas em relacionamentos amorosos e sexuais.

A questão norteadora do trabalho de investigação é: Qual a percepção dos homens adultos jovens e universitários sobre a emancipação da mulher contemporânea?

Partiu-se da intenção de verificar a percepção dos homens universitários sobre as mulheres contemporâneas, já que elas trouxeram formas diferentes de se relacionar, mudanças de comportamentos e posturas, a transformação da sociedade, que remete diretamente a forma de se relacionar entre homens e mulheres, em que se busca a igualdade entre os gêneros. A necessidade de investigar a forma dos homens verem essa emancipação é de grande valia para o entendimento de diversos comportamentos sociais.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, exploratória, sendo o delineamento um estudo de caso múltiplo. Os participantes da pesquisa são doze (12) universitários do gênero masculino, heterossexuais, solteiros, adultos jovens entre 18 e 26 anos, regularmente matriculados em cursos de uma universidade comunitária do interior do Rio Grande do Sul, sendo os cursos dos Departamentos de Engenharias e Ciências da Computação e de Ciências

Sociais Aplicadas. Os cursos foram definidos através de sorteio; três cursos por departamento, em cada curso sorteados dois alunos indicados pela coordenação entrevistados através de uma entrevista semiestruturada, contendo dezessete (17) questões.

Como procedimentos éticos o projeto foi encaminhado para a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da universidade. Após aprovado, foi feito o contato com os participantes e a entrevista foi realizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados através da análise de conteúdo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os casos serão apresentados a seguir, bem como as categorias de análise oriundas das diferentes falas dos sujeitos.

PARTICIPANTE	IDADE	CURSO
A	20 anos	Engenharia Elétrica
B	21 anos	Engenharia Elétrica
C	24 anos	Administração
D	20 anos	Administração
E	20 anos	Engenharia Civil
F	20 anos	Engenharia Civil
G	18 anos	Ciências Contábeis
H	25 anos	Ciências Contábeis
I	25 anos	Engenharia Mecânica
J	20 anos	Engenharia Mecânica
K	21 anos	Direito
L	19 anos	Direito

3.1. CATEGORIA 1: LUTA FEMININA

A principal razão para a luta feminina foi a percepção das mulheres de que existem desigualdades entre os gêneros. Essa desigualdade parece se estruturar em torno de dois fatores originais que condicionarão, ideologicamente, essa forma de organização social da espécie humana. São estes os controles da informação técnica, ou seja, do conhecimento, e a solidariedade masculina na apropriação e gestão dessa informação. (MARTIN & OLIVEIRA, 2005).

Nesse processo, a inovação técnica irá formando um acervo de conhecimentos destinado aos homens, aos quais as mulheres não terão acesso. A apropriação masculina do conhecimento será solidariamente defendida por eles. Esse estereótipo de exclusão feminina do conhecimento constituirá uma estrutura conservadora, em torno da qual se organizará a maior parte das sociedades históricas. Existirá trabalho de homem e tarefas de mulher. Para elas, as tarefas de caráter agrícola ou doméstico, pela simplicidade dos procedimentos, não vão requerer maior informação técnica. Assim, a especialização de atividades entre os gêneros dará origem à desigualdade

e se abrirá uma profunda brecha informativa entre ambos. (MARTIN & OLIVEIRA, 2005).

Ainda, segundo Martin & Oliveira (2005), paradoxalmente será a inovação técnica que se tornará um instrumento de liberação da mulher desse estado de desigualdade. Com a Revolução Industrial a mulher terá acesso às fábricas, aos escritórios e ao serviço público, embora seja integrada, também em posição de desigualdade com relação aos homens. Mas o trabalho industrial lhe dará também acesso à informação, à educação e ao aprendizado técnico. O grande problema vai ser a dificuldade de superar os estereótipos comportamentais e as formas de organização familiar estruturadas sobre a desigualdade de gênero. O peso das ideologias foi um grande aliado para a conservação dessas estruturas de desigualdade.

Essas estruturas consolidadas através de uma cultura patriarcal, considerada “natural” foram necessárias para que as mulheres se organizassem e buscassem por seus direitos e sua inserção na sociedade. As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi e ainda é predominantemente masculino e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos. (PATEMAN, 1993).

Os participantes da pesquisa têm a compreensão da luta feminina como uma busca por igualdade de direitos e posição social igual aos homens, como pode ser verificado.

Participante F: “Bom, luta das mulheres, tipo ba eu entendo que desde o início temos atrasos, aí de um tempo pra cá elas tão lutando mais pra buscar os objetivos, pra buscar a igualdade, pra buscar direitos que anteriormente só os homens tinham e as mulheres não tinham, não podiam nem pensar em fazer algumas coisas que os homens podiam fazer(...)”

Participante K: “Luta das mulheres, seria tipo que a mulher quer se libertar dos machismos que tem ainda hoje em dia, querem ter mais igualdade sabe essas coisas”.

Participante A: “É por direitos iguais, direitos iguais aos homens, tanto quanto salário, quanto reconhecimento, quanto uma posição social igual”.

A primeira geração representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado. A segunda fase do feminismo enfatizava a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade. A terceira fase do feminismo, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo

sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. (NARVAZ & KOLLER, 2006).

3.2. CATEGORIA 2: RESPONSABILIDADES DOMÉSTICAS E COM OS FILHOS

De certa forma, a própria definição de família parece estar em questão, já que o modelo herdado dos anos 50, no qual o homem sai para trabalhar e a mulher fica em casa, dedicada ao lar e aos filhos, na contemporaneidade, deixa de ser hegemônico. Na verdade, esse modelo dividido em rígidas esferas e visto como tradicional, foi, historicamente, apenas uma primeira versão do que chamamos de família moderna. De fato, o período compreendido entre 1900 e meados da década de 70, ainda que de curta duração, produziu forte impacto sobre o imaginário popular. Embora o casamento tenha sempre sido uma parceria entre homens e mulheres, esse típico arranjo de uma era, no qual as mulheres se dedicavam às tarefas domésticas/cuidado dos filhos, enquanto os homens saíam de casa para se dedicar ao trabalho e à carreira, deixou raízes profundas em termos de ideais de casamento e de papéis de gênero a serem desempenhados. (JABLONSKI, 2010).

Ainda, segundo Jablonski (2010), a par das diferenças culturais e dos avanços a reboque do movimento feminista, parece persistir uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas. Persiste a noção de segregação por gênero, já que caberia à mulher a responsabilidade das tarefas domésticas tidas como essencialmente femininas.

De acordo com as respostas dos participantes, metade deles possui internalizada a concepção de que as tarefas domésticas estão diretamente ligadas à mulher, como se vê na fala do participante E: “Seria mais prático pra ela cuidar da casa, cuidar de tudo do que se ela me deixasse. Então eu acho que até por ser mulher e por ter já uma vivência muitas vezes de pequena, eu acho que seria mais fácil, eu atribuiria a ela”.

O que se confirma com os participantes C e K: Participante C: “Sim, acho que ela deve assumir, tendo em vista que seu companheiro pode ajudar, mas ela sabe se organizar melhor, ela deveria assumir”.

Participante K: “Olha, (...) a mulher que entende mais de casa do que o homem, que nem eu sou um desastrado, eu não levo jeito sabe, mas creio que tipo o homem também tem que ajudar não é só a mulher, mas quem sabe mais é a mulher não adianta”.

As tarefas domésticas desempenhadas pelos maridos são percebidas como uma “ajuda”, expressando a isenção deste da responsabilidade no desempenho de tais atividades. Entre gerações mais jovens estaria havendo uma distribuição mais igualitária de afazeres e responsabilidades domésticas, a reboque de concepções de vida ideologicamente alinhadas com uma visão de papéis de gênero mais igualitária. (JABLONSKI, 2010).

O que pode ser observado na resposta de cinco participantes no total de doze, que entendem as tarefas

domésticas como responsabilidade do casal e de quem mora na casa, conforme a seguir:

Participante I: *“Porque eu acho que ele é ligado à família, tanto homem como mulher ‘tão’ dentro de casa estão trabalhando pra manter a casa”.*

Participante K: *“A mulher, tanto quanto o homem, os dois têm que colaborar sabe, deve ser dos dois... os dois que têm que cuidar zelar pelo lar”.*

Araújo e Scaflon (2005), após ampla pesquisa realizada em 2003, que contou com 2000 domicílios em 24 estados brasileiros, chegaram à mesma conclusão, ao constatarem que a maior parte do trabalho doméstico ainda continua sendo, majoritariamente, uma atribuição feminina. Assim, para essas autoras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não implicou uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que haja indícios de maior participação masculina no que diz respeito ao cuidado com os filhos.

Educar os filhos sempre foi uma tarefa complexa para os pais, embora isso não signifique que tais responsabilidades sejam compartilhadas de forma igualitária entre o casal. As mães tendem a envolver-se mais do que os pais nas tarefas do dia-a-dia da criança e, geralmente, estão à frente do planejamento educacional de seus filhos. Em contrapartida, observa-se um número crescente de pais que também compartilham com a mulher ou até mesmo assumem as tarefas educativas e a responsabilidade de educar os filhos, buscando adequarem-se às demandas da realidade atual. (WAGNER ET AL, 2005).

Ainda, segundo Wagner et al (2005), importantes fenômenos e movimentos sociais, tais como a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar acabaram por imprimir um novo perfil à família. Em contraponto, a estrutura familiar tradicional com o pai como único provedor e a mãe como única responsável pelas tarefas domésticas e cuidado aos filhos, o que vem ocorrendo na maioria das famílias brasileiras de nível socioeconômico médio é um processo de transição. Atualmente, em muitas famílias já se percebe uma relativa divisão de tarefas, na qual pais e mães compartilham aspectos referentes às tarefas educativas e organização do dia-a-dia.

Essa divisão de tarefas aparece claramente na fala dos participantes.

Participante L: *“Daí é o casal, os dois devem ajudar na formação, participação igual”.*

Participante D: *“A ambos os gêneros, porque é responsabilidade dos dois né”.*

Participante A: *“Aos dois, não é só filho da mãe como do pai também, então os dois têm que dividir as tarefas, as responsabilidades”.*

Se por um lado as novas responsabilidades da mulher conferiram-lhe um novo lugar na família e também na sociedade, afastar-se delas trazia uma enorme culpa, uma vez que isso supostamente

contrariava a própria “natureza feminina”. (MOURA E ARAÚJO, 2004).

Culturalmente, as representações sociais da maternidade estão fortemente calcadas no mito da mãe perfeita, segundo as quais se acredita que a maternidade é inata à mulher. É a ideia de que a maternidade é parte inerente ao ciclo evolutivo vital feminino. Neste sentido, supõe-se que a mulher, por ser quem gera os filhos, desenvolve um amor inato pelas crianças e fica sendo a pessoa melhor capacitada para cuidar delas. (FALCKE & WAGNER, 2000).

Segundo Martin & Angelo (1999) os homens recusam assumir ou participar mais ativamente do trabalho doméstico e da educação dos filhos, com o argumento de que são menos aptos para essas atividades e que lhes falta uma profunda relação com a criança.

Em contrapartida de sete participantes que concordam que deve haver uma participação paterna, cinco evidenciam o maior envolvimento da mãe com o filho, dando a ela o papel de responsável, sendo a mais preparada, afirmando isso por sua “natureza de mulher” seu “instinto maternal”, o que se evidencia nas seguintes falas:

Participante C: *“Acho que, olha depende também, tem homens que conseguem cuidar super bem, mas tem homens também que não têm o jeito que a mulher tem né, que a mãe é muito diferente do pai, ela consegue cuidar muito melhor os filhos”.*

Participante E: *“Eu acho que a maior parte deve ser a mulher querendo ou não... o filho necessita ter a mãe mais tempo perto dele, que é a mãe que pariu assim então ela tem um vínculo maior com o filho do que o próprio pai, então por mais que os dois tenham que ter esse cuidado, a mulher eu acho que tem que ser mais presente”.*

Participante K: *“Olha, mais a mãe sabe, porque ela que tem o amor materno, tipo mais a mãe que é mais ligada ao filho no caso... a mãe é que entende mais, que espera os nove meses, que vai compreender mais sabe, ela tem mais esse instinto materno”.*

3.3. CATEGORIA3: TRABALHO FORA DO LAR

Estas mudanças que, como aponta Jablonski (1991), foram, em grande parte, decorrentes dos Movimentos Feministas da década de 1960, que “desnaturalizaram” as antigas identidades de homens e mulheres, questionando esferas da vida social das mais diversas como a família, a sexualidade, a divisão sexual do trabalho público e doméstico, entre outras, bem como da ampliação das necessidades de consumo, que teve como uma de suas consequências a busca do aumento da renda familiar, através do trabalho remunerado também das mulheres, alteraram não apenas o espaço público, como também a esfera privada da família.

Hoje, embora ainda seja mais difícil para as mulheres assumirem cargos de maior poder e prestígio, elas estão ampliando seu campo de atuação profissional e investindo cada vez mais em uma boa formação acadêmica, tentando alcançar, com isso, maiores e melhores oportunidades no mercado de trabalho público. (TEYKAL & COUTINHO, 2007).

Gomes & Resende (2004) apontam que a cultura patriarcal teve como um de seus efeitos o distanciamento do homem da cena familiar, composta basicamente pela mãe e seus filhos. Contudo, a entrada da mulher da camada socioeconômica média no mercado de trabalho veio quebrar a hierarquia doméstica e iniciar indagações referentes à autoridade paterna. A dependência financeira da mulher em relação ao marido e o medo da discriminação social acarretada por uma separação foram, sem dúvida, razões importantes para a manutenção de inúmeros matrimônios no passado. Por isso, o trabalho remunerado feminino constituiu um momento de virada nessa dinâmica do poder conjugal, uma vez que, através da independência econômica da mulher, novos arranjos se tornaram possíveis no âmbito familiar.

Apesar do mercado de trabalho encontrar-se aberto para ela, ainda é considerada mão-de-obra reserva. Mesmo quando possui qualificação profissional é induzida a exercer profissões femininas e os cargos mais importantes ainda são reservados aos homens. Até hoje impera o preconceito de que as mulheres foram feitas para desempenhar tarefas secundárias. (AMORIM, 2011).

Para Nogueira (2010) o trabalho feminino remunerado cresce, mas, mesmo ampliando a participação feminina no mundo produtivo, as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, a organização da família patriarcal pouco é alterada, o marido se mantém provedor e a esposa a provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho.

A luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa refere-se, portanto, também a uma luta contra o próprio capitalismo. Esse embate tem como cerne a superação da família patriarcal que hierarquiza as relações, contidas no nó ontológico, para lembrar Saffioti (1997) entre gênero e classe, evidenciados pela divisão sexual do trabalho, presentes nos espaços do trabalho e da reprodução, ou seja, em todas as esferas da vida que permeiam uma relação de exploração/ dominação.

A entrada da mulher no mercado de trabalho é vista como positiva pelos participantes da pesquisa, como se evidencia em suas falas:

Participante L: *“Sim, porque como vou dizer, gera mais renda pro lar, também gera independência da mulher financeiramente e até hoje em dia a gente vê muitos casos de famílias que se separam e tal e a mulher fica às vezes sem muito sustento muitas vezes por ter ficado no lar, cuidando da família”.*

Participante K: *“Com certeza, porque tem muito mais mulheres mais qualificadas que até os homens sabe, que não é tipo o homem e mulher são iguais, estudam o mesmo tempo, podem com certeza as mesmas coisas”.*

As imagens do “ser mulher”, do “ser feminina” permanecem fixadas e repetidas no imaginário social, traduzidas em trejeitos e modelos normativos que reforçam a re-naturalização dos papéis sociais.

(SWAIN, 2007).

De fato, as relações sociais de sexo não funcionam de forma homogênea em todos os setores, nos diferentes níveis sociais. Assim, na empresa, assiste-se a uma recriação das relações sociais de sexo e não a um simples reflexo do que se passa do lado de fora dela. (HUMPHREY APUD KERGOAT, 1996).

O diferencial da mulher no mercado de trabalho se percebe com características ligadas aos estereótipos que se faz da figura feminina, como nove dos participantes destacam:

Participante E: *“(...) a mulher eu acho que tem mais atenção no que ela faz, o homem já é mais entre aspas faz de qualquer jeito né e a mulher acho que ela já se dedica mais ao que ela tá fazendo até por causa da vida dela de ter por exemplo esse cuidado com os filhos ela já leva pro trabalho o cuidado, então eu acho que ela já faz assim com mais amor do que o próprio homem(...)”.*

Participante F: *“(...) a mulher tem aquela coisa de fazer mais, tudo com mais carinho, mais cuidado, vai tentar buscar um detalhe a mais em algumas situações, por ela ter mais um cuidado especial que o homem geralmente (...)”.*

Aos homens é permitido que o trabalho interfira na vida familiar, ao ponto de colocar a carreira à frente das obrigações para com os filhos e a esposa. Às mulheres, pelo contrário, é exigido que coloquem a família em primeiro lugar. Esta diferenciação é coerente com as normas sociais estabelecidas e com toda uma herança cultural transmitida através das gerações. Ao marido e pai está incumbida a tarefa de zelar pela sobrevivência da família, à esposa e mãe a missão de cuidar da casa, do marido e dos filhos. (LOUREIRO & CARDOSO, 2008).

Fica clara esta visão nas falas dos participantes, quando veem o trabalho formal da mulher como positivo, desde que o mesmo não interfira de alguma forma no relacionamento com os filhos.

Participante C: *“Acho que passa a prejudicar, poderia ser com os filhos que daí os filhos passariam a ser cuidados por outras pessoas, terceiros né, mas se a condição econômica do casal não ser favorável não tem o que fazer né tem que trabalhar”.*

Participante F: *“(...) Eu acho que o que pode prejudicar é que tipo o filho não vai ter aquele afeto da família (...)”.*

3.4. CATEGORIA 4: COMPORTAMENTO FEMININO NA SOCIEDADE

O papel, tal como formulado por Berger (1978), é concebido como um conjunto de prescrições para determinada inserção no meio social. Os papéis masculino e feminino configurariam tipificações do que seria pertinente ao homem e à mulher num dado contexto. Englobam aprovações, restrições e proibições que seriam apreendidas e transmitidas ao longo de gerações.

O papel desenvolvido pela mulher contemporânea através de seus comportamentos é percebido pelos participantes como o de uma mulher mais independente, em busca dos seus direitos, com mais liberdade e sua palavra tem mais valor.

Participante J: *“(...) Olha hoje eu acho que a palavra das mulheres tem mais valor né (...)”*

Participante L: *“Ela tem bem mais independência, ela não depende tanto do homem como dependia, de se sustentar e ter que abaixar a cabeça, ela tem independência que não tinha antes (...)”*

Participante E: *“(...) Ela tá bem mais livre na sociedade então a mulher hoje em dia pode buscar os direitos, a liberdade de expressão (...)”*

Os desempenhos esperados culturalmente de que os meninos sejam, “fortes, independentes, agressivos, competentes e dominantes”, e as meninas “dependentes, sensíveis, afetuosas e que suprimam seus impulsos agressivos e sexuais”, de algum modo, formam conjuntos de disposições diferenciais a serem seguidos. Orientam-se os meninos de uma forma instrumental, com ênfase na competência e capacidade para a ação e as meninas para uma dimensão expressiva, com foco na ternura e no bem-estar dos outros. (NEGREIROS & FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Para dez participantes não existe um ideal de comportamento feminino, pelo fato de que cada sujeito tem sua singularidade.

Participante G: *“Não, eu acho que não teria ideal, depende de cada pessoa né (...) como a pessoa se sente bem ela deve agir, não pros outros, mas pra ela né (...)”*

Participante A: *“Não, dependendo da personalidade da pessoa. Ela tem uma personalidade e ela vai ter que basear o comportamento na personalidade dela (...)”*

Na fala de dois participantes são enfatizadas características que são estereotipadas em um ideal comportamento feminino, como pode ser percebido pela fala do sujeito C.

Participante C: *“O ideal seria sei lá, não se expor demais porque depende de cada mulher também, eu acho que só cuidar por ser mulher ela tem que ser mulher ela tem que se vestir de maneira correta tem que sei lá ser propriamente uma mulher, sem ser muito vulgar essas coisas.”*

3.5. CATEGORIA 5: ATITUDES DAS MULHERES EM RELACIONAMENTOS AMOROSOS E SEXUAIS

Bauman (2004) analisa como o amor se configura na sociedade pós-moderna, a sociedade líquida, mostrando que as relações estabelecidas são frouxas e leves. Os indivíduos ao mesmo tempo em que dizem querer um relacionamento duradouro, querem acima de tudo preservar sua liberdade.

O amor confluyente se caracteriza por um

relacionamento contingente e baseado numa negociação de correspondência, dentro de uma relação horizontal entre homem e mulher, inspirada em valores de igualdade entre as partes e sua existência ocorre enquanto durar a co-satisfação entre os parceiros. Ele é a expressão das conquistas de maior igualdade nas relações de gênero, da liberdade quanto às escolhas de parceiros e interrupções de relacionamentos conjugais e é também expressão da maior mobilidade espaço-temporal do sujeito na contemporaneidade. (JUSTO, 2005).

Bauman (2004) faz a denúncia de uma futura sociedade em que as pessoas estariam cada vez mais individualizadas e voltadas para si, incapazes de se relacionar afetivamente com o outro.

Conforme Rodrigues (2008), os indivíduos passaram a buscar uns nos outros a satisfação de suas necessidades afetivas e sexuais, já que o sexo abandonou sua função única de reprodução e se transformou em instrumento de prazer. Assim, consolida-se a união entre matrimônio, amor e prazer.

Na percepção dos homens participantes da pesquisa na questão se as mulheres estão buscando um relacionamento amoroso ou apenas sexo dividiu opiniões, mas de acordo com sete deles as mulheres na contemporaneidade estariam mais à procura de sexo do que de um relacionamento.

Participante C: *“Acho que elas tão procurando mais sexo mesmo, por também elas hoje em dia elas ter profissão elas estão ligadas mais no mercado de trabalho e elas não tão muito interessadas em relacionamento em essas coisas”.*

Participante I: *“Hoje ela busca se satisfazer, se ela tem intenção de sair de ter um relacionamento sexual somente, ela vai sair, vai conhecer alguém e vai buscar isso, hoje ela não tá focada só ah se preservar pra esperar o fulano lá na frente, hoje ela busca viver um dia de cada vez”.*

Participante K: *“(...) a mulher ganhou muita independência... mas hoje na minha opinião eu vejo mais a mulher querendo sexo do que relacionamento. É os dois, não só a mulher, porque falam que é só o homem mas não é só o homem, a mulher também tem os mesmo desejos, é os dois eu acho”.*

Determinados comportamentos discursivos comuns à cultura masculina são proibidos à feminina e vice-versa. No universo das mulheres, pela construção social a que está sujeita tem sido alvo frequente de repressão e dos cuidados morais da sociedade. Certas práticas e discursos masculinos em discursos e práticas femininas são objetos de censura. (VIEIRA, 2005).

Foi desvinculado o sexo do casamento, o que possibilitou uma maior liberdade da mulher, mas, quando a mulher busca apenas sexo e se relaciona com vários parceiros, acaba por se tornar vulgar na percepção dos homens, como pode ser percebido nas respostas de nove participantes, quando questionados se na contemporaneidade as mulheres estariam vulgares.

Participante E: *“(...) eu acho que algumas*

mulheres elas tão não exagerando nessa liberdade mas eu acho que elas tão por exemplo usando as imagens pra se vender, eu acho que mulher não poderia fazer isso, que ela teria que se valorizar também né, todas as lutas que elas tiveram pra chegar hoje em dia e a mulher praticamente se vender o corpo, então eu acho que algumas ocasiões então a mulher se torna vulgar, então eu acho que teria que não que a mulher fosse discreta, mas que houvesse um cuidado sim, que muitas vezes não tem”.

Participante H: *“Tão sim vulgar. Hoje tem mais liberdade do que antigamente, hoje por ser a liberdade”.*

Participante B: *“Eu acho que hoje em dia, como elas estão mais livres pra fazer o que elas quiserem, o homem aceita isso como vulgaridade, na forma de não sei como eu posso te dizer, forma de se vestir as vez ultrapassa um limite, mulher também às vezes acho que passa um pouquinho do limite sim”.*

Um casal que decide estabelecer um compromisso amoroso, na atualidade, ingressa, portanto, no campo da escolha, trazendo consigo todos os ganhos e riscos inerentes a esta nova posição. Sendo assim, praticamente, não há mais a possibilidade de se permanecer numa experiência amorosa, porque “assim se espera e deve ser”. Ao permanecer nela, o casal o faz por ter assim decidido, e não mais em decorrência de leis de convivência social, que estabeleciam, no passado, uma rota quase inabalável de conduta. Na contemporaneidade, o relacionamento deve conferir felicidade e realização para o casal, o que confirma a experiência amorosa como um campo do qual se exige e se espera muito mais nos dias de hoje. (BARONCELLI, 2011).

Vive-se em uma geração de transição, que aposta e investe em uma maior qualidade do relacionamento amoroso. Mudar implica perdas e riscos, abrir mão de privilégios e questionar as imposições sociais, ter uma atitude criativa e crítica frente à própria vida, deixando de lado falsos mitos de felicidade. Nos relacionamentos amorosos isso vai se manifestar no não favorecimento da aproximação de pessoas, da criação de vínculos duradouros e concretizando relacionamentos breves, de bolso, voltados para a satisfação de necessidades e desejos imediatos, sem um compromisso que ultrapasse o momento da relação. Cria-se também uma cultura do descarte, em que as pessoas se relacionam com as outras até que dure seu interesse por isso, ou que haja uma nova opção em vista, alguém melhor, as pessoas viram mercadorias, objetos de consumo. (JUSTO, 2005).

Nessas possibilidades de escolha seria mais difícil para a mulher ou o homem iniciar um relacionamento? De acordo com os participantes para os homens é mais difícil decidir por começar um relacionamento já que ao homem caberia o papel de conquistador ficando dependente da mulher em aceitá-lo e prezam mais do que as mulheres pela sua liberdade.

Participante C: *“Acho que o homem tem mais dificuldade em começar, porque o homem ele tem a cabeça mais solta, ele não gosta de ficar muito preso e ele gosta de sair, não ter que dar satisfação pra alguém, ele quer ser mais independente”.*

Participante E: *“Ah eu acho que os homens, eu acho que até por causa que é mais fácil pro homem querer ter aquela vida de pegador, aquela vida de vou pegar várias, do que de querer se apaixonar só por uma né”.*

Participante H: *“Na minha opinião (...) é que o homem tem que ir atrás, já acho nesse sentido é mais complicado, e as mulheres hoje já não querem muito relacionamento”.*

Mas, quando estão em um relacionamento, os participantes acreditam que os homens permanecem com mais liberdade em relação à mulher, mantendo-se uma visão da divisão entre público e privado, sendo reservado o público ao homem e o privado à mulher.

Segundo Althoff (1996) essa separação entre o público e o privado gerou uma dicotomia entre as questões relacionadas ao gênero, no qual foram atribuídos os papéis aos homens e às mulheres no casamento e na família. Enquanto aos homens era reservado o mundo público, ensejando o trabalho remunerado para atender às necessidades materiais da família, cabia às mulheres e às crianças o mundo privado, cujo espaço era destinado ao trabalho doméstico e para atender as necessidades afetivas.

Participante K: *“O homem tem mais liberdade, porque depois que começam a mulher se doa mais que o homem e o homem sempre é o que gosta mais de sair, quer ir em churrasco com os amigos, cervejada(...)”.*

Participante L: *“O homem, porque o homem tem a questão dessa independência de sair com os amigos, ir pra bar, coisarada (...)”.*

Participante E: *“Eu acho que o homem querendo ou não sempre o homem acaba tendo mais liberdade até por, assim por culpa do passado até o homem ainda se sente dono da mulher”.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi investigar a percepção dos homens universitários sobre a emancipação da mulher contemporânea. Evidenciou-se a clareza com que os mesmos expuseram suas percepções, sobre a emancipação da mulher, a luta feminina, atribuições domésticas e cuidados aos filhos, o trabalho da mulher fora do lar, comportamento feminino na sociedade e os relacionamentos amorosos e sexuais das mulheres contemporâneas. Desse modo, todos os objetivos puderam ser alcançados.

Com relação à emancipação da mulher contemporânea, através da luta feminina, os participantes têm a clareza do que significou esse movimento para as transformações sociais que podemos verificar e entendem que as mulheres ainda mantêm sua luta, pois reconhecem que não há igualdade entre os gêneros.

Quanto às atribuições domésticas e o cuidado aos filhos foi percebido que se mantém um modelo tradicional em que as mulheres seriam as responsáveis e mais “preparadas” para tais funções, sendo a participação masculina vista como uma “ajuda” assim,

tirando dos mesmos a responsabilidade por essas atividades. Uma maior participação dos homens se percebe quanto ao cuidado dos filhos.

Sobre o trabalho da mulher contemporânea fora do lar foi compreendido que consideram a entrada positiva, evidenciando um aumento da renda familiar e destacam sua participação no mercado de trabalho com um estereótipo tradicional de que a mulher é mais “dedicada, carinhosa, paciente, organizada, atenciosa”. Percebeu-se contradição nos participantes já que ao mesmo tempo em que consideram positiva a entrada da mulher no mercado de trabalho, dizem que talvez com a mulher trabalhando fora do lar, os filhos possam ser prejudicados, pois ficariam largados, cuidados por terceiros, que o filho perderia o afeto da família.

Referente ao comportamento feminino na sociedade os participantes acreditam que não existe um modelo ideal de comportamento, já que cada pessoa tem suas singularidades. Mas consideram as mulheres contemporâneas vulgares, pois estão se expondo mais, estão mais livres e, segundo eles, às vezes exagerando nessa liberdade.

Quanto às atitudes das mulheres contemporâneas em relacionamentos amorosos e sexuais, os participantes acreditam que as mulheres estão buscando sexo ao invés de relacionamento. E estando em um relacionamento acreditam que os homens são os que têm mais liberdade.

Assim, percebe-se que aspectos “tradicionais” se mantêm na contemporaneidade, muito ainda se deve modificar para que as relações de gênero se transformem em relações mais igualitárias. Constantemente os papéis de homens e mulheres são questionados, por mais que se percebam formas diferentes de relações entre os gêneros, a estrutura e a cultura deixada pelo patriarcado se reatualiza na contemporaneidade. Apesar da valorização da independência da mulher, nem por isso uma mulher menos dedicada ao lar passa a ser valorizada, na contemporaneidade não se percebe ainda alterações profundas nos papéis de gênero e na estrutura tradicional da família.

Sugerem-se novas investigações sobre essa temática que possam desvendar concepções de família, de modelos de gênero e de relacionamentos contemporâneos, a partir das percepções de homens e mulheres. Da mesma forma, acredita-se relevante trabalhar ativamente as questões de gênero no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALTHOFF, R. C. Dimensionando o espaço da família, no âmbito do público e do privado, **Cogitareenf** v. 1, n. 2, p. 35-38, Curitiba, 1996. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/8735>, acesso em 22 de mai, 2016.

AMORIM, T. L. **Gênero: uma construção do movimento feminista?** Simpósio gênero e políticas públicas, Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Linamar.pdf>, acesso em 22 de mai, 2016.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BARONCELLI, L. Amor e ciúme na contemporaneidade: reflexões psicossociológicas. **Revista Psicologia e Sociedade**, v.23, n.1, p.163-170, Irlanda, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a18v23n1.pdf>, acesso em 22 de maio, 2016.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BERGER, P. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A, GUERRA, V. N. A. (orgs). **Infância e Violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. São Paulo: Cortez ed, 1993.

FALCKE, D.; WAGNER, A. Mães e madrastras: Mitos sociais e autoconceito. **Estudos de Psicologia**, v.5, n.2, p.421-441, 2000.

GOMES, A. J. S.; RESENDE, V. R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20, 2, 119-125, 2004.

JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia ciência e profissão**, n. 30, v. 2, p. 262-275, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a04>, acesso em 22 de maio, 2016.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: A crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

JUSTO, J. S. O ficar na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, v. 17, n. 1, jun, Niterói, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232005000100005&lng=pt&nrm=isso, acesso em 22 de maio, 2016.

KERGOAT, D. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOUREIRO, P; CARDOSO, C. C. O gênero e os estereótipos na gestão. **Revista de estudos politécnicos**, v. 10, p. 221-238, 2008. Disponível em: http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/A_mulher-e-o-mercado_de_trabalho/017%20%20O%20g%EAnero%20e%20os%20estere%F3tipos%20na%20gest%E3o%20Portugal.pdf, acesso em 21 de maio, 2016.

MARTIN, C. M; OLIVEIRA, S. **Marcadas a ferro**. Secretária especial de políticas para as mulheres. Brasília, 2005.

MARTIN, V. B.; ANGELO, M. A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. **Rev.latino-am.enfermagem**, v. 7, n. 4, p. 89-95, Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/1396>, acesso em 21 de maio, 2016.

MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia ciência e profissão**, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004.

NARVAZ, G. M.; KOLLER, H. S. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, set/dez, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Silvia_Koller/publication/250032240_Metodologias_feministas_e_estudos_de_gnero_articulando_pesquisa_clnica_e_politica/links/0046351eb21e16f5d4000000.pdf, acesso em 21 de maio, 2016.

NEGREIROS, M. G. C. T.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 4, n. 1, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revispsi/article/view/11109/8795>, acesso em 22 de maio, 2016.

NOGUEIRA, M. C. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, n.6, agosto de 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/aurora/article/view/1231/1098>, acesso em 22 de maio, 2016.

PATEMAN, C.; Tradução AVANCINI, M. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PETRINI, J. C., Mudanças sociais e mudanças familiares In: PETRINI, J. C., CAVALCANTI, V. R. S. (orgs) **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do Contexto Familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Revista Psicologia estudos**, v.12, n.2. Maringá, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722007000200005&lng=pt&nrm=iso, acesso em, 28 de maio, 2016.

RODRIGUES, S. C. M. V. **O dinheiro da mulher e suas implicações no casamento contemporâneo: um estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291022017033>, acesso em 22 de maio, 2016.

SAFFIOTI, H. **Violência de Gênero: O Lugar da Práxis na Construção da Subjetividade**, São Paulo: Xamã, 1997.

SWAIN, Tania. Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: Stevens, C. (org.). **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

TEYKAL, M. C.; COUTINHO, R. L. M. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Revista Psico**, v.38, n. 3, p. 262-268, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2888/2183>, acesso em 22 de maio, 2016.

VIEIRA, A. J. A identidade da mulher na modernidade. **Revista Delta**, v. 21, p. 207-238, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/delta/v21nspe/29258.pdf>, acesso em 22 de maio, 2016.

WAGNER, A. ET AL. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 181-186, mai-ago, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2>, acesso em 22 de maio, 2016.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: OUVINDO OS HOMENS AGRESSORES

Adriano Silva da Rosa ¹
Lizete Diegues Piber ²

RESUMO

Feminicídio significa o assassinato de mulheres, sendo a forma mais extrema de violência de gênero. O termo passou a ser reconhecido no Brasil há pouco tempo com a sanção da lei que o tornou uma qualificadora do homicídio. O patriarcalismo impõe um modelo de relação pautado na submissão e silenciamento, inclusive de desejos, da mulher. Quando esse modelo é questionado e viabiliza-se a ruptura, a violência manifesta-se de forma extrema com o assassinato da mulher. A pesquisa de Iniciação Científica propõe-se a investigar os casos de Feminicídio ocorridos nos últimos dois anos em cidade do interior do RS. Foram identificados seis casos de Feminicídio, sendo um deles em 2015 e os outros cinco em 2016. No estado atual da pesquisa houve a análise dos seis casos. O fim dos relacionamentos não foi suportado pelos assassinos, sendo o motivo dos homicídios. Os homicídios foram cometidos por sentimentos de posse, os assassinos marcaram encontros com as mulheres. Quatro dos feminicidas encontram-se privados de liberdade e um que foi responsável por dois feminicídios cometeu suicídio.

Palavras-chave: Feminicídio. Violência. Mulheres.

ABSTRACT

Femicide means the murder of women, being the most extreme form of gender violence. The term was recognized in Brazil recently with the sanction of the law that made it a qualifier of homicide. Patriarchalism imposes a model of relationship based on the submission and silencing, including desires, of women. When this model is questioned and the rupture is possible, violence manifests itself in an extreme way with the murder of the woman. The Scientific Initiation research proposes to investigate the cases of femicide occurred in the last two years in the interior city of RS. Six cases of femicide were identified, one in 2015 and the other five in 2016. In the current state of the research, the six cases were analyzed. The end of the relationships was not supported by the assassins, being the reason for the homicides. The murders were committed by feelings of possession, the killers made appointments with the women. Four of the feminicides are deprived of their liberty and one who was responsible for two suicides commits suicide.

Keywords: Femicide. Violence. Women.

1. INTRODUÇÃO

O feminicídio representa a última etapa de um *continuum* de violência que leva à morte. (WALKER, 1999). Seu caráter violento evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais. Decorre de outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural de subordinação, padrão que foi aprendido ao longo de gerações. É possível definir Feminicídio, conforme afirmam Meneghel e Hirakata (2011,) como o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade, por parte dos homens sobre as mulheres. Os homens não aceitam a condição de serem deixados pelas mesmas e se apegam a ideias de posse, assumindo comportamentos ainda mais doentios, com perseguições e ameaças de morte para a mulher e mesmo seus familiares.

Segundo a Organização Mundial de Saúde

(OMS), os assassinatos de mulheres são geralmente perpetrados por homens e diferem, em diversos aspectos, dos assassinatos de homens. Por exemplo, em sua maioria, há envolvimento de parceiros ou ex-parceiro e ocorrem situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou ainda situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. (OMS, 2008)

O projeto “Ampliando a compreensão sobre violência de gênero: representações sociais de homens abusadores e familiares de vítimas”, tendo como PTB “Violência de gênero: ouvindo os homens agressores”, busca identificar o número de ocorrências registradas na Delegacia da Mulher (DEAM) nos anos de 2015 e 2016, levantar o número de Feminicídio praticados na cidade e na região e as características dos relacionamentos, descrever as faixas etárias e sócio econômicas dos agressores e formas de violências praticadas, descrever a percepção dos agressores sobre violência, histórico familiar e vivências anteriores ao ato violento e compreender as razões que os mesmos atribuem às práticas de violências que cometem.

¹Psicólogo pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus Santo Ângelo.

²Professora Mestre Orientadora da Pesquisa do Curso de Psicologia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus Santo Ângelo.

A pesquisa está sendo realizada através do método quantitativo e qualitativo.

Na primeira etapa, já encerrada, o delineamento foi o de levantamento de dados, realizado através da análise dos boletins de ocorrências da DEAM, com dados referentes a processos criminais, com todos os autos dos processos em tramitação, modalidade da violência, idade da vítima e do agressor, sexo e gênero de ambos, profissão, local de moradia e do ato agressivo, vínculo entre as partes e nível de escolaridade.

A segunda etapa, em execução, assume um desenho de pesquisa qualitativo descritiva e os participantes são homens que cometeram o feminicídio ou outros atos de violência conjugal ou violência de gênero, sendo que não foi constituída amostra.

Através da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) e do Poder Judiciário, foi obtido o aceite dos homens participantes, com a devida assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após, a entrevista foi agendada e realizada em local adequado (no Presídio Regional) na forma de entrevista semiestruturada.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os casos analisados reportam-se à cidade da região noroeste do Rio Grande do Sul e demonstram o machismo imposto pela cultura local e social, no qual os homens se considerarem donos de “suas mulheres”.

Em decorrência da Lei nº 11.340 de 2006 (BRASIL, 2006), denominada Lei Maria da Penha, as questões referentes à proteção da mulher vêm obtendo amparo legal e têm sido a base para a criação de outras leis, como a Lei 13.104/2015 (BRASIL, 2015), que define feminicídio como crime hediondo, ou seja, as mulheres agredidas têm mais uma proteção contra situações como estas, de degradação moral e física. Apresentam-se, na tabela a seguir, informações obtidas junto aos locais em que foram coletados dados da pesquisa. No primeiro momento foi feito contato com a delegada responsável pela DEAM e com o juiz da 1ª Vara Criminal (Fórum), que possibilitaram o acesso aos boletins de registro de ocorrências e aos processos criminais.

Tabela 1: Dados estatísticos DEAM 2016

Violência Doméstica	Sto Ângelo	Ijuí	Sta Rosa
2015	1.202	1.200	* 1.744
2016	603	648	* 759
Feminicídio			
2015	01	01	-
2016	05	-	-

* Pode haver casos de crianças e adolescentes

Fonte: Dados DEAM

Conforme observa-se na tabela acima, ocorreram seis (6) casos de Feminicídio na cidade de Santo Ângelo no período de abrangência do Projeto. Até o presente momento foram abordados seis (6) casos dos seis ocorridos no período da pesquisa. Em 4 casos os réus estão presos, sendo que um em presídio de outra cidade. Conforme o Ministério Público (MP), isso ocorre para segurança do homem, bem como dos

demais familiares, inclusive para segurança da família da mulher assassinada, no que se refere aos outros 2 casos o feminicida, após cometer o ato, cometeu suicídio por enforcamento.

Observa-se que durante o período houve uma diminuição no número de registro de violência contra a mulher, porém os casos de feminicídio apresentaram um aumento, então fica o questionamento, se há realmente uma redução dos casos de violência contra a mulher ou isso evidencia a continuidade das opressões às quais as vítimas podem estar sofrendo, como privação, vergonha de se expor, tanto no contexto social quanto familiar, ou medo das consequências do ato de fazer a denúncia, como o acirramento da violência.

Segundo Waiselfisz (2015), os dados do mapa da violência no Brasil têm uma crescente muito elevada com relação a outros países da América Latina, sendo que hoje o Brasil ocupa o vergonhoso 5º lugar no mundo relacionado à violência doméstica (VD).

A lei do Feminicídio foi criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM). É importante lembrar que, ao incluir no Código Penal, o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, passou a ser adicionado ao rol dos crimes hediondos, Lei nº 8.072/1990, tal qual o estupro, genocídio e latrocínio, entre outros. A pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

Hoje temos como base o crime de feminicídio íntimo que está previsto na legislação desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino; isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. A seguir são descritos os casos estudados até a presente fase do projeto.

Na tabela a seguir apresentam-se dados dos casos que serão expostos e discutidos.

Tabela 2: Demonstrativo das ocorrências

Caso	Tipo de Ocorrência	Modalidade de violência	Idade de Vítima/Agressor	Sexo/Gênero	Profissão	Local de moradia	Local do Agresso	Vínculo	Escolaridade
Caso I	15/09/2016 377	Homicídio Doloso	**A, 30	**A, M	“V. Do Lp” “A. Fomeça de Pó de Café”	“V. Santo Ângelo/RS” “A. Novo Hamburgo/RS”	Santo Carlos	“A. companheiro”	“V. Ensino Fundamental” “A. Ensino Médio”
Caso II	08/25/16/15 158	Homicídio Doloso	**V, 12 **A, 35	**V, F **A, M	“V. Estudante” “A. Serviços Gerais”	“V. Santo Ângelo/RS” “A. Santo Ângelo/RS”	Santo Inácio	Namorado	“V. Ensino Fundamental incompleto” “A. Ensino Fundamental incompleto”
Caso III	02/02/16/200 5 6515	Homicídio Doloso	**V, 19 **A, 26	**V, F **A, M	“V. Empregada Doméstica” “A. Cozinheira”	“V. Santo Ângelo/RS” “A. Santo Ângelo/RS”	Santo União	Namorado	“V. Ensino Médio incompleto” “A. Ensino Fundamental”
Caso IV	02/02/16/200 2029-3	Homicídio qualificado	**V, 37 **A, 41	**V, F **A, M	“V. professora” “A. SBC” “A. Público”	“V. Santo Ângelo/RS” “A. Santo Ângelo/RS”	Santo Inácio	“A. companheiro”	“V. ensino médio completo e Inq. Enfermagem” “A. ensino fundamental”
Caso V	02/17/2020 4882	Homicídio Doloso	**V, 25 **A, 34	**V, F **A, M	“V. DANÇARINA” “A. indústriário”	“V. Santo Ângelo/RS” “A. Santo Ângelo/RS”	Rio de Janeiro	“A. companheiro”	“V. ensino médio completo” “A.”
Caso VI	02/17/2020 4882	Homicídio Doloso	**V, 27 **A, 34	**V, F **A, M	“V. DANÇARINA” “A. indústriário”	“V. Santo Ângelo/RS” “A. Santo Ângelo/RS”	Rio de Janeiro	Namorado com a vítima	“V. ensino fundamental” “A. ensino fundamental”

*V: Vítima

**A: Agressor

Caso I:

Adolescente de 12 anos, moradora de uma

cidade da região noroeste, residia com os pais. Estudava em escola pública, mantinha amizades com meninas de sua idade, bem como com meninos da mesma idade e com rapazes mais velhos. Segundo consta no processo, a vítima conheceu a seu agressor através de amigos; após conhecer, acabou se relacionando durante 2 meses mais ou menos e, em seguida, terminou seu “namoro”. O agressor não aceitou o fim, passando a assediá-la para reconciliarem-se, porém, a mesma não queria mais e alegou já ter outro namorado, motivo este que levou o agressor a pôr fim na vida da vítima. Ele solicitou que ela fosse até um local onde era costume se encontrarem. Quando a mesma chegou lá, o agressor desferiu 6 tiros na vítima, não permitindo sua defesa. Os familiares da vítima foram embora do bairro para outra cidade vizinha e não permitiram acesso ao novo endereço.

O agressor natural da cidade tem a idade de 36 anos, sem profissão, trabalhava como diarista, morava com sua mãe em um bairro da cidade. Conforme consta nos autos do processo, já possuía registros de agressão contra outras pessoas e, de acordo com os depoimentos, sempre andava com arma de fogo ou arma branca. Era muito calado, de pouca conversa. Em outro relacionamento, anterior, também ocorreram brigas e discussões. Após o assassinato, fugiu do local e foi preso no interior do bairro em que morava, pois este se localiza próximo já à zona rural, local onde estava escondido. Foi preso e encaminhado para o presídio local, no qual aguardará, em regime fechado, o julgamento, segundo consta no processo, por segurança do réu.

Caso II:

Mulher de 26 anos, mãe de uma menina de 6 anos, morava na cidade de Novo Hamburgo e atualmente a vítima estava na cidade localizada na região noroeste do RS. Profissão do lar, condição conjugal, separada do companheiro e, segundo os autos do processo, mantinham relacionamento conflituoso. O agressor mantinha a vítima em situação de violência doméstica, mantendo controle sobre suas convivências familiares, bem como controle das amizades, tendo forte domínio na relação, muitas brigas e coerções no relacionamento. A relação, que durou treze anos, teve início na adolescência até a idade do Ferminíssimo. Fazia poucos meses que estavam separados. O agressor premeditou o assassinato da mulher. Usou da situação para marcar um encontro e nesse encontro desferiu golpes de arma branca, levando a vítima a óbito, fato que se deu próximo à casa da irmã que viu o homicídio e quando chegou até o local já não pôde fazer mais nada. A irmã estava já morta, devido à gravidade dos golpes de faca.

O agressor também natural de uma cidade da região noroeste, com idade de 32 anos, com profissão frentista, morador na cidade de Novo Hamburgo. Os pais do mesmo residem juntamente na cidade do agressor. No dia do homicídio acabou fugindo do local e foi preso no interior da cidade onde estava escondido. Foi preso e encaminhado para o presídio local. Passado uns dias, foi transferido para presídio na cidade de Osório, pois, segundo consta no processo, por segurança tanto do réu bem como dos familiares da

vítima que estavam sofrendo ameaças na rua. Ainda não foi possível acesso ao assassino por estar detido em outro presídio localizado em outra cidade, nem aos membros de sua família, que foram embora da cidade não deixando endereço acessível aos pesquisadores.

Caso III:

Mulher de 19 anos, estudante, morava em uma cidade da região noroeste do RS e mantinha um namoro conturbado com muitas brigas e muitas crises de ciúme tanto da vítima para com o agressor como do agressor com a vítima. Os relatos são bastante contundentes quanto a afirmar que foi um homicídio premeditado e caracterizado pelo fato do homem não aceitar “perder” a namorada. Conforme os autos do processo, as pessoas de convívio mais próximo relatam que a mulher tinha boa relação com a família, sendo ela uma das cuidadoras, junto com uma cunhada, de dois irmãos com deficiência. Familiares relatam que o agressor, na noite no homicídio, disse que iria matar a mesma com um tiro na cara, mas que não deram importância achando que o agressor estaria de brincadeira, pois não imaginavam tamanha barbárie. Na análise do processo fica explícito que a mesma não queria mais o namoro com o agressor, devido às agressões verbais, psicológicas e ameaças de morte constante.

O agressor tem a idade de 28 anos, morador na cidade localizada na região noroeste do RS, trabalhava em uma empresa local da cidade, relatos de muitas amizades das quais sua mãe não gostava, sendo que a mesma não permitia a entrada dos amigos no seu pátio. O agressor já possui registros policiais por ameaças, sendo as mesmas oriundas de crises de ciúme com sua ex-companheira. O agressor encontra-se preso, aguardando julgamento. Segundo consta no processo, por segurança tanto do réu bem como dos familiares da vítima, que estavam sofrendo ameaças na rua.

Caso IV:

Vítima 01: Mulher 37 anos, ensino médio, solteira, porém manteve união estável com o feminicida durante dois anos, há três meses haviam se separado; o mesmo já tinha tentado várias vezes reatar o relacionamento, a seguia em todos os lugares e já tinha lhe agredido; inclusive tentado asfixia e ameaçado lhe jogar da sacada do local em que morava. A vítima já tinha feito boletim de ocorrência e pedido de medida protetiva. O agressor também ameaçou os filhos da vítima de morte, bem como demais familiares.

A vítima tinha registrado vários BOs junto à delegacia e mesmo assim o agressor se mantinha agindo de forma persecutória. A vítima não tinha mais liberdade de andar pela cidade nem mesmo de trabalhar. A vítima foi alvejada com três tiros; sendo um no crânio, outro no braço e outro no abdômen e ficou vários dias internada no CTI. Depois veio a falecer devido à gravidade dos ferimentos.

O agressor, meses atrás tinha tentado contra a vida da vítima com uma arma branca, segundo consta nos autos do processo. Só não obteve sucesso porque a mesma conteve o ato, segurando a faca pela lâmina; por isso teve cortes nos dedos das mãos, que aconteceu em

um posto da cidade na qual residem, bem como várias ameaças de também matar seus filhos.

O agressor também disparou em mais pessoas que estavam próximas. Pessoas estas que estavam em sua casa, local em que a vítima buscou se refugiar do agressor diante da ameaça de morte efetuada pelo mesmo. As demais vítimas foram Rafaela (nome fictício), dois anos de idade, foi atingida no abdômen e que também atingiu o pulmão; a mesma ficou muitos dias em estado gravíssimo no CTI devido aos ferimentos e Joana (nome fictício), 55 anos foi alvejada no braço esquerdo.

O agressor tem a idade de 41 anos, morador na cidade localizada na região noroeste do RS, trabalha em uma instituição pública. Segundo consta nos autos do processo, o mesmo tinha histórico de comportamentos agressivos, pois é um relacionamento anterior de 16 anos que tinha acabado por motivos semelhantes de ameaças, ciúmes e agressões a sua ex-mulher, há dois anos começou relacionamento com a vítima do feminicídio; como consta nos autos do processo, sempre apresentou comportamentos de controle, ciúmes e ameaças, sempre buscando controlar suas amizades e por onde andava, a seguia na cidade, conforme descrito, também ameaçava seus filhos de morte e depois se matar. Relata-se, também, que o mesmo fazia uso de álcool e drogas, que era de extrema agressividade sobre o efeito das substâncias psicotrópicas. Entende-se que, pelo fato de se achar dono da pessoa (vítima), não aceitou agindo de forma que não seria de mais ninguém.

Caso V e VI:

A vítima V era solteira, tinha 25 anos e teve uma relação com pouco mais de um ano junto ao seu agressor. Ela, durante o tempo de relacionamento, sofria com o ciúme, brigas constantes, agressões verbais e físicas, chegando um momento de a mesma só não ter falecido devido à chegada de seu irmão. O agressor a estava sufocando e a vítima já tinha urinado e defecado nas roupas. Após esse episódio, terminaram o relacionamento, nove meses ficaram separados, mas, conforme consta nos autos do processo, mantinham encontros às escondidas da família, relacionamento que não era aceito pelos pais e irmãos. A vítima trabalhava em uma boate como dançarina na cidade vizinha, ocasião em que recebeu uma ligação em que o agressor marcava um encontro; o mesmo lhe ofereceu uma quantia em dinheiro como presente, que depois iria embora para outra cidade. A vítima convidou uma amiga e foram ao encontro, no processo obtém-se o relato que as duas foram assassinadas a tiro de arma de fogo, ambas foram atingidas na cabeça, morrendo logo em seguida. Foram localizadas no interior do município do interior da região noroeste por pessoas que avistaram carro em atitude suspeita e informaram a brigada militar local.

O agressor tinha 34 anos, solteiro e teve um relacionamento conturbado com a vítima. O mesmo tinha comportamentos estranhos, conforme relatam as testemunhas do inquérito policial. Nos autos consta também que o mesmo tinha antecedentes criminais, sendo um deles por homicídio e tinha cumprido pena no passado. Com a vítima do feminicídio também tinha histórico, segundo os depoimentos de muitas brigas e

ameaças, em que o agressor já tinha comentado com conhecidos que iria matar a ex-namorada e assim o fez, porém matou também a amiga que acompanhava a sua ex-namorada. Sendo assim, o agressor executou duplo feminicídio, um de forma premeditada e o outro, segundo consta, afim de não deixar "provas". Após esse fato, o agressor evadiu-se do local e cometeu suicídio no dia seguinte na casa de conhecidos através do enforcamento.

A seguir, discutem-se os achados da pesquisa através de categorias de análise relacionadas aos objetivos estabelecidos no projeto de investigação.

Categoria A: Características dos Casos de feminicídio:

Os casos analisados expressam sempre o desejo de controle do homem sobre a mulher, impedindo ou limitando a mesma de ter opinião ou de tomar decisões. Os seis casos reportam a homens de idade média de 25 a 45 anos, sendo de classe média e classe média baixa, moradores de uma cidade da região noroeste do RS. Já apresentavam traços de agressividade no que se refere às vítimas, bem como agressões antecessoras ao ato de feminicídio. Pesquisas demonstram que esses perfis são recorrentes e que as vítimas são reféns de uma sociedade patriarcal cujo homem é detentor do poder sobre a mulher, assim se subjugando dono da mesma (WAISELFISZ, 2015).

Na análise dos processos, chama a atenção que as vítimas, de uma maneira ou de outra, mantiveram-se ligadas aos seus agressores. No caso I, a duração foi mais curta, sendo de aproximadamente 2 meses e já bastou para que se tomasse um fim trágico, ressaltando que o agressor tinha antecedentes por agressão a outras pessoas.

No caso II, a vítima esteve em convivência com seu agressor por mais de treze anos. Durante esses anos, o agressor a manteve em restrição de convivência, até mesmo com sua família de origem, assim tomando um caminho de muito sofrimento psicológico, ou seja, a manteve vivenciando uma situação traumática.

No caso III o agressor relacionou-se com a vítima em torno de três anos, relacionamento que nunca teve uma relação marital (morar junto), somente de namoro, relação com muitas brigas e crises de ciúmes, ofensas verbais e ameaças constantes, o agressor era muito possessivo e queria impor condições à vítima que se recusava a aceitar.

O caso IV o agressor teve um relacionamento pouco mais de dois anos e, após o fim do relacionamento, começaram as ameaças constantes e perseguições. Segundo consta nos autos do processo, a vítima tinha muito medo também pelos seus filhos que eram fruto de chantagem. O mesmo não aceitava o término e assim foi até que cometesse o feminicídio. Junto ao crime também feriu mais uma mulher e uma criança as quais conseguiram sobreviver, apesar de uma delas ter tido ferimentos graves.

Já caso V, a vítima teve relacionamento durante um ano, segundo consta no inquérito policial, e há nove meses estavam separados, porém mantinham encontros escondidos, mas o agressor vinha cometendo atos de agressão desde quando eles mantinham relação amigável (moravam juntos), brigas, agressões físicas, uma tentativa de estrangulamento, dentre outras ameaças. Ele não aceitava o término do relacionamento, mantinha fantasias de reconquistar a vítima e de morarem juntos novamente, porém, não obtendo sucesso com a reconciliação, o agressor chegou a dizer a amigos que não aceitava que fosse de outro homem. Se assim fosse, iria matar a mesma.

Porém no caso VI a vítima não tinha contato com o agressor. Era colega de trabalho da amiga, foi junto até o local do encontro em que a amiga iria receber o "presente" do ex-namorado uma quantia de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que ele, através de telefonema, tinha prometido e, chegando ao local, foi assassinada junto.

Importante frisar que todas as vítimas sofriam de ameaças de morte e, mesmo assim, cederam às falsas promessas dos agressores e os encontraram, o que de certa forma traz um pouco de sua incapacidade diante das fortes manipulações que fizeram seus agressores, tamanha é sua fraqueza emocional, gerada já por causa de tantos sofrimentos psicológicos. Saffioti (2004) traz em seus estudos que muitas vezes as mulheres conseguem superar melhor a violência física do que as humilhações sofridas ao longo dos relacionamentos, o que não diminui nenhuma forma de violência; ao contrário, todas são de caráter gravíssimo, ou seja, todas coisificam as mulheres.

A literatura sobre o tema observa que as mulheres vítimas de abuso crônico tendem a recorrer a mecanismos de defesa como estratégias de sobrevivência. Os mecanismos acionados são vários, em que a dissociação do pensamento, a negação e a anulação dos sentimentos os representam, ambos exercem um efeito mutilador sobre as capacidades cognitivas e sobre a capacidade de ação efetiva (BANCHS apud NARVAZ e KOLLER, 2006).

A aparente passividade demonstrada por muitas mulheres ao serem violadas, frequentemente é interpretada como concordância. No entanto, a passividade diante dos fatos dá início ao sintoma de pânico frente ao agressor e ao medo da morte, ou seja, as vítimas se mantêm sem ações muito efetivas, o que geralmente leva a uma fuga geográfica, mas nem sempre há tempo para o mesmo e, na maioria dos casos, não resulta em sucesso para livrar-se da violência.

Categoria B - Características etária e socioeconômicas dos agressores e vítimas

Na maioria dos casos expostos as vítimas deram início aos seus relacionamentos na adolescência. Uma com 12 anos, a outra com 13 anos, no terceiro caso estudado com 16 anos, no quarto caso muda-se o cenário; a vítima tinha 37 anos e seus agressores com faixa etária maior que a das mesmas. GARCIA E SILVA (2015), através de pesquisas realizadas entre 2011 e 2013, afirmam que na grande maioria dos relacionamentos que têm início na

adolescência, há uma relação de dominação por parte do homem para com a companheira. Os homicídios ocorrem nas mulheres, de modo crescente, da adolescência até os 19 anos. Porém, atinge seu ápice na idade de 18 a 30 anos, sendo os homens os autores dos atos delituosos contra a vida das mulheres.

Quanto à classe social e econômica, até o presente momento, os 6 casos estudados são classe média e classe média baixa, tendo os agressores baixa escolaridade, de Ensino Fundamental Incompleto a Ensino Médio. No caso I, a vítima (menor de idade) mantinha-se estudando, apesar de, segundo relatos, ter acentuada ausência escolar (faltas); no caso II, a vítima, que por iniciar a vida de casal cedo, "amigado", acabou abandonando os estudos para viver ao lado de seu futuro agressor (assassino), e já no caso III, a mesma chegou a ingressar em um curso superior, mas acabou desistindo; no caso IV, a vítima era Téc. enfermagem no município da cidade na qual residia, vida bem estabelecida financeiramente, a mesma tinha já tido outro casamento bem como o agressor. Ambos tinham filhos da outra relação e há 2 anos estavam juntos, Findaram a relação 3 meses antes do crime acontecer.

Dentro do caso I analisado não houve aceitação por parte da família em relação ao agressor e, segundo o agressor, esse fator lhe fomentou o desejo de acabar com a vida da vítima (adolescente). Cabe ressaltar que esse não teve duração de mais de 3 meses de namoro. Segundo o agressor, a morte da "menina" ocorreu porque "se não pudesse tê-la, ela não seria de mais ninguém".

No caso II, a mãe da vítima consentiu com o relacionamento da mesma com o namorado, sendo que na época tinha 13 anos. Segundo informações obtidas, a mãe teve orientação do conselho tutelar para tal decisão, qual seja, permitir o namoro, tendo em mente que isso evitaria uma fuga de casa. O relacionamento durou 13 anos, porém, sempre houve muitas restrições e ciúmes por parte do esposo, inclusive de não poder conviver com a família e demais amigos.

No caso III, o irmão não opinou. Segundo consta, a mesma tomava suas decisões e o relacionamento não era "mal visto" pelos familiares, mas sabiam que os mesmos tinham suas discussões, mas que o agressor na frente deles era muito carinhoso. Os relatos das brigas sempre chegavam por terceiros, a não ser no dia anterior da morte, em que a vítima relatou para sua cunhada que achava que teria de ir embora da cidade, pois o agressor a estava ameaçando de morte e já tinha mostrado uma arma de fogo; mesmo assim, foi para a casa do agressor passar a noite, conforme sempre ocorria.

No caso IV, a vítima tinha 37 anos e o agressor tinha 41. Ambos tinham uma vida estável, mantinham um padrão de vida de classe média, empregos no setor público do município no qual residiam. A relação de início teve a aprovação dos filhos, os cônjuges eram colegas de serviço, local em que se conheceram, mantiveram durante dois anos um relacionamento que chegaram a morar juntos e devido às fortes crises de ciúmes, agressões verbais e físicas acabaram terminando a relação há três meses.

No caso V, a vítima tinha 25 anos. Classe média baixa, ensino médio completo e atualmente trabalhava; o agressor, 34 anos, classe média baixa também, ensino fundamental e trabalhava de biscate nas casas de conhecidos. Relacionamento conturbado desde o início, conforme consta nos autos do processo, relação de muita posse por parte do agressor, duração de um ano e findou-se há nove meses, o que de certa forma não foi aceito pelo ex-companheiro, ocasionando a morte da vítima.

No caso VI, a vítima tinha 27 anos, classe média, ensino fundamental, trabalhava atualmente; o agressor, 34 anos, classe média baixa, ensino fundamental e trabalhava de biscate. A vítima nada tinha com o mesmo, porém fazia companhia a sua amiga no momento do encontro e foi morta juntamente.

No contexto da rede de apoio são fundamentais os laços de familiares e amigos, pois estes desenvolvem um importante papel na superação das mulheres vítimas de violência, fato constatado pelo isolamento ocasionado pelo agressor, ou seja, mantém as vítimas sem relacionamos que possibilitem falar de suas emoções, o que facilita o controle do agressor sobre a vítima. (NARVAZ e KOLLER, 2006; GROSSI, 2012).

Categoria C - Formas de violências praticadas

Em seis dos casos analisados a violência ocorreu através do uso de arma de fogo e de arma branca (faca). De acordo com Waiselfisz (2015), nos homicídios femininos qualificados como feminicídios, a incidência do uso de arma de fogo é de 48,8%, mas cabe ressaltar que 38 % ocorrem por uso de arma branca (faca, canivete) cortante/penetrante e objeto contundente com o concomitante aumento de estrangulamento/sufocação, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais.

Chama atenção a forma que tais homicídios são executados, pois os agressores, em um primeiro momento da análise dos documentos dos autos dos processos, agem de forma premeditada, ou seja, quatro estavam em locais esperando a vítima, outro a levou até o local para execução; o último homicídio o agressor foi até a vítima e a fez sair de carro com ele; situação propícia, a vítima desceu a fim de fugir do mesmo e o homicida atirou pelas costas, de forma que todas não pudessem se defender. O que faz pensar que são homens que acabam perdendo o autocontrole e, segundo estudos de GROSSI (2012), muitos desses homens sofreram violência na sua infância ou viram suas mães serem agredidas tanto fisicamente como psicologicamente e acabam reproduzindo, ou seja, acabam dentro da sua ignorância atribuindo a violência como uma maneira de resolver problemas interpessoais.

É inadmissível que em pleno século XXI ainda se vivenciem cenas que remontam ao período da colonização portuguesa no século XVI, que tinha como princípio social a família patriarcal, em que o homem é quem decidia tudo que era relacionado ao financeiro, bem como a vida da cônjuge. Ainda existem pessoas que acham toda essa atrocidade com as mulheres algo normal e aceitável. É necessário repensar os modos de abordar os homens agressores no sentido de produzir novas concepções sobre as relações homens e

mulheres e novos padrões de relacionamentos amorosos. Grossi (2012) diz que o sistema público é ainda falho na forma de tratar e ressignificar os sujeitos que cometem atos violentos. Para a execução de um programa de acolhimento e ressignificação de comportamentos violentos é necessária uma equipe bem montada e com qualificação adequada para atender a demanda, como já ocorrem em países como o Canadá.

Os homicídios de mulheres ocorrem em locais em que o homem acredita ter maior domínio sobre a vítima, sendo um desses locais o ambiente domiciliar, indicando a alta domesticidade dos homicídios de mulheres e também a rua, considerado um espaço público de "domínio do masculino". (WASELFISZ, 2015; SAFFIOTI, 1996; NARVAZ e KOLLER, 2006). Nos seis casos abordados cinco ocorreram em espaço público e um na casa do assassino.

Categoria D - Histórico familiar e vivências anteriores ao ato de violência

Os históricos familiares indicam haver um padrão de transmissão das experiências de violência ao longo das gerações, com o comportamento violento do homem, produzindo uma conduta de subserviência e passividade da mulher. Conforme Marasca et al (2013), muitos estudos relacionados à família apontam que o fenômeno da violência é perpetuado de geração em geração como uma situação naturalizada no seio da família. Essa situação pode trazer reflexos na vida de todo o grupo familiar envolvido, formando uma herança de dor e sofrimento nos laços familiares.

As vivências infantis entre irmãos apontam comportamentos violentos considerados, pelos familiares, como corriqueiros, não relevantes. Em dois dos casos houve o uso de drogas ilícitas antes do episódio feminicida e nos quatro casos havia consumo de bebida alcoólica. Um dos homens pesquisado tinha um comportamento retraído, relacionamentos com pessoas bem mais jovens que ele e alguns indicativos de deficiência intelectual ou doença mental (segundo Juiz da Vara Criminal). Todos os casos supracitados apresentam histórico de violência, tanto família bem como nas suas relações de amizade e familiares mais próximas, chegando em alguns casos já terem respondido por delitos, ou seja, fazendo uma análise mais crítica, os agressores deixam rastros e indícios de seus comportamentos obsessivos e agressivos, porém, diante da cegueira causada pela relação doentia estabelecida demora-se para que haja uma percepção de tal risco aos quais as vítimas estão expostas, sem deixar de mencionar que muitas das vezes a lei, devido as suas burocracias, demora para agir em favor das mulheres que estão em sofrimento e, em muitos dos casos como citados neste relatório de pesquisa, quando se pensa em algo é tarde, pois acabaram da pior forma, em que mais uma vez as mulheres são mortas pelo simples egoísmo e machismo doentio do sexo masculino.

Categoria E- Compreender as razões da prática da violência

Segundo Silva (1993), as relações estabelecidas entre homens e mulheres são quase sempre de poder deles sobre elas, pois a ideologia

dominante tem a tarefa de difundir e reafirmar a supremacia masculina em detrimento à correlata inferioridade feminina. Desta forma, quando a mulher que, em geral, é o polo dominado desta relação, não aceita como natural o lugar e o papel a ela impostos pela sociedade, os homens recorrem a artifícios, mais ou menos sutis, como a violência simbólica (moral e ou psicológica) para fazer valer suas vontades, e a violência física se manifesta nos espaços lacunares, em que a ideologização da violência simbólica não se faz garantir.

Um dos homens abordados pela pesquisa, caso I, relata que violência, na sua compreensão, está ligada a brigas. Relata que nunca foi agredido e que uma vez seu irmão teve uma agressão sofrida por parte de um vizinho, mas que isso tinha ocorrido quando era criança. Quando questionado se numa relação amorosa valia tudo, expressou a seguinte fala: *“Olha me sinto mal em responde essa pergunta pelo que fiz, quero não responde isso se pudé”. Por fim, diz que o homem tem sim mais poder que a mulher, que sempre fala mais firme e isso vale mais. Considera o ciúme como causa de violência. “Sim pode ser sim, no meu caso foi por ciúmes, e por fofoca dos outros também que foram falar mal de mim pros pais dela e daí ela não queria mais comigo ficar”. Relata que se arrepende muito do que fez, como expressa em sua fala “Me lembro sempre do que fiz e me arrependo todos dos dias, não penso só nela, mas também na família dela...se pudesse voltar atrás, não faria nada do que fiz”. Diz que tem se apegado a Deus na prisão e isso está lhe ajudando, mas que sofre muito, chora escondido, porque na prisão é complicado homem chorar, mas que pensa na sua mãe lá fora sozinha e que era seu dever estar cuidando da mesma, traz um discurso de bastante culpa pelo ato cometido e, segundo os carcereiros do presídio, não causa incômodo nenhum lá dentro, sua mãe o visita toda semana, em dias alternados, conforme a organização do presídio.*

No caso III o agressor relata que *“não sente nenhuma culpa de ter feito o que fez, a não ser de estar preso, sem liberdade de ir e vir”*. Observa-se que tenta, em seu discurso, assumir um papel de vítima, alegando que a vítima também o ameaçava de morte e que fazia joguinhos psicológicos de humilhação na frente das pessoas relatando que o traía. Afirma que *“pode até ficar um tempo preso, mas que dentro de cinco ou seis anos sairá, mas ela, ela nunca mais vai poder andar por aí”*. É evidente o quanto o machismo impera em seu discurso, discurso de superioridade em relação à vítima. Quando questionado como se sente, volta a um discurso de autopiedade: *“Me sinto menos que os “outros”, sempre tentando e agora preso, me sinto inferior, mas a vida é feita de fases”*. O agressor demonstra, durante a entrevista, certa cautela e frieza em falar, não esboçando nenhuma expressão de arrependimento. Quando perguntado como se sente hoje estando preso, reafirma *“eu estava sobre efeito do álcool e não pensei, só fiz; poucas vezes me arrependi do que fiz”*.

No caso III não se teve acesso ao apenado por estar locado em um sistema prisional da grande Porto Alegre. No caso IV, o acesso não foi possível, mas diante dos expostos do processo, o mesmo teve dentro do sistema prisional tentativas de suicídio, por mais de uma vez. Apresenta um quadro melancólico, mas nunca

traz arrependimento em suas falas, diante de acesso a amigos do agressor ao qual são próximos, o mesmo tinha tudo planejado e, um dia antes, tinha comentado que iria fazer uma besteira que iria mudar totalmente sua vida, mas seria para pior, mas que mesmo assim não deixaria de fazer o que já tinha traçado, relata o “amigo” que fez uso nesse dia de muita bebida alcoólica e depois foi embora, no outro dia o mesmo fica sabendo do fato (morte), quando questiono sobre o comportamento antes desse fato do agressor, o “amigo” relata que era um cara calmo e amigável, apesar de ser meio quieto, mas afirma que com ele se dava bem, nunca teve problemas, mas que sempre andava *“ferrado” (armado)*. Nos casos V e VI, o agressor, após assassinar as duas moças, evadiu-se do local e no dia seguinte foi achado morto por enforcamento, pendurado em uma árvore; sendo assim, dado o processo por concluso, não arrolando trâmites processuais.

Bourdieu (1995) diz ser necessário compreender a existência de relações de força assimétricas inseridas nas relações de gênero, expressas por meio da dominação masculina, ou seja, muito dessas podem estar ligados aos órgãos sexuais, em que os corpos são constituídos como objetos simbólicos e valores característicos de uma visão falocêntrica do mundo.

Segundo Miller (1999), as interações violentas de um casal estão vinculadas ao aumento de tensão nas relações de poder estabelecidas e a relação de dominação e subordinação necessita ser confirmada. A situação de violência pode ser então uma tentativa de restaurar o poder perdido ou nunca alcançado, ou ainda, a confirmação da identidade por parte do agressor.

As ameaças de morte têm sido outro artifício bastante utilizado pelos homens, como meio de aprisionar suas companheiras, ou seja, utilizam-se do medo para impedir a desvinculação da mulher a ele e o que nos casos analisados resultou morte das mulheres. (MILLER, 1999).

CONCLUSÃO

Durante o período de agosto de 2016 a fevereiro de 2018 foi executado o projeto Violência de Gênero: Ouvindo os homens agressores, consistindo na realização de uma análise documental, busca de dados junto a DEAM, bem como ao ministério público (FORUM). Buscou-se, também, em jornais as matérias pertinentes aos casos de Feminicídios da região noroeste para fins de embasamento na busca por dados mais fidedignos. Foi possível verificar a existência de seis casos na região noroeste, sendo todos analisados. Três ainda estão em tramitação judicial. Um está concluso com a condenação do réu em regime fechado, dois conclusos pelo Ministério público devido ao agressor ter cometido suicídio. Foi possível o acesso no Fórum da cidade de origem dos processos que estavam tramitando e já conclusos.

A análise dos dados recolhidos proporcionou reflexões importantes acerca dos percentuais na Região Noroeste das Missões do RS, com relação aos boletins de ocorrências dos casos de violência contra a mulher. Em um comparativo ao ano anterior, houve uma

diminuição de registros de ocorrência, porém constatou-se um significativo aumento dos casos de feminicídio.

Conforme Gomes (2006) chama a atenção para a masculinidade como um espaço simbólico de sentido estruturante que modela atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos. Aqueles que seguem tais modelos não só são atestados como homens como também não são questionados pelos outros que compartilham desses símbolos.

Dos seis casos obtidos junto DEAM e ao ministério público (MP), foram analisados seis. Todos os relacionamentos tiveram início na adolescência e um na idade já adulta. Um findou-se na mesma idade e os outros casos analisados perduraram até a idade jovem adulta, ambos os homicídios foram cometidos por sentimento de posse relacionado à outra pessoa, cinco por arma de fogo e o outro por arma branca/objeto perfurante, reafirmando-se a cultura machista de controle do sexo feminino.

Os dados expostos confirmam uma cultura que perdura nas gerações, os históricos familiares indicam haver um padrão de transmissão das experiências, no qual mulheres vítimas de violência conjugal vivenciaram também a vitimização de suas mães.

Referente a compreensões de violência dos participantes, buscou-se, através da análise realizada, demonstrar a compreensão dos homens feminicidas sobre os fatos, bem como se sentem com relação aos crimes cometidos. Dos casos analisados, foi possível realizar entrevista. Nelas, teve-se noção de como os agressores se reportam às vítimas, sendo descrito da seguinte forma: *“um relata ter sentimento de culpa e desejos de mudar de vida, porém o outro não expressou nenhum sentimento de arrependimento com relação à vítima, o outro se manteve calado, mas não negou seu ato premeditado”*, ou seja, tem como um ato que deveria ter feito, tinha sofrido humilhação e isso não poderia passar em branco, ou seja, é de extrema necessidade manter a escuta dos agressores, tendo como objetivo mudar concepções e comportamentos deles para com as consequências com relação às vítimas e seus familiares, bem como da sociedade para com os mesmos e entender que sistema prisional possa ser o melhor veículo de recuperação.

Diante do exposto, entende-se que o PTB “Violência de Gênero: ouvindo os agressores”, teve êxito no alcance de seus objetivos trazendo à tona a fala deles e possibilitando espaço para serem ouvidos também, pois compreende-se que é necessário ressignificar suas experiências de “macho” para que construam relações futuras mais saudáveis e com direitos verdadeiramente compartilhados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: outubro, 2016.

BRASIL, Lei 13104 de 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: outubro, 2016.

BOURDIEU, P.; A Dominação masculina. **Educação e realidade**, v.20, n.2. 1995.

GARCIA; L.P, SILVA; G.D.M, Mortalidade de Mulheres por Agressões no Brasil: Perfil e Estimativas Corrigidas(2011-2013); **Texto para Discussão/** Instituto de Pesquisa Aplicada, Brasília, Rio de Janeiro: IPEA 2016.

GRANJA, E; MEDRADO, B; HOMENS VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE, **Psicologia e Sociedade** /Associação Brasileira de Psicologia Social, vol.21.n.1-São Paulo. ABRAPSO, 2009.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas** - um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, P. K.; JARDIM, A. C. M. G; [et al], **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber 2 ed.- Porto Alegre, EDIPUCRS, 2012.

GOMES, R. A construção social da masculinidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.5, p.1118, maio 2006. Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2006000500027&lng=pt&nrm=iso.disponível:em23fev.2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102311X200600050002>.

MARASCA, A. R. et al. Violência Conjugal e Família de Origem: Uma Revisão Sistemática da Literatura de 2006 a 2011. **Temas em Psicologia** – 2013. São Leopoldo, Vol. 21, nº 1, 221 – 243. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-89X2013000100016&script=sci_arttext. Acessado em 06/06/2016.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564-574, jun. 2011.

MILLER, M. S. **Feridas invisíveis**: abuso não-físico contra mulheres. Tradução Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas, **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação internacional de doenças: **Décima Revisão (CID-10)**. 8. ed. São Paulo: Edusp, 2008. v. 2.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

_____, **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992. p. 52-104.

WASELFISZ; J.J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil, Faculdade Latino Americana de Ciências- FLASCO, Brasília, DF, 1 edição, 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso janeiro 2017.

DEPRESSÃO: SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS E CLÍNICAS

Emilly Feil Zimmermann¹Renée Angel de Leão¹Renan João Loureiro¹Carlice Maria Scherer²Fauzi Shubeita²Gilberto Caramão²Gilberto Lunkes²Paulo Pereira²Angelica Reolon da Costa²

RESUMO

O presente estudo contextualizou reflexões acerca do paciente portador da depressão, com relação na perspectiva da socialização com a comunidade, além de métodos alternativos. A doença, depois de instalada, ocasiona uma mudança significativa no cotidiano do paciente e de seus próximos. Entretanto, o tratamento convencional auxilia a minimizar os sintomas. Já o uso de técnicas complementares exige, assim como num plano de tratamento convencional, um rigoroso critério e precisa de tantas pesquisas quanto às desenvolvidas com medicamentos. De modo recente, tem-se dado ênfase para a opinião do paciente, no que diz respeito ao seu próprio tratamento, sendo essa opinião um requisito importante para o sucesso terapêutico. Frente a tal problemática, a abordagem do presente estudo é de caráter qualitativo do tipo descritivo exploratório. A coleta de dados se obteve através de uma entrevista com questões abertas, as quais foram gravadas em áudio, e depois transcritas. A entrevista foi realizada durante o segundo semestre de 2017 com fins de elaboração do trabalho Interdisciplinar da Sociedade Educacional Três de Maio-SETREM. Foi entrevistada uma paciente do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de um município do noroeste gaúcho. Foram observados rigorosamente todos os preceitos dispostos na Resolução 466/2012 que dispõe sobre pesquisas realizadas com seres humanos. O objetivo foi compreender o sentimento envolvido pelo paciente portador da depressão frente ao diagnóstico e os métodos de tratamento convencional e técnicas complementares. A partir dos relatos, observou-se que o paciente portador da depressão apresenta dificuldade em relatar o problema que enfrenta durante 17 anos, o sentimento de culpa, ansiedade e insônia se intensificam em períodos, principalmente noturno, frente ao diagnóstico, as aplicações de fármacos minimizam tais sintomas, melhorando o dia-a-dia. Com a elaboração deste estudo compreendeu-se a relevante importância da equipe multidisciplinar de saúde, com ênfase no Enfermeiro no sentido de propiciar maior envolvimento do paciente e de seus familiares numa educação continuada favorecendo a qualidade de vida do paciente e seus próximos.

Palavras-chave: Depressão. Diagnóstico. Tratamento. Enfermagem.

ABSTRACT

The present study contextualized reflections about the patient with depression, with relation to the perspective of socialization with the community, as well as alternative methods. The disease, once installed, causes a significant change in the daily life of the patient and his neighbors. However, conventional treatment helps to minimize the symptoms, and the use of complementary techniques requires, as in a conventional treatment plan, a rigorous criterion and needs as much research as those developed with medications. Recently, emphasis has been placed on the patient's opinion regarding his own treatment, and this view is an important requirement for therapeutic success. The approach of the present study is qualitative of the descriptive exploratory type, the collection of data was obtained through an interview with open questions, which were recorded in audio, and after transcribed. The interview was held during the second semester of 2017 with the purpose of elaborating the Interdisciplinary work of the Três de Maio - SETREM Sociedade Educacional Três de Maio. For this, a patient with depression in a home environment was chosen in a city in the Northwest Region of the State of Rio Grande do Sul. All the provisions set forth in Resolution 466/2012, which regulates human research, have been rigorously observed. The objective was to understand the feeling involved by the patient with depression versus the diagnosis and the methods of conventional treatment and complementary techniques. Based on the reports, it was observed that the patient with depression presents difficulty in reporting the problem that he / she has been facing for 17 years. The feelings of guilt, anxiety and insomnia intensify in periods, mainly nocturnal, in the face of diagnosis, drugs minimize such symptoms, improving day-to-day. This study comprised the relevant importance of the multidisciplinary health team, with emphasis on the nurse in order to foster greater involvement of patients and their families in a continuing education that favors the quality of life of patients and their neighbors.

Key words: Depression. Diagnostic. Treatment.

1. INTRODUÇÃO

Uma das doenças que está cada dia mais evidente na sociedade do século XXI é a depressão. Os

¹Acadêmicas/os de Enfermagem da Faculdade Três de Maio – SETREM. Email do autor principal: emillyfeilzimmermann@gmail.com.

²Professores/as da Faculdade de Enfermagem da SETREM – orientadores do estudo; email do orientador principal: carlicescherer@hotmail.com.

números são alarmantes e crescem diariamente. A Depressão é a principal causa de problemas de saúde e incapacidade em todo o mundo. De acordo com as últimas estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 300 milhões de pessoas vivem com Depressão, um aumento de mais de 18% entre 2005 e 2015.

A falta de apoio às pessoas com transtornos mentais, juntamente com o medo do estigma, impede muitas pessoas de acessarem o tratamento de que necessitam para viver vidas saudáveis e produtivas. A doença não escolhe idade, gênero, classe social ou raça. Observa-se que, na maioria das vezes, a abordagem sobre esse tema se faz de forma equivocada, baseando-se no senso comum, sem ter pressupostos teóricos ou científicos para acrescentar na discussão.

A tristeza tem sido tratada como sinônimo de depressão. Muitas pessoas, quando estão tristes, desanimadas, angustiadas, se classificam ou são consideradas depressivas. Em virtude disso e também pela vergonha ou até mesmo preconceito por parte da sociedade, prefere ficar afastadas do seu ambiente de trabalho e de algumas atividades que exerciam diariamente, ficando afastadas até mesmo do meio social. É como que se as pessoas não poderiam ter o direito de sofrer, chorar ou de ficar tristes.

Neste sentido, o enfermeiro deve passar confiabilidade e segurança, possibilitando o pensamento crítico e análise, para escolher a melhor prática assistencial baseada em evidências científicas. O enfermeiro deve orientar e discutir juntamente com a sociedade a respeito da depressão, pois esta pode afetar qualquer pessoa na comunidade e deve haver todo amparo necessário para que a mesma possa ser auxiliada com várias formas de tratamentos necessários para poder voltar a sua rotina diária com a saúde física e mental em boas condições.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste estudo foi baseada no levantamento bibliográfico que visa reconhecer a realidade e justificar os argumentos propostos, sendo realizadas consultas em livros, periódicos e artigos científicos digitais que retratam o assunto em questão, objeto deste estudo, a Depressão (GIL, 2002).

Em consonância com a resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016) durante todo transcorrer do projeto, garantindo sigilo aos participantes de suas respostas e o anonimato, além de ter caráter social, de levar benefícios potenciais para o ser humano, para a comunidade a qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade de vida digna a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A abordagem do presente estudo é de caráter qualitativo do tipo descritivo exploratório, com a finalidade de proporcionar maiores informações sobre o assunto investigado. A coleta de dado se obteve através de uma pesquisa descritiva, a que se têm características a observação dos fatos, os registros e as

análises dos resultados.

Foi realizada uma entrevista com questões abertas, em que foi aplicado o termo de livre esclarecimento, que após lido para a paciente, aceitou e assinou, concordando com o mesmo. As respostas foram gravadas em áudio, e depois transcritas.

A entrevista foi realizada durante o segundo semestre de 2017 com uma paciente portadora de depressão em ambiente domiciliar, em um município da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Para a elaboração deste artigo, referente ao trabalho interdisciplinar foi empregada a metodologia proposta no Manual da Sociedade Educacional Três de Maio-SETREM, como referência metodológica, respeitando-se todas as normas de estruturação contidas no mesmo (LOVATO, 2013).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. DEPRESSÃO

De acordo com o Ministério da Saúde (2005), a Depressão é um distúrbio afetivo que acompanha a humanidade ao longo de sua história. No sentido patológico, há presença de tristeza, pessimismo, baixa autoestima, que aparecem com frequência e podem combinar-se entre si. É imprescindível o acompanhamento médico tanto para o diagnóstico quanto para o tratamento adequado.

Segundo Teodoro (2010), a Depressão é um transtorno mental, causado por uma complexa interação entre fatores orgânicos, psicológicos, ambientais e espirituais, caracterizado por angústia, rebaixamento do humor e pela perda de interesse, prazer e energia diante da vida.

De acordo com Easterbrook (2003), faz uma análise de uma sociedade decepcionada com o progresso, sufocada por um consumismo exacerbado e pelo excesso de opções. "Vivemos em um mundo onde não podemos 'cair', perder, desistir. Isso é conotado como fracassar". Segundo Freud, (1917), a melancolia é uma forma de luto e que surge de uma sensação de perda da libido, tonando o ego pobre e vazio.

A depressão, no início do século XXI, é, com algumas exceções, considerada uma doença mental, catalogada na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) e no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM), recebendo abordagens científicas, como a médica, a psicanalítica e a cognitivista. No senso comum, não menos importante, observamos ainda as visões filosófica, religiosa e poética. (GONÇALVES, MACHADO, 2007).

A classificação de depressão como uma doença mental tem incomodado muito a população, que, de forma geral, muitas vezes não aceita o diagnóstico patológico, criando um preconceito. Para os profissionais da área da saúde que trabalham dia-dia

com diversos tipos de patologias, o diagnóstico e a classificação é um fator importante para a realização do seu tratamento e cuidados com a patologia e o quadro clínico do paciente em específico.

3.2. DIAGNÓSTICO

A preocupação atual com o diagnóstico é muito grande, porém pesquisas demonstram que, em média, 50% das pessoas que chegam à rede básica de saúde com sintomas de depressão não recebem diagnóstico e tratamento corretos (GONÇALVES, MACHADO, 2007). A depressão pode ser diagnosticada a partir dos critérios diagnósticos de episódio depressível segundo o CID-10. Acompanhe o quadro a seguir, que descreve tais critérios:

Quadro 1 Critérios diagnósticos de episódio depressível

SINTOMAS FUNDAMENTAIS	
1) Humor deprimido	
2) Perda de interesse	
3) Fatigabilidade	
SINTOMAS ACESSÓRIOS	
1) Concentração e atenção reduzidas	
2) Autoestima e autoconfiança reduzidas	
3) Ideias de culpa e inutilidade	
4) Visões desoladas e pessimistas do futuro	
5) Ideias ou atos auto lesivos ou suicídio	
6) Sono perturbado	
7) Apetite diminuído	
Episódio leve: 2 sintomas fundamentais + 2 acessórios	
Episódio moderado: 2 sintomas fundamentais + 3 a 4 acessórios	
Episódio grave: 3 sintomas fundamentais + > 4 acessórios	

Fonte: Fabrício Silva Pessoa (Org.). São Luís, 2014.

3.3. TRATAMENTO CONVENCIONAL

O tratamento convencional da depressão com antidepressivos apresenta resposta terapêutica, ou seja, redução em torno de 50 a 60% dos pacientes tratados. Os antidepressivos não impedem altos índices de recorrência da doença, pois produzem efeitos adversos frequentes e clinicamente relevantes, sendo até evitados por pacientes mais idosos após uma experiência negativa com seu uso (ADLER, U, C. et al. 2007). Segundo o módulo 12 do caderno de saúde mental, o tratamento da depressão tem como objetivo a remissão completa dos sintomas. Acompanhe a tabela 2.

Tabela 2 O tratamento apresenta três etapas fundamentais

Fase aguda	Dois a três primeiros meses, e tem como objetivo a diminuição ou eliminação dos sintomas depressivos.
Fase de continuação	Quatro a seis meses que seguem o tratamento tem como objetivo manter a melhora e evitar recaídas.
Fase de manutenção	Tem objetivo de evitar novos episódios (recorrência).

Fonte: Zimmermann, 2017.

Conforme Matos e Souza (1999), o tratamento antidepressivo deve ser entendido de uma forma globalizada levando em consideração o ser humano como um todo, incluindo dimensões biológicas, psicológicas e sociais.

3.4. TRATAMENTO ALTERNATIVO

Contudo, o tratamento com exercícios físico influencia positivamente como complemento terapêutico no tratamento da depressão, comprovando bem mais resultados positivos comparados ao

tratamento convencional realizado apenas com antidepressivos. (VIEIRA, L. J. et al., 2006)

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) surgiram como alternativa para o tratamento, substituindo o modelo do hospital psiquiátrico tradicional. No cotidiano do trabalho nos CAPS são realizadas atividades que visam à socialização da pessoa portadora de transtorno psíquico, entre elas: educação física, oficinas culturais, oficinas de música, de expressão corporal, de dança, caminhadas no bairro, entre outras (GONÇALVES, MACHADO, 2007).

Tabela 3 Métodos Alternativos de Tratamento

Meditação	A meditação, caracterizada como o treino da atenção plena à consciência do momento presente, tem sido associado a um maior bem-estar físico, mental e emocional (Shapiro, Schwartz, & Santerre, 2005).
Acupuntura	Segundo Faria (2014), acupuntura é a modalidade terapêutica capaz de gerar homeostase energética repercutindo na saúde somática, domínio emocional e agudeza mental, culminando no bem estar <u>conscencial</u> .
Ingestão de alimentos saudáveis	De acordo com Amaral (2006) a alimentação é um fator essencial na qualidade de vida, por tal motivo ela deve ser composta por alimentos saudáveis, não apenas para promover a nutrição, mas para produzir efeitos benéficos ao organismo, sendo capaz até de prevenir doenças e promover saúde.
Exercícios Físicos	A depressão utiliza todas as energias restantes do corpo, porém a atividade física propicia a liberação de endorfinas, <u>neuromoduladores</u> ligados a genes do bem-estar e do prazer.
Trabalho Voluntário	O trabalho voluntário é basicamente uma forma de distração, em que o paciente vai ver que outras pessoas também necessitam de ajuda, muitas vezes estão em situações muito mais vulneráveis que ele, o que propicia um gesto de gratidão e satisfação em pode auxiliar o próximo.

Fonte: Zimmermann, 2017.

3.5. ASPECTOS GERAIS

H.B é do sexo feminino, massa de 87,1 kg, 1,64 m de altura, 36,5 °C de temperatura axilar, com perfusão tissular de <2s. A frequência respiratória é de 20 mpm, frequência cardíaca 76 bpm na região apical e frequência cardíaca 72 bpm no pulso. A pressão sistólica estava em 160mmHg e a pressão diastólica 100 mmHg, SpO2 (saturação) 96%, haemoglicoteste 85 mg/dl, não é tabagista, nem etilista.

4. RESULTADOS

Segundo o Centro de Pesquisa e Inovação de Ensino (CERI), 1970, Interdisciplinaridade é definida como interação existente entre duas ou mais disciplinas, verificou-se que tal definição pode encaminhar da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos chaves da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino relacionando-os.

4.1. FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Historicamente, a Depressão é uma das doenças mais preocupantes da atualidade, porém há registros de personagens bíblicos, como Jó e o Rei Saul, apresentando sintomas de depressão, tendo este último cometido suicídio e o primeiro sido exemplo de paciência, fé e perseverança. Tais registros mostram que a depressão não é moda, são evidências de fatos históricos.

Pode-se incluir o método alternativo de tratamento como estética e cultura. Estética de modo geral é o que se leva na vida, os valores e o que se gosta de fazer. Já a cultura é algo que acompanha desde que

se nasce, ou seja, costumes, crenças, etc.

Com isso, leva-se em consideração a terapia alternativa, que traz como ferramenta a educação física, oficinas culturais, oficinas de música, de expressão corporal, de dança e caminhadas. Estas atividades devem ser realizadas como lazer; sair da rotina muitas vezes faz bem. Cada um está se tornando prisioneiro de si mesmo, é preciso resgatar a essência, valorizar as coisas simples, aproveitar os momentos em família, se ocupar, beneficiando o corpo, a alma e a mente.

4.2. EMBRIOLOGIA E GENÉTICA

A Depressão é uma patologia ocasionada por diversos fatores. Com base no pensamento crítico, partiu-se do pressuposto genético e ambiental. H.B. residiu na zona urbana por 64 anos. Durante este período entrava em contato com múltiplos eventos biológicos, como exposição a produtos químicos, ou seja, agrotóxicos, e água de poço artesiano sem filtro.

Determinados tipos de Depressão têm origem genética. São causados por uma vulnerabilidade biológica hereditária. Porém, essa herança genética não é determinante para desenvolver a doença. Fatores adicionais como estresse e trabalho contribuem para o seu aparecimento.

As pessoas que não carregam essa herança genética também podem desenvolver a depressão. Neste sentido, a paciente relata que seu pai era alcoólatra e sua mãe em períodos solitária e triste, porém não tinham diagnóstico de Depressão. Em contrapartida, seus irmãos possuem depressão e fazem tratamento junto ao CAPS. H.B possui Depressão há 17 anos, enfatiza que desenvolveu Depressão após o nascimento de sua neta que posteriormente foi diagnosticada com surdez. "Quando descobriram que ela era surda, eu me senti culpada e meu netinho de 2,6 anos também é surdo e ninguém sabe o porquê, isso me deixa triste". Até o momento não foram diagnosticadas as causas dos netos serem surdos.

4.3. INFORMÁTICA

A tecnologia vem auxiliando a humanidade em diversos aspectos, tudo ou quase tudo é informatizado de alguma maneira. No contexto da saúde, o paciente tem seus documentos arquivados, favorecendo a restrição dos dados e segurança. Além de poder entrar em contato com instituições de auxílio aos portadores de depressão. Segundo a paciente entrevistada, quando os sintomas de insônia, solidão, tristeza surgem, ela costuma telefonar para seus filhos ou assistir à televisão; com isso, minimizando os sintomas.

Neste componente aprendeu-se a elaborar o artigo científico, métodos de abordagem para melhor compreensão em busca de novos conhecimentos. Esta ferramenta de ensino possibilitou maior familiaridade no contexto em geral, em específico na elaboração do mesmo, elaborações de tabelas, gráficos e formatação, que serviram de auxílio para os próximos trabalhos.

4.4. FISIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA

O planejamento é a base do sucesso. Durante este interdisciplinar, nos afrontamos com a realidade presenciada por um paciente com depressão. No decorrer da abordagem, colocou-se em prática o pensamento crítico e o julgamento de Enfermagem. Segundo Potter (2002), a avaliação é essencial, pois retrata o processo de obter, verificar, analisar e comunicar dados acerca do paciente. O objetivo da avaliação inicial consiste em colher dados básicos acerca do nível de bem-estar do paciente, suas práticas de saúde, doenças prévias e experiências correlatas, bem como estabelecer metas em termos de cuidado com a saúde.

Durante a entrevista, a paciente apresentava transtornos de humor característico da patologia, mas nada que atrapalhasse o andamento da coleta de dados. O exame físico foi natural e espontâneo. A paciente tem a marcha diminuída, encontram-se hipertensa, referindo dor na região epigástrica irradiando para o hipocôndrio direito. Os demais sinais vitais estão estáveis.

O conhecimento adquirido ao entrar em contato com a paciente foi de extrema importância para o processo de formação acadêmica, em que se teve que saber interagir respeitando a cultura e a crença que a mesma segue.

CONCLUSÃO

Nota-se que o ser humano não passa somente por momentos felizes, tendo alguns descritos como os "piores momentos", dias tristes, escuros, em que a solidão pode estar presente integralmente. Mas quando se pode desconfiar que esses dias intermináveis de tristeza, não são características de uma doença?

Diariamente as pessoas tentam disfarçar ou até mesmo se defender dos sintomas apresentados, porém chega a certo limite, deixando assim que a melancolia faça parte do seu corpo, das suas horas, dos seus dias, virando um sintoma crônico, em que não existe mais saída, a não ser procurar auxílio, para tentar aliviar e até mesmo acabar com todo esse sofrimento. O medo e a falta de empatia da família fazem com que a procura por ajuda se torne cada vez mais tardia. Muitas vezes a internação é a melhor fonte de ajuda no momento, para dar início a um tratamento.

Com o passar dos séculos, a depressão ainda está presente na sociedade, cada dia mais evidente e discutida. Com isso, pode-se observar que atualmente, com a ajuda de novas tecnologias e o auxílio da atenção básica, o tratamento da depressão está sendo visto positivamente pela sociedade e que a utiliza.

Com esse trabalho, pôde-se observar a importância da atividade interdisciplinar em apontar onde os conhecimentos de cada conteúdo se sobressaem e onde se complementam, em relação à depressão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADLER, U, C. *et al.* 2007. **Tratamento homeopático da depressão: relato de série de casos.** São Paulo SP (PDF). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v35n2/a05v35n2.pdf>. Acessado em 15/09/2017.

AMARAL, A. **Importância da soja como alimento funcional para qualidade de vida e saúde**. Engenharia mecânica - Mestrado profissional, Campinas, 2006.

Atenção Básica. **Saúde mental e a saúde da família**. Disponível em: http://repocursos.unasus.ufma.br/atencao_basica_20152/modulo_12/und3/media/pdf/livro.pdf. Acessado em 21/11/2017.

CHAN, Margaret. Diretora-Geral da OMS. **Depressão no topo da lista de causas de problemas de saúde, OMS lança a campanha “vamos conversar”**. Disponível em: http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5385:com-depressao-no-topo-da-lista-de-causas-de-problemas-de-saude-oms-lanca-a-campanha-vamos-conversar&Itemid=839. Acessado em: 22/11/2017.

Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resolução 466/2012**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acessado em 20/11/2017.

TEODORO, Wagner L. G. 2009. **Depressão**. Reforma interior I *In* Depressão: corpo mente e alma. Uberlândia-MG: 3ª Edição 2010. ISBN: 978-85-61353-01-8

EASTERBROOK, G. **The Progress Paradox – How life Gets Better While People Feel Worse**, Random, EUA, 2003. Pag 128.

FARIAS, F.B. **Apostila do Curso Aprimoramento Intensivo em Acupuntura em Doenças Mentais**. Goiânia, 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: atlas, 2002.

GONÇALVES, C, A,V, MACHADO, A,L. 2007. **DEPRESSÃO, O MAL DO SÉCULO: DE QUE SÉCULO?**. Rio de Janeiro. RJ, abr/jun; 15(2):298-304. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a22.pdf>. Acessado em: 22/08/2017

Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade. **Interdisciplinaridade (GEPI) Educação: Currículo** (abril. 2015) – São Paulo: PUCSP, 2015. ISSN 2179-0094

Kantorski LP, Souza J, Willrich JQ, Mielke FB. **O cuidado em saúde mental: um olhar a partir de documentos e da observação participante**. Ver. Enferm. UERJ; 14(3): 366-371, jul-set, 2006.

LOVATO, A., 2013. **Metodologia da Pesquisa**. Três de Maio: Editora Setrem. ISBN 978-85-99020-05-0.

MENEZES, Carolina, DAKBOSCO, Débora. 2009. **Porque meditar? A experiência subjetiva da prática de meditação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n3/v14n3a18>. Acessado em: 21/11/2017.

Ministério da Saúde. **Depressão**. Março 2005. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/dicas/76depressao.html>. Acessado em: 22/09/2017

NORONHA, Marcos. **Terapia Social**. Florianópolis. Letras Contemporâneas, 2007. Pág. 135/136.

OLIVEIRA, Luiza. NETO, Francisco. **Interdisciplinaridade: As práticas possíveis**. Disponível em: http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/artigos/interdisciplinaridade__entre_teorias_e_praticas.pdf. Acessado em: 22/11/2017.

POTTER, Patrícia. **Semiologia em Enfermagem**. 4.ed. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso, 2002.

Valentini W, Kohn R, Miranda CT, Mello AAF, Mello MF, Ramos CP *et al*. **Treinamento de clínicos para o diagnóstico e tratamento da depressão**. Rev Saúde Pública. 2004;38:522-8.

VIEIRA, L, J. et al. 2006. **A Prática de exercícios físicos regular como terapia complementar ao tratamento de mulheres com depressão**. Maringá, PR (PDF). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v56n1/a07v56n1.pdf>. Acessado em: 17/11/2017.



Educação Básica
Creche
Pré-escola
Ensino Fundamental
Ensino Médio
Centro de Idiomas

Cursos Técnicos
Agropecuária
Comunicação Visual
Enfermagem
Informática

Faculdade Três de Maio
Administração
Agronomia
Direito
Enfermagem
Engenharia de Computação
Engenharia de Produção
Pedagogia
Psicologia
Redes de Computadores
Sistemas de Informação

Extensão, Pesquisa e Pós-graduação

Nas áreas de Agropecuária,
Design, Educação, Engenharias,
Gestão, Psicologia, Saúde e
Tecnologia da Informação

Campus SETREM

Av. Santa Rosa, 2405 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

Unidade Três de Maio

Av. Avai, 370 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

Unidade São Paulo

Rua Tereza Verzeri, 789 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

☎ (55) 3535 4600

www.setrem.com.br | setrem@setrem.com.br